

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**AUTONOMIA REFLEXIVA E
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO:
O CAMPO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL
(1999-2008)**

Autora: Tatiana de Pino Albuquerque MARANHÃO

Brasília, 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**AUTONOMIA REFLEXIVA E
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO:
O CAMPO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL
(1999-2008)**

Autora: Tatiana de Pino Albuquerque MARANHÃO

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora.

Brasília, 12 de abril de 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

**AUTONOMIA REFLEXIVA E
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO:
O CAMPO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL
(1999-2008)**

Autora: Tatiana de Pino Albuquerque Maranhão

Orientadora: Doutora Fernanda Antônia da Fonseca Sobral (UnB)

Banca: Profa. Doutora Maria Stela Grossi Porto (UNB)

Prof. Doutora Máira Baumgarten Corrêa (UFRGS)

Prof. Doutor Carlos Benedito Martins (UNB)

Prof. Doutor João Bosco de C. L. Freitas (MCT)

Profa. Doutora Sayonara de A. G. Leal (Suplente - UNB)

AGRADECIMENTOS

Quando li os agradecimentos que meu marido, Marcello Cavalcanti Barra, ofereceu em sua dissertação de mestrado em Sociologia - transformada no livro "Leviatã Eletrônico", fiquei impressionada pela extensa citação de pessoas. Ele citou muita gente, com os nomes completos. Num primeiro momento, de formalidades incorporadas, confesso que estranhei a extensão e o detalhamento.

E quando resolvi escrever os meus agradecimentos - ou quando chegou a hora de isto ser feito, por ocasião da defesa desta tese de doutorado em Sociologia - pensei que talvez este seja, formalmente, um espaço dedicado à revelação de gratidão e não apenas a um reconhecimento institucional pelo recebimento de bolsa de pós-graduação.

Então, decidi o que fazer: agradecer em prosa, sem maiores preocupações, para lembrar que estou finalmente rodeada de amor e de carinho, frutos das relações que eu ajudei a construir.

E se eu disser que todos me ajudaram durante o processo de elaboração da tese, não seria verdade. Há muitos momentos solitários, entre outros momentos conturbados de nossas vidas e daqueles que seguem conosco. E pessoas que ajudam mais do que outras.

De 2006 a 2009, não foram apenas disciplinas na Universidade de Brasília e a minha pesquisa; foram anos de trabalho no Ministério da Ciência e Tecnologia; reuniões do grupo de orientandos de Fernanda Sobral e da pesquisa que ela coordena ("Lideranças Científicas e Demandas Sociais"); planejamento, gravidez, nascimento e amamentação de Glória, nossa filha (eu não entendia a minha mãe até Glória nascer!). Lecionei e qualifiquei meu projeto de tese grávida. Participamos de vários eventos: ANPOCS (2006), SBS (2007), ESOCITE (2008) e ISA (2008), até minha orientadora "vetar" minha participação: "agora, só depois da sua defesa dentro do prazo!", disse Fernanda, sabiamente.

Em 2009, então, foram muitas as transformações: Glória na escola pela primeira vez, doente pela primeira vez; compramos um apartamento maior, pintamos, mudamos e nos casamos (no cartório). Sem mencionar que meu pai encerrou sua atividade empresarial, minha irmã passou em primeiro lugar para professora adjunta em Clínica de Equinos na UFMG, eu comecei um projeto sobre comportamento do Judiciário com a Escola de

Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, Marcello lançou seu livro com sucesso, filiou-se ao PSOL, saiu do IPEA e foi para a Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE. Tive que retornar ao tratamento contra a doença do pânico e escrevi um blog sobre suicídio (a pedido de Gláucio Soares, meu primeiro orientador no mundo das Ciências Sociais, uma das minhas maiores inspirações). Recebi outros convites de trabalho e não aceitei a maior parte deles.

São os nossos turbilhões de vida, que outros também vivem, mas que, para cada um parece único; feliz e difícil ao mesmo tempo. Acho que lamento mais do que reclamo; o importante é que eu *resolvo*. De qualquer modo, é trabalhoso tentar ser feliz e dar exemplo (e, às vezes, não dá certo também)!

Embora ainda existam tantas coisas vividas e não ditas, nossa vida não caberá numa única tese nem em um único livro, muito menos neste espaço. De todo modo, eu quero que várias pessoas maravilhosas se sintam beijadas e abraçadas por mim, não exatamente pelo envolvimento com esta tese, mas por fazerem parte da minha história e serem leais comigo. E, caro leitor, desculpe-me se isso tudo não te interessa: pule para as considerações finais! É que o registro - meu marido tinha razão nisso - é necessário e especial, ainda que a minha lista esteja um pouco anárquica - exceto pela Glória Cavalcanti de Albuquerque Maranhão, filha que fez minha vida ter mais significado e vem, sem dúvida, em primeiro lugar, junto com o meu amor-próprio.

Marcello, meu marido e meu amor, que bom que você é parte de minha vida, Cida, nosso anjo da guarda, obrigada por cuidar da Glória e de mim, mami Angela e papi Roberto, que me educaram e me ensinaram a amar, minha irmã Rê, meu orgulho, minha sogrinha Eluza, que me ajudou a dormir, meus cunhados Cláudio, Taíssa, Tati e Kadu, tia Edna, tio Renato e primos Renata e Igor, todos queridos. Meus avôs e minhas avós, Glória (1996) e José (2009), falecidos, e Jarbas e Lourdinha, lúcidos e com 95 anos.

Minhas amigas e amigos Flávia morena e Dona Patinha (são 20 anos!), Ana Druck e Pedro, meu sobrinho, Fred (Highlander) e Cris ('minha pediatra'), Yara e meus gatinhos Daniel e Andrew, meus amigos que me aturam e que entraram para o 'partido do amor'; ao professor Gláucio Soares, meu amigo e meu primeiro orientador, com você eu aprendi a fazer ciência; Aida querida, Tânia, Renata Mota, Malu, Frederico e meus amigos 'de orientação', fontes de solidariedade.

Aos professores que tive e tenho: minha orientadora e amiga, Fernanda Sobral, MA-RA-VI-LHO-SA, eu me encontrei na Sociologia por sua causa; Maria Stela Grossi Porto, quanto saber e tanta doçura numa fonte de inteligência; João Bosco, físico e sociólogo, pelo apoio, críticas e amizade em todos os momentos; Maíra Baumgarten, interlocução permanente nos eventos da Sociologia, Carlos Benedito, a convivência e a bossa sociológica. Vocês representam minha inspiração para o trabalho e para a vida, pois cada um do seu jeito, em certos momentos, me ensinou a *compreender*.

A todos vocês, minha sincera e desmedida gratidão. Que eu possa tê-los comigo por muito, muito tempo, é o que desejo, do fundo do meu coração e com todas as forças.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Processo de construção das bases de dados POLITICACT e PROJETOSOL: fontes secundárias e variáveis	33
FIGURA 2 - Processo de construção da agenda temática do financiamento público: AGENDAPOL	33
FIGURA 3 - Processo de construção das bases de dados LIVROSOL e ARTIGOSOL: fontes secundárias e variáveis	35
FIGURA 4 - Processo de construção da agenda temática da produção sociológica: AGENDASOL	35
FIGURA 5 – Lógica da Autonomia Reflexiva.....	37
FIGURA 6 - Temas permanentes na agenda da política científica e tecnológica	77
FIGURA 7 - Temas recorrentes na agenda da política científica e tecnológica.....	78
FIGURA 8 - Temas diferenciais na agenda da política científica e tecnológica.....	78
FIGURA 9 – Síntese dos dados sobre atores institucionais e projetos.....	96
FIGURA 10 – Dendrograma da AGENDAPOL (1996-2007)	106
FIGURA 11 – Síntese dos dados sobre atores institucionais e produção sociológica	130
FIGURA 12 – Dendrograma da AGENDASOL (1999-2006)	137
FIGURA 13 – Comparando agendas temáticas	146

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Total de recursos do CNPq para Apoio à Pesquisa por ano (adaptado)	94
GRÁFICO 2 – Instituições de Ensino Superior com total de projetos fomentados pelo CNPq acima da média	97
GRÁFICO 3 – Instituições de Ensino Superior com total de recursos recebidos pelo CNPq acima da média	99
GRÁFICO 4 – Frequência de temas em projetos com fomento do CNPq na área da Sociologia (2000-2008)	105
GRÁFICO 5 – Total de livros publicados por IES (1999-2006)	117
GRÁFICO 6 – Atores institucionais acima da média de livros publicados na Sociologia (1999-2006).....	121
GRÁFICO 7 – Atores institucionais que mais artigos publicaram em periódicos Qualis A Internacional (1999 – 2006)	129
GRÁFICO 8 - Frequência de temas em livros e artigos na Sociologia (1999-2006).....	135
GRÁFICO 9 – Convergências entre agendas: temas mais frequentes em comum	147
GRÁFICO 10 – Frequência dos temas da AGENDASOL (1999-2006).....	148
GRÁFICO 11 – Frequência dos temas da AGENDAPOL (2000-2008).....	150
GRÁFICO 12 – Percentuais de produção e fomento dos atores institucionais dominantes.....	155

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Dicionário de temas do campo científico (1999-2006)	39
QUADRO 2 – Dicionário de temas do financiamento público (2000-2008)	40
QUADRO 2 – Dicionário de temas do financiamento público (2000-2008) - continuação	41
QUADRO 3 – Características da contemporaneidade e da ciência	56
QUADRO 4 – Diferenças entre BOURDIEU e GIDDENS sobre a reflexividade	64
QUADRO 5 - Significados dos conceitos-chave na pesquisa.....	69
QUADRO 6 – Principais temas em Ciência e Tecnologia nos Planos Plurianuais e na legislação (Decretos e Portarias)	79
QUADRO 7 - Critérios para classificação de periódicos no Sistema QUALIS/ CAPES	125
QUADRO 8 – Relações entre temas nos projetos com fomento do CNPq.....	140
QUADRO 9 – Retraduções e reflexividade entre as agendas temáticas	151
QUADRO 10 – Lista de palavras não significativas retiradas das bases de dados (POLITICACT, PROJETOSOL, LIVROSOL e ARTIGOSOL)	190
QUADRO 11 – Relação de revistas CAPES-QUALIS na área de Sociologia (até agosto de 2006).....	196
QUADRO 12 – Relação de revistas CAPES-QUALIS na área de Sociologia (a partir de outubro de 2006).....	197
QUADRO 13 – Lista de atores individuais e institucionais.....	202

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Temas presentes na legislação de ciência e tecnologia por tipo de tema dos Planos Plurianuais (1999-2007)	84
TABELA 2 – Fomento à pesquisa CNPq por Grande Área do Conhecimento.....	90
TABELA 3 – Fomento à pesquisa nas Ciências Humanas por ano	91
TABELA 4 - Projetos apoiados pelo CNPq na Área da Sociologia por ano e valor médio do investimento	92
TABELA 5 - Instituições de Ensino Superior por <i>valor médio de projeto</i> , quantidade de projetos aprovados e recursos totais recebidos do CNPq (2000 - 2008).....	100
TABELA 6 – Grau de similaridade em AGENDAPOL por pares de temas.....	107
TABELA 7 - Programas de Pós-Graduação em Sociologia (1999- 2006).....	113
TABELA 8 – Livros publicados por Instituições de Ensino Superior na área de Sociologia por ano	115
TABELA 9 - Editoras que publicaram mais livros dos Programas de Pós-Graduação na área de Sociologia (1999-2006).....	119
TABELA 10 – Características dos periódicos Qualis A Internacional selecionados.....	126
TABELA 11 – Artigos publicados nos periódicos Qualis A Internacional (1999 -2000)	128
TABELA 12 – Total de palavras encontradas em livros e artigos pesquisados por ano.....	132
TABELA 13 - Definição das categorias temáticas e do grau de similaridade entre elas	138
TABELA 14 – Componentes da produtividade dos atores institucionais dominantes no campo sociológico.....	156
TABELA 15 – Lista de periódicos classificados como “A1” no sistema Qualis na área da Sociologia (2007)	196
TABELA 16 - Matriz de frequências de temas (legislação e projetos de pesquisa)	209
TABELA 17 - Matriz de frequências de temas (livros e artigos).....	210

LISTA DE SIGLAS

AGENDAPOL – Base de dados composta pelas variáveis recodificadas das bases POLITICACT e PROJETOSOL, com foco em categorias temáticas do fomento à pesquisa científica

AGENDASOL - Base de dados composta pelas variáveis recodificadas das bases LIVROSOL e ARTIGOSOL, com foco em categorias temáticas da produção sociológica

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ANT – Actor Network Theory

ARTIGOSOL – Base de dados sobre os artigos classificados como Qualis A Internacional, que se apresentavam disponíveis eletronicamente com resumo/ abstract, em português, inglês, espanhol ou francês (1999-2006)

ATORESOL - Base de dados composta pelas variáveis recodificadas de todas as demais bases da presente tese, organizadas pelos *indivíduos como unidade de análise* (autores de livros e de artigos, coordenadores de pesquisas, entre outros).

C&T – Ciência e tecnologia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CT-AERO - Fundo Setorial Aeronáutico

CT-AGRO - Fundo Setorial de Agronegócios

CT-AMAZONIA – Fundo Setorial da Amazônia

CT-AQUAVIÁRIO – Fundo Setorial de Transporte Aquaviário

CT-BIOTEC - Fundo Setorial de Biotecnologia

CT-ENERG - Fundo Setorial de Energia

CT-ESPACIAL - Fundo Setorial Espacial

CT-HIDRO - Fundo Setorial de Recursos Hídricos

CT-INFO Fundo Setorial para Tecnologia da Informação

CT-INFRA - Fundo de Infra-Estrutura

CT-MINERAL - Fundo Setorial Mineral

CT-PETRO - Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural

CT-SAÚDE - Fundo Setorial da Saúde

CT-TRANSPORTE - Fundo Setorial de Transportes Terrestres

DOU – Diário Oficial da União

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESOCITE – Jornadas Latino- Americanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias

FGV-RJ - Fundação Getúlio Vargas - RJ

FGV-SP - Fundação Getulio Vargas - SP

FHC – Ex- Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FIOCRUZ/RJ - Fundação Oswaldo Cruz

FNDCT - Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FOMENTOSOL – Base de dados sobre os projetos que receberam fomento do CNPq na área de Sociologia (2000-2008)

FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco

FUNTTEL - Fundo Setorial para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

FVA - Fundo Verde e Amarelo (para Interação Universidade-Empresa)

GENOMA – Projeto de Mapeamento Genético

GOVERNO/RJ – Governo do Estado do Rio de Janeiro

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IES – Instituição de Ensino Superior

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - DF

IRD – Instituto de Radioproteção e Dosimetria

ISA – International Sociological Association

IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

LIVROSOL – Base de dados sobre os livros vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia, reconhecidos pelo Ministério da Educação, cujos cadernos de indicadores do sistema de avaliação da CAPES estavam disponíveis entre 1999 e 2006.

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

P&D – Pesquisa e desenvolvimento

PIBIC – Programa institucional de bolsas de iniciação científica do CNPq

PIC – Programa de iniciação científica da Universidade de Brasília

PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

POLITICTACT – Base de dados sobre Planos Plurianuais, leis, decretos e portarias em Ciência e Tecnologia (1996-2007)

PPA – Plano Plurianual

PPG – Programa de Pós Graduação

PRONEX – Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC- MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC- RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC- RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC –SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

QDAMiner – Programa de análise de dados da Provalis Research

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia

SOFTEX – Programa de Excelência em Desenvolvimento de Software

SOL – Sociologia

SPSS – Statistical Program for the Social Sciences (PAWS após 2009)

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

UCAM - Universidade Cândido Mendes

UCSAL - Universidade Católica de Salvador

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFMG - Universidade Federal de Campina Grande

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UNB - Universidade de Brasília

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USF - Universidade São Francisco

USP - Universidade de São Paulo

VIVA RIO - organização não governamental

WARWICK - Warwick University

RESUMO

O objetivo principal da presente tese foi descrever e analisar as características e condições da autonomia do campo científico por meio da produção do conhecimento sociológico no Brasil (relações entre atores sociais, financiamento público e temas pesquisados), entre 1999 e 2008. A partir do constructo teórico de autonomia reflexiva, as informações foram sistematizadas em cinco bases de dados desenvolvidas pela autora, contendo variáveis relacionadas aos temas da política científica e tecnológica (Planos Plurianuais, legislação e projetos fomentados pelo CNPq) e aos temas da produção de conhecimento científico na Sociologia (livros produzidos no âmbito dos Programas de Pós-Graduação e artigos publicados em periódicos dominantes). Após a descrição dos dados, certas variáveis foram recodificadas em duas outras bases, intituladas AGENDAPOL e AGENDASOL. Estas possibilitaram análises de conteúdo, de frequência temática e de similaridade entre categorias temáticas encontradas. Os resultados obtidos reforçam sobremaneira a explicação da autonomia reflexiva como característica do campo científico, mediante a compreensão de que o que se produz na Sociologia não está relacionado diretamente aos assuntos delineados pelo fomento público federal: encontraram-se poucas pesquisas com muitos recursos e, ao mesmo tempo, uma tendência crescente na quantidade de pesquisas com poucos recursos (valor médio de até R\$27.000,00). Verificou-se ainda a existência de trabalhos solitários ‘artesanais’, bem como a existência de grupos de pesquisa e de redes produzindo coletivamente. Além disso, soube-se que os atores (individuais e institucionais) que mais publicam livros não são os que mais publicam artigos, o que pode indicar lógicas de produção e de acesso à publicações diferentes. Proporcionalmente aos livros e aos projetos de pesquisa, a publicação de artigos é pequena, realizada por poucos atores institucionais que, no entanto, concentram mais recursos de fomento à pesquisa. Enfim, um fato marcante dentre os resultados desta tese consistiu na comprovação empírica da reprodução da dominação de certas Instituições de Ensino Superior no campo sociológico. Num grupo de 14 IES que estão acima da média na produção de artigos, de livros, de projetos e de fomento federal recebido, IUPERJ, USP e UNICAMP encontram-se num primeiro patamar de produtividade (GRÁF.9). Embora não se questione de modo algum a qualidade dos trabalhos ou de seus pesquisadores, tal situação é desfavorável às transformações estruturais necessárias no fomento à pesquisa e cria entraves para novos atores tanto no que se refere ao acesso à publicação como na tomada de posições em comissões estratégicas no campo científico. Por outro lado, evidenciando que as estruturas de dominação não conseguem controlar nem determinar o campo científico, a contínua pressão de novos atores (institucionais e individuais) com demandas de diferentes campos, em conflito por posições e por reconhecimento fortalece a reflexividade. Finalmente, a dinâmica da autonomia reflexiva nos processos locais e mundiais de construção da ciência garante a existência de espaços de não submissão da agenda temática do campo sociológico a outros interesses. Fato este que, em última instância, viabiliza uma contínua retradução de problemas sociais reais em problemas sociológicos fundamentais.

Palavras-chave: sociologia da ciência; autonomia reflexiva; agendas temáticas; produção de conhecimento científico; política científica e tecnológica.

ABSTRACT

The main objective of this thesis was to describe and analyze the characteristics and conditions for the autonomy of science through the production of sociological knowledge in Brazil (relations among social actors, public investments in R&D and research topics), between 1999 and 2008. From the theoretical construct of *reflexive autonomy*, the information was systematized in five databases developed by the author, containing variables related to issues on science and technology (scientific and technological policies' priorities, related legislation and investments) and themes on scientific production of knowledge in sociology (books and articles published under the Post-Graduate Programs and distinguished academic periodicals). After a description of the data, certain variables were recoded in two other bases, entitled AGENDAPOL and AGENDASOL. This enabled analysis of content, frequency and thematic similarity between the thematic categories found. The results greatly strengthen the explanation of reflexive autonomy as a characteristic of the scientific field, by understanding that what is produced in Sociology is not directly related to the matters outlined by federal public investments: there are few projects with a great amount of resources and, at the same time, a growing trend in the number of research projects with few resources (average of R\$ 27.000,00 or less). Evidence related to the solitary sociological `craftwork` as well as the existence of research groups and networks producing collectively were also found. In addition, it was learned that actors (individual and institutional) who publish more books are not the ones that publish more articles, which may indicate diverse logics of production and access to publication. Proportionally to the quantity of books and research projects, there were few articles published by a small group of institutional actors who, however, benefited from concentrated federal research support. Finally, one important fact from the results of this thesis was the empirical evidence of the reproduction of the domination and symbolic power of certain universities in the field of sociology. From a group of 14 HEIs situated above average regarding books, articles and research projects` production and S&T funds received from federal organizations, IUPERJ, UNICAMP and USP are at first level of productivity in relation to eleven other distinguished universities. Although not questioning in any way the quality of their work or members, this situation is highly unfavorable to necessary structural changes in research structure and creates formal and informal barriers (and not the expected high standard criteria) for new players to publish or take positions within the scientific field of Sociology. Paradoxically, and proving that the structures of domination cannot permanently control or determine the international scientific field, reflexivity is reinforced by a constant pressure from new actors (institutional and individual) with different capital and interests in struggle over positions and recognition. Moreover, the international flows of scientific controversies leverage and extend the existing degree of reflexive autonomy as they offer new positions and themes for new players. Finally, the dynamics of reflexive autonomy in local processes and global construction of science ensures the existence of areas of non submission to other interests in the sociological agenda of research and publication. Ultimately, this is the type of autonomy which enables a continuous retranslation of real social problems into fundamental sociological problems.

Keywords: sociology of science; reflexive autonomy; thematic agendas; scientific production of sociological knowledge; science and technology policy; scientific field.

RÉSUMÉ

L'objectif principal de cette thèse était de décrire et d'analyser les caractéristiques et les conditions de l'autonomie de la science à travers la production de la connaissance sociologique au Brésil (relations entre les acteurs sociaux, des sujets publics et spécifiques), entre 1999 et 2008. De la construction théorique de la réflexion de soi, l'information est systématisée dans cinq bases de données développées par l'auteur, contenant des variables liées aux thèmes de la science et la technologie (plans pluriannuels, la législation et les projets promus par le CNPq) et les questions de la production de connaissances sociologie scientifique (livres produits dans le cadre du post-universitaire et articles de revues dominante). Après une description des données, certaines variables ont été recodées dans deux autres bases, intitulé AGENDAPOL et AGENDASOL. Cette analyse a permis de contenu, la fréquence et la similarité thématique entre les thèmes trouvés. Les résultats renforcent grandement l'explication de l'autonomie réflexive comme une caractéristique de la science, par la compréhension que ce qui est produit en sociologie n'est pas directement lié aux questions énoncées par la promotion publique fédérale: Nous avons trouvé peu d'études avec beaucoup de ressources et à la En même temps, une tendance croissante dans le montant de la recherche avec peu de ressources (moyenne de R \$ 27.000,00). Il a été également l'existence du travail solitaire «bateaux», ainsi que l'existence de groupes et réseaux de recherche produisant collectivement. En outre, on a appris que les acteurs (individuels et institutionnels) de publier plus de livres ne sont pas ceux qui publient des articles, qui mai indiquer la logique de la production et l'accès à différentes publications. Proportionnellement aux livres et aux projets de recherche, publication d'articles est petite, faite par un petit nombre d'acteurs institutionnels, cependant, se concentrer davantage de ressources pour appuyer la recherche. Enfin, un fait important à partir des résultats de cette thèse est la preuve empirique de la reproduction de la domination de certaines institutions d'enseignement supérieur dans le domaine de la sociologie. Dans un groupe de 14 établissements d'enseignement supérieur sont supérieurs à la moyenne dans la production de livres, de projets et le développement a reçu du gouvernement fédéral IUPERJ, UNICAMP et l'USP sont un premier niveau de la productivité (GRÁF.9). Bien que n'étant pas en doute en aucune façon la qualité de l'œuvre ou de ses chercheurs, cette situation n'est pas favorable à des changements structurels dans la promotion de la recherche et créé des obstacles pour les nouveaux joueurs aussi bien en ce qui concerne l'accès à la publication en tant que de prendre des positions sur les comités stratégiques dans le domaine scientifique. En outre, la preuve que les structures de domination ne peut pas contrôler ou de déterminer le domaine scientifique, la pression constante de nouveaux acteurs (institutionnels et individuels) avec les exigences de différents domaines, en conflit avec les positions et la reconnaissance renforce la réflexivité. Ajouté à cela, le flux internationaux de mouvement du levier controverses scientifiques et d'étendre le degré d'autonomie de réflexion existants, car ils offrent de nouveaux postes pour les nouveaux joueurs. Enfin, la dynamique de l'autonomie réflexive dans les processus locaux et la construction globale de la science assure que les zones de non-présentation du programme thématique du champ de la sociologie à d'autres intérêts. Un fait que, finalement, permet à une retraduction continue des problèmes sociaux réels dans les problèmes fondamentaux sociologiques.

Mots-clés: Sociologie; autonomie réflexive; agendas thématiques; la production de la science; politique scientifique et technologique.

“Qual é, em verdade, o destino ou, melhor, a *significação*, em sentido muito especial, de que está revestido todo trabalho científico, tal como, aliás, todos os outros elementos da civilização sujeitos à mesma lei? É o de que toda obra científica ‘acabada’ não tem outro sentido senão o de fazer surgirem novas ‘indagações’: ela pede, portanto, que seja ‘ultrapassada’ e envelheça. Quem pretenda servir à ciência deve resignar-se a tal destino” (WEBER, 2004, p.29).

“Se for preciso menos Ciência, será preciso contar muito mais com as ciências; se for preciso menos fatos indiscutíveis, será preciso muito mais pesquisa; se for preciso menos qualidades primeiras, será preciso muito mais experimentação coletiva sobre o essencial e o acessório”, (...) “com as ciências sociais o coletivo pode, enfim, recuperar-se” (LATOUR, 2004, p.362-365).

“La censura más radical es la ausencia” (BOURDIEU & WACQUANT, 2005, p.354)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	1
LISTA DE GRÁFICOS	2
LISTA DE QUADROS	3
LISTA DE TABELAS	4
LISTA DE SIGLAS	5
RESUMO	10
ABSTRACT	11
RÉSUME	12
SUMÁRIO	14
INTRODUÇÃO.....	16
1. METODOLOGIA	24
1.1. HIPÓTESES.....	26
1.2. COLETA DE DADOS.....	32
1.2.1. AGENDA TEMÁTICA DO CAMPO CIENTÍFICO.....	37
1.2.2. AGENDA TEMÁTICA DA POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.....	40
1.3. ANÁLISE DE DADOS.....	42
2. AUTONOMIA DA CIÊNCIA	46
2.1. POR QUE AUTONOMIA?	46
2.2. TIPOLOGIA DA AUTONOMIA	48
3. POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	73
3.1. PLANOS PLURIANUAIS E LEGISLAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	75
3.2. FINANCIAMENTO PÚBLICO DE PESQUISA E O CNPQ.....	88
3.3. ATORES DOMINANTES NO FOMENTO DO CNPQ À PESQUISA SOCIOLÓGICA.....	95
3.4. AGENDA TEMÁTICA DA POLÍTICA DE C&T E DO FOMENTO À PESQUISA SOCIOLÓGICA (AGENDAPOL)	103
3.4.1. FREQUÊNCIA SIMPLES: OS TEMAS MAIS CITADOS NA AGENDAPOL.....	103
3.4.2. ORDEM DE AGLOMERAÇÃO E GRAU DE SIMILARIDADE ENTRE PARES TEMÁTICOS FOMENTADOS	106

4. PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOMINANTE.....	111
4.1. LIVROS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	112
4.2. ARTIGOS NO SISTEMA QUALIS/ CAPES DE CLASSIFICAÇÃO DE PERIÓDICOS	124
4.3. ATORES DOMINANTES NA PRODUÇÃO SOCIOLOGICA.....	130
4.4. AGENDA TEMÁTICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA SOCIOLOGIA (AGENDASOL).....	131
4.4.1. FREQUÊNCIA SIMPLES: OS TEMAS MAIS CITADOS.....	134
4.4.2. ORDEM DE AGLOMERAÇÃO E GRAU DE SIMILARIDADE ENTRE PARES DE TEMAS PUBLICADOS	136
5. AUTONOMIA REFLEXIVA: RETRADUÇÕES ENTRE AGENDAS TEMÁTICAS E POSIÇÕES DE ATORES INSTITUCIONAIS.....	144
5.1. FREQUÊNCIAS DAS CATEGORIAS TEMÁTICAS.....	147
5.2. PRINCIPAIS PARES DE TEMAS AGENDAS TEMÁTICAS	151
5.3. ATORES E ESTRUTURAS NOS TEMAS RETRADUZIDOS.....	153
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170
ANEXO I – DICIONÁRIO DE PALAVRAS NÃO SIGNIFICATIVAS	190
ANEXO II - SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	192
ANEXO III - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PERIÓDICOS ‘QUALIS A INTERNACIONAL’ NA ÁREA DA SOCIOLOGIA.....	194
ANEXO IV – PROBLEMAS NO USO DE PROGRAMAS DE ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA.....	201
ANEXO V – RELAÇÃO DE ATORES INDIVIDUAIS VINCULADOS AOS ATORES INSTITUCIONAIS.....	202
ANEXO VI – MATRIZ DE DADOS: TEMAS DA AGENDAPOL.....	209
ANEXO VII – MATRIZ DE DADOS: TEMAS DA AGENDASOL.....	210

INTRODUÇÃO

Desde que a Ciência existe, cientistas constroem conhecimento considerando, de um modo ou de outro, influências presentes (1) em suas trajetórias pessoais e profissionais; (2) nas características estruturais dos campos em que se posicionam e em que compartilham *habitus específicos* e; (3) nos contextos históricos em que vivem. Uma vez que a *autonomia individual* dos cientistas (quão livres e independentes?) enquanto fazem ciência é permeada por diversas condições sócio-cognitivas e político-institucionais, trata-se de discutir qual é a *autonomia real da ciência* enquanto conjunto *heterogêneo de produção de conhecimento, constantemente invadida por e invasora de atores, de estruturas e de condições sociais ao longo do tempo*. Enfim, a presente tese procurou compreender e explicar a *existência da autonomia reflexiva do campo científico*.

Ao se observar uma área específica do campo científico num determinado local e momento, a saber, o campo sociológico no Brasil entre 1999 e 2008, a escolha dos objetos de pesquisa e dos temas acha-se relacionada a certas condições que antecederam esse período: *uma estrutura institucional de Pós-Graduação (desigualmente estruturada) nas diferentes regiões do País a partir de 1967* (MARTINS et al, 2002, p.343-345); *recursos financeiros para o fomento à pesquisa proporcionalmente inferiores em relação às Grandes Áreas das Ciências da Natureza e das Ciências da Vida* (CNPq, 2009), *o acúmulo de posições por parte de determinados atores (pesquisadores e instituições) e a crescente competição na tomada de posições e na transformação de disposições no campo científico*, entre outras condições que foram identificadas nesse trabalho e na literatura.

Nesse cenário, a pesquisa tem como objetivo principal descrever e analisar as características e as condições da autonomia do campo científico por meio da produção do conhecimento sociológico no Brasil (relações entre atores sociais, financiamento público e temas pesquisados).

A presente tese representa também um exercício sociológico fundamental: o da *vigilância epistemológica*. Resumidamente, esta vigilância consiste numa dinâmica cognitiva e prática, constante e, em parte, consciente, fundamentada na *razão e no rigor*

científico exercidos na produção coletiva do conhecimento. A partir dos conflitos teóricos, metodológicos e epistemológicos, apresentam-se resultados fidedignos de uma realidade historicamente situada.

Tais resultados de pesquisa circulam, de determinada forma, por meios de comunicação (supostamente) não-violentos e por “*mecanismos sociais de competição aparentemente anárquica entre estratégias armadas de instrumentos de ação e de pensamento*” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.163). Quando se reconciliam e se enfrentam os princípios de diferentes tradições teóricas e epistemológicas,

“opera-se realmente no exercício autêntico da profissão de sociólogo ou, mais exatamente, na “profissão” (*ofício*) do sociólogo, esse *habitus* que é simplesmente a interiorização dos princípios da teoria do conhecimento sociológico” (BOURDIEU et al, 2004, pp.13-14, grifo nosso).

Nesse exercício necessário de auto-análise (BOURDIEU, 2005), reconhece-se que não se consegue ser totalmente imparcial, no sentido de se identificar mais com um do que com outro conteúdo dos diferentes autores, principalmente em função de um processo civilizador (ELIAS, 1994b, pp.246-251) que constituiu de modo relacional a individualidade, tornando indivisíveis indivíduos e sociedades (ELIAS, 2001, p.73; BOURDIEU, 1983).

Durante esse exercício, pesquisadores tentam desnudar-se, mas não conseguem fazê-lo por completo, dada a fragilidade de sua intimidade, seus medos obscuros, o que forma o inconsciente e tudo aquilo que constitui a qualidade de *ser humano* (GIDDENS, 1993, p.105-115; FROMM, 1986, pp.122-131; FROMM, 1978, p.211-214). Alguns, porém, são capazes de reconhecer que podem não ser éticos em todos os aspectos de suas vidas mas, de certa forma, guiam-se pelo ethos do campo a que pertencem, nas posições em que se encontram (BOURDIEU, 1984).

Mais importante, muitos têm consciência de que não conhecem “a verdade”: ao estudar e pesquisar cotidianamente, aprendem e compartilham análises de fenômenos sociais, cujos recortes teóricos, metodológicos e epistemológicos podem ser evidenciados

(BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.184-185). E são as evidências, as explicações e a compreensão dos dados que permitem desvelar, desvendar como ocorre a *reflexividade*.

Assim, torna-se evidente que a essência, o *habitus*, as disposições mais ou menos duráveis desta pesquisadora, como de qualquer outro cientista, acompanham-na onde quer que ela vá. O mesmo ocorre com o seu cérebro, sua memória, seus “óculos” cognitivos, seu corpo, seus valores. Não há como seccionar aquilo que é próprio do indivíduo e que se estabelece nas relações sociais de sua trajetória e cultura, tudo o que o constitui moral, intelectual e socialmente como um cientista, homem ou mulher, de certa idade e formação, que compartilha certas crenças. Afinal, “a moralidade está, desde o início, inscrita nas coisas” (LATOURET, 2004, pp. 248-249), nos seres humanos, na Natureza.

Entretanto, mesmo ciente dessas várias condições que permeiam a Sociologia e os cientistas sociais, esta pesquisadora procurou “*levar em consideração todas as ferramentas conceituais ou técnicas que permitem dar todo seu vigor e toda a sua força à verificação experimental*” (BOURDIEU et al, 2004, p.9-22). O enfrentamento e a reconciliação desses *sistemas de hábitos intelectuais* são materializados por meio do trabalho com conceitos e métodos, utilizados como ferramentas fundamentadas: não há Sociologia com a mera aplicação automática de procedimentos sem prévia e contínua interrogação sobre as condições e limites teóricos e lógicos de sua validade (BOURDIEU et al, 2004, pp.13-14).

Claramente, pressupõe-se que a Sociologia não existe sem a pesquisa empírica e que esta não utiliza um modelo ou uma receita¹ (*‘fechamentos prematuros’*, BOURDIEU et al, 2004, p.18), mas visa, sobretudo, “*apreender a lógica do erro para construir a lógica da descoberta da verdade como polêmica contra o erro e como esforço para submeter as verdades próximas da ciência e os métodos que ela utiliza a uma retificação metódica e permanente*” (BOURDIEU et al, 2004, p.12).

¹ Verifica-se uma oposição ao empirismo total sem fundamentação em enfrentamentos teóricos (ou hiperempirismo) (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.150), o que, de certa forma, permeia parte da sociologia norte-americana – e uma identificação da influência da história entre guerras sobre a produção do conhecimento sociológico (BOURDIEU et al, 2004, p.88; BUSH, 1945). A lógica da razão, quando incessante, sistemática e tida como *disposição mental* e não apenas para justificar um objeto de estudo ou a confirmação direcionada de *hipóteses proféticas* (BOURDIEU et al, 2004, p.78), pode gerar um *conhecimento sociológico efetivamente inovador* (BOURDIEU et al, 2004, pp.15-17).

Enquanto se constrói a ciência, ou na prática científica recorrente e cotidiana, a *teoria do erro retificado* guia a busca pela *compreensão dos fatos*, tentando por ela escapar não somente das *armadilhas matemáticas* (que justificam o objeto pela sofisticação dos métodos) mas também da argumentação filosófica sem base empírica (BOURDIEU et al, 2004, p.18-20).

Sendo assim, esta tese de doutorado construiu sete bases de dados originais a partir de fontes confiáveis (CAPES, CNPq, MCT, WilsonWeb, Periódicos, Scielo) e reuniu contribuições de três principais perspectivas sociológicas contemporâneas: a *sociologia do poder simbólico*, a *teoria da prática* e o *construtivismo* (ou *teoria dos atores em redes*).

Em diversas partes da obra de Pierre BOURDIEU, de pesquisadores como Jean-Claude PASSERON (1993), bem como de colaboradores (WACQUANT, 2002a; 2002b; 2008), de críticos (LYNCH, 2000; FOWLER, 2006; ADAM, 2003; PINTO, 2000; PIRIOU, 2006) e de precursores (GINGRAS, 2007; 2002; 2000; GINGRAS & BENOÎT, 1997) dessas perspectivas, há *a possibilidade intersubjetiva de construir reflexivamente a ciência social*: existe uma (re) tradução contínua de temas fundamentais da contemporaneidade *entre os campos científicos, social, político, econômico e simbólico*, permeados por certas condições, disposições e posições, atores e estruturas envolvidos nesse processo civilizador (ELIAS, 1994a; 1994b; 2001; 2008; WEBER, 1991; 1999; 2001; 2004; DURKHEIM, 1977; 2002; MARX, 1845; 1977; 1984; 2005).

"É contra tal resistência multiforme das Ciências Sociais que *O Ofício do Sociólogo* (BOURDIEU, CHAMBOREDON & PASSERON, 1968) afirma que as Ciências Sociais são ciências como as outras, mas que possuem uma dificuldade peculiar de serem ciências como as outras"(BOURDIEU, 2001, p.168).

“Seu brado por uma ciência social reflexiva, capaz de controlar seus próprios vieses, bem como se manter independente de 'ritos de instituições' é exemplificado em sua *Leçon sur la leçon* (1982; 1988b), uma vivisseção de sua aula inaugural no Collège de France, e em *Homo academicus* (1984), uma análise impietosa dos determinantes sociais da produção intelectual da universidade francesa – e portanto dele mesmo, como um acadêmico. Sua convicção de que o racionalismo é plenamente compatível com o historicismo e dota a Sociologia de uma indispensável missão social é materializada nos variados, mas convergentes, escritos

publicados nos últimos anos, como nos livros *Méditations pascaliennes: éléments pour une philosophie négative* (1997a; 2001e) e *Science de la science et la reflexivité* (2001c). Seu engajamento pessoal nas lutas sociais contra a globalização neoliberal e na defesa da autonomia intelectual, dos desempregados, dos desabrigados e dos imigrantes ilegais pode ser lido em seus ensaios políticos reunidos em *Contrafogo 1* (1998a; 1998e) e 2 (2001b; 2001d)” (WACQUANT, 2002a).

De fato, trata-se de uma escolha de trajetória profissional e de gosto pessoal: tornar-se socióloga sabendo que a Sociologia é um "esporte de combate" (CARLES, 2001) ou uma arte marcial e, uma vez no 'ringue' que é o campo das Ciências Sociais, pode-se ir a nocaute (LATOURE, 2001, p.32). Alguns não suportam a lona; não enfrentam a dor do corpo (WACQUANT, 2002b); não querem os “beijos elétricos” (BOURDIEU et al, 2004, p.87) e, portanto, preferem observar fenômenos com os quais supostamente não se relacionam.

Outros decidem saber como os intelectuais analisam a si próprios enquanto fazem ciência (BOURDIEU et al, 2004; LATOUR & WOOLGAR, 1997; LATOUR, 2000; LATOUR, 2001; SINGLY, 2002, p.29-32). Neste último caso, há que se considerar que os *lutadores* se encontram distribuídos nos diferentes campos de diferentes formas, como poucos dominantes e muitos dominados numa estrutura hierarquizada, com divisão e especialização do trabalho (BOURDIEU et al, 2004, p.90).

Desiguais e distintos entre si pertencem a diferentes instituições, acumulam diferentes tipos de capital - que se (re) convertem ao longo do tempo, e reforçam a lógica de reprodução dessa dominação estruturante (BOURDIEU et al, 2004, p.91; BOURDIEU, 1982; BOURDIEU, 1984)² *porque conhecem as regras formais e informais dos diferentes campos em que atuam.*

² Existe competição e existe cooperação também: percebe-se que “generais da pesquisa tendem a deixar aos soldados rasos o essencial da batalha, isto é, o contato com os fatos (...) para se reservarem às grandes decisões estratégicas” (BOURDIEU et al, 2004, p.90). Mas são justamente esses soldados - orientandos, co-autores, parceiros nas equipes de pesquisa - que podem cooperar mais do que competir. Ainda assim, são necessários estudos posteriores para verificar as redes de atores com essas e outras relações e atitudes, algo indicado para pesquisa futura.

Nesse sentido, o *capital* assume papéis que variam de acordo com as relações sociais em que ele se estabelece: pode ser *objeto*, *sujeito*, um fim em si mesmo (MARX, 1984). Assumindo a própria dialética do capital e sua infinita capacidade de transformação e de circulação, é possível também que existam infinitas *reconversões do capital*, não apenas como *acumulação de coisas*, mas como *acumulação e reprodução de relações sociais*. Ao longo do tempo e da história, certas relações se institucionalizam e formam *estruturas sociais*.

"O trabalhador é a manifestação subjetiva do fato de o capital ser o homem inteiramente perdido para si mesmo, assim como o capital é a manifestação objetiva do fato de o trabalho ser o homem perdido para si mesmo. Contudo, o trabalhador tem o infortúnio de ser um capital vivo, um capital com necessidades, que se deixa privar de seus interesses e, conseqüentemente, seu ganha-pão, todo momento em que não se acha trabalhando. Como capital, o valor do trabalhador varia conforme a oferta e a procura, e sua existência física, sua vida, foi e é considerada um estoque de mercadoria, similar a qualquer outra. O trabalhador produz capital e o capital produz o trabalhador. Assim, ele se produz a si mesmo, e o homem como trabalhador, como utilidade, é o produto de todo esse processo. O homem é simplesmente um trabalhador, e como tal suas qualidades humanas só existem em proveito do capital que lhe é estranho. Como trabalho e capital são estranhos um ao Outro, e por isso relacionados unicamente de maneira acidental e exterior, esse caráter de alienação tem de aparecer na realidade. Logo que ocorre ao capital — seja forçada seja voluntariamente — não existir mais para o trabalhador, ele não mais existe para si mesmo: ele não tem trabalho, nem salários, e como existe exclusivamente como trabalhador e não como ser humano, pode perfeitamente deixar-se enterrar, morrer a míngua, etc. **O trabalhador só é trabalhador quando existe como capital para si próprio, e só existe como capital quando há capital para ele. A existência do capital é a existência dele, sua vida, visto determinar o conteúdo de sua vida independentemente dele.** A Economia Política, pois, não reconhece o trabalhador desocupado, o homem capaz de trabalhar, uma vez colocado fora dessa relação de trabalho. Vigaristas, ladrões, mendigos, os desempregados, o trabalhador faminto, indigente e criminoso, são figuras não existentes para a Economia Política, mas apenas para os olhos de outros: médicos, juízes, coveiros, burocratas, etc. Eles são figuras fantasmagóricas fora do domínio da Economia" (MARX, 1932, grifo nosso).

Ademais, esse *capital* significa o acúmulo de trabalho materializado e apropriado por grupos de atores *institucionalizados* que, publicados e reconhecidos no(s) campo(s) em

que atuam, circulam e reproduzem a notoriedade, o prestígio, o poder de crítica e de consagração (BOURDIEU, 1984, pp.106-108). E, como os dados desta pesquisa evidenciaram a *autoridade científica e o poder institucional*³ (ou "propriamente universitário") na Sociologia brasileira *não se opõem: eles se complementam para estruturar a reprodução da lógica meritocrática* (agregada a outros elementos). Esta *legitima a estrutura de dominação e viabiliza, ao mesmo tempo, uma naturalização do reconhecimento daqueles que dominam e uma submissão da maioria dos dominados*.

Porém, enquanto várias posições de poder são ocupadas por um seletivo e recorrente grupo de atores – individuais e institucionais, *há espaços de ação para aqueles que se interessarem porque nenhum campo social consegue controlar ou determinar os assuntos e os temas das agendas de pesquisa e de publicação*.

Enfim, estabelecidos esses parâmetros e considerações, esta tese encontra-se dividida em sete capítulos. O primeiro capítulo trata do conjunto de métodos e técnicas utilizados ao longo do processo de pesquisa, desde o desenho dos objetivos e das hipóteses, a coleta de informações, a organização das bases de dados até a especificação da lógica da reflexividade e a análise qualitativa e quantitativa das relações entre os temas encontrados na agenda da política científica e tecnológica e aqueles na agenda da produção de conhecimento sociológico.

O segundo capítulo fundamenta teoricamente a discussão acerca da *autonomia da ciência*, a partir de literatura focada na *sociologia do conhecimento (científico e sociológico)*. O eixo norteador desse capítulo é, de fato, a *tipologia da autonomia*, um constructo teórico elaborado pela pesquisadora em 2005, aprofundado e publicado por SOBRAL & MARANHÃO em 2008. Diz-se norteador porque não se refere a cada autor e obra sociológica reconhecidos, clássicos ou contemporâneos, de forma direta e explícita, mas sim às diferentes contribuições deles para o fortalecimento do citado constructo e, especificamente, para a *reflexividade no campo científico*.

O terceiro capítulo descreve e analisa os dados referentes ao conjunto de políticas científicas e tecnológicas estabelecidas entre 1999 e 2008 por meio de Planos Plurianuais e

³ Ao traduzir o conceito de "capital propriamente universitário", elaborado frente à realidade francesa, optou-se por designá-lo como *capital institucional, relativo às Instituições de Ensino Superior - IES*.

da legislação, bem como os projetos fomentados pelo CNPq na área da Sociologia (2000-2008). Como resultado, apresenta-se *a agenda temática do financiamento público* e os principais temas e atores a ela relacionados.

Do mesmo modo, o capítulo seguinte aborda todos os livros publicados pelos Programas de Pós- Graduação (com informações completas e sem repetição de títulos reeditados ou traduzidos) e os artigos avaliados como Qualis A Internacional (até 2007) na área da Sociologia, em busca dos temas mais frequentes e similares. Com isso, formou-se a *agenda temática da produção sociológica (1999-2006)*.

O quinto capítulo da presente tese reúne e compara os principais resultados sobre os temas e os atores recorrentes nos dois últimos capítulos, a fim de compreender a lógica da autonomia reflexiva no campo científico e de propor novos caminhos para a análise.

Finalmente, o capítulo de conclusão verificou a consecução dos objetivos delineados e a força da hipótese explicativa, assim como elaborou relações entre os resultados empíricos e teóricos dessa pesquisa, visando compreender a autonomia reflexiva na contemporaneidade e estimular a busca por novas respostas científicas.

1. METODOLOGIA

“A melhor maneira de qualificar o papel ocupado pelas questões metodológicas nas ciências políticas e sociais brasileiras é pior do que ‘insignificante’ – é *ausente*” (SOARES, 2005, p.77).

"Dali partira Max Weber para chegar à conclusão que a sociologia, enquanto 'logos' da sociedade, só pode ter uma percepção que seja histórica, embora não necessariamente historicizante. Isto é, seus recursos estatísticos e mesmo sociométricos em geral precisam levar em conta em conta a identificação do sujeito-cientista com o objeto-sociedade, ao qual ele pertence e do qual nunca pode separar-se para olhá-lo por fora" (CHACON, 1988, p.55).

O objetivo principal da presente tese consiste em descrever e analisar as características e condições da autonomia do campo científico por meio da produção do conhecimento sociológico no Brasil (relações entre atores sociais, financiamento público e temas pesquisados).

O desenho do problema de pesquisa partiu do pressuposto de que a realidade complexa estabelece um conjunto de condições sócio-cognitivas e político-institucionais (SOBRAL, 2001) que permeiam a construção do conhecimento científico. No caso brasileiro, há consciência de que (1) políticas científicas e tecnológicas apresentam certas prioridades de investimento; (2) na área da Sociologia os recursos para o fomento à pesquisa são inferiores aos disponíveis para as Ciências Exatas e as Ciências da Vida (MARANHÃO, 2006). Perante isso, ao construir e analisar as agendas temáticas do campo científico e do campo político, é possível *afirmar que o tipo de autonomia existente no campo sociológico é o da autonomia reflexiva? Como e por quê?*

A fim de concretizar o objetivo principal mencionado e de responder ao problema proposto, considerou-se a produção sociológica no Brasil, no período de 1999 a 2006. A definição deste período deu-se devido ao fato de que tanto a produção de conhecimento científico como o estabelecimento de diretrizes de política científica e tecnológica ocorre num determinado cenário/ contexto social e período histórico.

Desse modo, o recorte de tempo observou essas questões ao longo de dois governos consecutivos de orientações político-partidárias diferentes, a saber, o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, do Partido Social Democrata Brasileiro – PSDB, de 1999 a 2002, e o primeiro mandato presidencial de Luis Inácio da Silva, do Partido dos Trabalhadores – PT, de 2003 a 2006⁴.

Entretanto, é preciso sublinhar que a produção do conhecimento científico não reflete imediatamente as prioridades políticas e que tais prioridades também não retraduzem imediatamente os resultados do que a ciência produz: as relações entre as agendas temáticas serão detalhadas no penúltimo capítulo, sem que o foco resida necessariamente em afirmar quem influencia o quê. De fato, tal afirmação determinística seria imprópria, uma vez que diversos atores ocupam posições em campos diferentes simultaneamente e que cada lei, cada projeto de pesquisa, livro ou artigo possui um tempo variável para a publicação.

Assim, a operacionalização do objetivo principal exigiu o detalhamento dos seguintes objetivos específicos:

OBJ1 – Conhecer quais foram os temas prioritários da política científica e tecnológica;

OBJ2 – Conhecer quais foram os temas dos projetos de pesquisas aprovados e financiados pelo CNPq na área da Sociologia;

OBJ3 - Conhecer quais foram os temas dos livros publicados pelos programas de pós-graduação em Sociologia;

OBJ4 - Conhecer quais foram os temas dos artigos publicados em periódicos do tipo Qualis A internacional na área da Sociologia;

OBJ5 - Verificar quais são as relações entre temas da agenda do financiamento público e temas da agenda de produção dominante;

⁴De acordo com a (in) disponibilidade de alguns dados, foi preciso estender o período de coleta de dados de projetos até 2008.

OBJ6 – Investigar quais são as *posições ocupadas* pelos atores dominantes/ recorrentes nas relações entre as agendas temáticas;

OBJ7 - Compreender o tipo de *autonomia do campo científico da Sociologia de acordo com* as relações existentes entre financiamento público, publicações científicas e redes de atores nesse lócus.

1.1. Hipóteses

“A razão científica se concretiza quando se inscreve nos mecanismos sociais de competição aparentemente anárquica entre estratégias armadas de instrumentos de ação e de pensamento, capazes de regular seus próprios usos, e nas disposições duráveis que o funcionamento desse campo produz e pressupõe” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.163).

Para examinar o problema proposto – a existência de uma autonomia reflexiva na Sociologia – desenhou-se uma hipótese descritiva e uma hipótese explicativa como resposta provisória à pergunta de pesquisa, a ser testada empiricamente.

Considerando a institucionalização das atividades científicas, a conseqüente divisão e especialização do trabalho científico e a organização das diversas formas de capital, pressupõe-se que as “*condições sociais ambientes exercem uma influência ativa e contínua na organização e no funcionamento das instituições científicas, bem como na formação do horizonte intelectual do cientista*” (FERNANDES, 1958, pp. 16-17).

Fazer ciência ou produzir conhecimento científico é um empreendimento coletivo interinstitucional e interdisciplinar, e na Sociologia não seria diferente. Diante das dificuldades existentes, os atores do campo científico buscam em suas redes de relacionamento viabilizar seus interesses de pesquisa. Isso significa que, além de buscarem diversas fontes de financiamento (e, no caso dos sociólogos, realizarem pesquisas ‘artesaniais’), cientistas procuram lidar com as condições existentes.

“Os recursos financeiros disponíveis são insuficientes para fomentar a organização do trabalho científico em bases apropriadas. Embora algumas instituições mantenham corpos regulares de especialistas, em

regra devotados ao ensino, mas dispondo de lazer suficiente para a realização esporádica de algumas pesquisas, nenhuma chegou a contar de maneira permanente, com dotações bastante elevadas para comportarem a constituição e a manutenção de verdadeiras equipes de pesquisadores. Como as ‘ciências de laboratório’, as ‘ciências sociais’ necessitam da conjugação dos esforços de numerosos investigadores com qualificações científicas diferentes. Isso significa que o problema do financiamento da pesquisa científica é o mesmo para os dois grupos de ciências. Contudo, os leigos não percebem esse fato” (FERNANDES, 1958, p. 19).

Na realidade, os cientistas- no caso, os sociólogos que escrevem livros e artigos e coordenam pesquisas - também participam de processos decisórios que definem o que é publicado – em periódicos e nas editoras – e quais pesquisas recebem investimentos. Ademais, também ocupam cargos e posições em instituições (universidades públicas e privadas, órgãos governamentais, entre outros) e em associações científicas e profissionais. Logicamente, tais posições dominantes, fomentadoras de reconhecimento e de distinção no campo científico, são ocupadas por uma minoria de cientistas nos diferentes campos. Essa minoria trabalha simultaneamente como professor, presta consultoria, coordena pesquisas, escreve, publica. Ou seja, sociólogos ocupam diversas posições em diferentes campos *enquanto fazem ciência social*.

Numa situação em que os recursos para a realização das pesquisas são escassos, a viabilização destas passa a ser uma preocupação recorrente e cotidiana para os sociólogos. Logo, o que restringe a autonomia no campo é *a instabilidade ou mesmo a ausência de políticas efetivas de fomento para determinadas áreas do conhecimento*. Quando não há fomento sistemático, com periodicidade definida (que gere expectativas e movimentos visando uma ação futura de planejamento de pesquisas), atores da comunidade científica apresentam várias dificuldades para operacionalizar seus interesses de pesquisa.

“Sem recursos financeiros suficientes e sem apoio numa organização institucional eficiente da investigação sociológica, os sociólogos brasileiros são forçados a limitar-se a projetos de pesquisa que exigem menos dinheiro e que podem prescindir da colaboração de outros investigadores” (FERNANDES, 1958, p. 20).

Diante da escassez de recursos financeiros, o sociólogo passa a depender cada vez mais do capital intelectual e do capital simbólico que possui. Ao mesmo tempo, a

instituição a que está vinculado torna-se uma forte aliada na viabilização de seus interesses de pesquisa, uma vez que as relações entre pesquisadores com interesse em temas correlatos podem não ser cooperativas e, sim, conflituosas.

Assim, parece existir uma lógica de fortalecimento *institucional* em relação aos pares de uma mesma universidade, que ocupam posições dominantes no campo científico e na política científica e tecnológica, simultaneamente. Essa lógica coloca o pertencimento à determinada instituição de ensino superior como influência preponderante nos processos decisórios, em detrimento da interinstitucionalidade com foco em *temas de pesquisa*.

Apesar disso, enquanto tendência contemporânea de produção de conhecimento, as redes de pesquisa tornam mais complexa essa questão. *Ou seja, a realidade exige a interinstitucionalidade (e a interdisciplinaridade) no campo científico, ainda que o jogo de poder que o caracteriza esteja atrelado às disciplinas e ao movimento recente de fortalecimento da pós-graduação nas instituições de ensino superior no País.*

Enfim, nesse cenário complexo de produção de conhecimento sociológico, os atores - sociólogos, instituições de ensino superior, periódicos, editoras de livros, órgãos de fomento - estabelecem diferentes relações entre si e encontram diversas condições e influências que permeiam a construção científica como um todo.

A fim de esclarecer algumas destas relações, condições e influências na Sociologia brasileira, uma das análises importantes enfocou o que é publicado em revistas com circulação internacional. Ainda que a produção intelectual nasça num determinado contexto, a *circulação* do conhecimento no campo científico considera as lutas por reconhecimento, o acúmulo de capital científico e simbólico e as estratégias de consagração *no âmbito internacional (campo científico)*. Ademais, sobre a criação da revista Arquivo para a Ciência Social e a Política Social⁵, Max WEBER escreveu que:

⁵ WEBER foi editor junto com SOMBART e JAFFÉ desta revista. É interessante verificar ao longo da vida de vários sociólogos renomados que a maioria criou, fundou e/ou dirigiu, em colaboração com seus pares, revistas e editoras de livros pelas quais publicaram a si próprios. Isto amplia as citações feitas e contabilizadas no Social Science Scitation Index, por exemplo, amplia a acumulação de capital simbólico e circula o prestígio e o reconhecimento do autor. BOURDIEU fez isso com o periódico *Actes de la recherche en sciences sociales* e com a editora de livros *Raisons d'agir éditions*, além de ter coordenado antes uma série ("Le Sens Commun") na *Les Éditions de Minuit* (SCOTT, 2009, p.51-59).

“todos sabem que esta revista rejeitou, de maneira explícita, toda e qualquer ‘tendência’. Certamente possuía, no entanto, este determinado caráter, no sentido já aludido, apesar de sua limitação às discussões científicas e do convite expresso aos ‘partidários de todas as posições políticas’. Este caráter foi criado pelo círculo dos seus colaboradores regulares” (WEBER, 1999, p.116)

Assim, o que se publica e quem publica nas revistas de Sociologia depende do caráter próprio de cada revista. Considerando que tal caráter origina-se no círculo de colaboradores regulares, há que se observar, além das características dos artigos publicados, quem são os atores recorrentes nelas (os autores dos artigos e as IES a que pertencem), a formação dos comitês editoriais das revistas ‘dominantes’ na Sociologia, de 1999 a 2006, para que se possa verificar a existência de relações significativas entre autores publicados e componentes dos comitês editoriais.

Dessa forma a hipótese descritiva proposta afirma que existe uma forte e positiva correlação entre ocupar posições institucionais e variações nos valores recebidos como fomento à pesquisa. Quanto mais posições um ator ocupa, maior a quantidade de publicações apresenta e/ou maior a quantidade de recursos públicos federais ele recebe.

“O padrão de trabalho intelectual, explorado nos diversos ramos de investigação científica, é determinado, formalmente, pelas normas, valores e ideais do saber científico. Contudo, as condições materiais e morais do meio social ambiente se refletem de várias maneiras na possibilidade de organização e de expansão das instituições de pesquisa científica. Os próprios cientistas assimilam e defendem, de forma também variável, as preocupações que traduzem as expectativas dos leigos a respeito das aplicações e das funções do conhecimento científico na vida prática” (FERNANDES, 1977, p.50).

Existem *pares cooperativos* que podem ser colegas de uma mesma Instituição de Ensino Superior – IES ou de comissões editoriais de revistas, ou ainda, de comitês para decisões sobre fomento à pesquisa. Ou seja, no âmbito do campo científico, a produção do capital intelectual e simbólico relaciona-se com o *reconhecimento dos pares concorrentes*

e cooperativos⁶, com o financiamento das pesquisas, com a publicação de artigos e de livros, entre outros.

Desse modo, uma estratégia de maximização do lucro simbólico pode estar relacionada com a *composição dos Comitês de Assessoramento de um órgão de fomento à pesquisa científica*, como é o caso do CNPq. O mesmo se aplica às Comissões Editoriais dos periódicos 'dominantes', guardadas as devidas proporções. De acordo com essa lógica de produção do conhecimento, as tomadas de decisões sobre quais projetos de pesquisa serão aprovados ou não, bem como sobre quais artigos serão publicados ou não, estão condicionadas por:

- Posições que os atores individuais e institucionais ocupam no campo científico;
- Consideram-se atores os pesquisadores individualmente (atores individuais) e as Instituições de origem coletivamente (atores institucionais), embora dotadas de diferentes graus de prestígio, de mérito e de reconhecimento, de recursos e de herança histórica; e
- Regras formais e informais do processo decisório e do mérito científico, que podem tanto limitar a ação dos atores como serem usadas estrategicamente por eles.

Quais são os resultados dessa interação na produção do conhecimento sociológico? Ao longo do tempo, quais são as relações entre a ocorrência de *temas apoiados em projetos* e *temas apresentados nas publicações mais relevantes*? A agenda temática do financiamento influencia a agenda temática do campo científico na Sociologia? Ou a *agenda temática da Sociologia influencia a agenda temática da política científica e tecnológica*? Ou ainda, é possível observar *que existe um processo contínuo de retradução entre as duas agendas, inserindo e excluindo certos temas, priorizando problemas sociais*

⁶A qualidade de “cooperativo” significa uma nova etapa que não se restringe aos aliados de LATOUR (2000; 2001; 2004); cientistas que, embora não sejam líderes nem participem de redes de atores de certa liderança, apóiam-se nas citações daqueles reconhecidos no campo a que pertence e no contexto internacional para se fortalecer e para que seu trabalho seja minimamente aceito pelos demais. As trocas simbólicas ocorrem em diversas direções nas redes de atores no campo científico, o que dificulta afirmar que a tendência da clientela constituir-se majoritariamente de concorrentes procede (BOURDIEU, 1980; 1984; 1991; 2000; 2001; 2003; 2004; 2005). No caso do próprio BOURDIEU, há que se verificar se a maioria daqueles que o citam propõem argumentos contrários ou visam compor ou fortalecer com ele determinada argumentação.

que também são transformados em problemas sociológicos? São perguntas que se pretende esclarecer.

Assim, considerando a abordagem sobre o funcionamento, bem como algumas características e condições importantes do campo sociológico, tornou-se possível testar a hipótese explicativa da presente tese. Para isso, afirma-se que a autonomia reflexiva é característica do campo científico; esse tipo de autonomia se encontra ligado a certas redes de relacionamento profissional, intelectual, institucional, afetivo, entre outras, que podem influenciar as decisões em relação ao que se produz na Sociologia. Mais ainda, há um conjunto de condições cognitivas, econômicas, políticas e sociais e de posições estruturadas que permeiam e podem limitar, de certo modo, a ação intelectual no campo científico.

Pressupõe-se que o “fortalecimento da autonomia de um campo científico resulta de uma reflexão e ação coletiva sobre as condições institucionais de comunicação racional no campo científico” (nosso grifo) (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.161), que “*dentro do campo há regras explícitas e princípios implícitos de inclusão e exclusão e direitos de admissão que não param de se elevar*” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.163) e que *num contexto de simultaneidade e dinâmica da produção de conhecimento científico, certos atores conhecem melhor as regras (formais e informais) dos campos em que atuam.*

Sugere-se como hipótese explicativa que, na contemporaneidade, o tipo de autonomia predominante no campo sociológico é o da autonomia reflexiva. Por quê? Porque certos atores são recorrentes nas posições ocupadas em diferentes campos (científico e da política científica e tecnológica), nas publicações (livros e artigos) e nos financiamentos à pesquisa e, apesar das difíceis condições de fomento científico nessa área do conhecimento, conseguem retraduzir problemas sociais reais em problemas sociológicos relacionados às respectivas linhas de pesquisa.

1.2. Coleta de dados

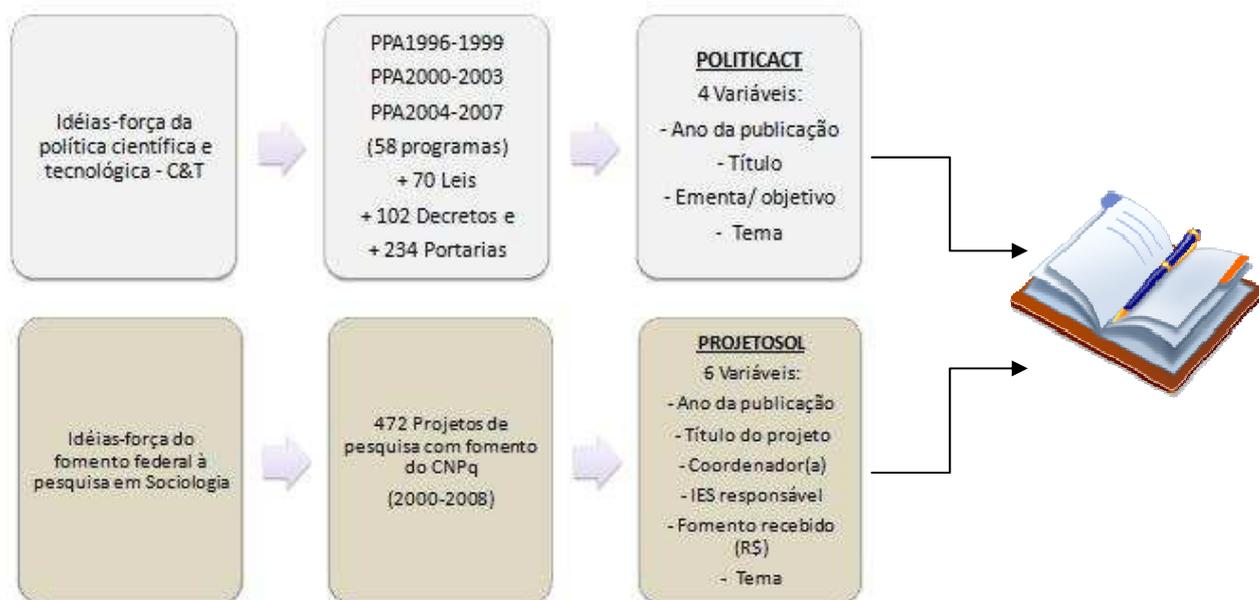
Como verificar e analisar qual é o tipo de autonomia existente na Sociologia brasileira? Decidiu-se partir do conhecimento que é produzido por sociólogos, o que envolve saber *quem são, como pesquisam o que pesquisam e o que publicam, e quais são as relações entre os temas pesquisados na Sociologia e os temas financiados pela política científica e tecnológica*. Assim, a coleta de dados considerou, em primeiro lugar, a política científica e tecnológica e, em seguida, toda a produção na área da Sociologia (livros, artigos e projetos de pesquisa) no período de 1999 a 2008.

Dentro deste período, houve uma série de leis, decretos, portarias e programas relacionados ao desenvolvimento científico e tecnológico que possibilitaram um delineamento das *idéias-força* da política brasileira em C&T. Dado que o conjunto de intenções dessa política se dá através dos Planos Plurianuais - PPAs, tal legislação corresponde à materialização/ concretização desse planejamento. O conjunto de informações sobre a política foi organizado na base de dados POLITICACT⁷ (FIG.1).

Essas idéias-força se relacionaram com os temas financiados pelo CNPq nas pesquisas sociológicas? Sendo o CNPq um órgão estatal, espera-se que suas prioridades temáticas sejam coerentes com a política científica e tecnológica vigente. A fim de verificar os temas que o CNPq apoiou por meio do *fomento à pesquisa* na Sociologia, coletaram-se informações sobre todos os projetos de pesquisa fomentados no período, que constituíram a base de dados intitulada PROJETOSOL (FIG.1).

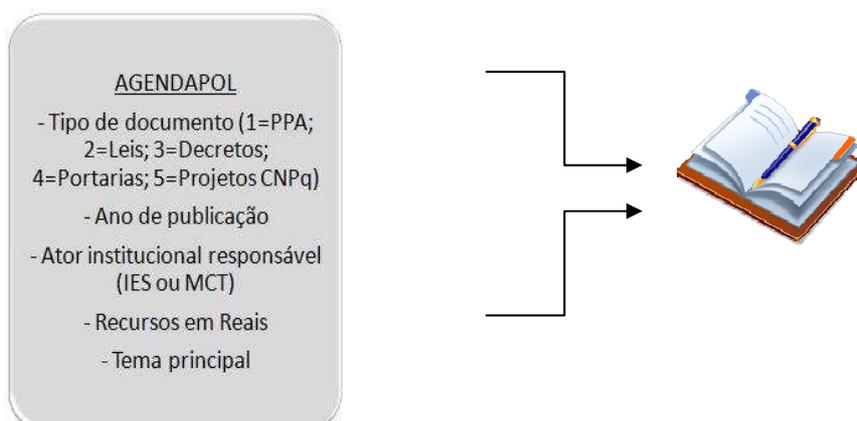
⁷ Natália Peres KORNIEZUK (2009), graduanda em Sociologia e bolsista PIBIC, apoiou esta pesquisadora na alimentação dessa base de dados POLITICACT, entre agosto de 2008 e julho de 2009, no âmbito da pesquisa "Lideranças Científicas e Demandas Sociais", coordenada por SOBRAL.

**FIGURA 1 - Processo de construção das bases de dados POLITICT e PROJETOSOL:
fontes secundárias e variáveis**



Ao comparar os temas da política científica e tecnológica com os temas efetivamente financiados pelo principal órgão federal de fomento à pesquisa na Sociologia, consolidou-se uma agenda temática de financiamento público da pesquisa sociológica, a partir da recodificação das variáveis das duas bases (FIG.2).

**FIGURA 2 - Processo de construção da agenda temática do financiamento público:
AGENDA POL**



Esta agenda do financiamento público (AGENDAPOL), por sua vez, foi comparada a outra agenda temática construída a partir do conhecimento dominante na Sociologia brasileira no mesmo período: *o que foi produzido e publicado pelos sociólogos nos programas de pós-graduação e nos periódicos dominantes desse campo?* Ou seja, quais foram os temas dos principais livros e artigos que circularam no campo científico na área da Sociologia?

Para consolidar essa outra agenda temática, verificou-se que os dados referentes à *produção bibliográfica* estavam disponíveis nos Cadernos de Indicadores do sistema de avaliação da CAPES nos Censos de 2000, 2002, 2004 e 2006. Isso significa que, dos 43 programas de pós-graduação existentes em 2008 na Sociologia, havia 25 com informações completas sobre a produção de livros, totalizando 1571 livros publicados entre 1999 e 2006.

A partir dessas informações, compostas como base de dados em LIVROSOL (FIG.3), foi possível analisar *os temas recorrentes nos livros da Sociologia*, entre outras questões.

Somaram-se a estes os dados agrupados em ARTIGOSOL⁸ (FIG.3) sobre os 2642 artigos publicados em nove periódicos eletronicamente disponíveis à coletividade científica, categorizados pelo sistema Qualis/ CAPES como “A” com circulação internacional⁹, bem como seus temas mais frequentes.

⁸ Paulo Vitor Silva PACHECO, graduando em Sociologia (nono semestre) e bolsista PIBIC, apoiou esta pesquisadora na alimentação da base de dados ARTIGOSOL, entre agosto de 2008 e julho de 2009.

⁹ Sobre a escolha dos periódicos diante da reorganização do sistema Qualis em 2006, bem como a definição dos critérios para seleção desses periódicos, vide Anexo III.

FIGURA 3 - Processo de construção das bases de dados LIVROSOL e ARTIGOSOL: fontes secundárias e variáveis

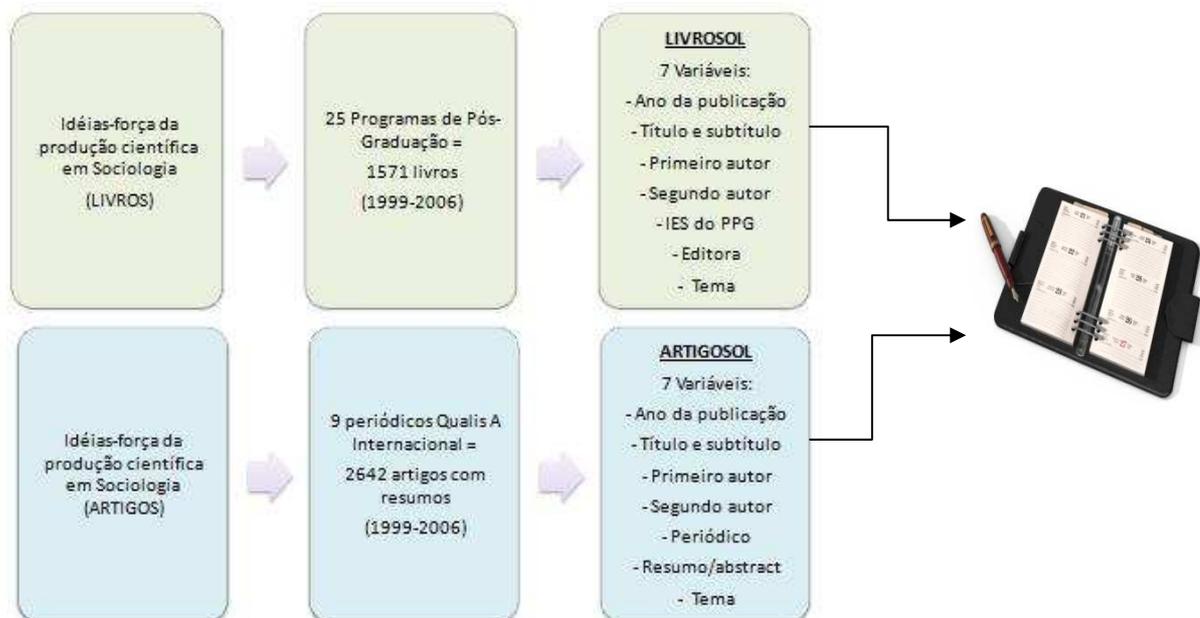
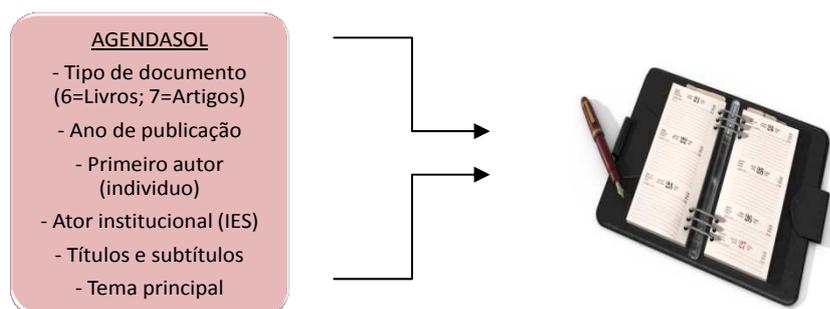


FIGURA 4 - Processo de construção da agenda temática da produção sociológica: AGENDASOL



Todo o trabalho considerou uma lógica dominante em relação à avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros e conseqüente distribuição de capital (em diversas formas - financeiro, institucional e simbólico): programas melhor conceituados se distinguem dos demais, recebem mais recursos, agregam sociólogos dominantes, reforçam a estrutura de dominação na produção de conhecimento nessa área.

Assim, estabelecem-se fluxos de capitais dentro do campo sociológico ao longo da história, embora não de modo homogêneo ou pacífico, e sim, controverso e repleto de lutas de tomada de posição, estratégias de reconhecimento, de acúmulo de capital intelectual e simbólico e de distinção.

Considera-se que o *financiamento de pesquisas pelo CNPq*, bem como as decisões sobre *o que é publicado nas revistas dominantes na Sociologia* (Qualis A Internacional) são resultados coletivos de processos decisórios em nível micro (os comitês de assessoramento e os comitês editoriais das revistas, respectivamente), baseados nos posicionamentos de *pares* indicados pela comunidade científica.

Apesar disso, podem não ser *representativos* no sentido óbvio: não representarem os pesquisadores nos seus múltiplos e fragmentados interesses de pesquisa e na forma em que se encontram posicionados no campo sociológico e distribuídos geograficamente nas instituições do País.

Em suma, a construção das agendas temáticas possibilitou uma análise sistemática tanto das prioridades da *política científica e tecnológica*¹⁰ e da *produção sociológica* como da reflexividade existente nas relações entre os campos. A FIGURA 5 a seguir procurou representar o cenário contemporâneo dinâmico de fluxos incessantes de condições sócio-cognitivas e político-institucionais em que se inserem tanto a construção das agendas temáticas da política científica e tecnológica (e do financiamento público) e da produção de conhecimento sociológico (baseada em livros e artigos), *como a reflexividade e as retraduições recorrentes entre a realidade social* (contexto histórico, agentes e estruturas) e *a compreensão que a ciência apresenta dela*.

¹⁰ Considera-se que, de certo modo, políticas científicas e tecnológicas configuram determinada retradução das questões de outros campos (social, econômico) para o campo da política científica e tecnológica.

FIGURA 5 – Lógica da Autonomia Reflexiva



1.2.1. Agenda temática do campo científico

Os títulos e subtítulos dos livros e os títulos e resumos dos artigos foram agrupados em arquivos de acordo com o respectivo ano de publicação. Em seguida, foram obtidas as frequências simples de palavras, a partir das quais se criou uma lista de exclusão e um dicionário de temas. É importante destacar que, ao usar o software Wordstat, junto com o QDA Miner, foi preciso selecionar o tipo de coleta e análise a ser feita. Na presente tese, não houve um *pré-processamento* (ou '*lemmatization*') do conjunto total de palavras; usaram-se apenas dois dicionários oferecidos pelos referidos programas: o *dicionário de exclusão* e o *dicionário de categorização*.

O primeiro deles constituiu-se a partir da exclusão de certas palavras, em português, inglês, espanhol e francês, como *artigos*, *preposições*, *advérbios*, *verbos de ligação*, entre outras classificações gramaticais que não ofereceram esclarecimentos a respeito dos temas

abordados, ou que por si só não apresentam significado (ação ou conceito). Chamadas de *palavras não significativas* (RAMOS, 2008, p.62-63; DELMATER & HANCOCK, 2001, p.127-136), estas compuseram um dicionário compartilhado pelas agendas temáticas e demais bases de dados construídas nesta pesquisa¹¹. Ou seja, tais palavras foram excluídas de todas as análises quantitativas e qualitativas realizadas e estiveram presentes nas bases de dados somente até a etapa de pré-processamento (primeiras frequências para correção e verificação de consistência dos dados).

O segundo dicionário (de categorização ou de temas) referiu-se ao agrupamento das palavras mais frequentes e relacionadas a um determinado *significado* no conjunto de textos em todos os anos abordados por esta pesquisa. Isso significa que não se definiram as categorias temáticas *a priori*. Foram consideradas palavras (em sua maioria, substantivos) em português, em inglês e em francês, devido à natureza dos periódicos selecionados. Alguns adjetivos foram agregados quando apareciam em apenas uma categoria, como é o caso de “constitucional”.

O QUADRO 1 mostra o conteúdo do dicionário de temas ou da *agenda temática* propriamente dita, que serviu de base para a análise dos temas recorrentes na produção do campo científico. Esta possibilita compreender o que tem sido publicado em livros e artigos na Sociologia e quais assuntos têm merecido maior interesse dos pesquisadores da área.

Nesse ponto da pesquisa, o uso de softwares para análise quantitativa e qualitativa viabilizou identificar quais temas foram mais frequentes, quais deles apareceram de modo correlato (co-ocorrência) e, destes, quais apresentaram um grau de similaridade que evidenciou os “nós” de interesse temático. Para isso, considerou-se a organização de conglomerados baseados nas categorias criadas, de acordo com a ocorrência de até 5 palavras em comum, com base no coeficiente de Jaccard, comumente utilizado na mineração de dados e na ciência da informação para mensurar graus de similaridade entre conceitos a partir da análise de conglomerados (clustering ou cluster analysis) (LAU et al,

¹¹ A lista de exclusão não foi reproduzida na íntegra nesta tese devido à extensa quantidade de palavras desse tipo. Assim, consideraram-se todas as flexões - de gênero, de número, de tempo verbal - e todas as traduções dos referidos termos (vide ANEXO I).

2009, p.240). Esta etapa da análise dos dados foi fundamental para a comparação entre as agendas temáticas e para a compreensão da retradução de temas sociais em temas sociológicos (ou *como a Sociologia é dotada de autonomia reflexiva*).

QUADRO 1 – Dicionário de temas do campo científico (1999-2006)

Categorias	Palavras mais frequentes nos artigos e nos livros
CAMPO E RURALIDADE	Agricultura; agriculture; assentamento (s); agrário; campo, farm; farmers; pastoral; farming; rural; sertão; terra; latifúndio;
CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS	Ativistas; activists; capital social; social capital; cidadania; citizenship; community; comunidade; identidade; identity; leader; mobilization; movimentos sociais; nongovernmental; povo; coletividade; social forces; social identities; social movements; volunteer
CIDADE E URBANIDADE	cidade; urbano; urbanidade;
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	academia; academics; acadêmicos; cientista; cientistas; ciência; tecnologia; inovação; science; scientists; technology; knowledge; conhecimento; innovation
CULTURA	arte; art; artesanato; artist; artista; cultura; culture; literature; museu; museum; music; música; pintura; poesia; poetry; teatro; cinema; technoculture; theater
DEMOCRACIA E ELEIÇÕES	ballot; constituency; democracia; democracy; democratization; dictatorship; election; elections; eleitor; electorate; eleitorado; eleições; eleição; equality; legitimacy; partidos políticos; partido político; political party; political parties; political regime; political representation; political rights; regime político; suffrage; voter; voters; voto; vote; votos
DIREITO E JUSTIÇA	advocacy; advocacia; direito; corte; courts; tribunal; inquérito; judiciary; jury; justice; justiça; lawyer; lei; legislação; júri
ECONOMIA	capitalism; capitalismo; economia; economy; business; imposto; income; market; mercado; negócios; propriedade; property; renda; trade; tariff;
EDUCAÇÃO	alunos; aprendizado; aprendizagem; educação; education; escola; ensino; formação; graduation; graduação; learning; professor; school; students; teacher; universidade; university
FAMÍLIA	adulto; adults; casamento; marriage; esposa; family; families, filhas; filhos; home; husband; maridos; maternidade; motherhood; parente; parents; wives
GÊNERO	female; feminino; gay; gender; gênero; homossexual; homossexualismo; lesbian; lesbianismo; mulher; mulheres; woman; women; sexismo
GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO	ALCA; globalization; globalização; mundialização; MERCOSUL
INFÂNCIA E JUVENTUDE	adolescente; adolescent; child; children; crianças; garotas; garoto; infant; infância; jovem; jovens; juventude; meninas; meninos; young; youth
MEIO AMBIENTE	amazon; amazônia; ambientalismo; ambiente; animais; ecologia; ecology; ecossistema; environment; floresta; forest; natureza; nature; preservação
POBREZA E DESIGUALDADE	desigualdade; famine; fome; inequality; misery; miséria; pauperism; pobreza; mendicância; poverty
POLÍTICA E GOVERNO	administração pública; burocratic; etat; federalism; governments; governo; government; implementation; nation; nationalist; neoliberal; nepotism; political elites; political systems; politicians; políticos; public administration; political system; república; republic; republican; state; estado
RAÇA E ETNIA	afro; afrodescendente; black; color; cor; indian; índio; indígena; negro; race; racism; raça; pardo; white; ethnicity; etnia;
RELIGIÃO	catolicismo; church; espiritismo; umbanda; religion; religião; religiosidade; spirit; igreja; templo
SAÚDE E DOENÇA	saúde; doença; disease; fertility; fitness; health; medicine; menopause; médico; dengue; nursing; psychology; psychoanalysis; surgery
TIC	communication; comunicação; imprensa; internet; jornal; media; mídia; newspaper; press; radio; rádio; televisão; television
TRABALHO E SINDICATO	employers; employment; desemprego; job; labor; laborer; occupation; overwork; profession; proletariat; sindicalismo; sindicato; sindicatos; trabalhador; trabalhadores; trabalho; unemployment; work; workers; workman
VIOLENCIA E SEGURANÇA PÚBLICA	Aggression; assault; attack; crime; criminology; delegacia; detective; disorder; drogas; drugs; estupro; homicídio; incarcerated; intolerance; molest; mortality; murder; police; polícia; rape; rebellion; security; segurança; suicide; suicídio; theft; victimization; victims; violência; violence;

Fonte: ARTIGOSOL e LIVROSOL, 2009

1.2.2. Agenda temática da política científica e tecnológica

A partir da base FOMENTOSOL, optou-se por adicionar informações acerca dos temas encontrados nos três Planos Plurianuais, 70 leis e 323 decretos e portarias (relacionados ao Ministério da Ciência e Tecnologia), que conformaram a base POLITICACT. Logicamente, os temas encontrados nesta base dizem respeito a todo um conjunto de diretrizes políticas de investimento em ciência e tecnológica em *todas* as áreas do conhecimento.

Isto significa que o conjunto de todos os temas apontados pela política científica e tecnológica - e não apenas pelos projetos apoiados na Sociologia - possibilita uma percepção mais ampla do cenário temático de prioridades nacionais que existiu. Assim, tornou-se viável compreender o que foi estratégico para os governos no período estudado, bem como as diferenças e as semelhanças entre os temas priorizados.

QUADRO 2 – Dicionário de temas do financiamento público (2000-2008)

Categorias	Palavras mais frequentes nos projetos e na legislação em C&T
CAMPO_E_RURALIDADE	Agrária, agrícolas, agricultora, agricultura, agrobiotecnologia, assentamento, campos, latifúndio, rural, ruralidade, sertão,
CIDADANIA_E_MOVIMENTOS SOCIAIS	parceria terceiro setor, inclusão digital, difusão, popularização da ciência, inclusão social, cidadania, movimentos sociais, acolhimento, associação, associativismo, ação coletiva, capital social, civildade, comunidade, comunitário, confiança, cooperativismo, cooperativas, empoderamento, engajamento, identidade coletiva, igualdade, legitimação, participação, participativa, representações sociais, sociabilidade, socialização, solidariedade, solidária, terceiro setor, vivências, voluntárias
CIDADE_E_URBANIDADE	Cidade, urbanidade, metrópole, metropolitana, periurbana, ruas, transporte público, trânsito, urbanização, urbano
CIÊNCIA_E_TECNOLOGIA	inovação tecnológica, biotecnologia, cooperação científica e tecnológica, mérito científico, P&D, nanotecnologia, semicondutores, microeletrônica, ética em pesquisa, história em C&T, nanociência, optoeletrônica, ciência, tecnologia, academia, acadêmico, biologia, biólogos, biotecnologia, cientista, conhecimento, científico, desenvolvimento científico, habitus, inovação, tecnológica, inventor, laboratório, engenheiro, engenharia, lideranças, MCT, CNPq, FINEP, FNDCT, nanotecnologia, patente, pesquisador, prospecção, robôs, tecnociência
CULTURA	Arte, artesanato, artista, carnaval, cinema, costumes, cultura, documentário, ficção, filme, folclore, futebol, língua, literatura, memória, mentalidades, museu, música, performance, pintura, poesia, teatro, tradicional, poeta, turismo, valores
DEMOCRACIA_E_ELEIÇÕES	democracia, autoritarismo, crise, eleição, democratização, ditadura, diversificação, eleitor, eleitorado, legislativo, partidos políticos, regime político, voto, representação política, sufrágio, tolerância.
DESENVOLVIMENTO	infra-estrutura, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento, desenvolvimentismo
DIREITO_E_JUSTIÇA	propriedade intelectual, advocacia, constituição, direito, inquérito, judicialização, judiciário, lei, legislação, juiz, juizado, justiça, júri, magistrados, ministério público, penal, procuradoria, procuradores, tribunal

Fonte: AGENDAPOL, 2010.

QUADRO 2 – Dicionário de temas do financiamento público (2000-2008) nução

ECONOMIA	agronegócio, certificação e qualificação, agropecuária, fundos setoriais, incentivos fiscais, agronegócio, automobilística, automotiva, aviação, bancário, capitalismo, comercial, capitalista, capital, comercialização, consumo, comércio, negócios, crescimento econômico, crédito, desenvolvimento econômico, economia, econômica, empresa, empresarial, estabilização, financeiro, imposto, hidrelétricas, indústria, industrial, mercado, microempreendedorismo, privatização, petróleo, mercantil, produtividade, produção, lucro, riqueza, propriedade privada, renda, siderurgia, varejo, supermercadista, spread, setor produtivo, sojicultura, subvenção econômica
EDUCAÇÃO	formação, física, pós-graduação, PRONEX, aluno, analfabetismo, analfabeto, aprendizado, aprendizagem, aprendizes, capacitação, cátedra, diploma universitário, disciplinas, docentes, educação, educativas, educação infantil, ENEM, ensino, ensino fundamental, ensino médio, graduação, estudo, formação, intelectual, instituição de ensino superior, mestrado, doutorado, professor, qualificação, saberes, universidade, escola
FAMÍLIA	adulto, casamento, conjugal, divórcio, doméstico, esposa, familiar, família, familiares, marido, paternidade, maternidade, pais, filha, filho, casa, lar, netos, intergeracional, padrasto, parente, parentesco, socialização, avós
GÊNERO	aborto, adulta, contracepção, coprovedoras, feminicídio, feminina, fêmea, feminismo, feminista, gênero, homossexual, homem, homossexualismo, lesbianismo, lésbica, menopausa, mulher, maria da penha, prostituição, prostituta, sexo, machismo, sexual, sexualidade, transsexualidade
GLOBALIZAÇÃO_E_REGIONALIZAÇÃO	ALCA, certificação, qualificação, comparativos, complexidade, contingência, continuidades, emigração, fronteira, global, globalização, mundialização, imigração, integração, internacionalização, local, MERCOSUL, modernidade, modernização, migrantes, NAFTA, risco, regionalização, regional, território, territorial, transfronteiriços, transnacional, guerra, relações internacionais
INFÂNCIA_E_JUVENTUDE	projovem, PROJOVEM, Adolescente, bebê, menino, menina, menor, criança, infante, infantil, garoto, garota, infância, jovem, juventude, juvenil, puberdade, pedofilia, abuso sexual,
MEIO_AMBIENTE	mudanças climáticas, agroecológica, antártica, antártica, amazônia, amazônica, ambiente, animais, aquecimento global, bacias, biodiversidade, cerrado, ambiental, ambientalismo, climatologia, conservação, córrego, degelo polar, desenvolvimento sustentável, ecologia, ecossistema, floresta, hidrologia, hídricos, manejo, mato, mar, natureza, natural, pantanal, planalto, plantas, preservação, sócioambientais, espécies, vulnerabilidade, água, sustentabilidade, semi-árido
POBREZA_E_DESIGUALDADE	Classe social, conflito, desemprego, desigual, desigualdade, estratificação, exclusão, favela, periferia, mendicância, miséria, mobilidade social, pobre, pobreza, precariedade, subalternidade, estratificação
POLÍTICA_E_GOVERNO	defesa, espacial, marinha, governo eletrônico, avaliação, administração pública, gestão, burocracia, burocrática, federalismo, clientelismo, estado, governança, governo, impeachment, implementação, militar, ministério, nação, nacionalismo, neoliberal, nepotismo, patriarcalismo, poder, política, elite política, sistema político, regime político, políticos, representação política, políticas públicas, programas, reforma política, república, republicana, sóciopolítica, comissão gestora, política de C&T
RAÇA_E_ETNIA	Ação afirmativa, afrodescendente, afro, branco, caboclo, cor, cotas, descendentes, étnico, etnicidade, etnia, etnopolítica, indígenas, índio, interétnica, negra, negro, oriental, pardo, preto, quilombolas, raciais, racial, racismo, racista, raça, segregação, severinos, tupi
RELIGIÃO	Budismo, candomblé, catolicismo, católica, clero, cruz, cultos, eclesiásticas, espiritismo, evangelismo, espírito, espiritual, espírito, evangélicos, igreja, mito, mitologia, orixá, pentecostais, possessão, religiosa, religiosidade, religião, umbanda
SAÚDE_E_DOENÇA	saúde, patrimônio genético, medicamentos, vacinas, aids, alimentar, alimentares, alimento, alongamento, auto-estima, bucal, câncer, clínico, corpo, células, dengue, depressão, diagnóstico, enfermagem, enfermidade, epidemia, epidemiológico, esterilização, febre, fertilidade, hospital, infartados, internação, lixão, medicina, menopausa, mucosa, médico, prontoário, psicologia, sanitária, saúde, SUS, transmissibilidade, tuberculose, vacina, vírus, virose
TIC	TIC, sociedade da informação, economia da inteligência, SOFTEX, software livre, informática, computadores, telefonia, celular, redes, internet, software, hardware, software livre, software proprietário, difusão científica, universalização de acesso, comunicação, tecnologias de informação, satélites, microeletrônica, inclusão digital, info
TRABALHO_E_SINDICATO	trabalho, sindicato, alienação, empregabilidade, emprego, flexibilização, precarização, greve, MST, profissionais, profissional, profissionalização, profissão, proletários, sindicalismo, trabalhador
VIOLÊNCIA_E_SEGURANÇA_PÚBLICA	assalto, assassinato, homicídio, ataque, crime, criminal, agressão, criminalidade, delegacia, drogas, encarceramento, estupro, homicídio, suicídio, impunidade, lesão corporal, morte, penitenciária, pistolagem, polícia, policial, delegado, policiamento, presídio, prisão, quadrilhas, roubo, segurança pública, vigilância, violência, violentos, vitimação

Após uma primeira categorização dos temas da política científica e tecnológica em *temas permanentes, recorrentes e diferenciais*, verificaram-se as categorias temáticas e suas frequências na base de dados POLITICACT (vide TAB.1 adiante). Em seguida, as mesmas técnicas descritas para a criação do *Dicionário de temas do campo científico* foram replicadas em relação aos dados dos *projetos fomentados pelo CNPq na área da Sociologia* (PROJETOSOL, vide FIG.1 e 2 apresentadas neste capítulo), permitindo a consolidação da *agenda temática do financiamento público* (QUADRO 2).

1.3. Análise de dados

A partir das cinco bases de dados POLITICACT, PROJETOSOL, ARTIGOSOL, LIVROSOL e ATORESOL, fez-se uma primeira análise estatística descritiva e univariada dos dados. Esta etapa foi fundamental para verificar a dimensão da variação das características dos projetos apoiados, dos artigos e dos livros publicados, bem como de toda a legislação da política científica e tecnológica e suas nuances¹².

A decisão de analisar somente os *atores institucionais* relaciona-se ao fato de que não houve a intenção de gerar rankings individualizados, provocativos e limitados, que distanciariam a tese de seus objetivos. Priorizou-se respeitar a lógica teoricamente prevacente de dominação e de força – embora não determinante – das *estruturas sociais*.

Somado a isso, um argumento forte refere-se às possibilidades e aos limites de cada perspectiva sociológica e das técnicas adotadas para explicá-las. O foco de análise centrado

¹² O tratamento das informações e sua transformação destas em dados confiáveis exigiram aproximadamente 18 meses de trabalhos de 'limpeza' e refinamento (a construção de um dicionário de exclusão de palavras 'conectoras' e outro temático, com análise dos *radicais* das palavras, retirando suas inflexões e verificando seu significado - um processo chamado de *stemming* ou lematização (RAMOS, 2008, p.64); a formatação e caracterização das variáveis das cinco bases de dados iniciais; a verificação das informações, a busca e coleta de resumos de mais de 3000 artigos, 2000 livros, 500 projetos de pesquisa, 400 tipos de legislação, *o que não inclui* a revisão bibliográfica). Ao longo do processo de análise inicial dos dados, existiram diferentes tentativas de relacionar *atores* e *temas* e cada uma delas trouxe dúvidas sobre como organizar as informações coletadas sobre os *autores de livros, de artigos e os coordenadores de projetos com fomento do CNPq*. Por quê? Enquanto *indivíduos* que escrevem e publicam, possuem características pessoais que não seriam acessíveis por meio do Sistema LATTES e características profissionais em excesso, considerando o total de indivíduos que não se repetem nas diferentes bases de dados (mais de 2000 pesquisadores).

nos *indivíduos/ pesquisadores* como unidade de análise exigiria, por exemplo, *seguí-los enquanto fazem ciência*: etnografia, com técnicas de observação participante, acesso e análise de documentos daqueles que compõem o grupo e as práticas a serem estudadas, com uma percepção aprofundada de um grupo limitado de pessoas num determinado *locus*.

Outra possibilidade seria *perguntar a um conjunto aleatório de pesquisadores suas opiniões* (representações de seus valores culturais, crenças, entre outros) *sobre como fazem ciência – eles e outros*: ‘survey’ ou pesquisa de opinião, com amostra aleatória de, no mínimo, 1500 respondentes, num certo país, a partir de um questionário coeso e cuidadosamente elaborado, com a maioria de questões fechadas cujas respostas permitissem uma verificação da consistência das informações repassadas pelos respondentes.

Ou ainda, perguntar a um grupo seletivo e direcionado de pesquisadores, que compartilham determinadas características, poucas questões abertas, ou entrevistá-los a partir de um roteiro prévio porém não fechado e tentar compreender o sentido do que foi dito.

Todos os três exemplos são mais ou menos viáveis, dependendo das condições que se possui para realizar cada pesquisa; trazem um conjunto de informações pertinentes e importantes, mas *provavelmente diferentes entre si devido ao foco, às técnicas, à proximidade/ distância entre quem pesquisa e o que é pesquisado; às coisas não ditas; às imagens corporais, gestos e olhares não registrados* (porque a presença de câmeras ou gravadores também pode alterar o comportamento dos respondentes e, conseqüentemente, o que dizem e como agem).

Assim, após um caminho tortuoso com muitos resultados parciais que não se referiam aos objetivos desta tese, decidiu-se agregar os dados individuais de coordenadores de pesquisa e de autores de livros e artigos como dados sobre os *atores institucionais ou as Instituições de Ensino Superior a que estão vinculados*. O somatório da produção dos pesquisadores é a produção da IES de que fazem parte.

Somente ao final desse longo e cuidadoso processo é que foi possível calcular a *média de artigos por IES* (ATOR INSTITUCIONAL), para ver quais instituições são mais

produtivas e supostamente mais influentes pela lógica dominante e, depois, formar a agenda temática da produção sociológica dos atores institucionais em livros e artigos.

Outro ponto metodológico importante: no caso dos livros, foi mais fácil organizar as informações coletadas dos Cadernos de Indicadores do sistema de avaliação da pós-graduação feito pela CAPES. Esta fonte já trazia alguma sistematização e necessitava somente da correção dos números de acordo com os critérios previamente estabelecidos aqui para a seleção dos livros – na tentativa de evitar dupla contagem de produção bibliográfica.

Este mesmo trabalho foi muito mais difícil no caso dos artigos Qualis A Internacional porque a verificação do vínculo institucional dos primeiros autores demandou uma checagem individual e sistemática dos currículos de mais de 2000 pesquisadores brasileiros e estrangeiros (isto porque se pretendia contabilizar todos os autores existentes), nem todos acessíveis eletronicamente. Por estas e outras razões, dentre elas a manutenção da coerência e da coesão da presente tese, optou-se por previamente selecionar (1) os primeiros autores acima da média individual de artigos publicados; depois (2) relacionar estes autores às respectivas IES brasileiras (as agendas temáticas possuem um foco nacional apesar de o campo científico ser internacional); e por isso (3) excluir os autores estrangeiros não fixados no Brasil.

Devido à compreensão desses limites e possibilidades e, certamente, devido às limitações e possibilidades próprias desta pesquisa de doutorado e da autora da presente tese, foi preciso escolher *analisar os atores institucionais*. Mantiveram-se apenas os nomes dos pesquisadores em suas instituições *sem as respectivas produções individuais* nos Anexos desta tese, como informações que podem interessar aos leitores¹³.

Finalmente, esse conjunto de resultados parciais, decisões metodológicas e novas ações de pesquisa viabilizaram, enfim, o aprofundamento da presente análise para uma camada mais abrangente (e formal) do que o nível individual e nominativo inicialmente traçado na hipótese descritiva. Nessa camada de análise, foram aplicadas técnicas de

¹³ A crença no compartilhamento das bases de dados criadas faz parte desta pesquisa, apenas com o registro cuidadoso de que o uso das mesmas e o que for dito e escrito é de responsabilidade dos futuros ‘usuários’ e não desta pesquisadora.

estatística descritiva relacionadas à análise de conteúdo *focada na comparação entre temas* (variável dependente, ou aquilo que se quer explicar e compreender), o que significa basicamente:

“...a summarizing, quantitative analysis of messages that relies on the scientific method (including attention to objectivity, intersubjectivity, a priori design, reliability, validity, generalizability, replicability and hypothesis testing) and is not limited as to the types of variables that may be measured or the context in which the messages are created or presented” (NEUENDORF, 2002, p.10).

Enfim, procurou-se testar a hipótese explicativa proposta: o tipo de autonomia existente na Sociologia é a autonomia reflexiva?

2. AUTONOMIA DA CIÊNCIA

"Um dos grandes paradoxos dos campos científicos é que eles devem, em grande parte, sua autonomia ao fato de que são financiados pelo Estado, logo colocados numa relação de dependência de um tipo particular, com respeito a uma instância capaz de sustentar e de tornar possível uma produção que não está submetida à sanção imediata do mercado" (...) "Encontra-se aí outra falsa antinomia, que a análise pode facilmente dissolver: pode-se adotar como estratégia servir-se do Estado para liberar-se da influência do Estado; pode-se tirar partido das garantias de autonomia que o Estado dá - por exemplo, as posições, *tenures* como dizem os anglo-saxões, de titular inamovível - para afirmar sua independência com relação ao Estado" (BOURDIEU, 2003, p.55).

2.1. Por que autonomia?

A razão pela qual a autonomia da ciência tornou-se o foco principal desta pesquisa consiste na centralidade do tema para o mundo científico: quão livres e independentes são os cientistas enquanto produzem conhecimento? E a ciência como resultado coletivo dessa produção humana? Sendo o financiamento algo fundamental para a viabilização da pesquisa científica, como os cientistas lidam com as orientações temáticas das políticas científicas e tecnológicas? As principais publicações de um determinado campo disciplinar refletem os temas definidos nessas políticas? Existem relações entre a *agenda temática dos governos em Ciência e Tecnologia e a do campo científico*?

A sociologia da ciência e da tecnologia tem apresentado diferentes percepções e análises sobre as condições que permeiam o trabalho no campo científico. Entretanto, não se elaborou aprofundadamente a questão da autonomia da ciência¹⁴, quase sempre

¹⁴ Na presente tese, não se discute a questão da *autonomia da tecnologia*, algo realizado por TRIGUEIRO (2009), com ênfase na sociologia da tecnologia e na filosofia da ciência e da técnica, e por TREVIÑO (1999), com foco nas teorias econômicas da tecnologia. Ademais, sobre a qualificação do termo 'aprofundadamente', um levantamento realizado em duas grandes bases de dados - a SCOPUS e a WILSONWEB - em artigos de TODAS as áreas do conhecimento disponíveis, identificou-se que o termo "science autonomy" foi encontrado em apenas 16 documentos na SCOPUS e em um documento na WILSONWEB. Já o termo "autonomy of science", apresentou 5 artigos na WILSONWEB e 19 na SCOPUS, em periódicos como *Journal for General Philosophy of Science - Zeitschrift für Allgemeine Wissenschaftstheorie*; *Minerva*; *Alternatives*; *Journal of Social and Biological Systems*; *Science and Engineering Ethics*; *American*

considerada relativa, porém sem graus de diferenciação estipulados ou critérios definidores de seus limites. Assim, desenvolveu-se uma tipologia da autonomia – *a saber, moral, relativa e reflexiva* – para compreender os limites, as restrições e as oportunidades existentes para os cientistas construírem conhecimento no atual contexto (MARANHÃO, 2005; 2006; 2007; SOBRAL & MARANHÃO, 2008, p.148).

A fim de verificar o poder explicativo desse constructo, decidiu-se analisar empiricamente a autonomia reflexiva, diante de uma série de dificuldades a serem combatidas na Sociologia no Brasil: (a) a maioria das publicações apresenta características de ensaios (SOARES, 2005); (b) a escassez de recursos públicos para financiamento de pesquisa sociológica em comparação com as demais áreas do conhecimento (CNPq, 2006; MARANHÃO, 2005; 2006; SOBRAL & MARANHÃO, 2008); (c) o desconhecimento sobre os *usos sociais dessa ciência* (SOARES, 2005, pp.95-96; BOURDIEU, 2003; BAUMAN, 2000, p.80), ou seja, o retorno desse conhecimento para a realidade; e (d) sobre como ocorrem as lutas por publicação e circulação do conhecimento produzido no País e, quando ocorrem, se o objetivo é o prestígio, a circulação de credibilidade (LATOUR & WOOLGAR, 1997), o reconhecimento, o acúmulo de capital simbólico (BOURDIEU, 2000; 2004), entre outras motivações.

A principal justificativa da presente pesquisa é a tentativa qualificada de se construir explicações rigorosas, coerentes e, sobretudo, científicas sobre qual é o tipo de autonomia existente na ciência contemporânea. Quais são os principais temas, autores e instituições que surgem no contexto do financiamento público da pesquisa e da produção científica que circula nas principais revistas e livros de Sociologia do País?

Considerando que “o grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução” (BOURDIEU, 2003, p.22), a autonomia reflexiva enquanto práxis no campo científico possibilita o reconhecimento das limitações e restrições, a tradução dos interesses e uma *inovação sociológica real*.

Isso significa que a seleção dos objetos e problemas de pesquisa de projetos que concorrem entre si por financiamento público é influenciada, porém não totalmente

restringida a priori, ficando a cargo dos pesquisadores que já apresentavam interesses numa determinada área temática elaborarem seus respectivos problemas, metodologias, enfim, desenhos de pesquisas.

A orientação da demanda define *temas a serem tratados e fomentados*, o que *efetivamente* não reduz a autonomia no campo científico. Diferentemente, o que restringe a autonomia no campo é *a instabilidade ou mesmo ausência de políticas efetivas de fomento para determinadas áreas do conhecimento*. Quando não há fomento sistemático, com periodicidade definida (que gere expectativas e movimentos visando uma ação futura, estratégica), a maioria dos atores da comunidade científica apresentam dificuldades de operacionalizar seus interesses e suas necessidades de pesquisa.

2.2. Tipologia da autonomia

“Destarte, o processo de autonomização da produção intelectual e artística é correlato à constituição de uma categoria socialmente distinta de artistas e de intelectuais profissionais, cada vez mais inclinados a levar em conta exclusivamente as regras firmadas pela tradição propriamente intelectual ou artística herdada de seus predecessores, e que lhes fornece um ponto de partida ou um ponto de ruptura, e cada vez mais propensos a liberar sua produção e seus produtos de toda e qualquer dependência social, seja das censuras morais e programas estéticos de uma Igreja empenhada em proselitismo, seja dos controles acadêmicos e das encomendas de um poder político propenso a arte como um instrumento de propaganda. Tal processo de autonomização assemelha-se aos que ocorreram em outros campos como o direito e a religião” (BOURDIEU, 2004, p.101).

Há diferentes perspectivas que analisam a produção do conhecimento científico e a autonomia da ciência ao longo da história. Até o século XVIII, os cientistas sabiam que sua *liberdade de condução de pesquisa e de divulgação dos resultados obtidos* encontrava-se submetida a limitações e restrições impostas principalmente pelos poderes eclesiásticos e pelas autoridades civis. Portanto, o trabalho científico era concretizado em convivência com o medo de repreensão, fosse por parte da Igreja, do Estado ou da Sociedade, e essa foi

uma das razões pelas quais se *fazia ciência discreta ou mesmo secretamente* (RELYEA, 1994, p.10).

Historicamente, a ruptura das relações de dependência entre *religião e política*, ou na medida em que os Estados passam a contar com outras bases de legitimação - *o poder econômico e a própria sociedade*, a ciência começa a desenvolver-se numa atmosfera de maior liberdade (BERGER & LUCKMANN, 1985, pp.126-127). Essa liberdade científica prescrevia que cada pesquisador possuía uma "*autonomia individual sobre a escolha do objeto a ser pesquisado, sobre a comunicação profissional e sobre a validação crítica dos resultados científicos*" (RELYEA, 1994, p.10).

De certa forma, dos clássicos aos contemporâneos da Sociologia, percebeu-se a importância das categorias explicativas baseadas nas relações sujeito-objeto, indivíduo-sociedade, objetividade- subjetividade (BOURDIEU, 2001, p.82; HABERMAS, 1990, pp.468-482). Como o *dinamismo da modernidade complexificou o tempo e o espaço* (GIDDENS, 2002, pp.26-38; GIDDENS & PIERSON, 1998, pp.73-88; BECK, GIDDENS & LASH, 1997, pp.36-47), tais antinomias usadas outrora para explicar a realidade passaram a serem elas mesmas questionadas (BOURDIEU, 1998, p.78; ELIAS, 1994, p.169).

Ocorre que, no mundo científico, as antinomias enquanto propostas explicativas da realidade sofreram críticas severas, numa contemporaneidade organizada como uma *sociedade em redes* (CASTELLS, 2005), principalmente após os contextos relacionados às duas grandes guerras mundiais (MERTON, 1957; ELIAS, 2001, p.61-63; ELIAS, 2006, p.199; BOURDIEU et al, 2004, p.88), à Guerra Fria (SHILS, 1956, pp. 176-191; SALOMON, 1994) e, atualmente, com o advento da globalização (GIDDENS, 1991, pp.69-82).

Logo, percebe-se que o tema da autonomia da ciência surge não apenas em contextos de censura religiosa ou de regimes autoritários, mas também em determinados governos democráticos, caracterizados, sobretudo, por limitações, restrições e censuras impostas aos cientistas, em diferentes épocas (BOBBIO et al, 2004, pp. 637-639; FERNANDES & SOBRAL, 1994; FERNANDES, 1958, pp.40-45; 1971, p.127).

“Se subjetivamente é muito difícil para os intelectuais, especialmente nos momentos de radicalização, não serem envolvidos e não participarem da

luta política, de outro lado, a sua colocação social intermediária impede a adesão total a uma das partes em luta. Deste conflito, do qual o intelectual é vítima, M. WEBER nos deixou uma imagem inquietante, quer nos escritos quer na sua experiência vivida. Dividido entre a pura dedicação ao objeto de suas indagações e a necessidade de se posicionar e participar dos problemas de seu tempo, a função do intelectual é, para M.WEBER, o contínuo esforço crítico e a tensão entre compreensão e autonomia de juízo, ética da responsabilidade da intenção, termos que, apesar de inconciliáveis, é preciso confrontar.” (BOBBIO ET AL, 2004, p. 639).

Findos os momentos históricos de autoritarismo e de exceção, como o nazista, nota-se que os “intelectuais moralistas (...) perderam muito de sua importância” (APITZSCH & APITZSCH, 1997, p.223) e, com eles, enfraqueceu-se uma *autonomia moral* constituída pelo *ethos científico presente na consciência dos cientistas* (POLANYI, 1958; 1951) e pelo discurso normativo de como se deveria fazer ciência. Com este enfraquecimento, o conceito de autonomia passou a ser qualificado como algo *desfocado e relativo* em diferentes perspectivas das Ciências Sociais. Ou seja, *houve um reconhecimento por parte do mundo científico de que não se faz ciência num vácuo: existem muitas fontes possíveis de influência e de restrição ao trabalho científico além do poder dos Estados e das religiões e do uso da violência* (RELYEA, 1994, p.10). Quando a ciência pôde ocupar um espaço relativamente autônomo no mundo em relação à religião e ao poder político-estatal? E como ocorreu essa transição de uma *autonomia moral para uma autonomia relativa*?

Primeiramente, a *autonomia moral* pode ser definida como a capacidade individual de existir e viver de acordo com princípios e razões que se escolheu e não por outras impostas ideológica ou 'externamente'. No âmbito da Filosofia (STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2009), este tipo de autonomia é um pressuposto fundamental para a *filosofia moral* de KANT¹⁵ (1983; HILL, 1991; TAYLOR, 2005), bem como para a *filosofia política* (liberal) de MILL (1975; CHRISTMAN & ANDERSON, 2005) e para a *filosofia do Direito* - liberdade de expressão, direito à privacidade (RAWLS, 1971; 1993; HABERMAS, 1994; DWORKIN, 2000).

¹⁵ Na tradição kantiana, a autonomia moral refere-se à capacidade de impor uma lei objetiva a outrem, "algo considerado fundamental ao princípio organizador de toda a moralidade" (HILL, 1989).

Na literatura brasileira, ZALUAR & LEAL definem a autonomia moral de modo mais abrangente como a

“preparação para o exercício da cidadania nas escolhas éticas feitas e no respeito às demais possíveis na convivência pacífica, isto é, naquelas escolhas que não implicam a destruição ou o silenciamento dos outros. Sobretudo, a autonomia na participação da vida pública em seus diversos canais, como princípio condutor e possivelmente redutor de situações de violência” (ZALUAR & LEAL, 2001).

Assim, este tipo de autonomia consistiria numa obrigação moral do cientista de proteger o etos científico e garantir, de algum modo, uma liberdade de ação individual em relação às crenças religiosas e políticas (MARANHÃO, 2005; 2006; SOBRAL & MARANHÃO, 2008), principalmente no que se refere às influências e pressões sobre ele enquanto faz ciência, bem como acerca dos usos ou aplicação dos resultados obtidos nesse processo.

*Houve um estabelecimento de uma moralidade científica e de uma ética profissional capazes de guiar a todos em práticas livres e transparentes? A ação dos cientistas baseia-se efetivamente numa crença compartilhada no valor absoluto do comportamento ético (tipo de ação *wertrational*, segundo WEBER)? Dentro do próprio campo científico (entre diferentes áreas do conhecimento e dentro de uma mesma área de conhecimento), não há disputas e controvérsias sobre o que deveria ser uma *conduta moral e ética autonomizadora dos cientistas*?*

“... não existe uma fórmula geral indicando a grandeza exata dessa margem individual em todas as fases da história e em todos os tipos de sociedade. Justamente o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age. De nenhum tipo de sociedade essa margem estará completamente ausente” (ELIAS, 1994, p. 49).

O abandono do ‘egocentrismo ingênuo da tradição filosófica’ que ELIAS atribui a COMTE, somado ao reconhecimento da existência de pensamentos ‘pré-científicos’ já eram argumentos contundentes contra a viabilidade de uma autonomia moral *dentro e fora*

da esfera individual. Existe uma permeabilidade do cientista em relação às próprias convicções, formação acadêmica, experiência profissional, assim como seu trabalho também é afetado, de diferentes formas, pelo tempo, pelo espaço e pela cultura na qual se insere.

Além das origens filosóficas dessa *qualidade de relatividade atribuída à autonomia da ciência*, tal adjetivo foi reforçado pelos processos de transformação e reinvenção do sistema capitalista financeiro. A ciência, nunca efetivamente 'pura', nem totalmente escrava, possui certo nível de autonomia, num dado momento não observado sistematicamente e, portanto, considerado *relativo*. Diversos autores se posicionaram deste modo em relação à autonomia da ciência (SCOTT, 2009; MERTON, 1957; 1968; 1972), num contexto cujo discurso prima pela inserção competitiva na economia regional e internacional de um mundo globalizado, com foco na inovação tecnológica (OCDE, 2005; NOWOTNY, 2001, p.67).

Porém, cabe salientar que, embora a própria identidade dos sujeitos seja forjada em grande medida nas redes de relações humanas (ARENDRT, 1958, p.184) e não-humanas¹⁶ (LATOURE, 2005, p.20-22; LATOURE, 2001; LATOURE, 1994), “a forma e a extensão da margem individual de decisão podem variar consideravelmente, conforme a adequação e a estatura pessoais do ocupante da função. Aqui, a margem de decisão é não apenas maior, como também mais elástica; nunca, porém, é ilimitada” (ELIAS, 1994, p.50).

Assim, o exercício de distanciamento (ou mesmo a alienação) não garantiria a imparcialidade na relação entre quem pesquisa e qual fenômeno se pesquisa; no que se refere às transferências subjetivas que esse olhar maculado leva para suas explicações e para o conhecimento científico, outra compreensão sobre a construção da ciência se fez urgente.

“Em el centro de una teoría sociológica de la ciencia, cuyo objetivo no es postular ideales científicos, sino investigar las ciencias em su calidad

¹⁶ Para LATOURE, existem cinco tipos de incertezas: *a natureza dos grupos* (como se formam as identidades dos atores?), *a natureza das ações* (a variedade de atores em ação transforma os objetivos primeiros dessa ação), *a natureza dos objetos* (sempre pode haver um novo ator nas interações), *a natureza dos fatos* (existem disputas contínuas nas ciências e entre elas e a sociedade) e *os tipos de estudos feitos sob o rótulo de 'uma ciência do social'* (2005, p.21-22).

de procesos sociales observables, se sitúa, por tanto, una concepción del carácter de los procesos de conocimiento que entiende el decurso de estos como la aproximación por parte de grupos de personas, primero escasas, luego cada vez más y más sólidamente organizadas, del ámbito del saber y el pensamiento humanos al ámbito cada vez mayor de los hechos observables, logrando un ajuste progresivamente mejor. El reconocimiento de esta tarea aleja tanto del absolutismo filosófico como del relativismo sociológico aún hoy dominante en gran medida” (ELIAS, 2008, p.63).

Para os argumentos analisados anteriormente, a "autonomia viável caracteriza-se por ser algo relativo: uma autonomia relativa, constantemente ameaçada, influenciada e mesmo distorcida pelas diversas condições da realidade que se colocam à prática científica" (SOBRAL & MARANHÃO, 2008, p.148-149, nossa tradução).

Após compreender o significado da *autonomia moral* e da *autonomia relativa*, faz-se a pergunta: então, essas restrições e condições que se impõem sobre o fazer ciência impedem o desenvolvimento dessa ciência? Os cientistas deixam de pesquisar por causa das diversas dificuldades encontradas na trajetória profissional, intelectual e pessoal? Na Sociologia, em que os recursos para fomento à pesquisa são menores do que nas demais áreas, *pesquisadores desistem de temas que não são prioridade de investimento público?*

A resposta é não. O que se verifica teoricamente e os dados corroboram é que existem esforços contínuos de busca por financiamentos, de ocupação de posições importantes e influentes nos processos decisórios de publicação e de fomento, trabalhos esses aliados às trajetórias dos sociólogos, em suas especificidades e interesses de pesquisa. Significa que, se for preciso ampliar um pouco o escopo de uma pesquisa para tentar um financiamento, isso é algo viável; trata-se de um ajuste responsável às demandas para a viabilização da pesquisa (BOURDIEU, 1996, p.282).

Significa que maior será o grau de autonomia quanto maior for o poder de refração ou retratado apresentado pelo campo científico por meio de sua produção. Significa fortalecer as redes de relacionamento entre pares (nem sempre concorrentes, portanto), algo extremamente estratégico para a estruturação de novas posições, para a tomada de posições e para o acúmulo de capital (científico e simbólico, podendo ser reconvertido em financeiro).

Neste sentido, a ação estratégica não é algo perfeitamente calculado e racional, como no paradigma da *escolha racional* (ARNOLD, 1990; KIEWIET & MCCUBBINS, 1991; SHEPSLE & WEINGAST, 1995; SWARTZ, 2009, p.55), mas *estratégico* no sentido de agir em relação à complexidade e à incerteza. Algo mais próximo da complexidade posta por diversos neo-institucionalistas, qual seja, o fato de que é bastante difícil traduzir os conflitos (aqueles que se consegue prever) em contratos políticos (DIXIT, 1998, p.20; DIXIT & SKEATH, 2001) e em planejamentos de médio prazo (como os Planos Plurianuais), bem como nas políticas científicas e tecnológicas e nos editais de fomento à pesquisa.

Apesar de Bourdieu basear sua 'teoria da ação' no conceito de *habitus*, ou seja, nas

"disposições adquiridas que fazem com que a ação possa e deva ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem que se possa, entretanto, dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo (...). O melhor exemplo de disposição é, sem dúvida, o sentido do jogador: o jogador, tendo interiorizado profundamente as regularidades de um jogo, faz o que faz no momento em que é preciso fazê-lo, sem ter a necessidade de colocar explicitamente como finalidade o que deve fazer" (BOURDIEU, 1996, p.164).

Então, o jogador não seria um agente 'calculista' ou estrategista no sentido econômico da teoria dos jogos, "mas um agente socialmente predisposto a entrar, sem intenção ou cálculo, no jogo da troca" (BOURDIEU, 1996, p.165).

Porém, o autor abre exceções nessa teoria da ação porque se refere à "maior parte das ações humanas". Ou seja, ele não é determinista nem afirma que essa teoria vale para *todas as ações humanas*. De fato, quando o mesmo autor discute a questão da reflexividade sete anos depois (BOURDIEU, 2001), há na ação reflexiva uma *intenção real de agir reflexivamente* e uma *consciência por parte do pesquisador* da existência das disposições adquiridas e incorporadas. Pode-se não identificar exatamente quais são todas as disposições existentes, mas há consciência de sua existência e perspectivas de como podem operar no agir, na práxis.

Assim, define-se a *autonomia reflexiva*¹⁷ como "a produção consciente do conhecimento num certo campo científico, estabelecido nas relações complexas entre atores e condições sócio-cognitivas, econômicas e político-institucionais, para além dos limites estabelecidos na práxis" (MARANHÃO, 2005; 2006; SOBRAL & MARANHÃO, 2008, p.148).

De qualquer modo, a definição do conceito de reflexividade também não se encontrada 'pacificada' nas teorias sociológicas contemporâneas. Tornou-se fundamental discutir quais são as origens, as características e os limites dos significados dessa reflexividade. Esse fato orientou uma análise sobre as divergências e as convergências entre as definições centradas em autores como Pierre BOURDIEU e Anthony GIDDENS. Pretendeu-se compreender e esclarecer a importância de um conceito abrangente para explicações sociológicas sobre a construção do conhecimento científico, uma vez que não há consenso sobre sua definição na Sociologia (LYNCH, 2000, p.47; DOMINGUES, 2002, p.1).

Pode-se partir da seguinte metáfora, dentre as diversas utilizadas por filósofos e cientistas sociais para ilustrar suas argumentações: o *véu da ignorância rawlsiano*, que permanece como um exercício fundamental para a Sociologia (RAWLS, 1971). A proposta da justiça, incorporada e exercida por alguém, que, tendo os olhos vendados, desconheceria sua posição social, política e econômica naquele mundo e que decidiria equanimemente sobre algo, cujo resultado final poderia inclusive afetá-lo, constitui uma imagem ideal e magnífica daquilo que nos é impossível na prática: a imparcialidade, a ética universal (RAWLS, 1971, pp.136-138).

Por que começar com essa imagem? Porque analisar e comparar os significados do *conceito de reflexividade* exige do pesquisador a compreensão do contexto em que foram escritos, de como a relação eu - nós nas *sociedades dos indivíduos* de Norbert ELIAS (1994a) interpenetrou a obra dos autores que elaboraram tal conceito.

¹⁷ A primeira definição do conceito de autonomia reflexiva surgiu em MARANHÃO (2005), a partir de uma síntese teórica sobre a *tipologia da autonomia da ciência*. Tal quadro foi revisado e publicado em artigo completo por SOBRAL & MARANHÃO (2008). Desse modo, optou-se por integrar a referida tipologia ao quadro síntese dos conceitos-chave norteadores da presente pesquisa (vide QUADRO 5 adiante), sem que haja, contudo, pretensão de reduzi-los ou simplificá-los.

Considerando que “herdamos condições do passado” (MARX, 1969, p.15), o contexto histórico em que se insere o cientista social também permeia a produção do conhecimento do qual participa, mais ou menos ativamente, em algumas redes de atores. A objetividade necessária à construção da ciência é um produto intersubjetivo do campo científico, com determinadas condições sócio-cognitivas próprias de uma construção coletiva (CORCUFF, 2001, p.24-25) e ocorre na contemporaneidade mundializada (QUADRO 3).

QUADRO 3 – Características da contemporaneidade e da ciência

Característica	Significado
Modelo misto de desenvolvimento científico e tecnológico/ Novo modo de produção do conhecimento científico/ Arenas transepistêmicas	Maior permeabilidade entre os valores, os interesses e os temas entre diferentes campos - político, econômico, científico, entre outros - que alguns autores caracterizam como um <i>novo modo de produção do conhecimento</i> ou Modo 2 (GIBBONS ET AL, 1993; NOWOTNY ET AL, 2001; SOBRAL & TRIGUEIRO, 1994; SOBRAL, 2001). Outros passam a conceituar <i>campos</i> como <i>arenas transepistêmicas</i> (KNORR-CETINA, 1981).
Globalização e Tecnologias da Informação e da Comunicação	Os avanços tecnológicos e as redes técnicas mundializadas alteraram as concepções de tempo e de espaço, ampliando a velocidade, a complexidade e a simultaneidade da produção e da circulação de informações e de conhecimento (CASTELLS, 2005). As relações entre produtores, distribuidores e consumidores de conhecimento tornam-se mais fluidas (CASTELLS, 1999).
Democratização mundial progressiva	“O fato importante a sublinhar é que existe um <i>imperativo de reflexividade muito forte nas democracias do século XXI</i> ” (ROSANVALLON, 2008, p.234, nossa tradução; ADAM, 2003; BAUMAN, 2000)
Ethos científico	Novos conhecimentos trazem novas questões éticas relacionadas aos temas emergentes: bioética, clonagem e saúde; privacidade, segurança, risco e controle; migrações, trabalho e políticas protecionistas, entre outros (BECK, 1992; BECK, BONSS & LAU, 2003; LATOUR, 2004; LAHIRE, 2002; BOURDIEU, 2002).

Nessa sociedade do conhecimento¹⁸, a ciência constitui-se cada vez mais como “uma poderosa instituição que influencia a vida cotidiana das pessoas de várias formas. Mas, ao mesmo tempo, ela é crescentemente influenciada por forças políticas, sociais e econômicas que procuram direcioná-la e controlar suas aplicações” (THORLINDSSON & VILHJALMSSON, 2003, p.99), mesmo antes da escolha dos objetos de pesquisa. A ciência se tornou *invasiva e invadida*, e a autonomia do campo científico não está mais resguardada na torre de marfim das Universidades (se é que algum dia esteve, de fato, ou isso era parte da *ilusão* intelectual).

Por tudo isso, pressupõe-se, com ELIAS (1994a, 1994b), a especialidade da esfera social: não se define em função de contrato social para solucionar dilemas de um *estado de natureza*, como propunha a teoria política tradicional (HOBBS, 1979; ROUSSEAU, 1985, pp.26-28; CHEVALLIER, 1966; NISBET, 1982; WEFFORT, 1991; COHEN & FERMON, 1996). De fato, ELIAS inaugura a *interdependência* como um instrumento privilegiado de análise sociológica: a esfera social compõe-se por redes relacionais de dependências dinâmicas, que formam, no fluxo contínuo da história, *comunidades não-harmoniosas, incompletas e interdependentes em suas relações funcionais de longo prazo* (ELIAS, 1994a, pp.18-23).

Diversas condições influenciam, de determinada forma, tais redes relacionais e suas práticas: são de ordem intelectual, afetiva, política, cognitiva, religiosa, funcional, econômica. O que merece destaque é *pensar a humanidade conceitualmente, em distintas ocasiões, de forma menos segmentada*. Do mesmo modo, integrou-se corpo e movimento, com um avanço nos padrões de linguagem. A partir do momento em que a linguagem – falada, escrita, simbolizada - se torna o meio de regulação e comunicação principal das relações humanas, aqueles que produzem conhecimento ou que se utilizam do discurso, desenvolvem-se em busca do domínio da natureza e dos demais indivíduos (ELIAS, 2001, p.79; ELIAS, 2000; BOURDIEU, 2000; 2004; SIMMEL, 2006).

Sendo a expressão desse conhecimento operacionalizado nas ações práticas e nas lutas de poder entre desiguais, a diferenciação entre uma classe dominante e as outras se

¹⁸ Existem discussões sobre se nos encontramos numa sociedade do conhecimento ou numa economia da inteligência (vide GORZ, 2005).

torna evidente. O saber é descoberto, portanto, como produto humano e desmistifica-se a construção do conhecimento científico e a atividade docente (ELIAS, 2000; BOURDIEU, 1984). Tal *desmistificação da realidade* (ou da explicação que filósofos fizeram dela) enquanto função ou objetivo da Ciência permaneceu inquietante e indispensável para a *compreensão de um mundo em constante transformação*.

“O mais importante desafio perante os sociólogos hoje é maximizar o potencial construtivo numa sociologia autônoma, enquanto minimizam as frequentes e concomitantes tendências sectárias e ideológicas” (EISENSTADT, 1980, p.31).

Com diferentes obstáculos e destaques, as trajetórias e obras de DURKHEIM (2002, p.82; 2003, pp.66-70), MARX (1969; 2006), WEBER (1991), ELIAS (2001, p. 29, p.160), BOURDIEU e GIDDENS evidenciam a ‘missão’ dessa Ciência Social¹⁹: arrancar as vendas rawlsianas dos olhares dos intelectuais, sentir o corpo estremecer aos *beijos elétricos* dessa ciência perturbadora (BOURDIEU et al, 2004, p.87), libertadora das ilusões (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.168; BOURDIEU, 2001, p.183), por vezes, *inovadora* (BOURDIEU et al, 2004, pp. 15-17) e voltada para a ação social e política (BRINCKER & GUNDELACH, 2005).

Diante de tal contexto de interdependência dinâmica, como surge a noção de *reflexividade*? Qual é a origem do significado sociológico de *reflexividade*? “A reflexão, com efeito, é anterior à ciência: esta se limita a servir-se dela com mais método” (DURKHEIM, 2003, p.42), ou seja, torna-se *reflexão científica orientada para a prática*. Não se trata de um retorno interior, íntimo da pessoa privada do sociólogo; não é a observação relativizada do observador que fazem alguns antropólogos (LYNCH, 2000); não é a modernização da modernidade (BECK et al, 2003). Trata-se de um “efeito de espelho permanente”, em que a sociologia se submete ela mesma ao rigor científico, “para

¹⁹Entretanto, analisar tal missão em maior profundidade não consiste no objetivo do presente capítulo. Oriunda da Ciência Política, envolvida em linha de pesquisa sobre Educação, Ciência e Tecnologia, esta pesquisadora revela a intenção de conhecer e compreender – e, deste modo, se posicionar - o campo sociológico, razão pela qual objetiva comparar os significados da reflexividade e compreender seus limites reais, especialmente, na práxis sociológica.

controlá-la e reforçá-la” (BOURDIEU, 2001, p.15), “ato antinarcisista, (...) sem charme e um pouco triste” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, pp.51-52).

A reflexividade cuja origem se estabelece na prática de um *Homo academicus* (BOURDIEU, 1984) torna-se apropriada como constructo para compreensão de como se faz ciência. Por exemplo, quando BOURDIEU analisa sistematicamente a recorrência de lutas entre o *capital ligado ao poder sobre instrumentos de reprodução*, em suas diversas formas, e o *capital científico* (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.54; BOURDIEU, 1984, p. 99-167), demonstra que a disputa no campo científico é uma disputa científica e política, que afeta inclusive a disposição local e geopolítica e a reprodução da distinção.

BOURDIEU afirma ter construído um *duplo objeto: aparente*, ao observar a Universidade francesa enquanto instituição, e *profundo*, evidenciando um “retorno reflexivo que se aplica à objetivação de seu próprio universo” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.48). Quando se parte do pressuposto de que o sociólogo *vive* uma *tentação inerente à sua posição*, considera-se inclusive a existência de estratégias para dissimular as próprias estratégias de acumulação de capital simbólico na ciência, sendo extremamente difícil - e provavelmente indesejável - para os cientistas sociais tentar observar e analisar o próprio campo científico, do qual faz parte e com o qual se identifica.

"O que eu menos apreciava em Sartre era tudo o que fez dele não apenas o 'intelectual total', mas o intelectual ideal, a figura exemplar do intelectual, e, em particular, sua contribuição sem equivalente para a mitologia do intelectual livre, que lhe garante o reconhecimento eterno de todos os intelectuais. (Minha simpatia por Karl Kraus deve-se ao fato de que ele acrescenta à idéia do intelectual como Sartre construiu e impôs uma virtude essencial, a reflexividade crítica: existem muitos intelectuais que interrogam o mundo; há poucos intelectuais que interrogam o mundo intelectual)." (BOURDIEU, 2004, p.56)

Considerando que a produção de capital simbólico é permeada pelo *habitus* e pela *doxa* inerentes às instituições de origem e à sua cultura, ao sistema educacional reconhecido e às suas marcas, há várias maneiras de entrar e sair das pesquisas, várias trajetórias, títulos e posições possíveis para dominantes (e menos opções para os dominados) no campo científico.

Logo, também existem várias fontes de erro e problemas, tais como “a relação incontrolada com o objeto, que conduz à projeção desta relação não analisada no objeto de análise” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.48); “a objetivação se pratica muito atualmente, porém de modo incrivelmente superficial”; e “o viés está nas determinações invisíveis que se inscrevem na posição do intelectual” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.49). Esse conjunto de fatores justifica a necessidade do *retorno reflexivo*, uma sociologia da sociologia, “dimensão fundamental da epistemologia da sociologia”, “necessidade prévia, anterior a toda prática sociológica rigorosa” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.48). Entretanto, a justificativa da necessidade não significa que todos os intelectuais se comportem desse modo.

De fato, ocorre que a produção do conhecimento científico encontra-se no campo científico, cuja práxis, entretanto, é permeada pelas condições materiais, econômicas, políticas, sociais e cognitivas que atravessam as redes de atores que formam esse campo, e, concomitantemente, ocupam diversas posições neste e em outros campos de poder.

Não se trata apenas das condições da própria produção individual, mas do conjunto de intelectuais e suas equipes de pesquisa trabalhando, os dominados e não articulados às diferentes redes, o pertencimento às associações nacionais e internacionais, entre outras condições próprias da práxis da ciência e que correspondem à complexidade da realidade em que ela se dá (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.50).

“A sociologia verdadeiramente reflexiva é contrária ao epistemocentrismo ou etnocentrismo do sábio que consiste em ignorar tudo o que o analista projeta em sua percepção do objeto como se fosse exterior a ele, observando-o de longe e do alto (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.50).

Ao procurar exemplificar a reflexividade fora do campo científico, há controvérsias com relação à origem, ao sujeito e às conseqüências da prática reflexiva: por exemplo, há diversos fatores que influenciam a opinião política, tais como classe social, leis do mercado político, o espaço e a linguagem política, fatores que evidenciam as desigualdades da *democracia seletiva* (BOURDIEU, 1980, pp.437-465). Entretanto, a capacidade de fazer política – produzir discurso, agir, mudar situações reais ou influenciá-las – concentra-se em poucas mãos (BOURDIEU, 1980, p. 397).

Logo, a probabilidade de emitir *opinião* é maior para homens jovens, de cidades grandes, com maior capital educacional e econômico, e melhor posição social - a negação das diferenças de status social aumenta com o nível educacional (BOURDIEU, 1980, pp.400-404). *Surveys* ou pesquisas de opinião pública mobilizam as respostas individualmente (BOURDIEU, 1980, pp. 413-417), mas “nem todas as respostas são opiniões” (BOURDIEU, 1980, pp. 418- 421): sua produção parte do *etos* de classe, de axiomas políticos ou de um alinhamento ideológico. As respostas aos questionários refletem o “rótulo” do entrevistado. Logo, a desigualdade existente na democracia seletiva acaba por prejudicar o potencial de conscientização e de reflexividade na prática dos dominados *fora do campo científico*, que seriam cúmplices da reprodução da dominação.

Ou seja, a apropriação da cultura como símbolo de distinção é estratégia das elites e também dos intelectuais. Em oposição à vulgaridade da indústria cultural e midiática, quando a civilização está em perigo, caberia aos sociólogos desvelarem a realidade por meio das controvérsias existentes no campo científico. Nesse sentido, a práxis reflexiva e coletiva significa

“A distorção que a postura analítica (...) introduz na relação entre o observador e o observado, entre a vida social real e as observações que o sociólogo produz dela” (WACQUANT, 2002, p.97).

GIDDENS, por sua vez, também afirma a importância das Ciências Sociais para constituir sistemas peritos, que seriam socializados no cotidiano.

“Há um sentido fundamental no qual a reflexividade é uma característica definidora de toda ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente ‘se mantêm em contato’ com as bases do que fazem como parte integrante do fazer. Denominei isto em outro lugar de ‘monitoração reflexiva da ação’, usando a expressão no sentido de chamar a atenção para o caráter crônico dos processos envolvidos. A ação humana não incorpora cadeias de interações e motivos agregados, mas uma consistente (...) monitoração do comportamento e seus contextos. Este não é o sentido de reflexividade que é especificamente ligado à modernidade, embora seja sua base necessária. (...). A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando-as assim constitutivamente” (GIDDENS, 1991, pp.43-45).

Este autor identifica alguns tipos de reflexividade²⁰, dentre elas a *institucional* e a *social*. No primeiro tipo *institucional*, o conhecimento posto no discurso circula na modernidade e reconstrói a vida social. Este seria

“um fenômeno de *reflexividade institucional* em constante movimento. É institucional por ser o elemento estrutural básico da atividade social nos ambientes modernos. É reflexivo no sentido de que os termos introduzidos para descrever a vida social habitualmente chegam e a transformam – não como um processo mecânico, nem necessariamente de uma maneira controlada, mas porque se tornam parte das formas de ação adotadas pelos indivíduos ou pelos grupos” (...) “A contínua incorporação reflexiva do conhecimento não apenas se introduz na brecha, ela proporciona precisamente um *ímpeto básico às mudanças que ocorrem nos contextos pessoais, e também globais, da ação*” (GIDDENS, 1993, p.39).

Já a reflexividade social significaria um *modus operandi* individual para o reconhecimento de informações relevantes num determinado contexto. Quanto mais a reflexividade se intensificar, mais os indivíduos serão capazes de filtrar tais informações e, posteriormente, convertê-las em ações (GIDDENS, 1984, p.281).

“A terceira mudança básica que afeta as sociedades contemporâneas é a expansão da *reflexividade social*. Em uma sociedade destradicionalizadora, os indivíduos devem se acostumar a filtrar todos os tipos de informação relevantes para as situações de suas vidas e atuar rotineiramente com base nesse processo de filtragem” (GIDDENS, 1996, p.15).

“A reflexividade social diz respeito a uma sociedade em que as condições em que vivemos são cada vez mais o resultado de nossas próprias ações e, inversamente, nossas ações vivem cada vez mais a administrar ou enfrentar os riscos e oportunidades que nós mesmos criamos” (GIDDENS & PIERSON, 2000, p.20).

²⁰ O foco deste capítulo não é tratar sobre as relações de gênero. Em *A Transformação da Intimidade*, GIDDENS identifica outro tipo de reflexividade, a inversa: “O termo ‘co-dependente’ é um exemplo daquela ‘reflexividade inversa’ tão comum na época atual. Não foi uma palavra inventada por profissionais, mas surgiu da atuação de indivíduos que lutavam contra seu próprio alcoolismo” (GIDDENS, 1993, p.100).

Um problema que ocorre, como destaca LASH (2003, pp.54-56), é o fato dessas relações sociais nessa modernidade reflexiva serem necessariamente mediadas por *sistemas sócio-técnicos não-lineares*: meios de comunicação de massa em milhões de canais de televisão - aberta e fechada, em diferentes línguas, jornais de todos os países com diferentes ideologias, a velocidade dos múltiplos fluxos de informação pela internet, um cenário completamente caótico. Se esses fluxos e esse caos são características da modernidade reflexiva, estão excluídos todos os analfabetos, todos que não possuem acesso à informação por televisão, ou rádio, ou internet, uma enorme população mundial que não compartilha ou que desconhece o conteúdo de qualquer parte dessas informações.

Se, ainda assim, considerarmos um conhecimento tácito, o “aprender fazendo” dos operários da construção civil, por exemplo, para quem não há cursos técnicos num primeiro estágio, há que se aceitar a extrema desigualdade de oportunidade e de acesso às informações para que ele possa reprocessar reflexivamente sua prática, aprender com os erros, quando tiver consciência desses e vontade de agir nesse sentido.

Uma dificuldade central na teoria de GIDDENS seria: como comparar a *concretização da reflexividade por meio do conhecimento perito e do conhecimento tácito*? Diante desse dilema, inviabiliza-se a amplitude do conceito de *reflexividade* como característica da modernidade ‘cosmopolita’: o que não é absorvido cria tensões e contradições que perseguem o sistema com conseqüências não-intencionais e externalidades (GIDDENS, 1991, pp.50-51), além de novas situações de risco (BECK, 1992).

Na mesma linha de raciocínio, BECK propõe a tese de que “quanto mais as sociedades são modernizadas, mais os agentes (sujeitos) adquirem a capacidade de refletir sobre as condições sociais de sua existência” (BECK *et al*, 1997, p.207). Sua proposta resume-se em superar a controvérsia entre modernistas e pós-modernistas, em que a ‘terceira via’ seria a modernidade reflexiva.

Porém, o significado de reflexividade é controvertido e, a fim de analisá-lo, este autor propõe responder (a) quem é o sujeito da reflexividade (indivíduos ou grupos, cientistas ou pessoas comuns, instituições, organizações e estruturas); (b) qual é o meio de sua concretização (formas de conhecimento ou não-conhecimento, o dinamismo inerente, o não desejado e não visto); (c) quais são as conseqüências da modernidade reflexiva (para

BECK, individuação; para GIDDENS, desincorporação e incorporação). BECK afirma que ele e GIDDENS baseiam sua argumentação numa compreensão cognitivamente reduzida de reflexão, em que a principal consequência seria a libertação *ou uma autonomização dos indivíduos em relação às estruturas, que precisam redefinir* (BECK et al, 1997, p.208-210).

Parece existir entre eles uma crença otimista na capacidade supostamente homogênea de indivíduos e coletividades de exercerem a reflexão e de compartilharem as práticas da modernização reflexiva. De fato, as condições materiais de existência e a rigidez da tradição e das estruturas variam nas diferentes culturas, apesar da interação e disseminação de valores hegemônicos no processo de globalização.

Ter acesso a informações, a outros mundos e encontrar fronteiras significam coisas extremamente diferentes para os diversos grupos de acordo com os valores culturais (ALMOND & VERBA, 1965; PUTNAM, 1996; 2000; 2002; INGLEHART, 1971; INGLEHART & BAKER, 2000; INGLEHART & WELZEL, 2005; JACKMAN & MILLER, 1996; LANE, 2000) e as condições materiais em que se inserem, de que participam, que lhes forma e na qual interferem (MARANHÃO, SOBRAL & CASTRO, 2008).

Tendo a modernização reflexiva como relação entre continuidade e descontinuidade, cuja ênfase teórica reside em (a) processo de naturalização e seus pressupostos; e (b) separação ente cultura e natureza (ADAM, 2003, p. 59), existe uma tendência de que a intensidade da reflexividade minaria as próprias bases da modernidade reflexiva, numa análise dialética (ADAM, 2003, p.60-61).

QUADRO 4 – Diferenças entre BOURDIEU e GIDDENS sobre a reflexividade

Reflexividade	Pierre BOURDIEU	Anthony GIDDENS
Origens	Embora envolva o retorno reflexivo do sujeito para si e suas práticas, a reflexividade se concretiza no plano coletivo do campo científico mediante pesquisas rigorosas e reveladoras.	A reflexividade nasce da capacidade dos indivíduos de aprender com sua experiência, dados os fluxos velozes de informação, e de transformar sua realidade com base nesse aprendizado cotidiano.

Características	Reflexividade como processo coletivo de retradução por meio do <i>habitus</i> compartilhado num determinado lócus, com linguagem específica; Ruptura entre ciência e o senso comum; Superação das antinomias pelo duplo processo de exteriorização e interiorização	Reflexividade como característica da modernidade e da transformação da intimidade, presente em todos os indivíduos; Sociologia das práticas busca a superação pela dualidade da estrutura; Antinomias e dualidades presentes no tempo e no espaço reorganizados
Condições	Sem pesquisa e rigor científico não há como desvelar as análises que os sujeitos fazem dos objetos objetivados	Se as estruturas forem hegemônicas, pouco espaço haverá para a ação individual de transformação
Problemas	Subestima espaços possíveis de ação individual e coletiva organizada para a tomada de posições; Conflitos e lutas entre pares e entre áreas do conhecimento podem mascarar os dados e reduzir a construção coletiva de autonomia da ciência;	Superestima as possibilidades de ação individual e coletiva perante adversidades, desigualdades sociais, econômicas e culturais (miséria, analfabetismo, desemprego, restrições religiosas, catástrofes ambientais, entre outros).

A diferença fundamental entre esses autores consiste na distinção que BOURDIEU propõe ao destacar as desigualdades existentes entre as pessoas e suas possibilidades de interferir nas práticas sociais, sobretudo devido às posições que ocupam e às condições que as restringem, ou, em última instância, o grau de poder simbólico que possuem num determinado momento.

Nos sistemas de avaliação da pós-graduação e da pesquisa, construídos e compostos por pares dessa comunidade (ou coletividade, segundo BAUMGARTEN, 2004) científica, comissões editoriais das revistas e os artigos que publicam, comitês de assessoramento que selecionam projetos a serem financiados, em todos esses espaços é possível observar que existem *personagens repetidos*. *Eles acumulam posições de capital político, econômico e simbólico dentro do campo científico e em outros campos, distinguindo-se dos demais. Portanto, entre desiguais pode-se esperar o mesmo poder de ação? A mesma oportunidade de aprender e transformar sua realidade ao colocar o saber em prática?*

O saber aumenta a racionalização, que amplia a reflexividade e o autocontrole. Se o foco recai sobre as relações sociais, então se trata de observar e analisar como ocorre a retradução das condições pelos sujeitos quando agem. Essas desigualdade e diversificação do potencial de interferência e de ação dos sujeitos tornam-se mais perceptíveis ao se compartilhar o pressuposto de ELIAS da “trama tecida”: as relações entre engajamento e alienação, entre estabelecidos e *outsiders* permanecem nas relações sociais, embora sejam alteradas de acordo com determinadas condições que se impõem aos indivíduos e grupos.

Desse modo, não há abismo entre indivíduos e sociedades; as visões que propõem diferentes abismos são compostas, de fato, por camadas de dissimulação que obscurecem as reais relações existentes (ELIAS, 1994, pp.17-18). Enfim, cabe salientar uma última crítica: “o significado e as virtudes epistemológicas vinculadas à reflexividade estão relacionadas a certas concepções sobre a natureza humana e a realidade social” (LYNCH, 2000, p.26).

Com isso, LYNCH afirma que a *reflexividade não é uma virtude epistemológica, moral ou política*. De fato, ela é consequência de ações práticas relacionadas à produção de conhecimento científico nas Ciências Sociais, cuja controvérsia entre os produtores – que ocupam diferentes posições no campo científico e nas sociedades de que fazem parte – acaba por explicitar visões concorrentes sobre determinados problemas.

“O desafio enfrentado pelo verdadeiro analista da 'sociedade do conhecimento' é considerar tanto a estabilidade como a transformação de modo balanceado sobre como e por que aspectos sociais e culturais estão mudando, enquanto outros aspectos continuam os mesmos”²¹ (THORLINDSSON & VILHJALMSSON, 2003, p.104, nossa tradução).

A principal divergência observada²², evidente após a análise comparativa, é a *questão da desigualdade do potencial de ação entre os diferentes atores, tanto em relação*

²¹ "The challenge facing the serious analyst of the 'knowledge society' is to consider both stability and change in a balanced account of how and why some societal and cultural aspects are changing, while others remain much the same".

²² Há outras divergências: BOURDIEU não enfatiza a questão do meio ambiente e da sociedade do risco (BECK, GIDDENS & LASH, 1997, p.8), enquanto GIDDENS, por sua vez, não transita em tantos temas das Humanidades, como, por exemplo, a Arte (BOURDIEU, 1996). Uma das convergências é a abordagem masculina da revolução feminista, sendo homens e apenas paralelamente afetados por suas diversas consequências (BECK, GIDDENS & LASH, 1997, pp.39-40; BOURDIEU, 1980; 1999).

ao posicionamento frente à realidade (os diferentes pesos de quem fala e o conteúdo desse discurso pela posição social ocupada, o reconhecimento e o desconhecimento dessa posição), *como no que se refere à possibilidade de transformação dessa realidade desigual*. A capacidade de praticar e incorporar a reflexividade varia entre indivíduos, grupos, países, culturas.

A maioria da população mundial que é excluída, pobre, sem acesso a qualquer tipo de recurso, tanto se situa *fora do campo científico, fora de todos os campos exceto o de algum remoto pedaço de terra* (BOURDIEU, 1993), como também se encontra excluída da “*ordenação e reordenação reflexiva* das relações sociais à luz das contínuas entradas (*inputs*) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos” (GIDDENS, 1991, p.25). Sendo isso verdade, a reflexividade mais ampla de BECK, GIDDENS e LASH (1997), que extrapola o lócus da ciência social para abranger toda a 'modernidade' e/ou todas as sociedades e os indivíduos.

"De fato, o falso pensamento e a falsa ciência nunca foram tão prolixos e onipresentes" (LATOURE, 2008, p.136).

Diante dessa limitação, GIDDENS tenta recuperar a abrangência do conceito de reflexividade, assumindo, de modo semelhante ao de BOURDIEU, o papel das Ciências Sociais nesse processo de retradução do social.

“Nas ciências sociais, temos que acrescentar o caráter inconstante de todo o conhecimento baseado empiricamente, a ‘subversão’ que vem da reentrada do discurso científico social nos contextos que ele analisa. A reflexão da qual as ciências sociais são a versão formalizada (um gênero específico de conhecimento perito) é fundamental à reflexividade da modernidade como um todo” (GIDDENS, 1991, pp.46-47).

Já para BOURDIEU (2001) e WACQUANT (1992), apenas a sociologia da sociologia viabiliza a reflexividade e pode libertar os intelectuais de sua ilusão – de objetividade e imparcialidade totais, da ausência de estratégias de posicionamento nos

campos. A prática científica dotada de reflexividade, que é fruto de uma coletividade científica, não justificaria a distinção entre áreas do conhecimento. Haveria maior 'aptidão' das Ciências Sociais a serem *reflexivas*?

A sociologia da sociologia também arma os intelectuais cientificamente para revelarem *a violência simbólica e a reprodução da dominação e da distinção*, desconhecidas ou não reconhecidas, porém sofridas pela maioria dos pesquisadores.

Sabe-se que a reflexividade ocorre nas relações sociais, na prática. Afirma-se que ela é característica da modernidade (BECK, GIDDENS & LASH, 1997), como a divisão e a especialização do trabalho, a industrialização, a poliarquia (DAHL, 1990), o monopólio legítimo da violência (WEBER, 1991; 2001;), a vigilância, o controle (GIDDENS, 1987) e as relações de micropoder (FOUCAULT, 2004, p.74-76). Mas a origem, o primeiro movimento, ainda é do indivíduo, mesmo que sua concretização se dê no âmbito de ações coletivas no campo científico (BOURDIEU, 2001). Mesmo assim, isso depende da *tomada de consciência de si e para si*, possível se compartilhada no *habitus* e nas disposições mais ou menos duráveis.

Para GIDDENS, o caminho da ação política é o do *engajamento*, pois a *reflexividade não depende do refinamento científico para desvelar nada* (mesmo quando afirma que as ciências sociais necessitam de reforma, vide GIDDENS, 1976 e 1979). Essa *reflexividade da modernidade é a própria interferência do saber na vida cotidiana, sua assimilação, e, por conseguinte, o retorno dado por todos os indivíduos, "sociólogos" em potencial*.

Se, por um lado, GIDDENS, destaca teoricamente

“a natureza fluida, permanentemente mutável e totalmente contingente da realidade social, cujo único verdadeiro substrato ontológico são as ações e as intenções dos sujeitos humanos, ele propõe transformar a noção estática de estrutura na categoria dinâmica de “estruturação” como descrição da conduta coletiva humana” (SZTOMPKA, 1998, p.335),

De outro, BOURDIEU evidencia, empiricamente, as ambivalências do mundo intelectual num campo científico, com seus *habitus clivados*, devido à história e às diversas posições sociais hierarquizadas e disposições incorporadas dos atores enquanto agem, na

prática, nas intersecções dos diversos campos, mais reproduzindo do que subvertendo a dominação existente.

Segundo WACQUANT, ambos compartilham uma “atenção que dedicam aos processos persistentes de constituição das estruturas mentais, culturais e sociopolíticas: categorias de comportamento, formas de apreciação, expressões culturais, formas de ação coletiva e grupos sociais” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p.69). Entretanto, por vezes não explicam seus ‘parentescos intelectuais’ e não consideram a diversidade global e os valores culturais locais (INGLEHART, 1977).

Tamanha diversidade não significa uma impossibilidade de observar sistematicamente esses atores, os campos em que atuam e a estruturação na produção do conhecimento científico. Diante de tal complexidade dinâmica, cuja estruturação envolve as ações dos atores (no tempo e no espaço), as instituições de que fazem parte, os artigos e livros que são publicados, as ementas e bibliografias do que ensinam e as redes de atores em que atuam, tudo isso se torna essencial para conhecer melhor as estruturas sociais que, de certa forma, podem restringir as interações sociais.

Enfim, tal exercício torna-se viável ao se considerar a dinâmica dessas relações, que ocorrem *como fluxos delimitados num determinado campo*. Isso não significa uma rigidez nas fronteiras dos campos científicos, nem que atores e estruturas estão contidos em apenas um desses campos. De fato, trata-se de proposta epistemológica, de um recorte apropriado para uma análise sociológica e científica rigorosa, cujo sujeito pode reconhecer a complexidade da realidade e não se intimidar.

Nesse sentido, é realmente preciso inovar conceitualmente e dispor de todas as técnicas qualitativas e quantitativas para observar *as condições relacionadas à produção científica e ao seu conteúdo, numa práxis efetivamente reflexiva, que amplia a autonomia da ciência de forma dinâmica*. É o que se pretende na presente tese.

QUADRO 5 - Significados dos conceitos-chave na pesquisa

Conceitos-chave	Significados
Autonomia moral	"Obrigação moral do cientista de proteger o ethos científico e garantir, de algum modo, uma liberdade de ação em relação às crenças religiosas e políticas" (MARANHÃO, 2005; 2006)

Autonomia relativa	Autonomia relativa é uma <i>liberdade relativa</i> , constantemente ameaçada, influenciada e mesmo distorcida pelas diversas condições que se colocam enquanto se constrói ciência (MARANHÃO, 2005; 2006; SOBRAL & MARANHÃO, 2008).
Autonomia reflexiva	A produção consciente do conhecimento num certo campo científico, estabelecido nas relações complexas entre atores e condições sócio-cognitivas, econômicas e político-institucionais, para além dos limites estabelecidos na práxis (MARANHÃO, 2005; 2006; SOBRAL & MARANHÃO, 2008).
Reflexividade	“requisito e forma de trabalho sociológico, ou seja, um programa epistemológico de ação para a ciência social” (BOURDIEU & WACQUANT, 2005, p.72); “a distorção que a postura analítica (...) introduz na relação entre o observador e o observado, entre a vida social real e as observações que o sociólogo produz dela” (WACQUANT, 2002, p.97).
Campo científico	“O campo científico é um campo de forças em que a estrutura é definida por uma distribuição contínua de capital específico possuído, num determinado momento, por diversos atores ou instituições em operação neste campo. É também um campo de lutas ou espaço para competição em que atores ou instituições que trabalham para valorizar o próprio capital – por meio de estratégias de acumulação impostas pela competição e apropriadas para determinar a preservação ou transformação da estrutura – confrontam uns aos outros” (BOURDIEU, 1991, pp.6-7).
Habitus	“Sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas” (BOURDIEU, 2004, pp.201-202).
Doxa	Termo grego para <i>opinião compartilhada</i> , aparentemente sem fundamentação, favorecida pelo senso comum que, de acordo com Bourdieu, significa “um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam um Estado dominante e que constituem seu ponto de vista em ponto de vista universal ao forjarem o Estado” (tradução nossa) (BOURDIEU, 1994, p.129).

Disposições	<p>“As disposições enquanto incorporação das regularidades objetivas do campo produzem um <i>sensu de investimento e de posicionamento</i>. Este <i>sensu</i> de investimento orienta as escolhas feitas no campo científico pelos atores, diante das oportunidades que percebem (Bourdieu, 1991, p.9). Porém, não se refere à lógica econômica que parte do sujeito calculista; trata-se do “sentido do jogo”: “o jogador, tendo interiorizado profundamente as regularidades de um jogo, faz o que faz no momento em que é preciso fazê-lo, sem ter a necessidade de colocar explicitamente (a não ser em algumas situações críticas) o que os outros podem fazer em resposta” (Bourdieu, 1996, p.164).</p>
Práxis	<p>“Toda a vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levaram a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão desta prática” (MARX, 1845, nossa tradução); “No marxismo, ação objetiva que, superando e concretizando a crítica social meramente teórica, permite ao ser humano construir a si mesmo e o seu mundo, de forma livre e autônoma, nos âmbitos cultural, político e econômico” (Houaiss, 2007).</p>
Posições	<p>Resumidamente, a posição significa o espaço que um ator ocupa na “estrutura do campo, isto é, na distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não (reconhecimento interno ou notoriedade externa), e que, através da mediação das disposições constitutivas de seus <i>habitus</i> (relativamente autônomos em relação à posição), inclina-os seja a conservar seja a transformar a estrutura dessa distribuição, logo, a perpetuar as regras do jogo ou a subvertê-las” (Bourdieu, 1996, pp.63-64).</p>
Path dependence	<p>A dependência do caminho tomado no passado ou <i>path dependence</i> significa, resumidamente, que “as escolhas de ontem são o ponto de partida das escolhas de hoje. (...) Parece ser um determinante fundamental nas mudanças de longo prazo, uma vez que a dificuldade de se alterar fundamentalmente as trajetórias é evidente e sugere que o processo de aprendizagem através do qual se chega às instituições de hoje <i>restringe as escolhas futuras</i>” (adaptado e traduzido de North, 1998, p.10).</p>
Condições sócio-cognitivas	<p>Conjunto de fatores ou circunstâncias que caracterizam um fenômeno e que constituem o poder de compreensão dos atores. Pode incluir influências de diferentes esferas, consolidadas no processo cognitivo que forma a percepção dos atores sobre a realidade.</p>

Condições político-institucionais	Tipo específico de condição social. Envolve circunstâncias relacionadas à trajetória de trabalho dos atores e à cultura organizacional que compartilham ao longo das experiências profissionais. Dota os atores de conhecimento sobre a praxis e <u>pode ampliar o poder de ação dos mesmos, de acordo com as posições que ocupam num determinado campo.</u>
Fomento público federal	O fomento público analisado restringe-se aos recursos aplicados pelo órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, o CNPq, com relação aos investimentos aplicados especificamente no <i>fomento à pesquisa</i> . Isso se justifica pelo fato de que o CNPq atua em âmbito nacional e para evitar o risco de se escrever sobre todas as possibilidades de investimentos na Sociologia <i>de modo superficial</i> . Sabe-se que muitos cientistas realizam pesquisas com salários de professor, com diferentes bolsas – CNPq CAPES Fundações de Amparo à Pesquisa nos estados brasileiros, além de recursos de organismos internacionais e de contratos de pesquisa com empresas, porém, aquelas fontes ainda não pesquisadas ficarão como sugestões para pesquisas futuras.
Modelo misto de desenvolvimento científico e tecnológico	Modelo de produção de ciência, tecnologia e inovação em que se consideram tanto os valores e as regras próprias do campo científico como aqueles dos demais campos sociais (SOBRAL, 1997, p.42;), uma vez que o conhecimento não é produzido <i>num vácuo histórico</i> : existem condições sociais que permeiam essa produção, realizada em um determinado local, inserido num contexto global.
Agendas temáticas	Conjunto de assuntos selecionados por determinados atores sociais que compõem o foco principal de trabalho num certo período de tempo. No caso da presente tese, as agendas dizem respeito a temas financiados em pesquisas pelo CNPq e publicados em artigos e livros da área da Sociologia por diferentes pesquisadores das instituições de ensino superior brasileiras.

3. POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

"A maior ou menor facilidade com que os interesses se unem depende, em grande parte, das instituições existentes e dos hábitos adquiridos. Conforme os períodos, os estados ou as sociedades, as traduções serão facilitadas ou prejudicadas" (...) "Durante a década de 80, muitas destas traduções deram bons resultados. O objetivo da política científica é tornar a articulação e a desarticulação dessas traduções cada vez mais fluidas e transparentes" (LATOURET, 1995, p.92).

A Ciência e a Tecnologia representam uma das áreas de interesse estratégico de investimento público na maioria dos países²³ (MARANHÃO, SOBRAL e CASTRO, 2008). No Brasil, o financiamento público de pesquisa tem sido a principal fonte de recursos das pesquisas sociológicas. E, considerando o financiamento público *federal*, é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, o principal órgão de fomento à pesquisa²⁴.

O presente capítulo trata de dois aspectos centrais para a construção da agenda temática da política científica: o primeiro refere-se ao desenho da Política Nacional de Ciência e Tecnologia, contendo os Planos Plurianuais - PPAs, as Leis, os Decretos e as Portarias referentes aos anos pesquisados (1999-2007); o segundo enfoca os projetos de pesquisa da Área da Sociologia que foram selecionados por comissões específicas junto ao CNPq para serem financiados entre 2000 e 2008, de acordo com as fontes disponíveis.

A análise do conteúdo desses aspectos do financiamento indicou quais foram as Instituições de Ensino Superior financiadas, quais foram os temas recorrentes na política

²³ Em estudo apresentado pelas autoras em 5 de setembro de 2008, no Primeiro Fórum Mundial da Associação Internacional de Sociologia – ISA, em Barcelona, verificou-se que existem relações significativas entre *investimentos em pesquisa e desenvolvimento* e *valores culturais sobre ciência e tecnologia* em 19 países (dados de 2006). Enquanto países como Estados Unidos, Japão e Alemanha apresentam investimentos privados superiores a 64% do total de investimentos em P&D e mantêm esses investimentos apesar de apresentarem um menor otimismo em relação à ciência e à tecnologia, os países menos desenvolvidos são mais otimistas, porém investem menos.

²⁴ Sem contar as bolsas de pós-graduação, as bolsas de produtividade, entre outras; refere-se estritamente aos recursos destinados aos projetos de pesquisa com duração estabelecida – em geral, vinte e quatro meses.

de C&T e nos projetos fomentados, bem como o montante de investimento realizado nos referidos projetos da Sociologia.

Sabe-se que, no caso da política e dos projetos de pesquisa fomentados, muitas vezes os títulos e subtítulos são mais abrangentes e gerais do que os objetivos ou os resultados que oferecem. Entretanto, os detalhes relativos a estes objetivos e resultados não estiveram disponíveis eletronicamente.

Ademais, a presente pesquisa, não sendo documental ou histórica, enfocou os referidos projetos fomentados sem buscar a documentação impressa nos arquivos do CNPq. Ainda assim, analisar os temas da política de C&T e desses projetos de pesquisa é um caminho necessário para compreender quais são, como são e por que são desse modo as relações entre as temáticas dos *problemas sociais* e as temáticas dos *problemas sociológicos no campo científico*.

Especificamente, este capítulo apresenta a descrição e a análise dos dados referentes à política e à legislação em ciência e tecnologia e ao fomento federal de projetos de pesquisa na Sociologia. Primeiramente, foram analisados os 58 programas e seus objetivos na área de ciência e tecnologia em três Planos Plurianuais (aquele referente ao período de 1996-1999, o de 2000-2003 e o de 2004-2007), as 70 Leis, os 102 Decretos e as 234 Portarias publicados entre 1999 e 2007 e diretamente relacionados ao MCT, discorrendo sobre *os principais temas abordados nos títulos dos programas e em suas propostas*, bem como *nas ementas da legislação apreciada*.

Em seguida, descreveram-se os 473 projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq (em *Fomento à pesquisa*) na área de Sociologia entre 2000 e 2008, observando *seus títulos, coordenadores, instituições proponentes e valores recebidos*, de acordo com os objetivos 1 e 2 traçados no capítulo metodológico da presente tese, ou seja, *saber os temas da política científica e tecnológica e os temas dos projetos apoiados pelo CNPq*.

A terceira parte deste capítulo comparou as temáticas abordadas no conjunto dos PPAs e da legislação com os temas apresentados nos projetos fomentados, a fim de caracterizar possíveis semelhanças e divergências. Ao final, consolidou-se a agenda temática do campo político em C&T, com observações acerca dos focos prioritários ao longo do período.

3.1. Planos Plurianuais e Legislação em Ciência e Tecnologia

“A Universidade vai para onde vai o mundo. A crise financeira mundial já cortou 20% dos orçamentos das universidades européias. Universidades públicas americanas como Wisconsin estão sofrendo cortes de até 50%. E é lógico que esses cortes serão prioritariamente nas Humanidades. As Humanidades não produzem patentes. As Humanidades produzem pensamento” (SANTOS, 2009) Boaventura de Sousa. Sociólogo analisa consequências da crise para o ensino. Entrevista concedida a Ana Beatriz Magno e Luiz Gonzaga Motta, da Universidade de Brasília, em 03 de fevereiro de 2009, disponível em <http://www.secom.unb.br/unbagencia/unbagencia.php?id=1172>).

No Brasil, a Ciência e a Tecnologia encontram-se definidas pelo Capítulo IV, arts. 218 e 219 da Constituição Federal de 1988, com um enfoque *no desenvolvimento da ciência e da tecnologia* baseada numa divisão teórica entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, *visando a "solução de problemas brasileiros"* e do setor produtivo (SOBRAL, 1989; 1990; BAUMGARTEN, 2006b, p.237) ²⁵.

"Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§ 2º - A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º - O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º - A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

²⁵ BAUMGARTEN destaca o ritmo lento das inovações tecnológicas no País, relacionado às especificidades de novos modelos de desenvolvimento e o papel do setor produtivo, do mercado de trabalho e do Estado nas diversas formas de produção e de acumulação de capital.

§ 5º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Art. 219. “O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.” (CF88, 2009).

A função do Estado de promover o desenvolvimento científico e tecnológico aparece ainda na Carta Magna em dois outros setores específicos: *o agrícola e o da saúde*, nos arts. 187, III, e 200, V, respectivamente (BRASIL, 2009).

Assim, de acordo com a lei, faculta-se a participação estadual e do Distrito Federal em termos de recursos orçamentários e, portanto, a responsabilidade pelo desenvolvimento científico e tecnológico recai principalmente sobre o Ministério da Ciência e Tecnologia, mas não se restringe a ele, envolvendo outros ministérios, o setor produtivo e a sociedade. Logo, delinear com clareza o que se define como uma política nacional nessa área é tarefa árdua, razão pela qual se escolheu observar certas atividades dos principais órgãos públicos responsáveis por essa política: o Ministério citado acima, juntamente com uma de suas agências executoras da política científica e tecnológica, que é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

“Ademais, grupos de cidadãos, de interesse público ou privado, de lobby ou indivíduos também possuem um papel importante no desenvolvimento da política científica e tecnológica, especialmente quando esta precisa ser feita em ampla controvérsia pública” (HISKES & HISKES, 1986, p.52, nossa tradução).

Considerando tais atores, percebeu-se que a Política Nacional de Ciência e Tecnologia apresenta certos temas estratégicos recorrentes e outros temas que surgem somente em determinados momentos, ao longo dos anos estudados. O presente capítulo buscou conhecer *quais foram os temas prioritários da política científica e tecnológica* entre 1999 e 2007, tendo sido ampliado este período para até 2008, devido à disponibilidade de informações sobre os projetos do CNPq (2000-2008).

Nesse período, houve três Planos Plurianuais – PPA desenhados: (a) 1996-1999; (b) 2000-2003 e (c) 2004-2007. Uma das formas de analisar a política científica e tecnológica brasileira dá-se a partir dos principais documentos e da legislação acerca dos programas contidos nesses PPAs. Considerando isto, é possível delinear as intenções – aquelas tornadas públicas – do campo político na área de ciência e tecnologia em relação às prioridades temáticas.

A análise de conteúdo dessa documentação possibilitou a construção do QUADRO 6 a seguir, com a finalidade de sintetizar tais prioridades e, em seguida, viabilizar a comparação com os temas presentes na legislação. Ao comparar os *temas entre os PPAs*, foi possível distinguir três categorias principais:

- (1) **Temas Permanentes** - a primeira referiu-se a um conjunto de temas que estiveram presentes nos documentos oficiais referentes aos três PPAs, com pequenas mudanças de foco (vide FIG.6);
- (2) **Temas Recorrentes** - a segunda diz respeito aos temas que apareceram em três ou PPAs, e que se transformaram e/ ou ampliaram ao longo do tempo (FIG.7); e
- (3) **Temas Diferenciais** - a terceira categoria evidenciou o surgimento de novos temas a cada novo planejamento governamental (FIG.8).

FIGURA 6 - Temas permanentes na agenda da política científica e tecnológica

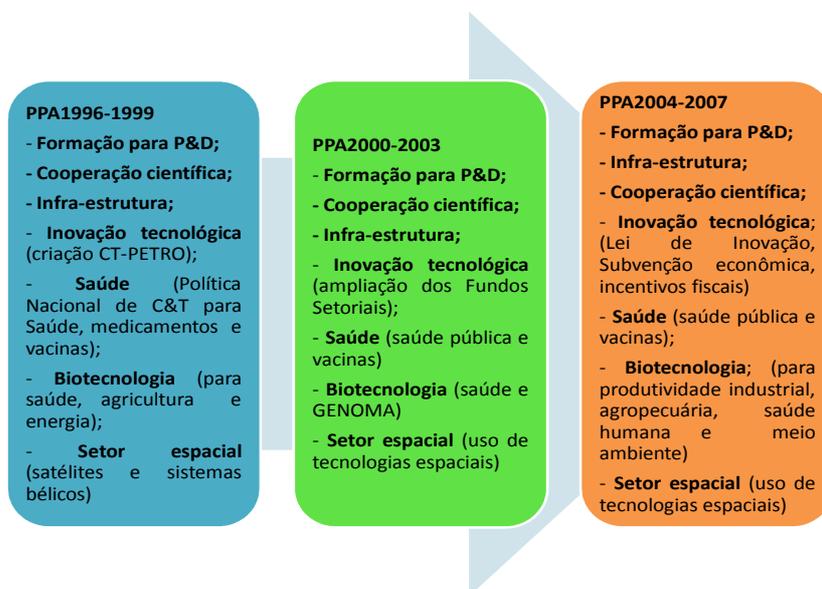


FIGURA 7 - Temas recorrentes na agenda da política científica e tecnológica

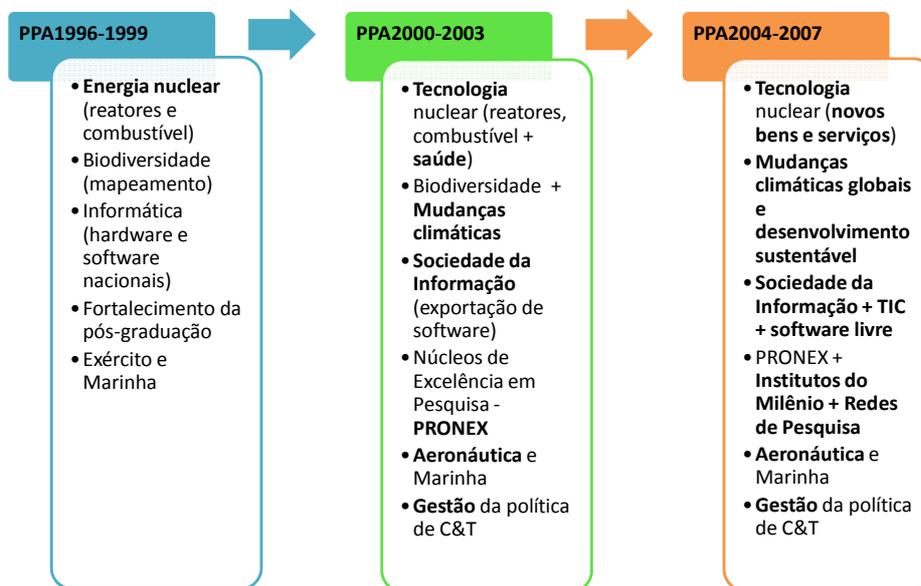
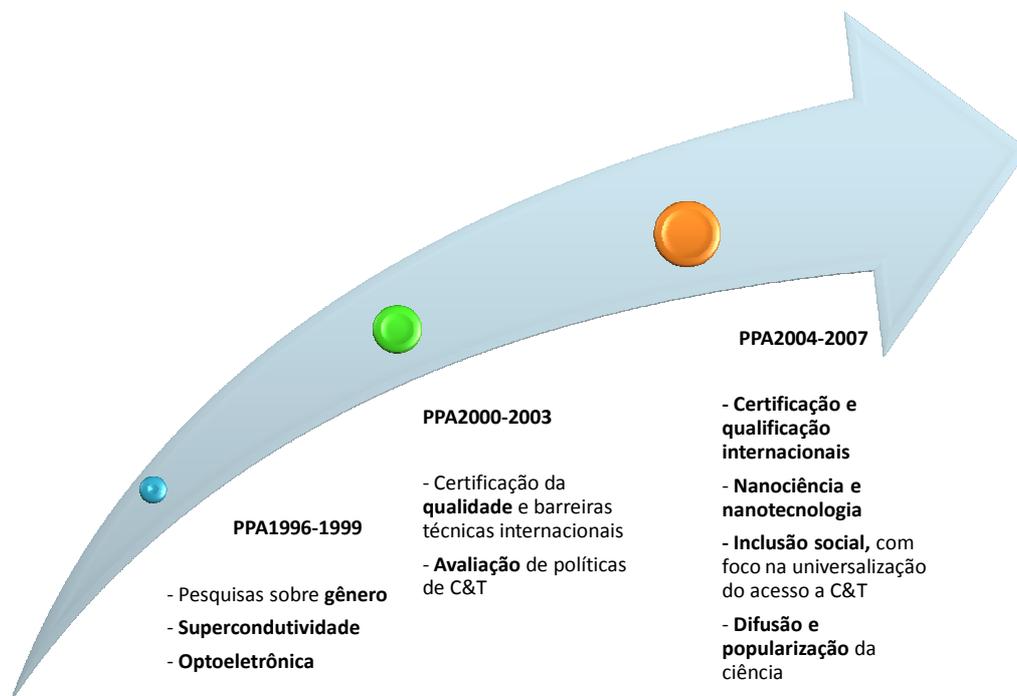


FIGURA 8 - Temas diferenciais na agenda da política científica e tecnológica



Supõe-se que, apesar do caráter legal dos PPAs como exigência de qualquer governo democrático brasileiro, a orientação política de diferentes partidos pode influenciar e redesenhar a política científica e tecnológica a cada mandato, ou mesmo, ano a ano. Como os PPAs evidenciam um planejamento de médio prazo, foi preciso verificar os temas da legislação federal em ciência e tecnologia, ou seja, as leis, os decretos e as portarias que *operacionalizaram* as intenções do QUADRO 6.

Nota-se que a concretização das intenções dos Planos Plurianuais deu-se por meio da legislação e, mais especificamente, por meio de leis que criam/ revogam/ alteram programas, e de decretos e portarias que regulamentam o funcionamento desses programas.

A fim de captar essa trajetória temática, fez-se uma síntese dos principais temas da legislação federal - Decretos e Portarias Ministeriais - em C&T referentes a cada PPA entre 1996 e 2007 (TAB. 1). A TABELA 1 mostra a distribuição temática da legislação em C&T para o período abordado. Dos 336 Decretos e Portarias, mais de ¼ (ou 27,3%) referem-se à questão da *inovação tecnológica*, o mais freqüente.

QUADRO 6 – Principais temas em Ciência e Tecnologia nos Planos Plurianuais e na legislação (Decretos e Portarias)

Análise comparada dos temas dos PPAs	PPA1996-1999 (25 Ações)	PPA2000-2003 (20 Programas)	PPA2004-2007 (13 Programas)
TEMAS PERMANENTES	Formação para pesquisa e desenvolvimento , com foco no <i>fortalecimento da pós-graduação</i> (bolsas no País e no exterior e criação de cursos)	Formação para pesquisa e desenvolvimento , com foco em Núcleos de Excelência em pesquisa (PRONEX) e Institutos do Milênio	Formação para pesquisa e desenvolvimento , com foco em Núcleos de Excelência em pesquisa (PRONEX) e Institutos do Milênio
	Cooperação científica e tecnológica entre países	Cooperação científica e tecnológica entre países (AUSTRÁLIA, FRANÇA, ALEMANHA, ESPANHA, CHINA, ARGENTINA, REPÚBLICA DA CORÉIA, AMÉRICA DO SUL, ÍNDIA)	Cooperação científica e tecnológica entre países (ÍNDIA, CHINA, UCRÂNIA, ÁFRICA DO SUL, ÁFRICA, COMUNIDADE EUROPEIA, AMÉRICA DO SUL, ARGENTINA)
	Infra-estrutura	Infra-estrutura	Infra-estrutura

	Inovação tecnológica , com foco na criação do Fundo setorial do petróleo e gás natural	Inovação tecnológica , com foco na ampliação dos Fundos setoriais para setores de Energia, Agronegócios, Saúde, Verde e Amarelo	Inovação tecnológica , com foco na regulamentação dos Fundos Setoriais, e criação de Lei de Inovação, incentivos fiscais e subvenção econômica
	Saúde , com foco na criação na Política Nacional de C&T para Saúde, medicamentos e vacinas	Saúde , com foco em saúde pública e vacinas	Saúde
	Biotecnologia para saúde, agricultura e energia	Biotecnologia , com foco no projeto GENOMA	Biotecnologia para produtividade industrial, agropecuária, saúde humana e meio ambiente
	Espacial , com foco em <i>defesa</i> , satélites, sistemas bélicos e protótipos	Espacial , com foco em <i>defesa</i> e no uso de tecnologias espaciais	Espacial , com foco em <i>defesa</i> e no uso de tecnologias espaciais
TEMAS RECORRENTES (com alterações)	Energia nuclear (reatores e combustível)	Tecnologia nuclear (reatores, combustível e saúde)	Tecnologia nuclear (novos bens e serviços)
	Biodiversidade	Biodiversidade e mudanças climáticas	Mudanças climáticas globais e desenvolvimento sustentável local
	Informática (hardware e softwares nacionais)	Sociedade da Informação e exportação de software proprietário - SOFTEX	Sociedade da Informação, TICs e software livre
	Exército e Marinha	Aeronáutica e Marinha	Aeronáutica e Marinha
		Gestão de políticas de C&T	Gestão da política de C&T

TEMAS DIFERENCIAIS	Pesquisas sobre Gênero ; Supercondutividade; Optoeletrônica	Avaliação de políticas de C&T	Nanociência e nanotecnologia; Inclusão social , com foco na universalização do acesso a C&T; Difusão e popularização da ciência
	-	Certificação da qualidade e barreiras técnicas internacionais	Certificação e qualificação internacionais

Fonte: POLITICTACT, 2009.

Cabe destacar que houve uma alteração de forma do primeiro PPA estudado para os seguintes. A primeira transformação que se percebe do primeiro ao terceiro PPA analisados foi a *forma de organização de seus programas e ações*: de 1996 a 1999, havia uma divisão diferente das ações em quatro categorias: (1) *pesquisa aplicada*, (2) *desenvolvimento experimental*, (3) *ensino de pós-graduação* e (4) *defesa contra sinistros*.

Esta última categoria apresentava somente uma ação relacionada à "segurança da população e do meio-ambiente" devido ao uso de energia nuclear, mas que, de fato, tratava da construção de abrigos, da constituição de equipes de proteção radiológica e do desenvolvimento de campanhas de esclarecimento sobre energia nuclear.

A categoria com o maior número de ações foi a *pesquisa aplicada* (14 delas). Diversos temas foram incluídos nesse rol, com destaque para questões sobre *inovação tecnológica* (foco em *gestão da qualidade, estabelecimento de consórcios e redes de pesquisa, capacitação de trabalhadores do setor produtivos e de engenheiros*); *setor espacial* (foco em *lançamento do centro de Alcântara para satélites e protótipos, sistemas bélicos em aeronaves*); *energia nuclear* (foco em *aplicações na área de saúde, de geração de energia, construção de abrigos*); *infra-estrutura* (apoio a diversos tipos de laboratórios e acesso a novas tecnologias); e *saúde* (foco em *imunobiológicos e medicamentos e em pesquisa e desenvolvimento*).

Destacaram-se também as ações em relação ao tema *biodiversidade* para diferentes mapeamentos iniciais do território nacional e águas marinhas e criação de redes de pesquisa, bem como uma ação específica de fortalecimento da pesquisa em *gênero*.

O *desenvolvimento experimental* enfocou as questões tecnológicas militares (Exército e Marinha), nucleares (energia, combustível e aplicações médicas) e espaciais (satélites), mas principalmente o tema da *informática*, envolvendo a produção no País de computadores de alto desempenho (*hardware* e servidores de grande porte) e o fortalecimento do setor produtivo de *softwares* no País.

Na categoria *ensino de pós-graduação*, o foco principal residiu no fortalecimento dos cursos de pós-graduação e nas atividades referentes à concessão de bolsas de formação de nível superior no País e no exterior (vide QUADRO 6).

Depois disso, cada conjunto de ações passa a integrar um determinado Programa dentro dos PPAs seguintes (2000-2003 e 2004-2007), com referência mais específica aos temas de que tratavam. Assim, os dois Planos que se seguiram adotaram um novo modo de organização das ações em programas que especificavam com maior clareza as áreas de interesse de investimento governamental.

Num cenário nacional de *reforma do estado*, surgiu um programa específico para a *gestão e avaliação da política de C&T* no segundo o PP a casa. Estudado, que permaneceu no PPA2004-2007, embora com maior ênfase na questão da *gestão* do que na *avaliação* dessa política (vide FIG.8).

Supõe-se que, apesar do caráter legal dos PPAs como exigência de qualquer governo democrático brasileiro, a orientação política de diferentes partidos pode influenciar e redesenhar a política científica e tecnológica a cada mandato, ou mesmo, ano a ano. Como os PPAs evidenciam um planejamento de médio prazo, foi preciso verificar os temas da legislação federal em ciência e tecnologia, ou seja, as leis, os decretos e as portarias que *operacionalizaram* as intenções do QUADRO 6.

Nota-se que a concretização das intenções dos Planos Plurianuais deu-se por meio da legislação e, mais especificamente, por meio de leis que criam/ revogam/ alteram programas, e de decretos e portarias que regulamentam o funcionamento desses programas.

No caso, verifica-se uma característica preponderante da política de C&T: a adoção de uma perspectiva de *apoio ao financiamento da inovação tecnológica e, portanto, apoio a novas parcerias interinstitucionais em prol da pesquisa* (empresas, universidades, sociedade civil organizada em diferentes países).

“A criação dos Fundos Setoriais representa o estabelecimento de um novo padrão de financiamento para o setor, sendo um mecanismo inovador de estímulo ao fortalecimento do sistema de C&T nacional. Seu objetivo é garantir a estabilidade de recursos para a área e criar um novo modelo de gestão, com a participação de vários segmentos sociais, além de promover maior sinergia entre as universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo. Os Fundos Setoriais constituem ainda valioso instrumento da política de integração nacional, pois pelo menos 30% dos seus recursos são obrigatoriamente dirigidos às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, promovendo a desconcentração das atividades de C&T e a conseqüente disseminação de seus benefícios” (FINEP, 2010).

A análise das 70 leis promulgadas entre 1999 e 2007 reforça essa perspectiva que priorizou:

- A criação de Fundos Setoriais que atuassem relacionados aos setores produtivos e a regulamentação do funcionamento desses Fundos – em 1999, criou-se o Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural – CT-PETRO, sendo atualmente 16 Fundos Setoriais: CT- AERO, CT- AGRO, CT- AMAZONIA, CT- AQUAVIÁRIO, CT- BIOTEC, CT- ENERJ, CT- ESPACIAL, CT- HIDRO, CT- INFO, CT- INFRA, CT- MINERAL, CT- SAÚDE, CT- TRANSPORTE, FUNTTEL e VERDE-AMARELO²⁶. De fato, SCHWARTZMAN acertou quando previu que "a criação recente dos fundos setoriais não deve ser vista como a simples criação de um novo mecanismo financeiro para dar continuidade às práticas de sempre, mas como o embrião de um novo formato de relacionamento entre o interesse público e a

²⁶ “14 relativos a setores específicos e dois transversais. Destes, um é voltado à interação universidade-empresa (FVA – Fundo Verde-Amarelo), enquanto o outro é destinado a apoiar a melhoria da infra-estrutura de ICTs (Infra-estrutura)” (FINEP, 2010).

pesquisa científica, que precisaria ser melhor explorado e aprofundado" (SCHWARTZMAN, 2001, p.390);

TABELA 1 - Temas presentes na legislação de ciência e tecnologia por tipo de tema dos Planos Plurianuais (1999-2007)

PERMANENTES			RECORRENTES			DIFERENCIAIS		
TEMAS LEGISLAÇÃO	(N)	(%)	TEMAS LEGISLAÇÃO	(N)	(%)	TEMAS LEGISLAÇÃO	(N)	(%)
Inovação tecnológica	97	27,32	Biodiversidade	30	8,45	Nanotecnologia	7	1,97
Biotechnology	37	10,42	Administração pública	18	5,07	História C&T	3	0,85
Cooperação científica e tecnológica	31	8,73	Mudanças climáticas	11	3,10	Certificação e qualificação	3	0,85
Formação P&D	16	4,51	TIC	10	2,82	Ética em pesquisa	3	0,85
Mérito científico	12	3,38	Física	5	1,41	Governo eletrônico	3	0,85
Infraestrutura	10	2,82	Nuclear	4	1,13	Inclusão digital	2	0,56
Saúde	9	2,54	Marinha	1	0,28	Semicondutores	2	0,56
Defesa/ espacial	6	1,69	Desenvolvimento sustentável	1	0,28	Propriedade intelectual	2	0,56
Agronegócio	3	0,85				Difusão e popularização da ciência	1	0,28
						Gênero	1	0,28
						Microeletrônica	1	0,28
						Parceria terceiro setor	1	0,28
						Patrimônio genético	1	0,28
						Relações internacionais	1	0,28
						Sistema Nacional de Mobilização	1	0,28

- A criação de incentivos fiscais e de instrumentos de subvenção econômica para ampliar a pesquisa e o desenvolvimento dentro das empresas ("Lei do Bem", o Programa Nacional de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos, entre outros);
- O estabelecimento de uma Lei de Inovação que apóia, entre outras coisas, as parcerias entre empresas, universidades e institutos de pesquisa, com compartilhamento de laboratórios e dos lucros advindos da comercialização de produtos, bens e serviços frutos dessas parcerias.

Biotecnologia aparece em seguida como um tema permanente muito citado e vinculado a outros temas, tais como saúde humana, agricultura, produtividade industrial e meio ambiente.

Destaca-se que a temática *mérito científico* não foi especificada anteriormente nos PPAs, mas pode ser considerada como parte da *formação em P&D*, uma vez que se refere aos prêmios de reconhecimento do trabalho e da contribuição de cientistas brasileiros ("Medalha Nacional do Mérito Científico", "Grã-Cruz da Ordem do Mérito Científico", "Prêmio de Incentivo à C&T").

No caso da *formação em P&D*, a legislação consultada referiu-se majoritariamente às questões evidenciadas no QUADRO 6 (o *fortalecimento da pós-graduação*, seguido pelos programas PRONEX e Institutos do Milênio, cujo foco reside no estímulo à formação e ao fortalecimento de redes de pesquisa especializadas).

Quanto ao *temas recorrentes*, verificou-se que a *biodiversidade* foi o tema mais freqüente (8,45%), que se inicia relacionado ao *mapeamento da biodiversidade brasileira*, mas que, nos dois PPAs seguintes, passa a englobar dois outros temas: *mudanças climáticas* (3,1%) e *desenvolvimento sustentável* (0,28%), embora o último de forma incipiente. Ainda em relação aos *temas recorrentes*, a questão de *administração pública* diz respeito às medidas administrativas de operacionalização de programas e respectivas comissões gestoras²⁷.

Mesmo que o QUADRO 6, as FIGURAS 6, 7 e 8 e a TABELA 1 sejam esclarecedores e auto-explicativos, cabe salientar a ampliação e a diversificação temática ocorrida ao longo do período no que tange aos *temas diferenciais*. É nesta categoria que se observam os temas novos inseridos por ocasião de cada PPA e que possibilitam um esboço das particularidades da política científica e tecnológica ao longo do período.

²⁷ Por exemplo, em 1999, a legislação em Ciência e Tecnologia enfocou (a) os preparativos administrativos para a operacionalização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ou seja, definiu um comitê de organização para administrar os recursos e modificou as modalidades de aplicação dos mesmos; (b) a aprovação do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia para o Setor Petróleo e Gás Natural (1999-2003) e do regimento interno de seu Comitê de Coordenação; e (c) alteração nas modalidades de aplicação de recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico Tecnológico – PADCT para viabilização de convênios de cooperação técnica internacional.

Nanotecnologia (1,97%) foi o tema diferencial mais frequente na legislação, seguido por quatro outros temas: certificação e qualificação, história da ciência e tecnologia, ética em pesquisa e governo eletrônico. No caso dos temas semicondutores, microeletrônica, relações internacionais, inclusão digital, difusão e popularização da ciência e gênero, todos foram tratados exclusivamente nos anos de governo do Presidente Lula (2003 a 2008), ainda que alguns deles estivessem presentes nas intenções do PPA1996-1999 (gênero).

Destaca-se principalmente o fato de que houve uma reorientação da política de C&T para incluir um aspecto de democratização do conhecimento, embora o foco maior seja em questões temáticas consideradas 'de ponta' ou estratégicas para novos modos de inovação tecnológica e social.

No caso dos anos do mandato de Fernando Henrique Cardoso, os temas diferenciais foram *patrimônio genético e parceria com Terceiro Setor*. Os demais *temas diferenciais* não destacados aqui, como *governo eletrônico*²⁸ (BARRA, 2009), *ética em pesquisa*, entre outros (vide TAB.1), foram trabalhados por todos os governos no período estudado, porém esporadicamente.

Como explicado anteriormente no capítulo metodológico, os temas encontrados no conjunto da legislação em ciência e tecnológica referem-se a *todas* as áreas do conhecimento, o que viabiliza uma percepção mais ampla do cenário temático de prioridades nacionais que existiu (e não apenas aquele retratado pelos projetos apoiados na Sociologia).

O que é fundamental destacar é o fato de que algumas temáticas relacionadas diretamente a "questões sociais" como *gênero, desenvolvimento sustentável, saúde, difusão e popularização da ciência e inclusão digital* ocorreram de forma *pontual ao longo do período*, ou seja, não constituíram o foco principal do planejamento político nem da legislação em ciência e tecnologia. Ou seja, os *temas diferenciais* introduzem 'questões sociais' que tornaram mais democrática a agenda temática de investimentos em C&T,

²⁸ Os três Decretos - s/n, de 03/04/2000; nº 6.605, de 14/10/2008; s/n, de 25/09/2008 - classificados dentro da temática *governo eletrônico* trataram especificamente da circulação eletrônica de documentos e do estabelecimento de uma tecnologia de criptografia de dados, que culminou na definição da Infra-estrutura de Chaves Públicas do Brasil - ICP-Brasil. Sobre o processo decisório acerca desta tecnologia, vide BARRA, 2009.

embora tal introdução não tenha sido suficiente para concretizar a prioridade constitucional de resolução de problemas sociais.

Pode-se inferir dos dados acerca da política científica e tecnológica brasileira que existe na sua agenda temática uma primazia da inovação tecnológica, da biotecnologia, dos tratados de cooperação científica entre países e da biodiversidade em detrimento de outros temas como a formação de recursos humanos para a pesquisa e o desenvolvimento, o reconhecimento do mérito científico, a infra-estrutura para C&T, a saúde, o agronegócio, as mudanças climáticas, a inclusão digital, entre outros.

“Em tese, todas as nações são produtoras de C&T, com graus distintos de possibilidades; a geração de tecnologia em uma determinada nação pode interferir em processos similares em outras; a tecnologia se consolida neste fim de século como um dos principais itens nas agendas econômicas e políticas entre as nações” (Nunes, 1994, p.43).

A criação por parte do Estado de áreas prioritárias e estratégicas para o fomento científico e tecnológico apontou para certos nichos de investimentos em tecnologia. De fato, essa variável tem orientado o fomento público à pesquisa para as grandes áreas das Engenharias, Ciências da Vida e da Natureza.

Dada a *dimensão planetária ou global da Ciência e da Tecnologia* (NUNES, 1994, p.43), o governo brasileiro consolidou a priorização desse temas com o lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, que coloca tais nichos de forma clara e inconfundível, orientados para o desenvolvimento industrial:

“A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) objetiva induzir a mudança do patamar competitivo da indústria brasileira, rumo à maior inovação e diferenciação de produtos, almejando competitividade internacional. A inserção externa da indústria é fator decisivo para o seu desenvolvimento. Suas ações contemplam três planos:

(1) Linhas de ação horizontais:

A. Inovação e desenvolvimento tecnológico;

B. Inserção externa

C. Modernização industrial

D. Ambiente institucional / aumento da capacidade produtiva

(2) Opções estratégicas:

- A. Semicondutores
 - B. Software
 - C. Bens de capital
 - D. Fármacos e medicamentos
- (3) Atividades portadoras de futuro:
- A. Biotecnologia
 - B. Nanotecnologia
 - C. Biomassa / energias renováveis

A PITCE é uma política contemporânea, voltada para o futuro. O desenvolvimento da competitividade da indústria brasileira passa pela inovação tecnológica; eis porque ela é ao mesmo tempo política industrial e tecnológica. E, se o Brasil já teve políticas industriais voltadas fundamentalmente para substituição de importações, a PITCE persegue padrões de competitividade internacional, não só para a exportação, mas também porque a disputa se dá hoje no próprio mercado interno. Competitividade hoje significa incentivar a indústria a inovar e diferenciar produtos para concorrer num patamar mais elevado, mais dinâmico, de maior renda e mais virtuoso socialmente. E isso significa que o negócio deve ser entendido como algo maior do que a produção física, incorporando pesquisa e desenvolvimento, concepção e projeto de produto, propriedade intelectual, certificação, distribuição e logística, marca, pós-venda e serviços diversos associados ao produto”. (MDIC, 2005)

<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sdp/polIndustrial/MedidasPoIndus-livreto.pdf> (nosso grifo).

Enfim, estas são as características temáticas do cenário brasileiro em ciência e tecnologia ou o ‘pano de fundo temático’ que é objeto das prioridades de investimentos públicos e que perpassa as condições e as relações existentes na produção do conhecimento científico em todas as áreas, inclusive na Sociologia.

3.2. Financiamento público de pesquisa e o CNPq

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq é o principal órgão público federal de financiamento de pesquisa no País. Vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tem sido responsável por "promover e fomentar o

desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir para a formação de políticas nacionais de ciência e tecnologia" (CNPq, 2009, art.2º).

Estudos anteriores evidenciaram a diferença de recursos destinados a certas áreas do conhecimento, dentre as quais a Sociologia não tem sido prioridade (MARANHÃO, 2006). O que explica tais variações de investimentos entre as áreas do conhecimento? Pode-se deduzir algo sobre o uso de equipamentos sofisticados e de alto custo necessários nos laboratórios, como microscópios eletrônicos e substâncias de alta periculosidade.

Apesar disso, a realização de estudos sociológicos sobre a percepção de respondentes, com base numa amostra aleatória mínima de 1500 indivíduos e uso de softwares para análise quantitativa (como o *Statistical Program for the Social Sciences – SPSS*) e qualitativa (como o NVIVO ou o QDAMiner& WORDSTAT), por exemplo, é completamente inviável com financiamentos médios em torno de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dado que somente a aquisição de suas licenças custaria aproximadamente um terço deste valor²⁹. Até que ponto os sociólogos percebem essa realidade restritiva e buscam adequar seus desenhos metodológicos, seu escopo de pesquisa, ou mesmo o “objeto” ou problema de pesquisa aos recursos *disponíveis para a Sociologia*?

O *fomento à pesquisa* configura uma das três grandes linhas de ação (as outras duas são *bolsas no país e bolsas no exterior*), na qual se observa, entre 1998 e 2007, a variação anual dos investimentos nas Humanidades em relação às demais grandes áreas do conhecimento: apesar de ter havido um crescimento absoluto em Reais dos valores investidos nessa área, *houve um declínio no percentual recebido, que permanece menor do que aqueles nas demais grandes áreas* (TAB. 2).

²⁹Os dois softwares utilizados nesta tese foram versões de teste, reinstaladas sempre que necessário, a saber, o SPSS PASW Statistics Base 18 e o QDA Miner & WORDSTAT. De acordo com o orçamento feito para a aquisição desses programas pela internet, verificou-se que o primeiro custaria \$699,95 (Product ID: 1340119 / Mfg Part #: 33839^a, em <http://www.academicssuperstore.com/products/SPSS/PASW+Statistics+18.0>) e o segundo \$4.395,00 (www.provalisresearch.com/buyIt/ListPrice.php), totalizando R\$9.242,24 de acordo com a cotação do dólar em 23/02/2010, no valor de R\$ 1,814 (<http://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/dolar-comercial-estados-unidos-principal.jhtm>)

Ao observar os primeiros e últimos anos na TABELA 2, *percebe-se que houve uma redução da ordem de 12% dos investimentos nas Humanidades*, enquanto as Ciências da Vida e as Ciências da Natureza cresceram cerca de 9% e 4%, respectivamente.

TABELA 2 – Fomento à pesquisa CNPq por Grande Área do Conhecimento

R\$mil/ ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Humanidades	6506	7636	11964	17180	17282	16619	20754	24539	25672	34846
(%)	20,80	15,31	12,40	12,25	15,66	14,13	11,87	11,15	12,23	8,64
Ciências da Natureza	12119	18670	40136	69414	48741	41537	80448	90524	65669	169614
(%)	38,75	37,42	41,58	49,5	44,15	35,32	46,02	41,12	31,27	42,03
Ciências da Vida	12649	23576	44408	53615	44360	59426	73584	105068	118630	199002
(%)	40,45	47,27	46,02	38,25	40,19	50,55	42,11	47,73	56,50	49,33
Investimento total	31274	49881	96509	140209	110382	117582	174785	220131	209971	403462

Fonte: CNPq, 2008 (adaptado da Tab.1.3.2).

Dentro da grande área das Humanidades, foram as Ciências Humanas que receberam mais da metade dos recursos disponíveis de fomento à pesquisa nos anos observados, em relação às Sociais Aplicadas e a Linguística, Letras e Artes. As Ciências Humanas têm recebido, em média, R\$ 11 milhões por ano para o fomento à pesquisa no País (TAB. 3).

Apesar do aumento nos valores absolutos em Reais recebidos ao longo do período, cabe destacar que houve uma queda de 5,8% do investimento do CNPq nas Ciências Humanas. Ainda, os percentuais caem após os anos eleitorais e primeiros anos de cada mandato presidencial, proporcionalmente às demais áreas do conhecimento e ao total dos investimentos feitos pelo CNPq,

Ou seja, em 1998, as Ciências Humanas receberam 10,9% do fomento à pesquisa; em 1999, primeiro ano do segundo mandato de FHC, este valor passou para 8,9%, caindo nos anos seguintes, até o próximo ano eleitoral³⁰, em 2002 para 9%. Em 2003, quando

³⁰ Não se identificou uma relação direta entre anos eleitorais e variações nos investimentos. Em pesquisas futuras, poder-se-á relacionar estas variáveis num espaço de tempo maior, como vinte anos de período democrático e vinte de regime militar, por exemplo.

assume a presidência Luiz Inácio Lula da Silva, o fomento à pesquisa na mesma área subiu para 10,1%, mas tornou a cair nos anos seguintes, apresentando o pior percentual em 2007 (apesar de ter havido um aumento em Reais para o *fomento à pesquisa* como um todo).

TABELA 3 – Fomento à pesquisa nas Ciências Humanas por ano

R\$mil/ ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ciências Humanas	3410	4418	6556	8725	9883	11863	12837	16490	15201	20763
para invest. total)	10,9	8,9	6,8	6,2	9,0	10,1	7,3	7,5	7,2	5,1
Humanidades	6506	7636	11964	17180	17282	16619	20754	24539	25672	34846
Investimento total	31274	49881	96509	140209	110382	117582	174785	220131	209971	403462

Fonte: CNPq, 2008 (adaptado da Tab.1.3.5).

Estes investimentos de *fomento à pesquisa* classificam-se em onze modalidades³¹, dentre as quais, o *auxílio à pesquisa* e a *promoção de eventos científicos* merecem destaque nessa análise: juntos, respondem por mais da metade dos recursos recebidos no período, sendo que o *auxílio à pesquisa* apresentou uma ampliação crescente³², enquanto a *promoção de eventos científicos* permaneceu com um valor médio anual de R\$ 2,16 milhões.

Dentre os valores existentes para o apoio à pesquisa, quanto foi efetivamente investido em projetos da área de Sociologia? Quantos projetos foram apoiados no período abordado? Quem foram os coordenadores e as instituições de ensino superior com mais projetos apoiados pelo CNPq? Quais foram os principais temas abordados?

³¹Promoção de Eventos Científicos, Apoio a publicações Científicas, Apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, Participação em Eventos Científicos, cinco tipos de Auxílios e Apoio a Núcleos de Excelência. Para outras informações, vide www.cnpq.br

³²Uma análise da Tabela 1.3.5. CNPq – Fomento à pesquisa: investimento segundo grande área e modalidade – 1998-2007, disponível em http://www.cnpq.br/estatisticas/tabs_pdf/Tab_1.3.5.pdf evidencia que este comportamento de distribuição dos valores por modalidade ocorre também dentro das grandes áreas.

A TABELA 4 a seguir mostra que o comportamento na área da Sociologia é de crescimento na quantidade de projetos aprovados para receberem apoio financeiro, ainda que os recursos (valor médio por projeto ao ano) sejam escassos ou mesmo ínfimos. Ou seja, mesmo com valores médios progressivamente restritivos nos últimos quatro anos, a demanda por financiamento do CNPq para a pesquisa sociológica cresceu em escopo.

A exceção nesse comportamento da distribuição dos recursos ao longo desses anos foi 2007, ano em que se *dobrou o valor recebido pela área da Sociologia*, apesar de que a quantidade de projetos selecionados foi basicamente a mesma do ano anterior.

O que pode ter influenciado essa mudança repentina, reordenada posteriormente, num momento em que as Ciências Humanas como um todo receberam proporcionalmente *menos recursos*? É uma reflexão importante para as considerações finais e demais relações no campo científico.

TABELA 4 - Projetos apoiados pelo CNPq na Área da Sociologia por ano e valor médio do investimento

Ano	Total de projetos CNPq em SOL	Valor total dos projetos (R\$)	Valor médio por projeto por ano
2000	19	593.321,00	31.227,42
2001	27	868.454,00	32.164,96
2002	12	196.205,00	16.350,42
2003	26	803.990,00	30.922,69
2004	58	1.008.276,00	17.384,07
2005	56	1.553.386,00	27.739,04
2006	81	2.086.368,00	25.757,63
2007	83	3.278.139,00	39.495,65
2008	111	1.882.849,00	16.962,60
Total	473	12.270.988,00	26.444,94

Fonte: PROJETOSOL, 2010 (dados de 21 de janeiro).

Os dados também trazem outras questões:

- (1) Por que o número de projetos sociológicos caiu drasticamente em 2002? O que ocorreu nesse ano que possa explicar tal ocorrência? *Ao consultar os*

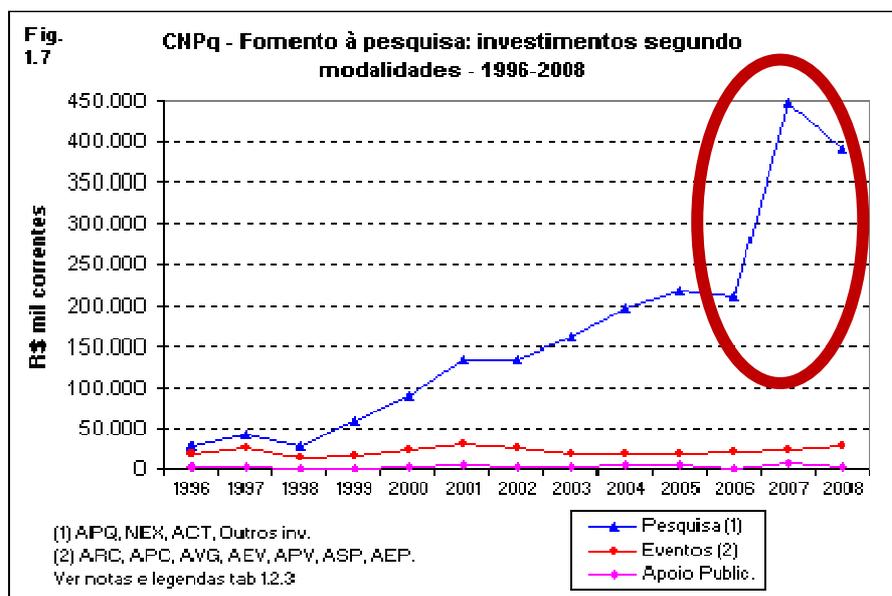
valores aportados pelo CNPq para o fomento a pesquisa em todas as áreas do conhecimento, verifica-se que tal redução foi generalizada, ou seja, não se restringiu a nenhuma área do conhecimento especificamente. Os dados também mostram que o fomento foi de aproximadamente R\$ 118 milhões em 2001 para R\$ 95,1 milhões em 2002, e o número total de projetos de pesquisa acompanhou tal redução: de 2731 para 1636, respectivamente (CNPq, 2010);

(2) Em seguida, houve um crescimento de mais de 100% no número de projetos de 2003 para 2004 (de 26 para 58 projetos), apesar dos recursos não terem crescido na mesma proporção. Ou seja, *proporcionalmente, o número de projetos cresceu mais do que os investimentos na Sociologia. Será que houve algum edital de fomento específico para essa área?* A resposta é sim. Em 2003, o CNPq abriu o edital n. 6/2003 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, com um teto de R\$20.000,00 por projeto, em que foram aprovados 38 projetos da Sociologia;

(3) Embora de 2003 para 2004 tenha ocorrido uma ascensão na quantidade de projetos, o valor médio dos projetos fomentados caiu quase pela metade (de 30,9 mil reais para 17,3 mil reais), isso ocorreu devido ao *crescimento do número de projetos financiados sem uma ampliação nos recursos;*

(4) Depois, de 2006 para 2007, o número de projetos manteve-se estável (aproximadamente 80). Porém, houve um aumento substancial nos recursos investidos na Sociologia - mais de 750.000,00 reais, um aumento de cerca de dez mil reais no valor médio por projeto. O que impulsionou essa transformação? Novamente, ao analisar os dados sobre os valores para todas as áreas, houve um aumento substancial nos recursos disponíveis para o fomento à pesquisa dentro do CNPq e não apenas para a área da Sociologia. Isso pode indicar que não houve nenhuma política específica de investimentos do CNPq voltada para essa área do conhecimento, mas somente um crescimento orçamentário do órgão (vide GRÁF.1).

GRÁFICO 1 – Total de recursos do CNPq para Apoio à Pesquisa por ano (adaptado)



Fonte: http://www.cnpq.br/img/estatistica/graf_invest_08/image009.gif

(5) Em 2008, inversamente, os recursos voltaram a ser reduzidos, porém a quantidade de projetos apoiados aumentou para 111 (disponíveis em <http://fomentonacional.cnpq.br/dmfomento/home/fmtvisualizador.jsp?UA=301&Facil=S&Visualizar=S&Corte1=017&Filtro1=Apoio%20à%20Projeto%20de%20Pesquisa&Corte2=021&Filtro2=2008&Corte3=002>). O que ocorreu? Parece que o comportamento crescente da quantidade de projetos apoiados na Sociologia continuou em 2008, diante da expectativa gerada pelo crescimento nos investimentos realizados no ano anterior (2007). Ou seja, realmente há indícios de que, após um ano com mais recursos disponíveis, a quantidade de projetos de pesquisa no ano seguinte *continua a crescer na Sociologia, exibindo uma expectativa por parte dos pesquisadores e das instituições de viabilizar mais projetos*;

(6) Seria interessante ter acesso ao total de projetos efetivamente submetidos ao CNPq com solicitações de *fomento à pesquisa* em Sociologia. Mas, como estes dados não estiveram disponíveis eletronicamente, não foi possível analisar os *percentuais de projetos aprovados em relação aos submetidos*, ou o *crescimento da demanda pelo fomento à pesquisa*;

(7) Ao considerar os investimentos na ciência brasileira e olhar para a Área da Sociologia é possível identificar que, em 2007, atingiu-se 13,3% do valor total recebido pelas Ciências Humanas no mesmo ano.

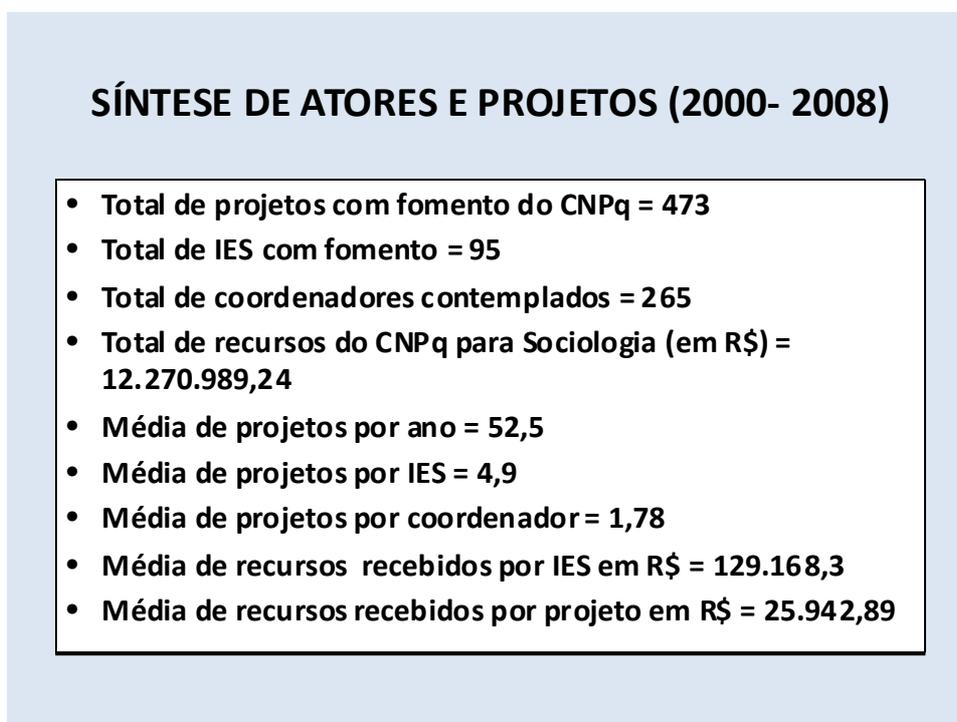
3.3. Atores dominantes no fomento do CNPq à pesquisa sociológica

Entre 2000 e 2008, houve um total de 473 projetos apoiados pelo CNPq na área da Sociologia, coordenados por 265 pesquisadores ligados a 95 Instituições de Ensino Superior. Consideraram-se *atores tanto os coordenadores de pesquisas fomentadas como as IES a que pertencem* (vínculos institucionais). A fim de observar *quais foram os temas dos projetos de pesquisa fomentados pelo CNPq na Sociologia*, definiu-se que:

- A análise enfoca uma lógica dominante, ou seja, os atores individuais e coletivos que *estão acima da média em relação à quantidade de projetos*;
- Logo, foram verificados os temas abordados nas pesquisas de 29 IES (vide GRÁF.2) que apresentaram cinco ou mais projetos com fomento do CNPq (Md=4,9); e
- Embora sejam dados interessantes para uma análise de *produtividade por pesquisador*, avaliar os pesquisadores não é objetivo da presente tese. Por isso e por outras razões relacionadas ao papel institucional das Universidades em relação aos investimentos em C&T, considerou-se o conjunto de pesquisadores e de projetos *por Instituição de Ensino Superior*, tratando cada uma delas como *um ator coletivo específico em cada base de dados criada*³³.

³³ Manteve-se a relação nominal dos pesquisadores vinculados a cada IES no Anexo V para verificação da fidedignidade dos dados, dentre outras razões elaboradas no capítulo metodológico da presente tese.

FIGURA 9 – Síntese dos dados sobre atores institucionais e projetos

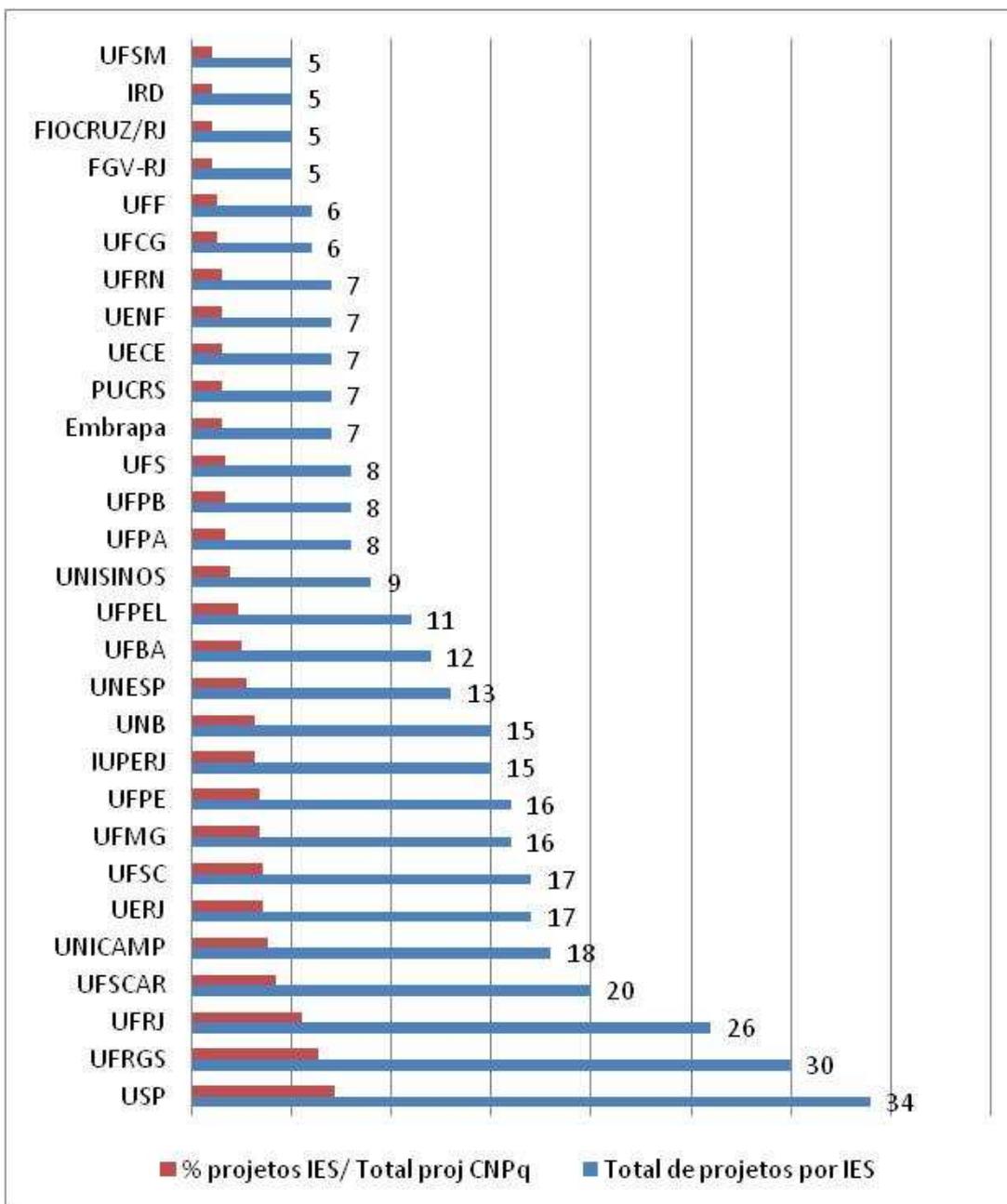


Fonte: PROJETOSOL, 2009.

Assim, foram mostrados os dados sobre o total de projetos por IES (GRAF.2), o volume de recursos do CNPq recebido por cada IES (GRAF.3) e o valor médio dos projetos por IES (TAB.5), considerando a lógica previamente definida (destaque para aqueles que se encontram acima das médias em cada situação). Depois, elaborou-se uma relação dos *temas principais dos projetos financiados em relação às IES responsáveis, a que se vinculam os coordenadores de pesquisas.*

Ao reorganizar os dados conforme a distribuição de projetos apoiados em cada Universidade ou IES (considerando o somatório dos projetos dos coordenadores vinculados a elas e separando as IES *acima da média de projetos fomentados pelo CNPq no período estudado*), verificou-se que a universidade com mais projetos apoiados pelo CNPq entre 2000 e 2008 foi a Universidade de São Paulo – USP, com 34 projetos coordenados por 19 pesquisadores.

GRÁFICO 2 – Instituições de Ensino Superior com total de projetos fomentados pelo CNPq acima da média



Fonte: PROJETOSOL, 2010.

Em seguida, há um grupo de três instituições de ensino superior com mais de 20 projetos com fomento do CNPq nesses 9 anos: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (30 projetos de pesquisa com 11 coordenadores); a Universidade Federal do

Rio de Janeiro – UFRJ, com 26 projetos de pesquisa coordenados por 14 diferentes pesquisadores (GRAF.2); e a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, com 20 projetos e 9 coordenadores.

Depois, observou-se um conjunto de 10 universidades que obtiveram fomento do CNPq para menos de 20 e mais de 10 projetos. Neste grupo, surgiram as três primeiras Universidades localizadas *fora do eixo Sul-Sudeste*: a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (16 projetos) e a Universidade Federal da Bahia – UFBA (12 projetos), ambas no Nordeste, e a Universidade de Brasília (15 projetos), no Centro-Oeste do País.

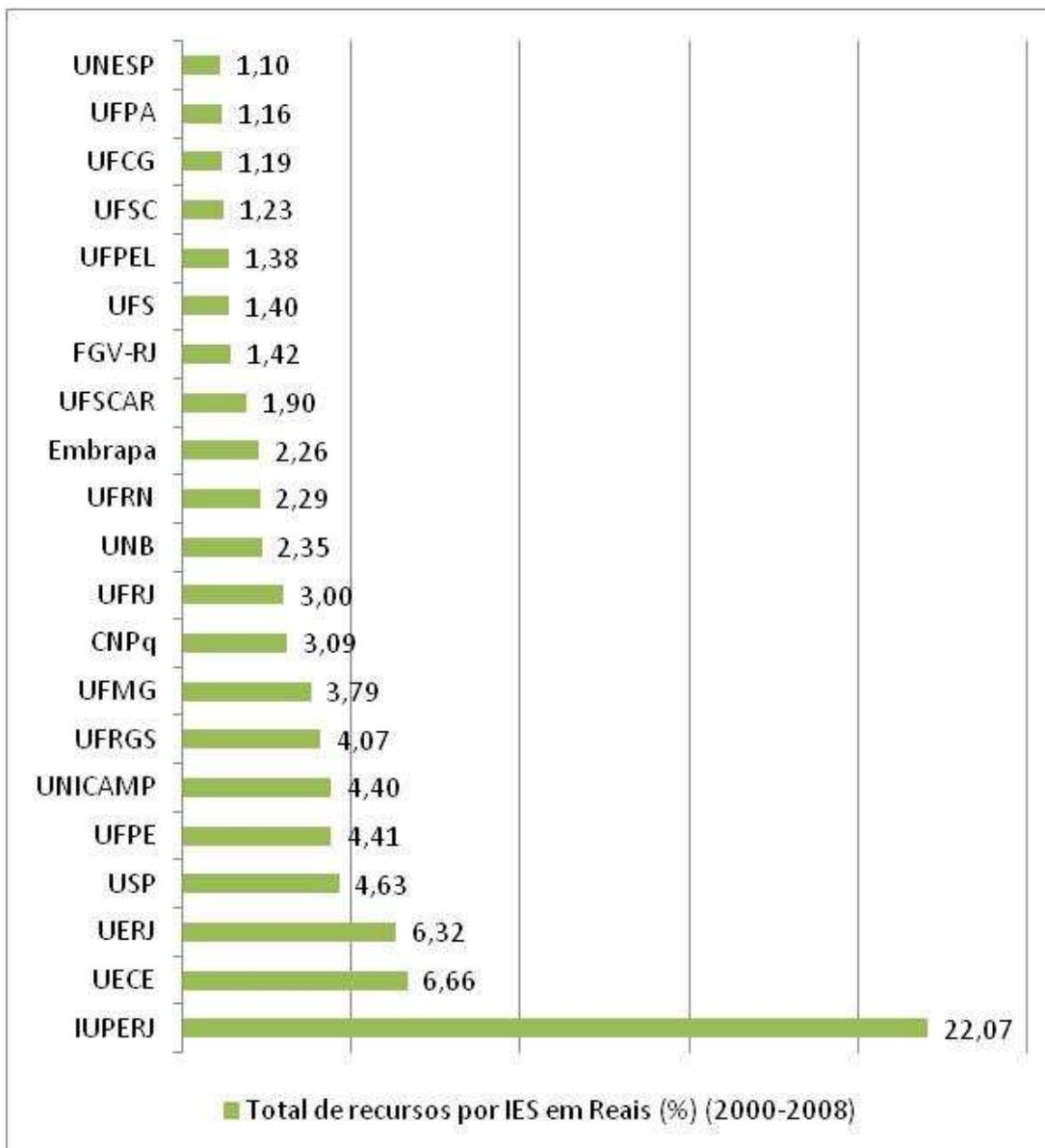
É também interessante destacar que a primeira universidade privada nesse conjunto foi a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, com nove projetos. Ademais, esse seleto grupo de 29 Universidades que estão *acima da média* constitui cerca de 30% das IES que tiveram algum fomento à pesquisa pelo CNPq, tendo 360 projetos no total, ou o equivalente a 76,1% dos projetos da Sociologia ($Md_{projIES} = 4,9$).

Apesar dessas 29 IES estarem *acima da média em relação à quantidade total de projetos fomentados pelo CNPq*, os valores recebidos pelo conjunto de projetos variaram entre as IES. O GRÁFICO 3 mostra as 21 IES que receberam mais de R\$ 129.168,30 (valor médio de recursos em R\$ por IES entre 2000 e 2008) do CNPq, conforme o valor total dos projetos a elas vinculados.

Destacaram-se nessa relação de 21 IES alguns *outliers* ou *desviantes do comportamento da maioria*: o IUPERJ recebeu cerca de três vezes mais do que a UECE e a UERJ; quase cinco vezes mais do que USP, UFPE, UNICAMP e UFRGS; sete vezes mais do que a UFRJ e, no mínimo, dez vezes mais recursos do que a UNB e as demais IES elencadas (GRAF.3).

Ademais, a análise dos dados de PROJETOSOL evidenciou que estas 21 instituições, dentre as 95 IES com projetos fomentados pelo CNPq, concentraram 80,1% de todo o investimento em pesquisa na Sociologia em 9 anos.

GRÁFICO 3 – Instituições de Ensino Superior com total de recursos recebidos pelo CNPq acima da média



Fonte: PROJETOSOL, 2010.

Ao comparar os GRÁFICOS 2 e 3, percebe-se que não existe uma relação direta entre *quantidade de projetos apoiados* e *valores recebidos* por estes. Isso significa que existem alguns projetos com um aporte de recursos muito superior aos demais. Sabe-se que o valor médio dos projetos apoiados girou em torno de 26 mil Reais (vide TAB.5).

TABELA 5 - Instituições de Ensino Superior por valor médio de projeto, quantidade de projetos aprovados e recursos totais recebidos do CNPq (2000 - 2008)

IES	Valor Médio	No. Projetos	Total R\$ CNPq
CNPq	189.604,1	2	379.208,14
IUPERJ	180.522,4	15	2.707.836,30
UECE	116.792,3	7	817.545,82
UERJ	45.625,2	17	775.629,04
UFRN	40.199,7	7	281.398,10
Embrapa	39.560,9	7	276.926,50
FGV-RJ	34.770,9	5	173.854,60
UFPE	33.858,0	16	541.728,70
UNICAMP	29.962,7	18	539.328,00
UFMG	29.098,5	16	465.575,81
UFMG	29.098,5	16	465.575,81
UFCG	24.244,5	6	145.466,73
UFS	21.420,9	8	171.367,20
UNB	19.208,6	15	288.129,00
UFPA	17.832,7	8	142.661,80
USP	16.700,8	34	567.825,59
UFRGS	16.649,8	30	499.495,20
UFPEL	15.441,6	11	169.857,30
UFRJ	14.144,4	26	367.755,30
UFSCAR	11.628,0	20	232.559,00
UNESP	10.400,6	13	135.208,00
UFSC	8.869,5	17	150.781,00
Total		298	9.830.137,13

Fonte: PROJETOSOL, 2009.

Quando se observam as relações entre total de projetos fomentados pelo CNPq nas IES e total de recursos recebidos por elas, surgem algumas questões:

- *Quais são os dois projetos cuja IES se refere ao próprio órgão de fomento?* Na verdade, os dados evidenciam que são duas etapas de um mesmo projeto de fomento à pesquisa nos países de língua portuguesa, intitulado “**Implantação do**

Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP”³⁴;

- Quais são os fatores que podem influenciar a referida distribuição de recursos, uma vez que os valores médios por projeto variam entre 189.000 e 8.000 reais, aproximadamente? *Quais são as diferenças entre tais projetos?* Os que receberam maior aporte de recursos dizem respeito a pesquisas do tipo *survey* ou mapeamento? Outras se referem a pesquisas consideradas mais "artesanais" ou envolvem poucas entrevistas? Os dados evidenciam que as pesquisas mais dispendiosas enfocaram a **construção de indicadores**: *sobre estratificação e mobilidade social e a questão das desigualdades sócio-econômicas* (esse foi o foco temático dos quatro projetos com mais recursos recebidos pelo IUPERJ);
- Outro foco relacionado a um montante de recursos investidos que se diferencia dos demais diz respeito à institucionalização de um *Doutorado em Ciências Sociais para o Norte e Nordeste* e a uma parceria com o IUPERJ para o fortalecimento do ensino e da pesquisa, ambos centrados na UECE;
- Depois desses casos, os valores médios recebidos por projeto pelas IES caem drasticamente de um patamar em torno dos 100 mil Reais para valores inferiores a R\$ 45 mil (vide TAB.5). Ainda assim, no caso da UERJ, nove dos 17 projetos trataram da temática da violência urbana; enquanto na UFRN o foco recaiu sobre a diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste, pesquisa com mais recursos recebidos;
- Relação quantidade de projetos e recursos disponíveis para UFPE, UNICAMP E UFMG destaca que as IES que apresentaram maior quantidade de projetos mas que não são necessariamente as mesmas que receberam mais recursos e,

³⁴ Informa-se que “O Programa prevê três linhas principais de cooperação: missões exploratórias, para o estabelecimento de redes e aproximação entre grupos de pesquisadores; eventos, tais como seminários, congressos, etc; e projetos de pesquisa. Todas essas atividades deverão ser coordenadas por pesquisadores brasileiros e exigem a participação ativa de pesquisadores de países com os quais a cooperação se desenvolve” (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ CNPQ, 2010, IN http://www.cplpcienciasociais.org/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1).

concomitantemente, os temas mais freqüentes não correspondem aos temas com maior aporte de recursos;

Verificou-se que USP, UFRGS, UFRJ e UFSCar se mantiveram num patamar alto de quantidade de produção sociológica, mesmo recebendo proporcionalmente menos do que os demais. Ainda assim, seria necessário verificar quais outras fontes de fomento estas IES receberam para poder afirmar uma *alta produtividade* (fazer mais com menos recursos públicos federais).

Existem várias outras questões que podem ser trazidas pela análise destes dados. De qualquer modo, procurou-se manter uma linha de raciocínio em relação aos objetivos específicos e às hipóteses da presente tese, ao invés de descrever os dados de forma prolongada.

Ademais, a freqüência/ocorrência dos projetos não permitiu a identificação de *todos os casos* em que houve um novo aporte de recursos para uma pesquisa pré-existente, de modo a continuá-la ou estendê-la. Fez-se uma triagem relacionada a cada coordenador (a), a fim de identificar projetos que se tratavam de novas pesquisas, ou continuação de estudos anteriores.

De qualquer forma, percebeu-se que diversos projetos com títulos idênticos ou semelhantes receberam financiamento em anos diferentes, ou seja, *podem revelar pesquisas que foram estendidas, ou ainda realizadas em diferentes etapas, o que aponta para uma continuidade e coerência temática tanto por parte dos pesquisadores como de suas instituições.*

Até este ponto, o presente capítulo mostrou quais foram os projetos financiados pelo CNPq, entre 2000 e 2008, quem os coordenou e quais foram as instituições de ensino superior envolvidas. Assim, verificaram-se os valores dos projetos individualmente, os valores totais recebidos pelas IES, a quantidade de projetos que cada pesquisador coordenou, entre outras questões importantes para este estudo.

De todo modo, é fundamental analisar as relações entre esses atores (coletivos, no caso das IES) e seus *temas de pesquisa*. O que foi pesquisado com fomento do CNPq e com as características apresentadas anteriormente? Quais foram os temas predominantes de acordo com essas características (maior quantidade de projetos, maior fomento recebido por IES,

maior valor médio de projeto por IES)? Houve algumas respostas em relação aos projetos com maior aporte de recursos, porém fez-se necessário aprofundar as análises sobre os temas dos projetos.

3.4. Agenda temática da política de C&T e do fomento à pesquisa sociológica (AGENDAPOL)

A agenda temática da política científica e tecnológica e do fomento à pesquisa sociológica pelo CNPq constituiu-se a partir da consolidação dos dados do QUADRO 8 e da TABELA 1, que resumem todos os temas presentes nos Planos Plurianuais e na legislação em C&T, com os dados da base PROJETOSOL. De que modo isso foi feito?

Tais temas baseiam-se nas frequências das categorias temáticas originadas na análise de conteúdo de todos os documentos envolvidos. Como resultado, obteve-se uma nova base de dados com um *dicionário da agenda do financiamento em C&T*, intitulada AGENDAPOL, conforme mostrou o QUADRO 2 no capítulo metodológico.

3.4.1. Frequência simples: os temas mais citados na AGENDAPOL³⁵

Para conhecer *quais foram os temas dos projetos de pesquisas aprovados e financiados pelo CNPq na área da Sociologia*, a análise dos temas relacionados a esses projetos deu-se a partir das estatísticas do CNPq. A fim de viabilizar a construção da agenda temática da política nacional de ciência e tecnologia, tais projetos foram observados de modo agregado ao longo do período.

³⁵ A frequência temática neste subitem trata somente do conjunto de 473 projetos, uma vez que as frequências temáticas dos PPAs e da legislação foram feitos no início deste capítulo. Depois, o subitem 3.4.2 refere-se a *todos os temas agrupados em AGENDAPOL*, ou seja, os temas do GRAF.4, da TAB.1 e do QUADRO 6 foram incluídos no QUADRO 2 - Dicionário de temas do financiamento público, no capítulo metodológico.

Primeiramente, verificaram-se a *freqüência simples dos temas nos títulos e subtítulos dos projetos e da legislação em C&T*, construindo, em seguida, um dicionário de categorias temáticas que agrupou todos os temas, desde os PPAs até os projetos fomentados.

O GRÁFICO 4 evidencia os temas mais freqüentes/recorrentes na AGENDAPOL, respeitadas as exclusões de *palavras não significativas* (vide Dicionário do ANEXO I). Essa análise de freqüência não é excludente: um tema pode relacionar-se a diversas outras temáticas, dentro e fora da lista dos temas com maior freqüência. Porém, este exercício de mapeamento temático não teria sentido se não estabelecesse uma relação com as características dos projetos e dos atores verificados neste capítulo.

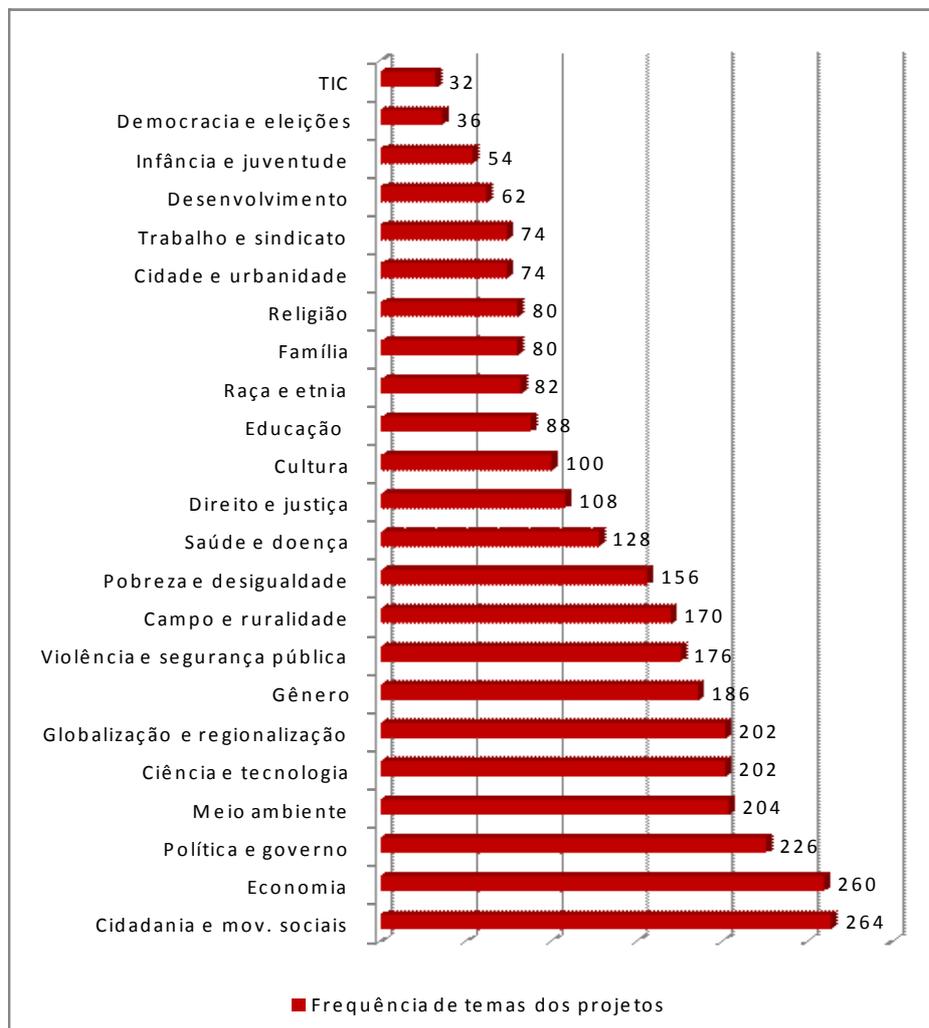
Os dados mostram que as palavras que compõem os temas *cidadania e movimentos sociais e economia* surgiram em cerca de $\frac{3}{4}$ dos projetos de Sociologia e da legislação em C&T. A título de esclarecimento, as freqüências temáticas podem ser fortalecidas pelas pesquisas mais fomentadas, cujos títulos aparecem diversas vezes na base de dados, em diferentes anos.

Em seguida, os fenômenos que envolvem a *política e o governo, o meio ambiente, a ciência e tecnologia e as TICs* também merecem destaque: o valor médio de citações dessas categorias foi $Md \geq 135,5$, o que estabelece dez temas recorrentes acima da média.

Destacam-se também as temáticas *menos freqüentes*, tais como *democracia e eleições e tecnologias de informação e comunicação*. Diante do cenário contemporâneo de globalização e de conflitos em busca de democracia e soberania, uma possível razão para essas baixas freqüências temáticas pode estar relacionada à centralidade destes mesmos temas em outras áreas do conhecimento, como Ciência Política, Relações Internacionais, Administração, Comunicação, Ciência da Computação e Ciência da Informação³⁶.

³⁶ Algo que fica registrado e indicado para pesquisas futuras sobre a autonomia reflexiva em outras áreas do conhecimento.

GRÁFICO 4 – Frequência de temas em projetos com fomento do CNPq na área da Sociologia (2000-2008)



Fonte: AGENDAPOL, 2010.

É interessante sublinhar a inserção de um novo tema frequente, o *desenvolvimento*, porque ele é composto por apenas quatro palavras-chave, um número reduzido em relação às demais categorias temáticas. Considerando isso, *desenvolvimento aparece 62 vezes nos projetos fomentados pelo CNPq e na legislação em C&T.*

Enfim, esta é uma primeira camada de análise – descritiva – dos dados. Adiante, poder-se-á comparar não apenas as frequências entre AGENDAPOL e AGENDASOL, como também compreender *as relações entre seus diversos temas.*

3.4.2. Ordem de aglomeração e grau de similaridade entre pares temáticos fomentados

A partir desta segunda camada de análise dos temas, trataram-se o conjunto os Plurianuais, na legislação de ciência e tecnologia e nos projetos fomentados pelo CNPq.

De modo a compreender algumas relações que se estabeleceram entre os temas do cenário mais amplo em ciência e tecnologia e os temas que foram efetivamente financiados nas pesquisas sociológicas, passou-se para a elaboração gráfica da *ordem de aglomeração* (ou dendrograma), com base no coeficiente de Jaccard, que varia de zero a 1, e verifica a ocorrência dos temas dois a dois (em matriz, vide ANEXO V) (FIG.10).

FIGURA 10 – Dendrograma da AGENDAPOL (1996-2007)

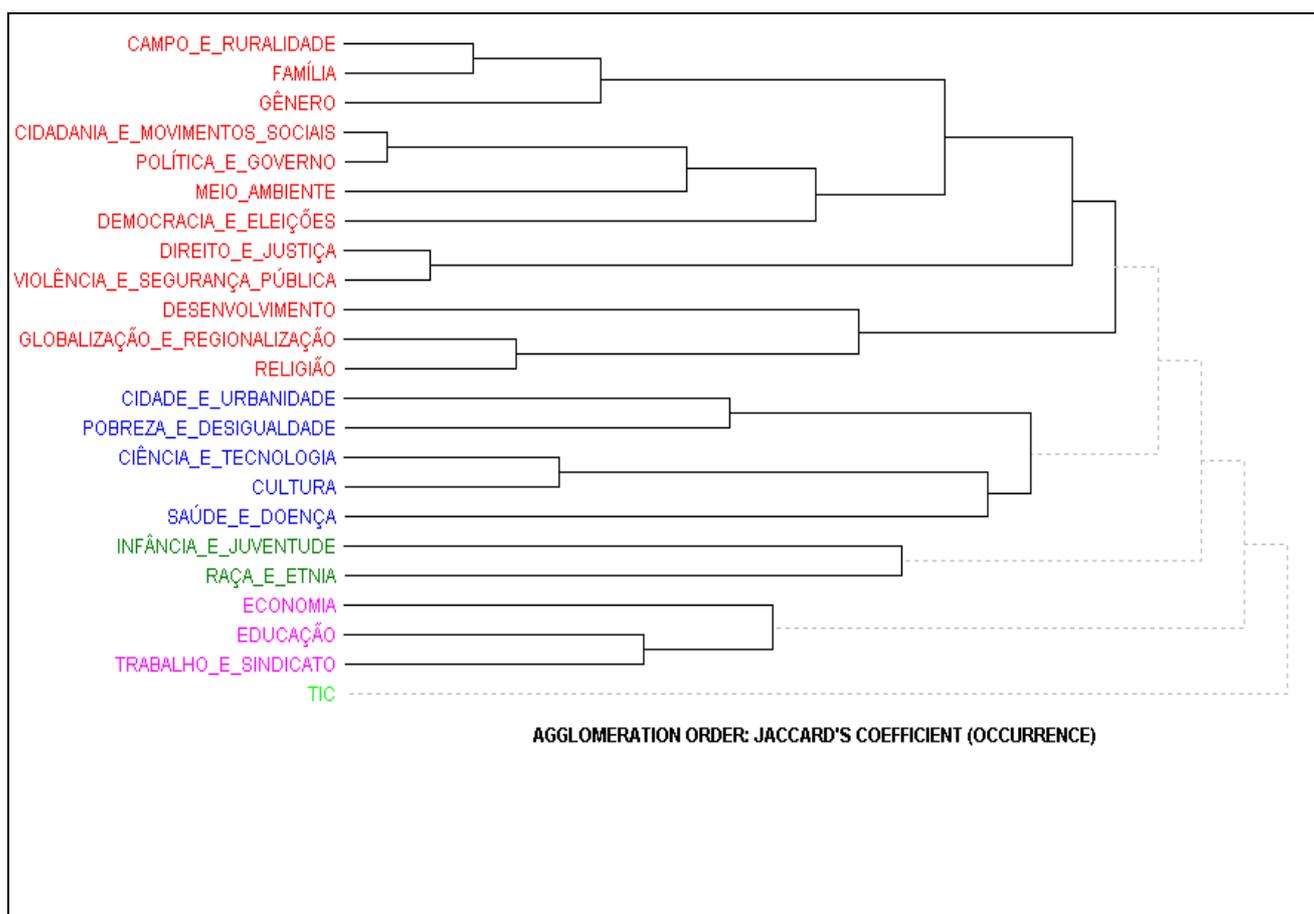


TABELA 6 – Grau de similaridade em AGENDAPOL por pares de temas

Nó	Grupo temático 1		Grupo temático 2	Similaridade
1	Cidadania e mov. sociais	↔	Política e governo	0,13
2	Educação	↔	Trabalho e sindicato	0,115
3	Direito e justiça	↔	Violência e segurança pública	0,107
4	Campo e ruralidade	↔	Família	0,096
5	Ciência e tecnologia	↔	Cultura	0,09
6	Globalização e regionalização	↔	Religião	0,087
7	Nó 4	↔	Gênero	0,083
8	Nó 1	↔	Meio ambiente	0,07
9	Nó 8	↔	Economia	0,064
10	Cidade e urbanidade	↔	Pobreza e desigualdade	0,063
11	Desenvolvimento	↔	Nó 6	0,045
12	Nó 9	↔	Saúde e doença	0,044
13	Democracia e eleições	↔	Raça e etnia	0,044
14	nó 12	↔	Nó 5	0,041
15	Nó 7	↔	Infância e juventude	0,034
16	Nó 14	↔	Nó 11	0,03

Fonte: AGENDAPOL, 2010.

A FIGURA 10 impressiona pela fidedignidade em relação às informações sobre os projetos e a legislação: os temas *campo e ruralidade* associados à *família* exemplificam como a questão da *agricultura familiar está presente na agenda de pesquisa sociológica*.

Porém, como mostra a TABELA 6, o grau de similaridade existente entre as categorias *cidadania e movimentos sociais* e *política e governo* (0,13) e *educação e trabalho e sindicato* (0,115) evidencia que a criação de novos Comitês de composição diversificada para a gestão de programas governamentais e de fundos setoriais tem tido um *acesso mais democrático, que inclui as representações de interesses nas diferentes áreas e setores produtivos*.

Além disso, as pesquisas sociológicas sobre movimentos sociais e seu impacto ou influência sobre novas formas de gestão das políticas públicas merece destaque.

A segunda similaridade citada também mostra a importância crescente das relações entre formação, capacitação e qualificação de pessoas para o mercado de trabalho. Trata-se de exigência do mundo e da economia globalizada traduzida cada vez mais nos estudos

sobre intensificação, precarização e flexibilização do trabalho na contemporaneidade (Dal ROSSO, 2008; ANTUNES, 2006).

É possível fazer tais inferências ao se ler os títulos dos projetos de pesquisa, a legislação aprovada e os testes acima realizados, razão pela qual se decidiu colocar em anexo uma lista completa dos projetos fomentados, relacionados às respectivas IES (vide ANEXO VIII).

De acordo com as evidências obtidas até o momento, uma parte da explicação considera o conjunto de temas abordados ao longo do período nas pesquisas financiadas pelo CNPq em relação à quantidade de temas.

Mas quais foram os principais temas abordados nas pesquisas com maior percentual de fomento do CNPq? *Considerando que o IUPERJ enquanto ator institucional recebeu aproximadamente 1/5 do total de recursos na área da Sociologia*, observaram-se os temas específicos dessas pesquisas: *Desigualdade social, indicadores de mobilidade e estratificação social; mercado de trabalho, desempenho econômico e transferência de renda; movimentos culturais e raça; violência.*

De certa forma, todos se relacionam a *problemas sociais reais, transformados em problemas sociológicos*. O fato de as pesquisas tratarem de questões candentes da sociedade brasileira sem que haja definição de prioridades temáticas diretamente relacionadas aos temas da agenda da política científica e tecnológica e dos órgãos do fomento fortalece a hipótese explicativa proposta, qual seja, da existência de autonomia reflexiva no campo científico (SOBRAL & MARANHÃO, 2008)³⁷.

A possibilidade de tal *retradução* da demanda social já havia sido antecipada em artigos e livros anteriores a este estudo, sobre *violência, o meio ambiente, o fomento à*

³⁷ Outra possibilidade de explicação refere-se necessariamente à composição, ao longo do tempo, dos Comitês de Assessoramento e do Comitê Consultivo do CNPq, bem como de suas decisões e análises sobre as propostas apresentadas para financiamento. Esta pesquisadora procurou constantemente atualizar suas bases de dados e obter estatísticas com recortes mais específicos no CNPq, para fins exclusivamente científicos. Porém, em diferentes ocasiões e telefones, recebeu opiniões de um técnico, que prefere permanecer incógnito, sobre a dificuldade de acesso às Atas de Reunião dos Comitês de Assessoramento, tanto em relação à liberação das informações, como devido à organização dos arquivos. Logo, tal questão permanece como objeto para pesquisas futuras.

pesquisa (SZTOMPKA, 1998; REIS, REIS & VELHO, 1997; NOWOTNY, SCOTT & GIBBONS, 2001; SOBRAL, 2006).

Outro dado interessante é o conjunto de ‘ajustes responsáveis’ que alguns fazem para concorrer ao fomento público em editais temáticos. Ainda, uma possibilidade de explicação refere-se à composição, ao longo do tempo, dos Comitês de Assessoramento e do Comitê Consultivo do CNPq, bem como de suas decisões e análises sobre as propostas apresentadas para financiamento. Mas isso exigiria uma nova pesquisa (vide ANEXO II).

Portanto, apesar dos Comitês do CNPq serem constituídos por *pares*, há que se considerar o perfil da *comunidade* científica, bem como as condições e a lógica que permeiam a produção do conhecimento nas Ciências Sociais. Destacam-se as desigualdades existentes entre as pessoas, as instituições a que se vinculam e, conseqüentemente, suas possibilidades de interferir nas práticas sociais, sobretudo devido às posições que ocupam e às condições que as restringem, ou, em última instância, o grau de poder simbólico que possuem num determinado momento (BOURDIEU, 2000; 2004).

Por sua vez, a comunidade científica é composta por um conjunto de cientistas de diferentes áreas do conhecimento, em diferentes países, que compartilham, discutem e concorrem entre si enquanto produzem conhecimento científico e capital simbólico. Tal comunidade é chamada de coletividade por BAUMGARTEN (2004) porque é heterogênea nesse campo: seja em relação aos temas objetos de pesquisa, seja em relação às posições hierárquicas que ocupam nas instituições em que atuam e no próprio campo, seja em relação à distinção, à consagração e à dominação (BOURDIEU, 1980; 1984; 1997; 2003; 2005). De fato, consiste num “*locus* de interação de cientistas e entre esses e outros atores sociais presentes na investigação científica” (BAUMGARTEN, 2004, p.2).

Então, o que compartilham? Podem compartilhar um *habitus*, formado por regras explícitas e convenções implícitas que compõem o imaginário coletivo e que regulam os fluxos multidimensionais de informações no campo. Além disso, a doxa compartilhada compõe-se por uma miríade de fatores: origem sócio-econômica, cultura e formação intelectual, heranças familiares, tradições institucionais.

Do mesmo modo, encontram-se fortemente ligados à história e à formação do campo científico em determinado local: apesar de o campo científico ser *internacional*, a

produção de conhecimento científica dá-se num lócus mais restrito (país, regiões, estados, cidades)³⁸.

Portanto, a probabilidade de acúmulo e reprodução de capital simbólico e reconversões também podem ser favorecidas pela reprodução da dominação institucional e familiar estruturantes em outros campos que não o científico, especificamente.

Nos sistemas de avaliação da pós-graduação e da pesquisa, construídos e compostos por pares dessa comunidade ou coletividade, comissões editoriais das revistas e os artigos que publicam, comitês de assessoramento que selecionam projetos a serem financiados, em todos esses espaços é possível observar que existem *personagens repetidos*. *Eles acumulam posições e capital político, econômico e simbólico dentro do campo científico e em outros campos, distinguindo-se dos demais*.

Assim, pode-se esperar o mesmo poder de ação entre desiguais, sejam eles indivíduos ou instituições? Quais são as condições presentes no processo decisório desses Comitês que podem, de determinado modo, influenciar os resultados em prol da competição ou da cooperação entre pares para realização das propostas apresentadas pela coletividade científica?

O próximo capítulo trata da produção sociológica de livros e de artigos dos atores individuais, reunidos em grupos de atores institucionais de acordo com as respectivas Instituições de Ensino Superior (e os Programas de Pós-Graduação): quais foram os temas mais frequentes nessa produção? Como tais temas variam entre os atores coletivos? E os temas que apresentam relações entre si? São apenas algumas das perguntas que surgiram ao longo do processo de trabalho e de pesquisa e que não estiveram presentes na definição primeira dos objetivos da presente tese.

³⁸ Como a lógica das mudanças climáticas – que são globais – e o desenvolvimento sustentável local.

4. PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOMINANTE

O presente capítulo apresenta a descrição e a análise dos dados referentes à produção de livros e de artigos no campo da Sociologia, de modo a viabilizar a construção da agenda temática do campo científico. Devido à amplitude deste tipo de produção em qualquer área do conhecimento, optou-se por analisar o conjunto de (1) todos os títulos dos livros originais (e não as re-edições ou traduções, para evitar dupla contagem) publicados pelos Programas de Pós-Graduação, de acordo com as informações dos Cadernos de Indicadores do sistema de avaliação dos PPGs da CAPES; e (2) todos os resumos dos artigos publicados pelos principais periódicos classificados como Qualis A Internacional, segundo os objetivos 3 e 4 traçados no capítulo metodológico da presente tese.

A primeira parte deste capítulo trata dos 1571 livros publicados em 25 Programas de Pós-Graduação, seus autores, instituições de ensino superior, editoras recorrentes e os principais temas abordados em seus títulos e subtítulos, de 1999 a 2006. Em seguida, a segunda parte observa os 2642 artigos publicados em 9 periódicos dominantes (Qualis A Internacional) - disponíveis eletronicamente - sua periodicidade, seus autores recorrentes e os principais temas abordados em seus resumos entre 1999 e 2006.

Depois, a terceira parte do capítulo verifica quem são os principais autores de livros e de artigos e quais posições eles ocupam no campo científico, de acordo com as informações que cada um coloca em seu currículo Lattes/ CNPq. E a quarta parte consolida os dados sobre os temas publicados e constrói a agenda temática do campo científico para o período de 1999 a 2006.

Finalmente, a análise dos temas enfocados pela produção do campo sociológico dificilmente seria definitiva ou extinguiria as discussões acerca da diversidade temática existente na Sociologia. Porém, a fim de viabilizar uma análise sistemática dessa produção, propôs-se a referida construção da agenda temática da Sociologia. Esta agenda, juntamente com a agenda temática do campo político, permitirá compreender em que medida ocorre uma retradução de problemas sociais (demandas sociais, prioridades da política científica e tecnológica, entre outros) em problemas sociológicos no campo científico.

4.1. Livros nos Programas de Pós-Graduação

A análise dos livros publicados entre 1999 e 2006 pelos Programas de Pós-Graduação - PPG em Sociologia e a construção da base de dados LIVROSOL foi possível devido às informações sobre a “Produção Bibliográfica”, contida nos Cadernos de Indicadores do Sistema de Avaliação da Pós- Graduação brasileira desenvolvido pela CAPES.

Os dados encontraram-se disponíveis eletronicamente, preenchidos pelos próprios Programas. Até novembro de 2008, existiram 43 Programas de Pós-Graduação reconhecidos e classificados na Área da Sociologia, dos quais 25 ofereceram dados completos para o período estudado (TAB. 7). Destaca-se o fato de existir mais de um programa de pós-graduação numa mesma Instituição de Ensino Superior – IES: no total, há 25 PPG em 21 IES. Várias delas apresentaram tal situação, sendo necessário observá-las para viabilizar a correta análise da produção de livros.

- ✓ A Universidade de Brasília – UnB possui dois programas de pós-graduação classificados na área da Sociologia a partir de 1999: um vinculado ao Departamento de Sociologia e outro ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas - CEPPAC. Ambos oferecem cursos de Mestrado e Doutorado e possuem quadros distintos de docentes efetivos, com poucas exceções. Entretanto, a partir de 2002, o CEPPAC deixou de ser avaliado na Área da Sociologia e passou a constar numa nova área, intitulada *Estudos Comparados sobre as Américas*. Para evitar distorções, sua produção não foi analisada, assim como não foram os demais programas cujos Cadernos de Indicadores não estiveram disponíveis *para a totalidade do período estudado*;
- ✓ A Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG possui dois programas de pós-graduação classificados na área da Sociologia a partir de 1999: um oferece Mestrado e Doutorado (*Sociologia*), e o outro, Doutorado (intitulado *Sociologia Política*). Na prática, compartilham vários docentes e os Cadernos de Indicadores possuem produção em comum (livros que aparecem nos dois PPG). Dada a

importância da variável *instituição*, considerou-se a produção unificada da UFMG ano a ano, sem repetição de livros;

TABELA 7 - Programas de Pós-Graduação em Sociologia (1999- 2006)

Instituição de Ensino Superior	Programa de Pós-Graduação	Nota de Avaliação CAPES (2006)
IUPERJ	SOCIOLOGIA	7
UFRJ	SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	7
USP	SOCIOLOGIA	7
UFRGS	SOCIOLOGIA	6
PUC/SP	CIÊNCIAS SOCIAIS	5
UERJ	CIÊNCIAS SOCIAIS	5
	CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,	
UFRRJ	AGRICULTURA E SOCIEDADE	5
UFSC	SOCIOLOGIA POLÍTICA	5
UFSCAR	CIÊNCIAS SOCIAIS	5
UNB	SOCIOLOGIA	5
UNESP/ARAR	SOCIOLOGIA	5
UNICAMP	CIÊNCIAS SOCIAIS (Doutorado)	5
UNICAMP	SOCIOLOGIA (Mestrado e Doutorado)	5
PUC/MG	CIÊNCIAS SOCIAIS	4
UFBA	CIÊNCIAS SOCIAIS	4
UFC	SOCIOLOGIA	4
UFMG	SOCIOLOGIA POLÍTICA (Doutorado)	4
UFMG	SOCIOLOGIA (Mestrado e Doutorado)	4
UFPB/J.P.	SOCIOLOGIA	4
UFPE	SOCIOLOGIA	4
UFPR	SOCIOLOGIA	4
UFRN	CIÊNCIAS SOCIAIS	4
UNESP/MAR	CIÊNCIAS SOCIAIS	4
USP*	INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA	4
UFG	SOCIOLOGIA	3

Fonte: CAPES, 2008.

* Este PPG da USP passou para a Área Interdisciplinar na avaliação da CAPES a partir de maio de 2009.

- ✓ A Universidade Federal da Paraíba - UFPB possui *campus* em João Pessoa e em Campina Grande. Em 1999, havia informações sobre a produção bibliográfica de ambos os PPGs, porém, de 2000 a 2006, apenas a produção do *campus* de João Pessoa aparece, inviabilizando trabalhar com Campina Grande;
- ✓ A Universidade de São Paulo – USP possui dois programas de pós-graduação classificados na área da Sociologia a partir de 1999: um vinculado ao Departamento de Sociologia e outro intitulado Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação³⁹. Ambos

³⁹ Mais informações vide <http://www.usp.br/prolam/historico.htm>

oferecem cursos de Mestrado e Doutorado e ambos apresentam informações nos respectivos Cadernos de Indicadores. Apesar disso, dada a importância da variável *instituição* para a presente tese, considerou-se a produção unificada da USP ano a ano, sem repetição de livros;

- ✓ A Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP possui dois programas de pós-graduação classificados na área da Sociologia a partir de 1999: um vinculado ao Departamento de Sociologia e outro com uma proposta de interdisciplinaridade focada nas Ciências Sociais. Ambos oferecem cursos de Mestrado e Doutorado e apresentam informações nos respectivos Cadernos de Indicadores. Entretanto, a grande parte do QUADRO docente do PPG em Sociologia também participa do PPG em Ciências Sociais. Assim, retiraram-se as informações repetidas para evitar dupla contagem e a análise considerou a produção da *instituição* como um todo;
- ✓ A Universidade Estadual de São Paulo – UNESP apresenta dois Programas de Pós-Graduação, com Mestrado e Doutorado, em cidades diferentes, com quadros de professores e livros diferentes. Porém, para manter a coerência da análise por *instituição*, a produção de UNESP- Marília e UNESP- Araraquara foi reunida.
- ✓ Ademais, a Universidade Federal de Goiás possui unicamente o Mestrado no seu PPG, mas oferece dados completos sobre a produção bibliográfica no período pesquisado e foi mantida para a análise dos livros. Além das questões descritas acima, a análise preliminar da coleta de dados identificou questões metodológicas relacionadas ao preenchimento das fichas de avaliação pelos programas e aos critérios estabelecidos por esta pesquisa para a análise desse tipo de produção. De acordo com o Manual de Coleta de Dados, do Sistema de Avaliação da CAPES, no item 1.10. *Produção intelectual*, diz-se que:

“Devem ser registrados apenas trabalhos ou atividades **efetivamente concluídos**. No caso da produção bibliográfica, registrar **exclusivamente os trabalhos publicados**. Não devem ser registrados trabalhos apenas submetidos à publicação, mesmo que aceitos, ou atividades ainda em andamento.

“Evidentemente, trabalhos ou atividades já registrados em ano base anterior não devem ser novamente informados” (CAPES, 2008, p.93, grifo nosso).

Considerando essa orientação e alguns equívocos de preenchimento encontrados, foram excluídas da análise informações sobre:

- Livros que foram citados como *no prelo* ou *aceito para publicação*;
- Livros classificados como coletâneas, mas que, de fato, eram edições especiais de periódicos;
- Capítulos de coletâneas erroneamente inseridos como livros (há um tópico específico para produção de capítulos em livros no Sistema de Avaliação, o que significa que apenas os organizadores das coletâneas foram considerados como autores das obras, assim como as universidades a que se vinculam); e
- Novas edições e traduções de livros previamente citados, para evitar dupla contagem na questão temática.

Consideradas tais questões, obtivemos a população de 1571 livros distribuídos por 21 Instituições de Ensino Superior, da seguinte forma (TAB.8):

TABELA 8 – Livros publicados por Instituições de Ensino Superior na área de Sociologia por ano

Instituição de Ensino Superior	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total de Livros
USP	45	23	37	35	35	31	18	29	253
UNICAMP	26	29	31	28	26	22	21	27	210
PUC/SP	16	24	8	15	15	10	5	16	109
UNESP	17	16	10	14	18	15	7	9	106
UFRJ	9	5	10	6	12	10	17	18	87
UFSC	7	10	13	8	14	11	12	10	85
UNB	12	11	8	10	11	11	16	1	80
UFC	1	25	6	16	11	7	3	4	73
UFPB	6	13	8	13	8	11	5	1	65
UERJ	3	7	15	8	11	3	7	10	64
UFSCAR	6	11	11	3	7	10	5	7	60
UFRRJ	8	8	5	9	8	6	8	5	57
UFBA	9	14	3	3	1	2	3	16	51
IUPERJ	10	6	3	1	4	6	6	11	47
UFPE	5	1	4	3	8	4	3	14	42
UFRN	5	8	7	6	5	4	1	5	41
UFRGS	4	2	6	7	10	2	2	5	38
PUC/MG	3	0	7	3	3	2	4	9	31
UFMG	5	7	0	5	2	7	4	0	30
UFPR	5	5	2	4	3	2	4	4	29
UFG	0	0	0	2	3	4	3	1	13
TOTAL	202	225	194	199	215	180	154	202	1571

Fonte: CAPES, 2008

A descrição dos dados evidencia a predominância da produção de livros no Sudeste brasileiro, algo coerente com as pesquisas anteriores sobre a concentração do desenvolvimento científico e tecnológico (BARROS, 1999).

Existe uma concentração forte da produção de livros no estado de São Paulo, no qual também há uma maior concentração de cursos de pós-graduação: juntos, os PPGs da USP, da UNICAMP e da UNESP (considerando somente as IES públicas elencadas) respondem por 36,2% de todos os livros publicados na área da Sociologia entre 1999 e 2006, mais de um terço do total produzido.

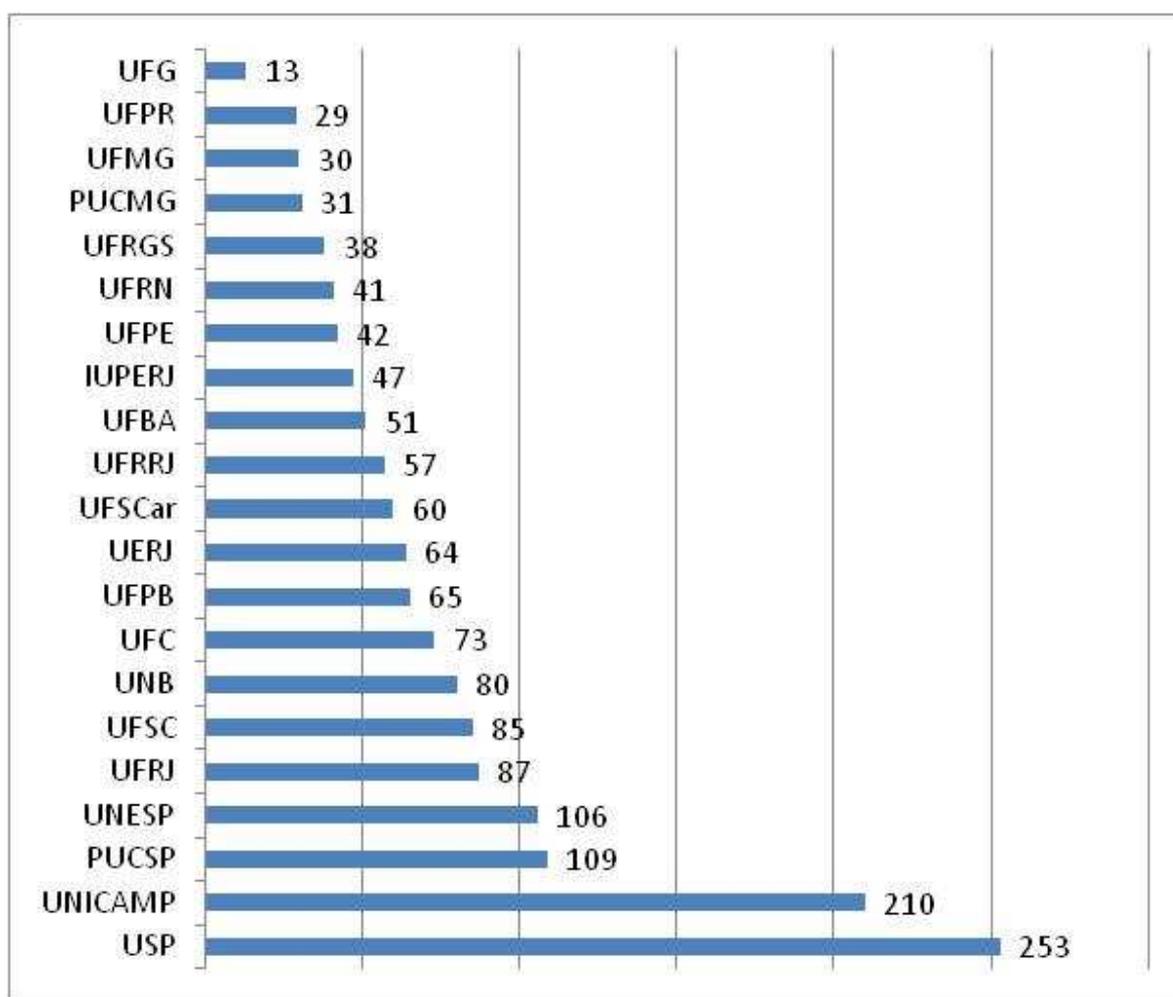
Fora do eixo Sul-Sudeste, a Universidade de Brasília - UNB (n=80), a Universidade Federal do Ceará - UFC (n=73) e a Universidade da Paraíba – UFPB (n=65) tiveram as maiores produções de livros no Centro-Oeste e no Nordeste, respectivamente (GRÁF.5)

É interessante verificar que, provavelmente, livros possam ter pouco peso na pontuação recebida pelos PPGs no sistema de avaliação da CAPES: *IUPERJ e UFRJ, avaliados com nota máxima 7, e a UFRGS, com nota 6 (vide TAB.8), não estão entre os programas que mais livros publicaram*; a UFRJ fica em quinto lugar nesse ranking.

Contudo, a USP, IES que mais livros publicou no período analisado, produziu mais livros do que o somatório dos três melhores PPGs avaliados com nota 7 e 6 (UFRJ, IUPERJ e UFRGS) e cerca de três vezes mais livros do que o melhor avaliado da região Sul, a UFSC. Estes dados indicam a necessidade de explorar outras questões, indicadas para pesquisas posteriores:

- ✓ A produção sociológica das IES mais novas está migrando da publicação de livros para a publicação de artigos?
- ✓ O *tempo de existência* de uma IES e a *institucionalização* de uma área do conhecimento em Programa de Pós-Graduação influencia positivamente a produção de livros?
- ✓ A existência de mais editoras num determinado estado ou região influencia positivamente a publicação de livros de Sociologia nesse estado?

GRÁFICO 5 – Total de livros publicados por IES (1999-2006)



Fonte: LIVROSOL, 2008.

LIVROS E EDITORAS

"O crescente sucesso na França de *Raisons d'Agir*, editora criada por Pierre Bourdieu após os levantes sociais de 1995, que produz livros curtos, mas densos, escritos por pesquisadores importantes e em linguagem acessível sobre assuntos de vital interesse cívico, desde jornalismo televisivo e a reforma educacional até as novas ideologias que servem para naturalizar a desregulamentação do mercado de trabalho, atesta o fato de haver uma grande demanda social por pensamento crítico e que a ciência social é perfeitamente capaz de atendê-la" (WACQUANT, 2008, p.136).

Quais editoras publicaram os livros produzidos pela Sociologia na pós-graduação brasileira? No âmbito da caracterização da produção de livros na Sociologia, considera-se importante, no mínimo, descrever a distribuição dessas publicações de acordo com suas editoras. Cada editora possui sua política editorial em relação a temas e a outras questões e leva para o campo econômico a produção científica comercializada em forma de *livros*, bem como viabiliza a circulação, a difusão do conhecimento registrado em cada obra.

A TABELA 9 mostra a quantidade de livros publicados no período estudado (1999-2006). Nos casos em que houve parcerias na editoração dos livros, contabilizou-se a primeira editora citada em cada obra (TAB.9).

O destaque dentre as editoras deu-se em relação àquelas ligadas às Instituições de Ensino Superior públicas: em relação à quantidade de obras originais, a UNICAMP aparece em primeiro lugar, com 41 livros; seguida por UNESP (37) e USP (32), em terceira e quarta posições, respectivamente.

Fica patente a importância fundamental das editoras universitárias para viabilizar a publicação dos livros de suas IES, ainda que isso dependa das condições existentes de trabalho e de estrutura de cada editora, algo que permanece como questão para pesquisas futuras.

TABELA 9 - Editoras que publicaram mais livros dos Programas de Pós-Graduação na área de Sociologia (1999-2006)

Editoras	Frequência	% válido	Editoras	Frequência	% válido
ANNABLUME	43	2,7	BRASILIENSE	11	0,7
UNICAMP	41	2,6	TERCEIRA MARGEM	11	0,7
UNESP	37	2,4	CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA	11	0,7
USP	32	2	PUC-SP	11	0,7
CORTEZ	27	1,7	UFSCAR	10	0,6
VOZES	26	1,7	IDÉIA	10	0,6
UFPB	25	1,6	LTR	10	0,6
FGV	25	1,6	PARALELO 15	10	0,6
UNB	24	1,5	REVAN	9	0,6
UFMG	24	1,5	ADUANEIRAS	9	0,6
BOITEMPO	21	1,3	HUMANITAS	9	0,6
UFSC	19	1,2	EXPRESSÃO POPULAR	9	0,6
XAMÃ	19	1,2	PÓLIS	9	0,6
RELUME DUMARÁ	18	1,1	CLACSO	9	0,6
UFRGS	16	1	UFPE	9	0,6
EDITORA 34	16	1	UFG	9	0,6
HUCITEC	16	1	IBCCRIM	9	0,6
RECORD	15	1	UFRRJ	8	0,5
INST. TEOTÔNIO VILELA	14	0,9	PAPIRUS	8	0,5
UFBA	14	0,9	AUTÊNTICA	8	0,5
MAUAD	14	0,9	AUTORES ASSOCIADOS	8	0,5
JORGE ZAHAR	14	0,9	MERCADO DE LETRAS	8	0,5
EDUSC	13	0,8	UFC	8	0,5
MANUFATURA	13	0,8	SENAC	8	0,5
UFRJ	13	0,8			
PUCMG	13	0,8			
UFRN	13	0,8			
INSULAR	12	0,8			
GARAMOND	12	0,8			

Fonte: LIVROSOL, 2009.

A Fundação Getúlio Vargas foi a instituição de ensino superior *privada* que mais livros publicou na Sociologia no período, ultrapassando a publicação feita pela PUC-SP (11) e pela PUC-MG (10) somadas. A razão pela qual comparamos tais IES refere-se ao fato das duas últimas constarem no ranking dos vinte PPGs com mais livros publicados e a primeira não.

Ademais, os dados indicam que a maioria dos autores da PUC-SP publicou em outras editoras que não a da própria IES, responsável por cerca de 10% do que foi publicado no próprio Programa de Pós-Graduação (vide TAB. 9). Já no caso da PUC-MG,

sua editora publicou praticamente um terço dos livros institucionalmente vinculados ao seu PPG.

A editora ANNABLUME merece destaque pela liderança desse ranking, na frente de editoras de maior porte, como a CORTEZ e a VOZES, como *editora privada sem vínculo institucional com universidades* que mais livros da Sociologia publicou no período. É interessante verificar que 21 dos 43 livros publicados por esta editora tiveram origem no PPG da Universidade Federal do Ceará, sendo 12 deles no ano de 2000. De certa forma, pode-se inferir o impulso produtivo da relação ANNABLUME – UFC, que colaborou para colocar esta universidade na posição de IES do Nordeste que mais livros publicou na Sociologia no período.

Nesse sentido, um terço dos livros publicados pela BOITEMPO é da UNICAMP; e 19 dos 27 livros da CORTEZ provêm do estado de São Paulo (7 são da UNICAMP e 6 são da PUC-SP, os demais estão distribuídos). Ademais, a análise dos dados na base LIVROSOL sobre as editoras mostrou que existem relações importantes entre elas e determinadas IES a serem pesquisadas posteriormente, visando uma contribuição para o delineamento de políticas editoriais pró-expansão da publicação na área da Sociologia.

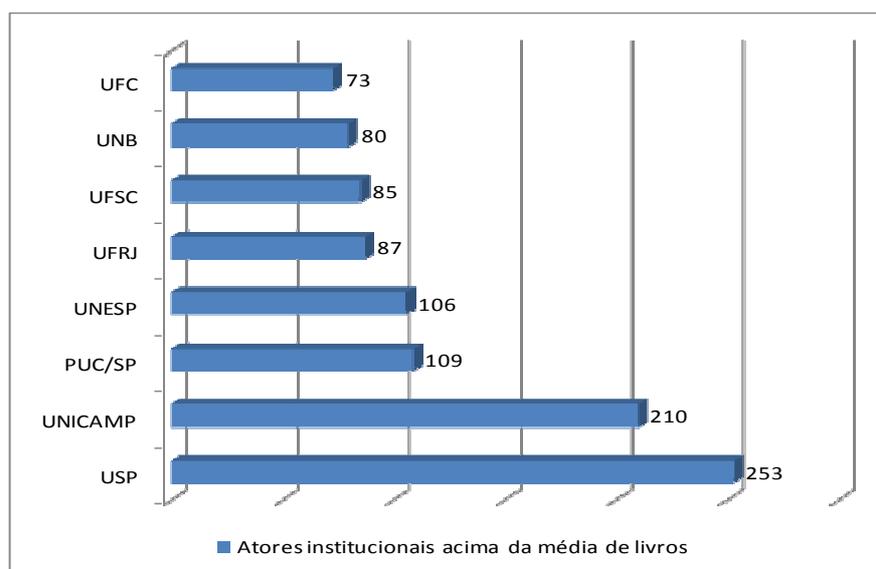
Em seguida, identificaram-se um total de 772 autores para os 1571 livros da Sociologia, cuja média de livros publicados foi de dois por autor ($Md=2$). Mas quem foram os *atores institucionais* que mais livros publicaram entre 1999 e 2006? O GRÁFICO 6 a seguir mostra a produção de livros por atores institucionais que estiveram *acima da média de livros publicados por IES*.

Sabe-se da quantidade expressiva de autores existentes. Dentre eles, 17 publicaram ao menos um livro por ano⁴⁰. O que fica evidente com o GRÁF.6 é o fato de que existem somente uma universidade na região Sul (a UFSC se destaca nessa produção de livros, enquanto a UFRGS destaca-se na quantidade de projetos fomentados), uma na região Centro-Oeste (a UnB, que é um ator recorrente nas diferentes produções) e uma no

⁴⁰ Ademais, sabe-se que são *majoritariamente homens*. Porém, a questão de gênero não é o foco da presente tese e exigiria um recorte específico em todas as bases para que fosse uma variável passível de análise, o que se sugere para pesquisas posteriores.

Nordeste, a UFC, que, entretanto, não se encontra *acima da média em artigos nem em projetos nem em recursos recebidos*.

GRÁFICO 6 – Atores institucionais acima da média de livros publicados na Sociologia (1999-2006)



Fonte: LIVROSOL, 2009.

Então, retornou-se a base LIVROSOL a fim de saber quais foram as editoras predominantes nos livros da Universidade Federal do Ceará, produção na qual se destaca como ator dominante: ANNABLUME (21 livros), a editora da própria universidade –UFC, com 8 livros, seguidas pela Relume-Dumará, com 7 livros, e Terceira Margem com 4. Ou seja, a força de quatro editoras, com destaque para a primeira, que colocaram a Universidade Federal do Ceará como um ator dominante em algum tipo de produção.

Para conhecer *quais foram os temas dos livros publicados pelos programas de pós-graduação em Sociologia*, a análise dos temas relacionados aos livros publicados pelos programas de pós-graduação em Sociologia deu-se a partir da *produção anual dos 25 programas de pós-graduação*. Ou seja, a fim de viabilizar a construção da agenda temática da produção científica na Sociologia brasileira, os livros precisaram ser observados de modo agregado ao longo do período, o que viabilizou a comparação com a agenda temática

do financiamento público (política científica e tecnológica e projetos apoiados pelo CNPq ano a ano) ⁴¹.

Outra razão pela qual esta organização anual foi necessária deu-se pela decisão de não restringir *a priori* a diversidade temática existentes em subcategorias da Sociologia – tal como “sociologia da religião” ou “sociologia urbana”. Tal abordagem foi utilizada anteriormente por PORTO (2006, p.185-190) e, certamente, pode contribuir para a discussão dos resultados desta pesquisa após a construção das agendas temáticas do campo científico e do campo político.

Para a pré-análise da frequência das palavras mais usadas nos títulos e subtítulos dos livros – íntegra e coletânea – dos PPGs em Sociologia, utilizou-se o software Textalyser, ferramenta gratuita disponível em <http://textalyser.net/> Foram selecionadas as 200 palavras mais citadas em cada ano para todos os PPGs e reorganizadas conforme seu significado. Por exemplo, a palavra “Brasil” foi a mais citada em diversos anos, mas também houve ocorrência de “brasileiro”. Assim, estas palavras que remetem a um mesmo significado “relacionado ao Brasil” – como num dicionário, foram agrupadas num único tema. De qualquer forma, as palavras agrupadas aparecem no campo das ocorrências em cada linha temática.

Uma primeira observação a respeito dos temas dos livros na Sociologia é a presença recorrente e predominante de questões nacionais: o tema BRASIL, representado pela ocorrência das palavras *Brasil, Brazil, brasileiro (s), brasileira (s)* foi o mais citado em todos os anos. Ou seja, percebe-se que há nos livros sociológicos uma ênfase em conhecer o Brasil, seja quais forem os aspectos estudados. Se por um lado aprofunda-se o conhecimento sobre o próprio País, por outro variam as perspectivas, os autores, as IES, os PPG, *porém a base empírica permanece autocentrada: em relação aos livros, pouco se comparam os países, pouco se pesquisa questões em âmbito mundial.*

Cabe considerar a afirmação de que “a ciência é uma verdade transhistórica, produzida de modo historicamente condicionado” (BOURDIEU, 2001), pois ainda que se analise o Brasil, isso não invalida os resultados como explicativos de situações em outros

⁴¹Isso não significou que, posteriormente, não se tenha analisado a produção de cada instituição. Isso pode ser feito, indicando caminhos para pesquisas futuras, porém não é objetivo específico da presente tese.

locus. Essa questão merecerá maior desenvolvimento diante das características do fomento à pesquisa sociológica, dos artigos publicados em periódicos dominantes e das prioridades da política científica e tecnológica.

Como a análise das palavras mais citadas nos títulos e subtítulos não é excludente, o tema Brasil, por exemplo, relaciona-se a diversas outras temáticas, dentro e fora da lista dos trinta temas com maior frequência. Isto significa que um mesmo título de um livro contém várias das palavras elencadas.

Ademais, cabe destacar que a publicação de livros decorre de trabalho anterior ao ano de publicação, o que significa que a decisão dos autores acerca dos temas dos livros não foi diretamente influenciada pelas decisões políticas no mesmo ano em que foram publicados. Podem ter sido influenciados em momentos anteriores, porém o tempo que cada autor leva para escrever um livro ou um artigo varia bastante, como varia também o tempo até sua publicação.

A idéia da construção das agendas temáticas considera a existência de uma *lacuna de tempo* entre escrever um livro ou um artigo e publicá-los. Entretanto, para os fins de identificação das temáticas do campo da Sociologia num dado momento, é importante contextualizar um determinado período, uma vez que não se excluem possíveis interferências *nos processos decisórios das Editoras para o lançamento de livros e dos periódicos dominantes para a publicação dos artigos*.

A descrição do comportamento temático nos livros ao longo desses anos poderia estender-se longamente. Porém, como não havia disponibilidade eletrônica de *resumos* ou *sínteses* desses livros, procurou-se agregar à agenda temática do campo científico os *resumos dos artigos*. Assim, a análise sobre as variações temáticas nos livros foi acompanhada das variações ocorridas nos artigos publicados na área, podendo indicar novos sentidos. Essa construção da agenda temática do campo científico fez-se ao final do presente capítulo.

4.2. Artigos no sistema QUALIS/ CAPES de classificação de periódicos

No Brasil, o sistema QUALIS/ CAPES de classificação de periódicos estabeleceu um modo de avaliar os periódicos disponíveis eletronicamente por meio da indicação dos Programas de Pós-Graduação. De acordo com a CAPES,

“Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos e anais de eventos. A classificação de periódicos e eventos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. Note-se que o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Isto não constitui inconsistência, mas expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado. Por isso, não se pretende com esta classificação que é específica para o processo de avaliação de cada área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta” (CAPES, 2009a, in <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2550-capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>, acesso em 06 de Março de 2009).

A presente tese considerou a produção científica publicada em todos os periódicos classificados pelo sistema Qualis como A internacional, ou seja, aquelas revistas que apresentaram simultaneamente:

QUADRO 7 - Critérios para classificação de periódicos no Sistema QUALIS/ CAPES

Classificação	Critérios
A	Conselho editorial; Pelo menos uma indexação; Artigos de reconhecida relevância para a área de sociologia (isto é, inovadores e (atualizadores do debate científico); Autores de origens institucionais diversificadas; Trajetória reconhecida e consolidada na área de sociologia; Regularidade de edição;
INTERNACIONAL	(a) circulação internacional; (b) corpo editorial com membros reconhecidos internacionalmente; (c) colaboração de autores de diferentes países; e (d) idiomas de penetração internacional na área

Fonte: CAPES, 2008b.

A suposição que norteia essa escolha baseia-se (1) na existência do *efeito Mateus* elaborado por Merton: “trabalhos publicados por acadêmicos reconhecidos têm muito mais chances e oportunidades de visibilidade na comunidade científica do que contribuições igualmente ou mais significativas e originais de autoria de estudiosos menos renomados” (SZTOMPKA, 2009, p.189); e (2) na estrutura do campo científico em relação aos atores dominantes no campo: aqueles mais reconhecidos e que mais publicam internacionalmente, ou seja, as lideranças científicas da Sociologia brasileira (SOBRAL, 2008⁴²).

Ainda de acordo com os dados da CAPES, até novembro de 2005, houve 638 periódicos mencionados pelos PPG-SOL em seus relatórios, dos quais 32 (5,1%) foram classificados como Qualis A Internacional (CAPES, 2005).

⁴²Ocorre que este levantamento foi feito a partir da produção sociológica em direção aos autores e aos temas, trajetória diferente da pesquisa realizada por SOBRAL (2007; 2008), que parte da identificação das lideranças científica na Sociologia e nas Engenharias a partir das bolsas de produtividade 1 A e 2 distribuídas pelo CNPq e do sistema LATTES de currículos.

Dentre estes, foram selecionados os periódicos que apresentaram *artigos completos com resumo* (não foram analisadas as resenhas de livros, obituários, homenagens, editoriais, entre outros) *em todos os anos delimitados por esta pesquisa, a saber, 1999 a 2006, e que estavam eletronicamente disponíveis no portal de Periódicos da CAPES*. Com isso, os periódicos *Tempo Social* e *Horizontes Antropológicos* não foram analisados porque estavam eletronicamente indisponíveis nos anos de 1999 e 2000. Já a *Contemporary Sociology* não pôde ser analisada porque publica somente resenhas e, portanto, não se encaixou no critério principal que viabilizou a pesquisa.

Após uma análise preliminar do conteúdo dos resumos dos artigos, três periódicos foram excluídos da análise final:

(1) *Archives of Sexual Behaviour* porque se verificou que o foco temático era bastante restrito, voltado mais para áreas da Psicologia⁴³, o que poderia desviar a análise temática de todas as outras revistas; e

(2) *American Anthropologist* e *Current Anthropology* também foram excluídas porque enfocaram a produção das áreas da Antropologia e da Arqueologia (como a presente tese delimitou a área da Sociologia, haveria um desvio de foco). Verificou-se que nove periódicos corresponderam aos critérios definidos (TAB. 10):

TABELA 10 – Características dos periódicos Qualis A Internacional selecionados

ISSN	Periódicos Qualis A Internacional	Periodicidade	Índice de Impacto*
0011-5258	Dados (DA)	4 volumes/ ano	0,124
0020-8701	International Social Science Journal (ISSJ)	4 volumes/ ano	0,342
0022-216X	Journal of Latin American Studies (JLAS)	4 volumes/ ano	0,603
0104-9313	Mana (MA)	2 volumes/ ano	x
0102-6909	Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)	3 volumes/ ano	x
0037-7732	Social Forces (SF)	4 volumes/ ano	1,9
0038-0296	Sociologie du Travail (ST)	4 volumes/ ano	0,285
0002-7162	The Annals of the American Academy of Political and Social Science (APS)	6 volumes/ ano	0,909
0263-2764	Theory, Culture & Society (TCS)	6 volumes/ ano	0,885

Fonte: Periódicos CAPES, 2009 e ISI Web of Knowledge, Journal of Citation Reports - Social Science Edition, 2009.

* Índice de Impacto dos últimos 5 anos

⁴³Ao buscar a palavra “psychology” na base de dados deste periódico, foram encontradas 2386 ocorrências contra 238 para a palavra “sociology”. Ao investigar aleatoriamente os resultados, verificou-se que a maioria dos autores são de departamentos de Psicologia.

Cabe destacar que cada periódico apresenta características particulares, além daquelas que são comuns a todos eles e que foram pré-estabelecidas como critérios para sua seleção. Pode-se comentar que:

- ✓ *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* publica seis volumes por ano, sendo que cada um deles apresentou uma temática específica e comum aos respectivos artigos. Há uma grande diversidade de instituições de origem dos autores, sem privilegiar apenas aquelas ‘consagradas’, porém são, em sua maioria, norte-americanas;
- ✓ *Theory, Culture and Society* também publica seis volumes ao ano, porém não possui um foco temático único;
- ✓ *Current Anthropology* e *American Anthropologist* são revistas classificadas na área de Sociologia, porém publicam artigos de antropólogos e arqueólogos com discussões extremamente específicas, relacionadas ou à subárea de Antropologia Forense ou com relatórios sobre escavações arqueológicas, testes de carbono, entre outros;
- ✓ *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Mana* publicam majoritariamente autores brasileiros, o que era esperado, de certa forma, devido à baixa internacionalização dos periódicos nacionais em Sociologia⁴⁴, evidenciada pelo *baixo (ou inexistente) fator de impacto*⁴⁵ *do periódico nos últimos 5 anos* (considerando-se a lógica bibliométrica dos indicadores de citação internacional existentes)⁴⁶.

⁴⁴ Não é o caso de todas as áreas do conhecimento. Outras revistas, como a *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, tornaram-se referência, ou "o status de periódico mais importante da região na área biomédica". Porém, segundo LOURENÇO, "as revistas científicas brasileiras ainda estão longe de alcançar o mesmo prestígio internacional que já cerca muitos pesquisadores do país", sendo necessário "desenvolver políticas editoriais que permitam dar fim a esse aparente paradoxo" (LOURENÇO, 2009, p.A3).

⁴⁵ O fator de impacto é o indicador bibliométrico publicado pelo ISI –Thompson Scientific no Journal of Citation Reports e é calculado a partir do número de citações feitas no ano sobre os textos publicados em cada periódico nos últimos dois anos dividido pelo número de artigos publicados nos mesmos dois anos nesse periódico.

⁴⁶ Para pesquisas futuras, seria interessante analisar a produção sociológica brasileira comparada à francesa, para evidenciar convergências e divergências entre elas.

O conjunto dos nove periódicos analisados no período publicou um total de 2642 artigos, desconsideradas as resenhas, as entrevistas e os debates dos editores, escritos estes que não apresentaram resumos (TAB.11).

É importante destacar que as palavras-chave não apareceram em todos esses artigos, razão pela qual não foram analisadas aquelas existentes, a fim de evitar uma distorção temática que favorecesse os temas dos artigos que as possuíam (*Mana*, *Social Forces* e *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, entre outras, exibiam artigos sem palavras-chave).

TABELA 11 – Artigos publicados nos periódicos Qualis A Internacional (1999 - 2006)

Periódicos	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total de artigos
Dados (DA)	21	24	21	22	25	24	24	26	187
International Social Science Journal (ISSJ)	50	32	59	46	48	42	50	46	373
Journal of Latin American Studies (JLAS)	20	23	23	25	24	24	24	24	187
Mana (MA)	10	10	8	13	10	12	18	18	99
Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)	28	25	26	27	29	27	27	27	216
Social Forces (SF)	54	46	46	42	52	55	75	89	459
Sociologie du Travail (ST)	21	26	19	26	25	24	33	24	198
The Annals of the American Academy of Political and Social Science (APS)	72	77	61	73	63	68	62	85	561
Theory, Culture & Society (TCS)	41	41	37	40	37	36	44	86	362
TOTAL	317	304	300	314	313	312	357	425	2642

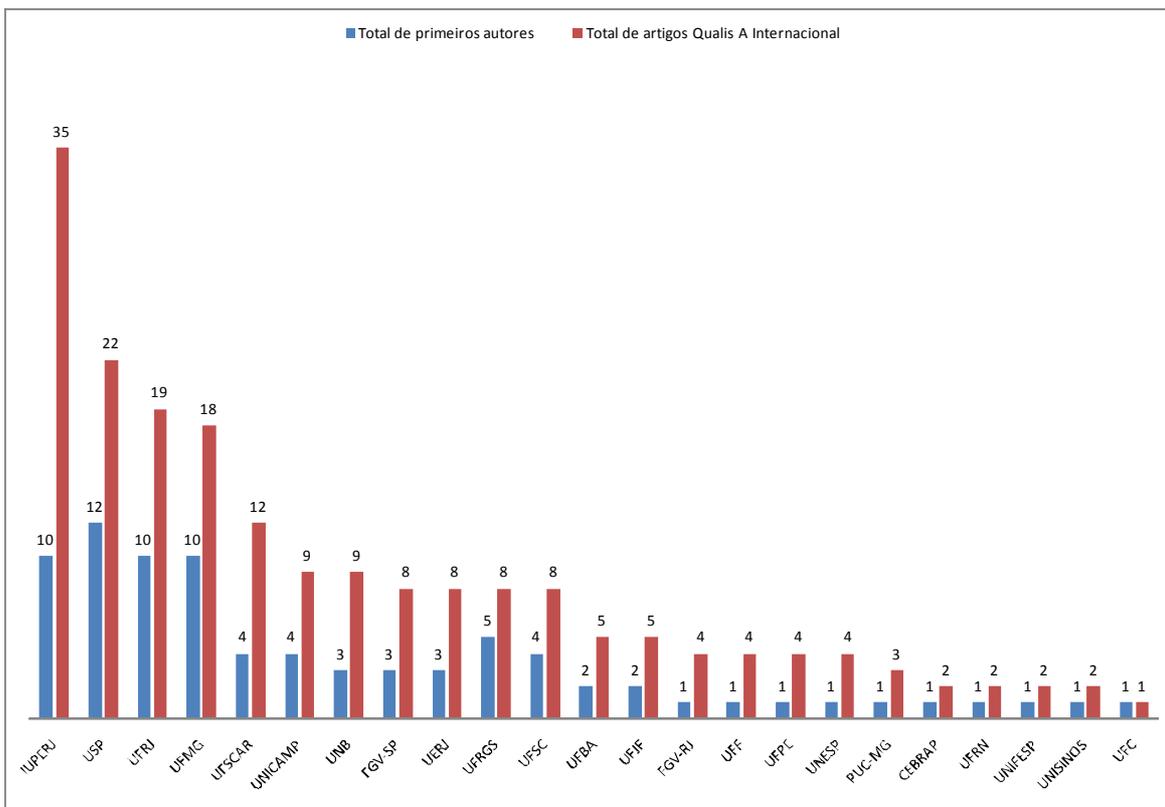
Fonte: ARTIGOSOL, 2009.

Encontrou-se um total de 2270 autores para os 2642 artigos no campo sociológico, cuja média de artigos por autor foi igual a 0,86. Logo, foi preciso arredondar essa medida para 1 e selecionar todos os autores acima da média.

Cabe ressaltar que somente 12,2% dos autores publicaram dois ou mais artigos nos periódicos analisados ao longo dos 8 anos, o que equivale a 278 autores. Mas *quais são as instituições a que estes autores estão vinculados? Quais são os atores institucionais que possuem uma quantidade de artigos acima da média entre 1999 e 2006?* O GRÁFICO 7 mostra a produção de artigos por atores acima de média.

Na análise do GRAF.7 constata-se que o IUPERJ, que se destaca em relação ao número de artigos *Qualis A Internacional*, apresenta uma forte concentração de autores, fato que se repete nas demais IES brasileiras. Comparativamente à média internacional de produção de artigos por autor, da ordem de 0,86, a média nacional é bastante superior, variando entre 1 e 4 artigos por autor nessas IES.

GRÁFICO 7 – Atores institucionais que mais artigos publicaram em periódicos Qualis A Internacional (1999 – 2006)



Fonte: ARTIGOSOL, 2009.

Vale notar que nenhum autor publicou um artigo por ano pesquisado, mas que, dentre os três autores que mais publicaram artigos em periódicos Qualis A Internacional, dois deles são brasileiros, sendo um do IUPERJ e outro da UFSCar.

Outro fato marcante: alguns sociólogos com produção científica reconhecida internacionalmente e livros traduzidos em diversas línguas, como é o caso de Bruno LATOUR, Loic WACQUANT, Saskia SASSEN, Zygmund BAUMAN, Karina KNORR-

CETINA, Ulrich BECK - apresentam cerca de três artigos cada no período analisado. Nesse sentido, considerando-se a *quantidade de artigos em periódicos dominantes segundo uma avaliação institucional brasileira*, existem vários sociólogos brasileiros 'bem posicionados' em comparação com sociólogos de outros países.

Da mesma forma como foi feito para os autores dos livros, a análise sistemática dos autores dos artigos e de suas posições no campo encontra-se na terceira parte deste capítulo.

4.3. Atores dominantes na produção sociológica

FIGURA 11 – Síntese dos dados sobre atores institucionais e produção sociológica

LIVROSOL (1999-2006)	ARTIGOSOL(1999-2006)
<ul style="list-style-type: none"> • Total de livros = 1571 • Total de PPGs = 25 • Total de IES = 21 • Total de editoras (>8) = 53 • Total de primeiros autores= 811 • Média de livros por ator institucional = 72,3 • Média de livros por ano = 196 	<ul style="list-style-type: none"> • Total de artigos = 2642 • Total de periódicos = 9 • Total de volumes = 37 • Total de primeiros autores=2270 • Média de artigos por autor = 0,86 • Média de artigos por ano = 330

Após a construção da base de dados ATORESOL, foi possível agregar os valores das produções individuais de livros e as de artigos como *representações da produção das Instituições de Ensino Superior – IES*. Os pesquisadores apresentam um comportamento diversificado no que tange aos artigos e livros: aqueles que mais publicam livros *não são aqueles que mais publicam artigos*.

Parecem existir lógicas diversas para esses dois tipos de publicação, que se diferenciam em relação aos autores, aos temas e às IES que os publicam. A exceção para esta ‘regra’ são 14 pesquisadores que conseguiram publicar artigos Qualis A Internacional, publicar livros e coordenar projetos de pesquisa num mesmo período pesquisado⁴⁷. Todos os demais autores, que totalizaram 2953 primeiros autores (sem contar as co-autorias), ou publicaram livros ou publicaram artigos.

Com relação aos atores institucionais, o que se percebe são movimentos de alternância entre certos atores dominantes de acordo com cada tipo de produção (livros ou artigos) e também conforme a quantidade de projetos e de recursos recebidos por estes, cuja distribuição não é proporcional entre as IES.

4.4. Agenda temática da produção científica na Sociologia (AGENDASOL)

Para conhecer quais foram os temas dos artigos publicados pelos periódicos “Qualis A Internacional” na área da Sociologia, a análise dos temas relacionados aos artigos deu-se a partir da produção anual dos 9 periódicos que apresentaram dados completos. Ou seja, a fim de viabilizar a construção da agenda temática da produção científica na Sociologia brasileira, os artigos – assim como se fez com os livros - precisaram ser observados de modo agregado.

Uma questão metodológica importante refere-se à mudança de programa de análise temática. Devido ao excesso de informações, o programa livre Textalyser não conseguiu analisar a frequência de palavras, que é o primeiro passo da análise temática. Desse modo, foi preciso trabalhar com um programa mais robusto, o Wordstat 5.1, parte integrante do software proprietário QDA Miner.

Como comparar os temas recorrentes nos diferentes anos? O levantamento desses temas recorrentes origina-se na listagem completa de títulos e subtítulos, para os livros, e

⁴⁷ Foram 4 pesquisadores da USP, um da UFRJ, dois da UFRGS, uma da UFMG, um da UFJF, uma da UFC, dois da UERJ, um do IUPERJ e um da UFSCar.

de títulos e resumos completos, no caso dos artigos. Essa listagem é dividida pelo ano (1999 a 2006) e pelo tipo de publicação (livro ou artigo).

Ocorre que, a cada ano, varia a quantidade de livros e de artigos e, conseqüentemente, variam as contagens de palavras encontradas. Foi interessante apresentar a freqüência total de palavras nos livros e nos artigos, a fim de dimensionar a participação que esses têm na construção das categorias temáticas (TAB.12).

TABELA 12 – Total de palavras encontradas em livros e artigos pesquisados por ano

Ano de publicação	Artigos		Livros	
	Quantidade	Total de palavras	Quantidade	Total de palavras
1999	317	51962	202	948
2000	304	44409	225	1147
2001	300	38002	194	964
2002	314	38587	199	1001
2003	313	42559	215	1099
2004	312	40842	180	916
2005	357	47843	154	782
2006	425	55648	202	727
Total	2642	359852	1571	7584
(Média)	330	4498	196	948

Fonte: LIVROSOL, 2009 e ARTIGOSOL, 2009.

Se a análise fosse comparar *ano a ano* a agenda temática do campo sociológico e aquela da política científica e tecnológica, outros cálculos precisariam ser feitos e, mesmo assim, pouco se poderia inferir de tal comparação. Por quê? Existem algumas razões a serem mencionadas e que subsidiaram a escolha por analisar o período 1999-2008:

Os dados referentes à política científica e tecnológica - no caso, os decretos e as portarias - poderiam ser recortados *ano a ano*. Porém a periodicidade dos Planos Plurianuais não poderia ser considerada desta forma porque foi construída de modo a garantir certa continuidade nas políticas públicas, na medida em que avança um ano em cada novo mandato presidencial. Exemplo: PPA2000 a 2003 começa no segundo ano do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e termina no primeiro ano do primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), e assim por diante;

- ✓ Os dados referentes aos projetos da Sociologia financiados pelo CNPq não estiveram disponíveis eletronicamente para o ano de 1999, embora tenham sido incluídos os projetos de 2007 e 2008. De toda forma, a informação acerca dos projetos - *títulos, coordenadores, instituições de ensino superior, valores financiados* - continuaram sendo importantes para a construção da agenda temática da política de C&T, uma vez que *a retradução temática ou a reflexividade dos atores entre os campos não se dá anualmente*. Cada pesquisa apresenta uma duração mínima de 24 meses e, considerando que uma delas se inicie em 1999, provavelmente seus resultados somente seriam publicados em livros e/ ou artigos depois de 2001;
- ✓ Os dados referentes aos artigos e livros enfrentam outro tipo de limitação: a elaboração dos mesmos se dá num determinado momento, enquanto *o tempo de publicação varia enormemente entre essas categorias e dentro delas*. Um determinado autor, já reconhecido no campo sociológico, pode conseguir publicar um livro um ano após terminá-lo. Outro autor pode ter escrito um livro de pequenas dimensões e vários volumes e ter apoio institucional para publicar uma série deles;
- ✓ No caso específico dos artigos, ainda existe a questão do *tempo de revisão dos pares e de correção, da periodicidade de publicação de cada periódico, do acesso à língua*, entre outros tantos fatores que não se pretendeu extinguir na presente tese.

Em suma, não se encontrou nenhuma referência bibliográfica sobre o tempo médio existente entre terminar um livro ou artigo e conseguir publicá-lo na Sociologia e no campo científico internacional. Da mesma forma, não foram encontradas evidências da transformação direta dos resultados de pesquisas fomentadas pelo CNPq em publicações⁴⁸.

⁴⁸ Sugere-se que essas questões temporais e de aplicação de resultados de pesquisas sociológicas sejam estudadas posteriormente e com outros métodos mais apropriados, tal como o etnográfico ou o histórico, com algum tipo de entrevistas: cita-se o caso do livro de Paulo Lins e do filme homônimo "Cidade de Deus". Em entrevista concedida a Roberto D'Ávila, Paulo Lins afirma: "Se não fosse por Alba Zaluar, minha orientadora, eu não teria feito isso" (o livro). Em "Notas e agradecimentos", ele afirma se inspirar no material das entrevistas feitas para a pesquisa "Crime e criminalidade nas classes populares" para escrever (LINS, 2002, p.403). Trata-se de um excelente exemplo para um estudo de caso sobre a autonomia reflexiva: as condições sociais em que o autor se inseria e a pesquisa que sua orientadora coordenava influenciaram a

Além de questões quantitativas e temporais, as categorias temáticas precisam ser *compatíveis*. Isto significa que, ao mencionar o tema *ambiente*, ele seja formado pela ocorrência de palavras relacionadas em livros e em artigos em todos os demais anos.

Para garantir que isso ocorra nas diversas categorias temáticas, criou-se um dicionário, válido para todos os anos pesquisados e para livros e artigos, em que os temas são formados a partir de um conjunto de palavras relacionadas. Por exemplo: a categoria *ambiente* é composta pelas palavras *meio ambiente*, *natureza*, *ambientalismo*, *Amazônia*, entre outras. Este dicionário de temas foi construído a partir da totalidade das palavras constantes nos títulos e resumos dos artigos e nos títulos e subtítulos dos livros de 1999 a 2006, conforme explicado no capítulo metodológico (vide QUADRO 1).

4.4.1. Freqüência simples: os temas mais citados

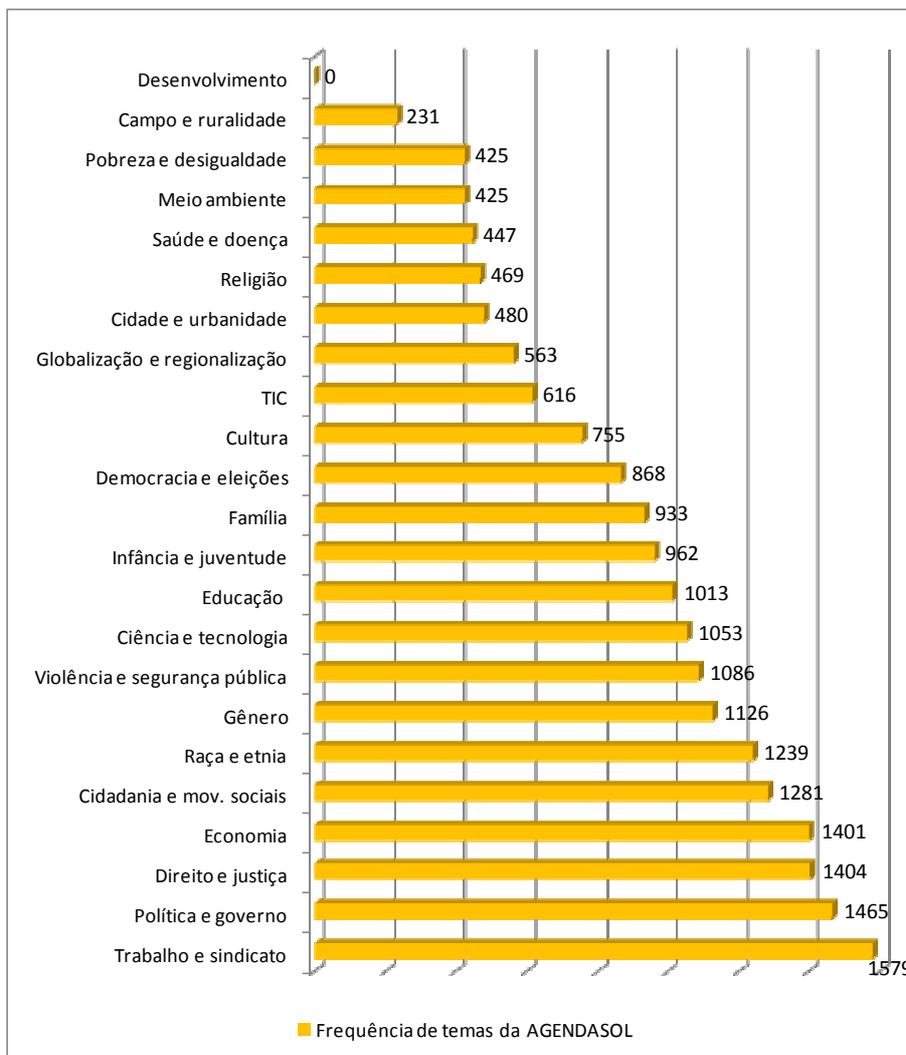
A análise dos temas recorrentes na produção do campo científico possibilita compreender o que tem sido publicado em livros e artigos na Sociologia e quais assuntos têm merecido o interesse dos pesquisadores da área. O GRÁFICO 8 a seguir evidencia quais foram os temas predominantes nos livros e nos artigos publicados entre 1999 e 2006 na Sociologia.

De acordo com a distribuição acima, verifica-se que o tema *mais frequente* no campo sociológico no período estudado (1999-2006) foi *trabalho e sindicato*, cujas palavras - que o compõem enquanto categoria temática - foram mencionadas 1579 vezes nos documentos selecionados (livros e artigos). Em segundo lugar, assuntos relacionados a *política e governo* também foram muito citados nos títulos e nos resumos da produção

escolha do tema de pesquisa do então mestrando. Essa pesquisa recebeu financiamento público (CNPq, FINEP, FAPERJ e FUNCAMP) e versava sobre um grave problema social que é a violência nos centros urbanos, vivenciada pelo próprio pesquisador, juntamente com a situação de pobreza e desigualdade social no cotidiano. Orientadora e orientando, coordenadora de pesquisa e pesquisador assistente passam a produzir conhecimento científico sobre tal realidade que, depois, torna-se romance e filme. Enfim, são diversas ações de retradução e reflexividade entre os campos científico, artístico e político a serem analisados em artigo futuro desta doutoranda.

sociológica (1465 vezes), seguidos por *direito e justiça* e *economia*, com apenas 3 palavras de diferença entre as frequências destes últimos temas.

GRÁFICO 8 - Frequência de temas em livros e artigos na Sociologia (1999-2006)



Fonte: AGENDASOL, 2010.

Isso mostra que os temas mais frequentes estão presentes em diversas publicações, inclusive naquelas em que eles não são o foco principal ou secundário, mas que podem configurar como uma variável importante a ser considerada.

Entre os temas menos recorrentes nas publicações analisadas estão *campo e ruralidade*, *meio ambiente*, *pobreza e desigualdade*, *saúde e doença* e *religião*. De acordo

com os dados apresentados no capítulo anterior, sabe-se que a situação de alguns destes temas em relação aos *projetos fomentados pelo CNPq é diametralmente oposta*: o tema *meio ambiente* é o quarto mais citado nos projetos e é o penúltimo na frequência temática dos livros e artigos na Sociologia. Situação semelhante ocorre com *campo e ruralidade*, o tema menos freqüente nas publicações, é o nono mais citado nos projetos.

Cabe observar que *as diferenças entre as freqüências temáticas são relativamente pequenas* e não expressam nenhuma relação entre si quando expostas desse modo. Sendo assim, aprofundou-se o nível de análise para observar a ocorrência desses temas e como funcionam uns com os outros ao longo do período pesquisado.

4.4.2. Ordem de aglomeração e grau de similaridade entre pares de temas publicados

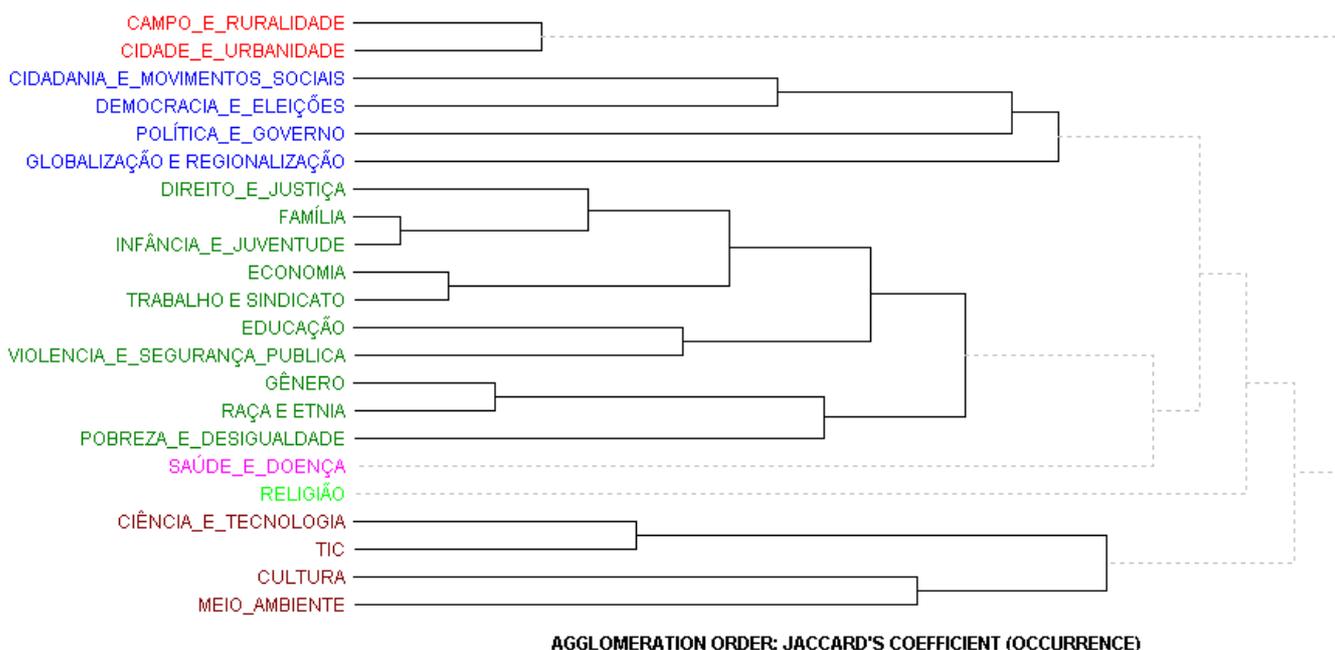
Assim, a FIGURA 12 adiante evidencia quais são os temas recorrentes que surgem *juntos* em mais documentos. Cada reunião de dois temas com maior grau de similaridade forma um nó temático. A partir do QDA Miner e do Wordstat foi possível analisar quais temas apareceram de modo correlato, evidenciando os nós de interesse temático entre diversos pesquisadores, considerando-se a organização de conglomerados baseados nas categorias temáticas e de acordo com a ocorrência de até 5 palavras em comum, com base no coeficiente de Jaccard. Este coeficiente é comumente utilizado na *mineração de dados e na Ciência da Informação* para mensurar *graus de similaridade entre conceitos e entre pares de conceitos (nós temáticos)* a partir da análise de conglomerados (*clustering* ou *cluster analysis*) (LAU et al, 2009, .p.240)

Esta análise viabiliza uma percepção mais acurada sobre os temas sociológicos. Habitualmente, considera-se somente (1) as freqüências das palavras. Na presente pesquisa, pode-se uní-las em (2) categorias temáticas e observar (3) quantas vezes tais categorias foram citadas nos documentos (ou seja, quantas vezes qualquer palavra que compõe certa categoria surgiu).

Além disso, como a *agenda temática se comportou?* (4) *Como as diferentes categorias se relacionam?* Algumas categorias se comportam de modo semelhante e formam *conglomerados (clusters) temáticos*; outras aparecem nos documentos

recorrentemente *juntas* e outras apresentam um *ordenamento nessa aglomeração*. De acordo com a *lógica de matrizes* - que verifica as relações existentes *de par em par* (*pairwise*), é possível estabelecer qual é o *grau de similaridade que apresentam entre si*, ou a força de cada relacionamento temático (FIG.12).

FIGURA 12 – Dendrograma da AGENDASOL (1999-2006)



O caso estabelecido pelo temas FAMÍLIA e INFÂNCIA E JUVENTUDE pode ilustrar questões importantes e ampliar a compreensão sobre as agendas temáticas. O GRAF.4 mostra que estas duas categorias temáticas *não estão entre as categorias mais freqüentes na agenda temática do campo científico*.

Entretanto, ao aprofundar a análise de conteúdo em busca de outras relações, nota-se que existe entre FAMÍLIA e INFÂNCIA E JUVENTUDE *o maior grau de similaridade existente entre quaisquer pares de temas dessa agenda, ainda que o valor desse coeficiente seja considerado fraco*. Isso significa que são os primeiros temas no *ordenamento das*

*aglomerações temáticas*⁴⁹ (vide FIG.3) e evidenciam um conjunto de projetos fomentados que tratam dos dois assuntos numa mesma pesquisa.

TABELA 13 - Definição das categorias temáticas e do grau de similaridade entre elas

Nó	Grupo temático 1		Grupo temático 2	Similaridade
1	Família	↔	Infância e juventude	0,065
2	Economia	↔	Trabalho e sindicato	0,042
3	Gênero	↔	Raça e etnia	0,033
4	Campo e ruralidade	↔	Cidade e urbanidade	0,024
5	Direito e justiça	↔	Nó 1	0,023
6	Ciência e tecnologia	↔	TIC	0,022
7	Educação	↔	Violência e segurança pública	0,022
8	Nó 5	↔	Nó 2	0,02
9	Cidadania e mov.sociais	↔	Democracia e eleições	0,018
10	Nó 3	↔	Pobreza e desigualdade	0,017
11	Nó 8	↔	Nó 7	0,015
12	Cultura	↔	Meio ambiente	0,014
13	Nó 11	↔	Nó 10	0,013
14	Nó 9	↔	Política e governo	0,012
15	Nó 14	↔	Globalização e regionalização	0,01

Fonte: AGENDASOL, 2010.

Para compreender o que significa esse resultado, é importante seguir o caminho realizado pela análise. Em primeiro lugar, observou-se que *todos os valores obtidos pelo coeficiente de Jaccard, ou o grau de similaridade, são muito fracos na agenda da produção sociológica*: como os valores de similaridade se dão entre 0 e 1, isso significa que os temas FAMÍLIA + INFÂNCIA E JUVENTUDE (= NÓ1) são similares em somente 6,5% das palavras que compõem essas duas categorias (grau 0,065). Logo, os demais graus de similaridade são mais fracos ainda.

⁴⁹É interessante destacar que a *matriz de graus de similaridade* precisa ser lida a partir das colunas e para cada tema *sem repetição - que é a lógica dos pares - até que outro nó temático* (no caso visto, "FAMÍLIA + INFÂNCIA E JUVENTUDE = NÓ 1") *supere essa hierarquização* (ou *grau de similaridade superior a 0,065*). O grau de similaridade entre categorias temáticas é mensurado pelo coeficiente de Jaccard, que verifica e hierarquiza as relações mais fortes entre dois temas e depois entre temas e nós, com valores entre 1 e zero.

E o que isso significa? É uma evidência de que os temas tratados na Sociologia podem possuir questões em comum, mas que, de fato, *as linhas de pesquisa possuem recortes específicos e coerentes*. Como exemplo, verificou-se o primeiro nó temático citado: *mesmo que os problemas estudados sobre a infância e a juventude tenham relação com aspectos do tema família* (num grau de 0,065 quando se considera a produção de livros nos PPGs e os artigos Qualis A Internacional), *procurou-se aprofundar a pesquisa em relação ao problema estabelecido e outras temáticas*.

É possível comprovar tal afirmação ao se abrir a base PROJETOSOL (QUADRO 8 adiante). A leitura dos títulos e subtítulos de alguns dos projetos revela dois fatos interessantes a respeito dessa análise qualitativa: o primeiro é que o levantamento sistemático de palavras-chave agrupadas em categorias temáticas pode não refletir devidamente o foco temático das pesquisas; o segundo refere-se à mensuração do grau de similaridade, cuja limitação principal reside na comparação entre pares, ou de duas em duas categorias. Isso significa que o coeficiente de Jaccard não consegue captar múltiplas relações para cada tema e, em seguida, replicar esse movimento para os demais temas. De qualquer forma, sugere-se para pesquisas futuras um aprofundamento nas técnicas de análise qualitativa computadorizada, importante ferramenta para a viabilização de estudos sobre grandes quantidades de informação.

No caso da presente tese, não se poderia construir agendas temáticas de outro modo, pois uma análise de conteúdo dos 473 projetos com fomento do CNPq ocuparia todo o período disponível para essa pesquisa. E, na verdade, foram analisados 2642 resumos de artigos, 1571 títulos de livros e mais de 300 documentos oficiais. Foram escolhas epistemológicas e metodológicas feitas em função do problema proposto.

O QUADRO 8 mostra como os temas *família e infância e juventude* apresentam relações com outros temas, o que pode indicar os principais focos de pesquisa entre 2000 e 2008. Portanto, em suma, verificou-se que a maioria das pesquisas relaciona *família* com *economia, campo e gênero*, ou seja, estão focadas em questões de *agricultura familiar e o papel da mulher na produção*. Inclusive, os atores institucionais responsáveis pelas pesquisas com este foco incluem IES de menor destaque no cenário nacional em relação à Sociologia, como é o caso da UFAM, UFPI, UFSM, UFPel, UFG, entre outras, e não enfocam grandes centros urbanos.

QUADRO 8 – Relações entre temas nos projetos com fomento do CNPq

Tema em foco	Outros temas	IES	Títulos
Família	↔ C&T ↔ Saúde	UNESP	“Tecnologias reprodutivas: maternidade e paternidade em transição”
Família	↔ Gênero	UNESP	“Novos e velhos migrantes para e do Brasil: uma análise das relações familiares e de gênero
Família	↔ Gênero ↔ Trabalho	UNIVALE	Provedoras e Coprovedoras: Divisão Sexual do Trabalho, Rearranjos Familiares e Relações de Gênero em Comunidade de Emigração Masculina.
Família	↔ Gênero ↔ Pobreza e desigualdade	UFRJ	Família, gênero e pobreza
Família	↔ Pobreza e desigualdade	UERJ	Famílias, Condições De Vida, Transmissões E Aquisições: Estratégias Para A Reprodução De Classe E Ascensão Social
Família	↔ Gênero ↔ Campo e ruralidade ↔ Meio ambiente	UFAM	Tecendo Os Fios Da Agricultura Familiar Com O Gênero E O Meio Ambiente Em Duas Comunidades Amazônicas: O Ethos Das Mulheres Da Floresta
Família	↔ Economia ↔ Campo e ruralidade	UNESP	Análise das Estratégias Diferenciadas de Produção e Comercialização dos Produtores Familiares do Noroeste do Estado de São Paulo
Família	↔ Economia ↔ Campo e ruralidade	USP	Dinâmicas Da Agricultura Familiar Em Piracicaba E Região: Estudo De Processos De Intervenção E Seus Impactos Nas Escolhas E Modo De Funcionamento Das Unidades De Produção
Família	↔ Economia ↔ Campo e ruralidade	UFSCAR	Expansão Canavieira Paulista E Agricultores Familiares. Formas De Resistência A Partir Do Exemplo De Santo Antônio Da Alegria/SP
Família	↔ Economia ↔ Campo e ruralidade	UFMS	Laços De Cooperação Entre Agricultura Familiar E Pequeno Varejo: Do Projeto Ideal Às Possibilidades Reais
Família	↔ Economia ↔ Campo e	UFPEL	Agricultura Familiar Desenvolvimento Local E Pluriatividade No Rio Grande Do Sul A Emergência De Uma Nova Ruralidade

	ruralidade		
Família	↔ Economia ↔ Campo e ruralidade	UFPI	Agricultura Familiar Nos Cerrados Do Sudoeste Piauiense Impactos Da Fronteira De Gr Os E Desafios Para A Sustentabilidade
Família	↔ Etnia e raça ↔ Cidadania e mov.sociais	UNIOESTE	"Italianidade E Trajetórias: A Busca Da Dupla Cidadania Entre Descendentes De Italianos";
Família	↔ Etnia e raça ↔ Cidadania e mov.sociais	UNIOESTE	"Identidade E Organizações Étnicas Entre Descendentes De Italiano";
Família	↔ Etnia e raça ↔ Cidadania e mov.sociais	UNIOESTE	Etnia E Parentesco: Os Encontros De Famílias Italianas No Sul Do Brasil";
Infância e juventude	↔ Violência e segurança pública	PUCSP	Violência Contra Crianças E Adolescentes
Infância e juventude	↔ Direito e justiça ↔ Educação	FJP	Avaliação Da Aplicação De Medida Socioeducativa De Internação A Adolescentes Em Conflito Com A Lei
Infância e juventude	↔ Direito e justiça ↔ Violência e segurança pública	USP	Adolescentes Em Conflito Com A Lei: Pastas E Prontuários Do Complexo Do Tatuapé (São Paulo/ SP, 1990- 2006)
Infância e juventude	↔ Direito e justiça ↔ Violência e segurança pública	UFMG	Jovens De Periferia Em Conflito Com A Lei: Uma Perspectiva Comparada Entre A França E O Brasil
Infância e juventude	↔ Violência e segurança pública ↔ Pobreza e desigualdade	UFRJ	Violência, Pobreza E Identidade Masculina A Violência Das Quadrilhas, Das Galeras, Das Turmas E Da Policia
Infância e juventude	↔ Cidadania e mov. Sociais	UFRRJ	Juventude E Práticas Políticas Na América Latina - Análise Da Construção E Reordenação Da Categoria "Juventude" Como Representação Social E Política Nos Movimentos Sociais Em Países Da América Latina

Infância e juventude	↔ Cidadania e mov. Sociais ↔ Cultura	UFSC	Ações Coletivas Juvenis, Formação Política E Processos Culturais
Infância e juventude	↔ Gênero ↔ Cidade e urbanidade	PUCMG	Autonomia E Vulnerabilidade Na Trajetória De Vida De Mulheres Jovens Das Camadas Médias E Populares Da Cidade De Belo Horizonte
Infância e juventude	↔ Gênero ↔ Raça e etnia ↔ Cidade e urbanidade	UNISINOS	Violência Urbana E Situações De Conflito. Uma Análise Sobre Jovens Negros Na Região Metropolitana De Porto Alegre – Rmpa
Infância e juventude	↔ Gênero ↔ Trabalho ↔ Campo e ruralidade	UFG	Infância, Trabalho E Relações De Gênero Na Agricultura Familiar
Infância e juventude	↔ Gênero ↔ Violência e segurança pública	UFRN	Turismo Sexual: Prostituição Adulta Consentida Ou Exploração Feminina Infanto-Juvenil?
Infância e juventude	↔ Educação ↔ Família	UEFS	As Práticas Educativas Nas Famílias Recompuestas Após Divorcio Ou Separação: O Caso Das Famílias Com Padrasto
Infância e juventude	↔ Educação ↔ Família	UNB	O corpo e a sexualidade adolescente: habitus e representações sociais acerca do ensino sexual na escola e na família
Infância e juventude	↔ Família ↔ Gênero	UFBA	Relações De Gênero E Entre Gerações: Pais, Filhos E Netos

Fonte: AGENDAPOL, 2010.

Já no caso do tema *infância e juventude*, algumas pesquisas trabalham questões relacionadas à violência (urbana, familiar, no sistema prisional, prostituição infantil), ao gênero, à raça, aos movimentos coletivos de representação social ou de ação coletiva (*tema cidadania e movimentos sociais*) e aos processos ligados às soluções destes problemas, tal como o tema *direito e justiça*.

Esse tipo de análise é extremamente enriquecedor para que se possa fomentar editais específicos posteriormente, voltados para questões sociais candentes e que, ao mesmo tempo, fortaleçam a infra-estrutura de pesquisa nas IES com menos acesso às publicações e aos recursos federais de fomento. Trata-se de uma análise ‘microsociológica’ (na falta de um termo mais adequado) que possibilitou compreender certos focos de pesquisa apesar do baixo grau de similaridade (0,02) entre os temas do NÓ 5: *família + crianças e jovens +Direito e justiça*).

Mas o que isso tudo significa? Significa a possibilidade de integrar/ induzir/ fortalecer redes científicas interinstitucionais baseadas em focos de pesquisa similares. Num cenário de recursos escassos para o fomento à pesquisa em Sociologia, significa também aperfeiçoar o financiamento existente. Significa que o campo sociológico pode conhecer melhor o que ele mesmo produz. Significa que o Estado brasileiro pode considerar a ampliação do financiamento de pesquisas para a solução de problemas sociais reais, conforme exige a Constituição Federal, já que é possível saber quem são os atores (individuais e institucionais) que acumulam conhecimento científico em certos assuntos e que podem trabalhar em rede no País (BAUMGARTEN, 2005).

Enfim, são muitas as possíveis aplicações práticas do conhecimento gerado nesta e noutras pesquisa, principalmente porque existem movimentos contínuos e dinâmicos de retradução de problemas sociais em problemas sociológicos ao longo da história e do tempo (SOBRAL & MARANHÃO, 2008, p.156; BAUMGARTEM, 2006b, p.303; 2001).

“De maneira geral, a evolução dos diferentes campos de produção cultural para uma maior autonomia acompanha-se, como se viu, de uma espécie de volta reflexiva e crítica dos produtores sobre sua própria produção, que os leva a extrair-lhe o princípio próprio e os pressupostos específicos. [...] O verdadeiro assunto da obra de arte não é nada mais que a maneira propriamente artística de apreender o mundo, isto é, o próprio artista, sua maneira e seu estilo, marcas infalíveis do domínio que tem de sua arte” (BOURDIEU, 1996b, p.334).

5. AUTONOMIA REFLEXIVA: RETRADUÇÕES ENTRE AGENDAS TEMÁTICAS E POSIÇÕES DE ATORES INSTITUCIONAIS

“On ne peut parler sur un tel objet sans s’exposer à un effet de miroir permanent : chaque mot que l’on peut avancer à propos de la pratique scientifique pourra être retourné contre celui qui le dit. Cette réverbération, cette réflexivité n’est pas réductible à la réflexion sur soi d’un je pense (cogito) pensant un objet (cogitatum) qui ne serait autre que lui-même. C’est l’image qui est renvoyée à un sujet connaissant par d’autres sujets connaissants équipés d’instruments d’analyse qui peuvent éventuellement leur être fournis par ce sujet connaissant. Loin de redouter cet effet de miroir (ou de boomerang), je vise consciemment, en prenant pour objet d’analyse la science, à m’exposer moi-même, ainsi que tous ceux qui écrivent sur le monde social, à une réflexivité généralisée. Un de mes buts est de fournir des instruments de connaissance qui peuvent se retourner contre le sujet de la connaissance, non pour détruire ou discréditer la connaissance (scientifique), mais au contraire pour la contrôler et la renforcer (BOURDIEU, 2001, p.15).

Primeiramente, o presente capítulo analisa as agendas temáticas do campo político e do campo científico à luz da teoria revista, do conceito de autonomia reflexiva e das evidências encontradas na produção de conhecimento sociológico e no fomento à pesquisa no País, a fim de conhecer *quais são as relações entre temas da agenda do financiamento público e temas da agenda de produção dominante*.

O objetivo foi comparar os temas do campo científico na Sociologia (institucionalizada, financiada em âmbito federal e internacionalizada por meio de periódicos) com os temas propostos como prioritários no campo político para todas as áreas do conhecimento. Assim, procuraremos compreender as relações entre as agendas temáticas e os atores na Sociologia de acordo com o contexto em que se inserem.

Essa comparação das agendas temáticas constitui um dos pontos mais importantes da presente pesquisa, tanto pela concretização dos últimos objetivos e verificação da hipótese explicativa, como pela riqueza das bases empíricas criadas. Devido a complexidade de trabalhar simultaneamente com mais de 5 bases, estabeleceram-se algumas diretrizes para a análise:

- ✓ Enfoque na síntese de resultados encontrados que se relacionam diretamente com a comparação das agendas temáticas – destacaram-se as evidências mais contundentes e suas relações com as descrições dos dados feitas nos capítulos anteriores da tese;
- ✓ Enfoque no critério de *recorrência* e de *dominação* – ao longo desta pesquisa, estes foram dois dos pilares para as análises de conteúdo feitas e isto foi mantido para a comparação das agendas;
- ✓ Destaque para os dados que se sobressaem a fim de evitar longas discussões sobre todos os resultados obtidos – as frequências de documentos em que as palavras que compõem as categorias aparecem, sem dupla contagem, foram convertidas de números absolutos para percentuais de frequência, o que possibilita uma melhor comparação entre as duas agendas temáticas;
- ✓ Consciência de que não se extinguem na presente tese todas as possibilidades de análise desses dados – será preciso explorar muito mais e de outros modos os dados aqui apresentados, a fim de compreender se existem lógicas diferentes operando em revistas menos conceituadas, por exemplo. Enfim, os temas recorrentes nessa AGENDASOL se limitam aos periódicos Qualis A Internacional assim classificados até 2006. Com as mudanças ocorridas desde então, foram inseridas novas publicações, o que certamente ampliará o leque de temas na agenda da produção sociológica. Em relação aos livros, trata-se de atualizar os dados a partir dos Censos de avaliação da pós-graduação e incluir outros PPGs que atualmente ofereçam informações completas em seus Cadernos de indicadores;

As agendas são formadas pelos seguintes documentos e características (FIGURA 13):

FIGURA 13 – Comparando agendas temáticas

AGENDAPOL (1999-2008)	AGENDASOL (1999-2006)
<ul style="list-style-type: none">• Total de documentos = 937<ul style="list-style-type: none">– Ações PPAs = 58– Leis = 70– Decretos = 102– Portarias = 234– Projetos CNPq = 473• Total de temas fomentados = 23<ul style="list-style-type: none">– Mudam algumas das palavras que compõem as categorias temáticas (não há palavras em outras línguas e há inclusão dos temas dos PPAs e da legislação no dicionário do fomento) e surge a categoria <i>desenvolvimento</i>	<ul style="list-style-type: none">• Total de documentos = 4213<ul style="list-style-type: none">– Livros = 1571– Artigos (resumos) = 2642• Total de temas publicados = 22<ul style="list-style-type: none">– Há palavras em inglês, francês, espanhol e português devido aos resumos dos artigos internacionais e, por isso, consideraram-se as palavras mais frequentes e suas traduções

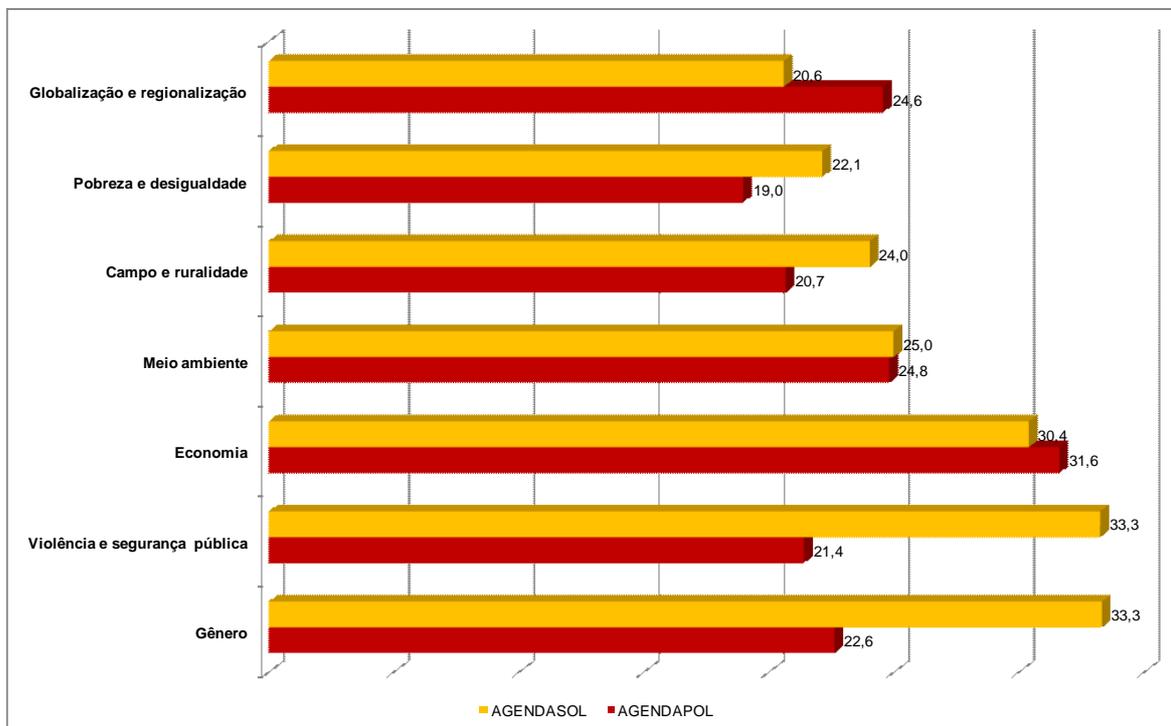
A análise comparativa realizou-se da seguinte forma: em primeiro lugar, destacaram-se os *temas dominantes e comuns às duas agendas* (isso significa que foram selecionadas as categorias que apareceram concomitantemente *acima da frequência média de palavras nos documentos das duas agendas*); em seguida, verificaram-se os temas **mais e menos** frequentes em cada agenda separadamente; e depois, observaram-se *as disparidades entre as agendas, considerando tanto as frequências temáticas como os graus de similaridade entre temas*.

Assim, quais foram os temas comuns às agendas temáticas do fomento científico e da produção sociológica? O GRÁFICO 9 a seguir destaca os percentuais de recorrência dos sete temas recorrentes e comuns entre as agendas.

Enquanto gênero e violência (ambos com 33,3%) seguidos por economia são os temas mais frequentes na agenda temática da produção sociológica, a agenda do fomento público destacou-se pela forte recorrência do tema economia, com uma diferença de quase 7% para o segundo tema mais frequente: meio ambiente.

À exceção de dois temas que apresentaram maior diferença percentual entre as agendas, a saber, *violência e segurança pública e gênero*, pode-se afirmar que existe certa proporcionalidade na recorrência percentual dos demais cinco temas nas duas agendas. E o que esse resultado indica? Voltar-se-á a este ponto nas considerações finais.

GRÁFICO 9 – Convergências entre agendas: temas mais frequentes em comum



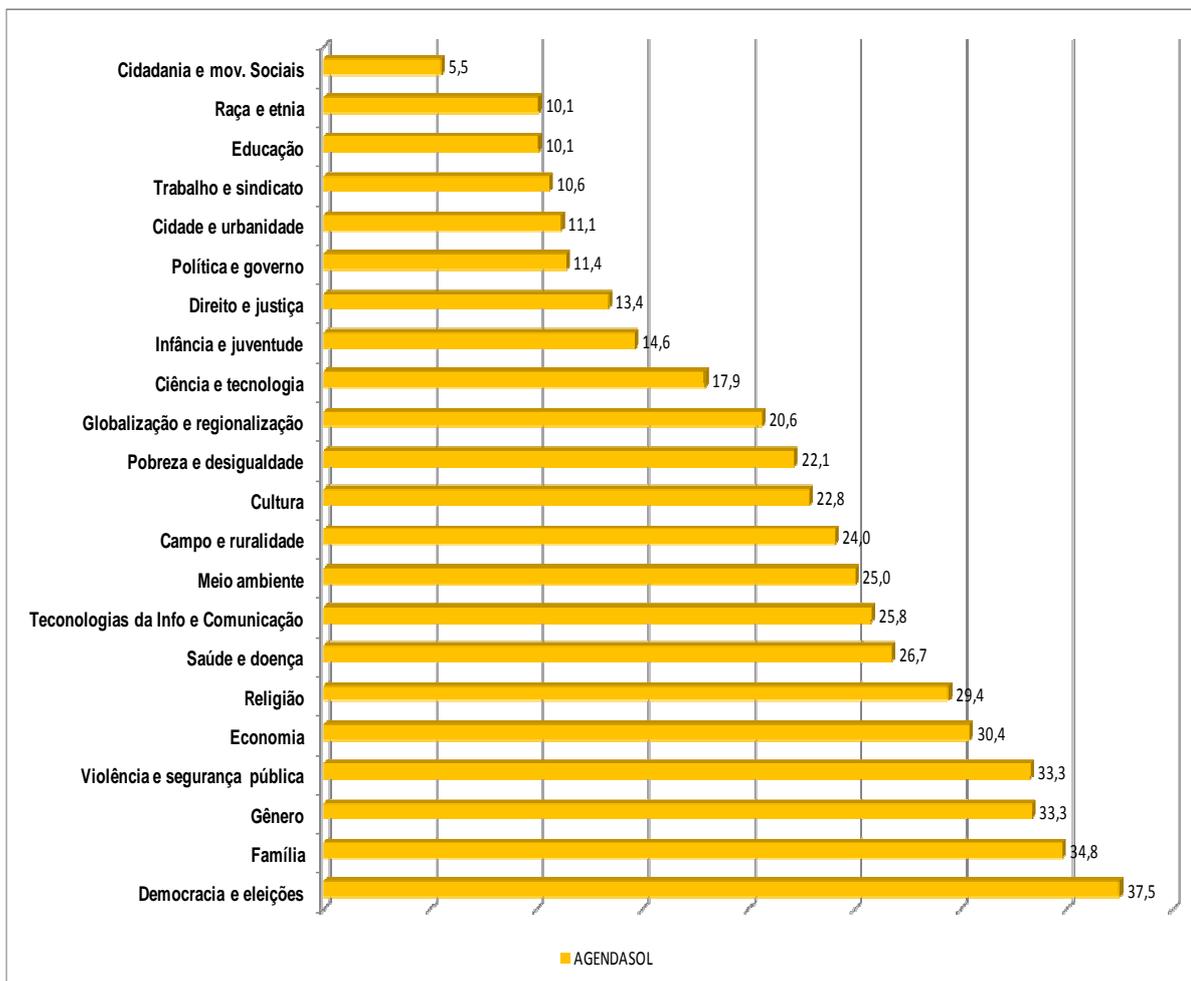
Fonte: AGENDAPOL & AGENDASOL, 2010.

5.1. Frequências das categorias temáticas

O GRÁFICO 10 a seguir mostra os temas mais frequentes e os menos frequentes na agenda da produção sociológica, ou o que tem sido publicado em livros e artigos científicos dominantes entre 1999 e 2006. É possível perceber a menor frequência dos temas *raça e etnia*, *educação*, *trabalho e sindicato*, *cidade e urbanidade* e *política e governo*, cuja recorrência foi aproximadamente três vezes menor do que os temas mais frequentes nos nove periódicos analisados e nos livros dos Programas de Pós Graduação de 21 IES.

Ao se observar as frequências temáticas mais altas da AGENDASOL (Md \geq 831,3), verificou-se outra lista temática de prioridades para publicação: em primeiro lugar, surgiu *democracia e eleições*, seguido por *família*, *gênero*, *violência e segurança pública* e *economia*. Escrevem-se mais livros e artigos sobre *democracia e eleições*, *família e religião* do que se faz pesquisa com fomento do CNPq sobre esses temas.

GRÁFICO 10 – Frequência dos temas da AGENDASOL (1999-2006)



Fonte: AGENDASOL, 2010.

Além disso, o que salta aos olhos do pesquisador é o baixo percentual de ocorrência de palavras relacionadas à temática *cidadania e movimentos sociais*. Os sociólogos escrevem pouco sobre *cidadania e movimentos sociais*?

Há algumas explicações que podem ser oferecidas, mas que precisarão ser testadas em pesquisas futuras: *é possível que se publique mais sobre esse tema em outros meios de circulação que não os periódicos dominantes e internacionais, mas provavelmente os periódicos locais, os jornais e revistas de grande circulação e outras produções técnicas que não sejam especificamente direcionadas para a comunidade/ coletividade científica.*

Diz-se isso como uma hipótese: o pesquisador enfoca o leitor-objeto do tema, que envolve a sociedade civil em geral e pode despertar amplo interesse, o que obriga inclusive

uma adaptação na forma de escrever e a escolha de veículos mais acessíveis à população (em comparação aos pares) ⁵⁰.

Já em relação aos temas da AGENDAPOL (GRÁF.11), é importante destacar os resultados encontrados anteriormente e que apontam para questões a serem verificadas. Primeiramente, existe uma *abertura progressiva para a inclusão de pesquisas nas Humanidades*, que envolve desde a criação de novos programas, como os Institutos do Milênio, o PRONEX e os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (CNPq, 2010; CGEE, 2010), além dos temas verificados na legislação em C&T, tais como *inclusão digital, difusão e popularização da ciência, desenvolvimento sustentável, parceria com o terceiro setor*, entre outros.

A primeira observação refere-se ao tema cidadania e movimentos sociais como a categoria de maior frequência nos documentos da política científica e tecnológica e nos projetos fomentados pelo CNPq. Este dado é muito interessante, principalmente porque este tema não se reflete como prioridade nas publicações da Sociologia: na verdade, ele não está nem entre os temas acima da média de frequência nos resumos e títulos de artigos e livros entre 1999 e 2006.

Ou seja, existem temas que são priorizados pelo fomento público e são mais pesquisados na Sociologia, porém não ocupam espaço nas publicações dominantes. Este é o caso de cidadania e movimentos sociais, política e governo e ciência e tecnologia. Esta é uma das disparidades que merece destaque, mas não é a única.

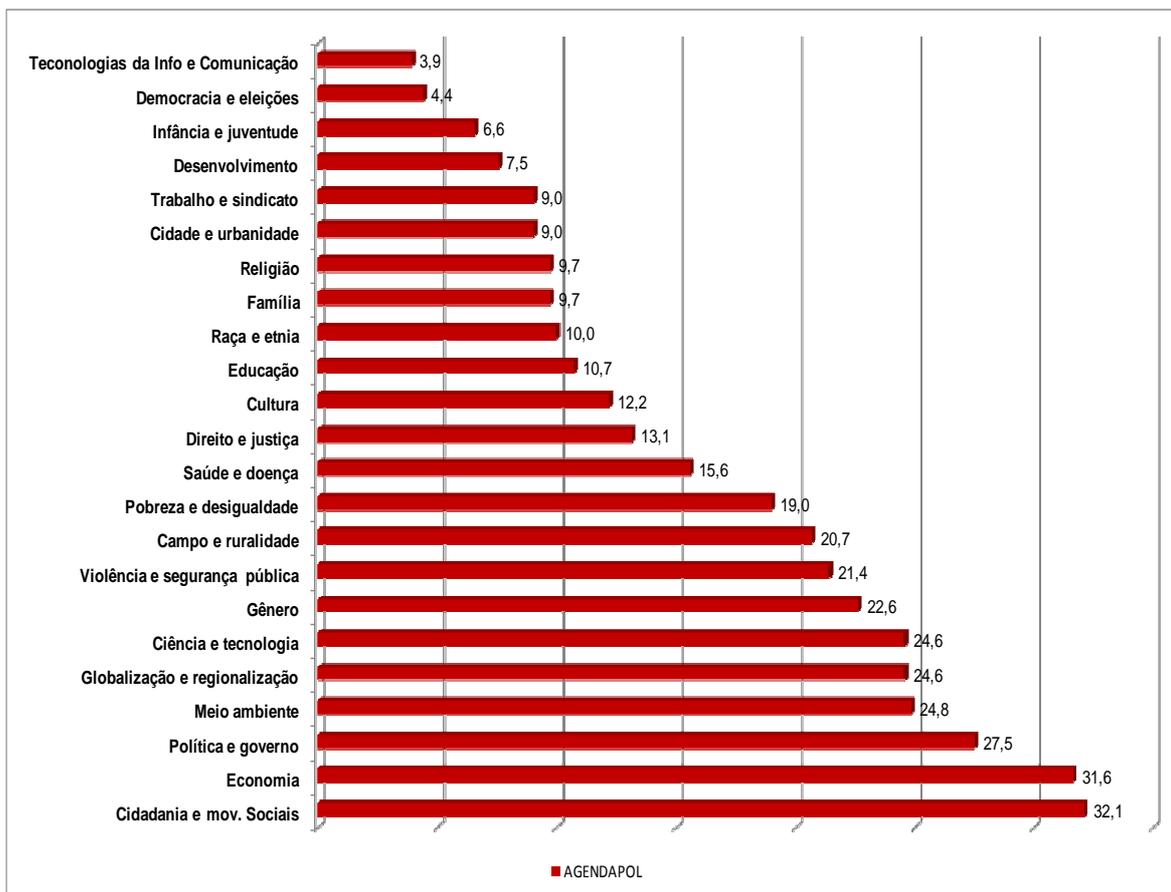
Outra grande disparidade é o tratamento diferenciado que recebe o tema *democracia e eleições*: enquanto esta é a categoria temática mais frequente nos documentos da AGENDASOL, ou seja, *nos livros e nas publicações dominantes no campo científico*, é o segundo tema menos presente na AGENDAPOL.

Portanto, *democracia e eleições não são assunto privilegiado nem pela política científica e tecnológica nem pelo fomento do CNPq à pesquisa em Sociologia*, apesar de

⁵⁰ Esperam-se os resultados de pesquisa de SOBRAL (2008) sobre Lideranças Científicas e Demandas Sociais para que se possa verificar esta e outras questões importantes, mas impossíveis de serem confirmadas na presente tese.

ser o Brasil um dos precursores na questão das eleições diretas por meio de sistemas eletrônicos – urnas, votos e contagem de participação, cadastros de eleitores, entre outros.

GRÁFICO 11 – Frequência dos temas da AGENDAPOL (2000-2008)



Fonte: AGENDAPOL, 2010.

Destacou-se também entre os cinco *temas* mais frequentes o fato de que a maioria deles esteve voltada para questões referentes a fenômenos que assolam o mundo inteiro e não somente o Brasil, como problemas relacionados a *meio ambiente, ciência e tecnologia, economia, política e governo*.

É preciso explorar muito mais e de outros modos o conjunto de dados aqui apresentado a fim de compreender *outras lógicas que não foram analisadas e que podem existir no âmbito de revistas menos conceituadas ou de periódicos de diferentes países*.

Provavelmente, será preciso considerar recortes específicos como o *tipo de revisão feita* (é feita por pares? Sabe-se quem é o autor ou se opera por um sistema eletrônico com *Double blind review*? *Existem critérios claros de elegibilidade de artigos e de autores nas políticas editoriais*? São perguntas que ficam para pesquisas posteriores e fogem do escopo da presente tese.

5.2. Principais pares de temas agendas temáticas

A relação entre as pesquisas e as publicações mostra que a educação e a economia são percebidas como as principais variáveis que podem influenciar as questões relacionadas ao trabalho, ainda que os projetos enfoquem o papel da educação nessa relação e as publicações privilegiem a abordagem relacionada aos aspectos sócio-econômicos.

De modo semelhante, a questão do direito e da justiça no campo sociológico aparece com maior destaque quando relacionada à violência, com um perfil de vítimas que relaciona os jovens e suas famílias, seja no que se refere à violência contra crianças e adolescentes dentro de casa, seja no que diz respeito aos casos de crianças e jovens envolvidos em atos violentos fora de casa.

QUADRO 9 – Retraduções e reflexividade entre as agendas temáticas

AGENDASOL	AGENDA POL
❖ FAMÍLIA + INFÂNCIA E JUVENTUDE	❖ CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS + POLÍTICA E GOVERNO;
❖ ECONOMIA + TRABALHO E SINDICATO	❖ EDUCAÇÃO + TRABALHO E SINDICATO;
❖ GÊNERO + RAÇA E ETNIA	❖ DIREITO E JUSTIÇA + VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
❖ CAMPO E RURALIDADE + CIDADE E URBANIDADE	❖ CAMPO E RURALIDADE + FAMÍLIA
❖ DIREITO E JUSTIÇA + FAMÍLIA + INFÂNCIA E JUVENTUDE	❖ CIÊNCIA E TECNOLOGIA + CULTURA

Sobre o nó temático que reúne *ciência, tecnologia e cultura*, é possível perceber que ele tem mais espaço para se desenvolver no âmbito das pesquisas fomentadas pelo CNPq do que nas publicações existentes. Ou seja, ainda pouco se consegue publicar em relação a este tema nas revistas consideradas Qualis A Internacional (de acordo com a avaliação de 2006).

A análise dos temas enfocados pela produção do campo sociológico dificilmente seria definitiva ou extingiria as discussões acerca da diversidade temática existente na Sociologia. Porém, a fim de viabilizar uma análise sistemática dessa produção, propôs-se a referida construção da agenda temática da Sociologia. Esta agenda, juntamente com a agenda temática do campo político, permitiu compreender em que medida ocorre uma retradução de problemas sociais (demandas sociais, prioridades da política científica e tecnológica, entre outros) em problemas sociológicos no campo científico.

Enfim, tanto os temas recorrentes no que se refere à quantidade de projetos como no que diz respeito ao montante de recursos recebidos – e são temas diferentes – mostram como a autonomia existente no campo sociológico é consistentemente reflexiva: são assuntos importantes no amplo cenário de problemas brasileiros e são assuntos que contemplam interesses específicos dos pesquisadores e de suas instituições. Lembrando ainda que a maioria dos temas encontra-se, de algum modo, interligado conforme a hierarquização dos nós já demonstrada.

Cabe destacar um fato que fortalece os processos reflexivos e de retradução entre as agendas temáticas: a política de CT é também produzida por pares; atores dominantes no campo científico, porém em diversas áreas do conhecimento. Dentre estas, a Sociologia não surge como uma disciplina principal, dominante ou forte: físicos, engenheiros, economistas e biólogos parecem influenciar mais esse processo decisório do que os cientistas sociais em geral, mesmo quando o próprio presidente era um sociólogo.

Nesse sentido, a falta de prioridade dada aos investimentos em pesquisa sociológica nos remete à lógica de ‘pares disciplinares’ e, em seguida, à lógica de ‘pares institucionais’. A influência que a agenda temática exerce sobre os sociólogos trabalharia em prol de redes de cooperação e pesquisa? Ou privilegiaria colegas com temas de

interesse diferentes daqueles que decidem fomentar e publicar, mas que são das mesmas IES? Ou ainda, existem outros laços ou outras influências nessas decisões?

5.3. Atores e estruturas nos temas retraduzidos

“Porém, é, de novo, às Ciências Sociais que cabe desvendar esses meandros do desenvolvimento científico e tecnológico que revelam, por um lado, a natureza social da ciência e da tecnologia e, por outro, a complexidade do social, pois a ciência e a tecnologia se localizam no campo da ação social, um campo de saberes em disputa, de exercícios de poder e de lutas por hegemonia. Ou seja, elas se situam num campo de conflitos, pois há uma diversidade de necessidades sociais a que estão vinculadas (Figueiredo, 1989). Por isso, têm autonomia, mas não distância da sociedade. Ou seja, nascemos em transformação, vivemos em transformação, estamos em transformação. Somos uma instituição que analisa as transformações e nos transformamos também.” (SOBRAL, 2004, pp. 234-235).

Durante as comemorações da institucionalização da Sociologia na Universidade de Brasília, uma das mesas redondas intitulava-se "Dilemas, projetos e questões para o futuro das Ciências Sociais" (em 24 de setembro de 2009). Nela, Fernanda SOBRAL analisou a política científica e tecnológica brasileira desde a criação dos Fundos Setoriais - com o CT-PETRO em 1999 - até a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, em 2007, quando "os recursos disponibilizados passaram a apresentar maior regularidade no que se refere ao fomento à pesquisa" (SOBRAL, 2009).

Além disso, a socióloga apontou os principais desafios das Ciências Sociais: (1) a necessidade de maior estímulo à pesquisa aplicada; (2) o foco na interdisciplinaridade; e (3) o estabelecimento/ fortalecimento de redes e consórcios de pesquisa. Ainda que não se tratasse de uma proposta formal, SOBRAL afirma que, nesse processo de pesquisa e de superação dos desafios elencados, "líderes se formam construindo instituições e estas não se formam sem tais lideranças".

De fato, os resultados da presente tese reforçam os resultados das pesquisas de SOBRAL: é fundamental a participação de lideranças científicas para o fortalecimento das instituições às quais se vinculam, principalmente porque tais instituições elas são atores dominantes no processo de construção do conhecimento científico, cada qual com certo destaque⁵¹ em livros, outras em artigos e outras ainda em coordenação de projetos. Não são as mesmas pessoas, porém as Instituições de Ensino Superior aparecem repetidas vezes. Mesmo naquelas instituições amplamente consolidadas e consagradas, é imprescindível o reforço material e simbólico dessa dominação/ liderança no campo para o fortalecimento da lógica de reprodução do poder simbólico das próprias instituições.

O GRÁFICO 12 abaixo mostra os percentuais da produção sociológica e dos projetos de pesquisa, bem como os percentuais de fomento do CNPq em Reais. Embora não se misturem livros, artigos, projetos e recursos, considerar os dados sobre eles percentualmente como *componentes da produção científica que historicamente é cumulativa é um exercício válido* (BOURDIEU, 1996b, p.335).

Portanto, pode-se identificar que este conjunto de 14 IES acumula essas produções e que parece existir uma relação entre o estrato laranja – o percentual de artigos Qualis A Internacional – e o estrato azul claro – o percentual de recursos recebidos pelos projetos em cada IES.

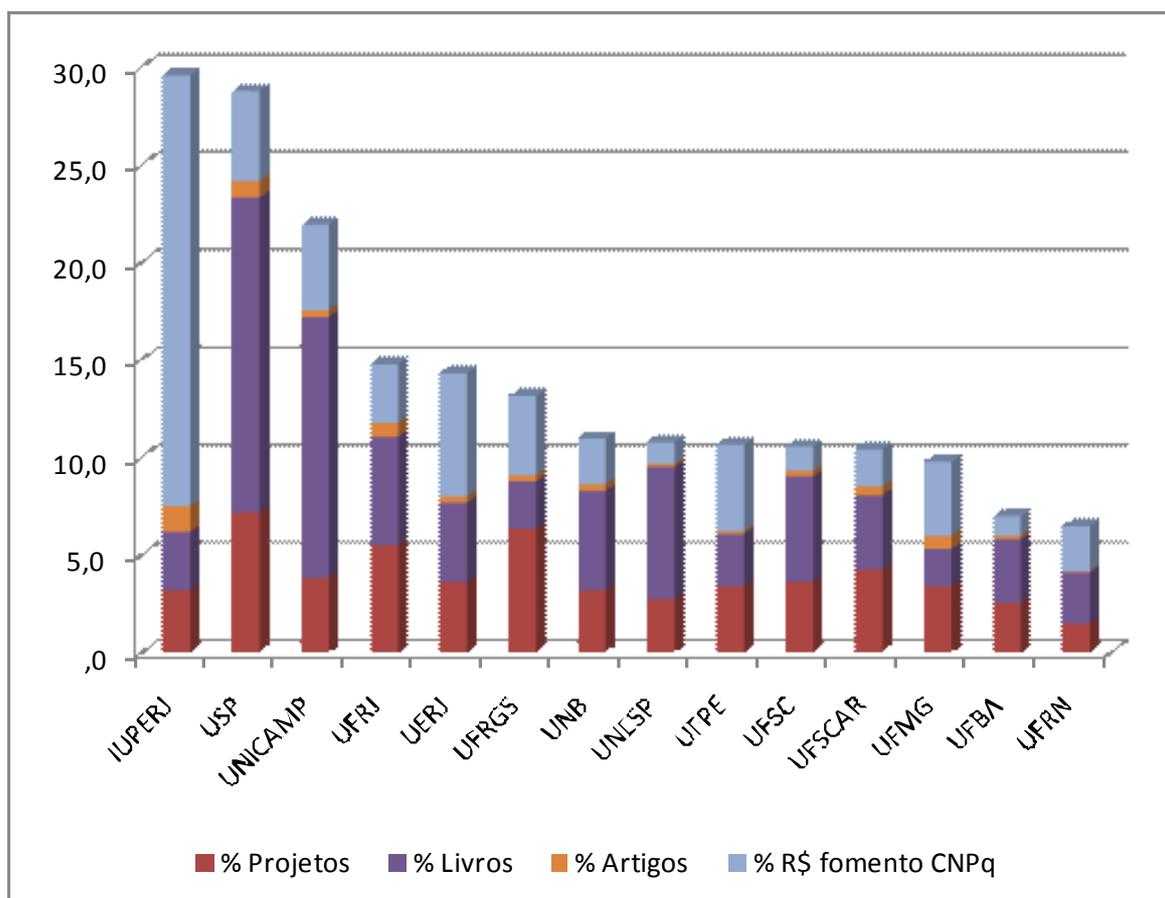
Além disso, há outros resultados importantes:

- ✓ Pode-se afirmar que o IUPERJ recebe mais fomento do CNPq apesar de não ser quem desenvolve mais projetos, não havendo portanto nexos causais entre recursos e quantidade de projetos. Este ator institucional é quem mais publica artigos, embora publique menos livros do que vários outros dominantes no mesmo gráfico;
- ✓ USP e UNICAMP publicam muito mais livros do que os demais atores institucionais, mais do que o dobro da UNESP, IES com terceira maior produção de livros;

⁵¹ Não foram estabelecidos 'rankings' de produtividade por Instituição de Ensino Superior porque assume-se que a extensão das obras, o tempo e a lógica de publicação seja diferente entre livros e artigos. Assim, quando se verificam as frequências desses tipos de produção científica, bem como dos projetos fomentados, procurou-se construir um retrato sobre *o que se produz*, sem que haja uma avaliação de cada tipo ou uma valorização entre eles.

- ✓ Depois do IUPERJ, USP, UFRJ e UFMG são as instituições que mais publicam artigos Qualis A Internacional;
- ✓ USP, UFRJ e UFRGS são os atores institucionais com maior quantidade de projetos;
- ✓ Neste conjunto de 14 Universidades com produção e fomento acima da média – doravante chamadas ‘dominantes’, existem oito que se encontram num mesmo patamar de produtividade (de até 10%); três num patamar intermediário e três outras bem acima das demais (entre 20 e 30%);
- ✓ Existe uma forte concentração de atores institucionais dominantes na região Sudeste do País, o que reforça pesquisas anteriores. Porém, destacam-se três universidades do Nordeste que passam a figurar entre estes atores dominantes. Ainda assim, não há ator institucional dominante situado na região Norte do País.

GRÁFICO 9 – Percentuais de produção e fomento dos atores institucionais dominantes



Fonte: AGENDASOL e AGENDAPOL, 2010.

TABELA 14 – Componentes da produtividade dos atores institucionais dominantes no campo sociológico

IES	proj	livros	artigos	R\$CNPq
	%	%	%	%
IUPERJ	3,2	2,99	1,325	22,07
USP	7,2	16,10	0,833	4,63
UNICAMP	3,8	13,37	0,341	4,4
UFRJ	5,5	5,54	0,719	3
UERJ	3,6	4,07	0,303	6,32
UFRGS	6,3	2,42	0,303	4,07
UNB	3,2	5,09	0,341	2,35
UNESP	2,7	6,75	0,151	1,1
UFPE	3,4	2,67	0,151	4,41
UFSC	3,6	5,41	0,303	1,23
UFSCAR	4,2	3,82	0,454	1,9
UFMG	3,4	1,91	0,681	3,79
UFBA	2,5	3,25	0,189	1
UFRN	1,5	2,61	0,076	2,29

Fonte: AGENDASOL e AGENDAPOL, 2010.

Algo realmente interessante é que, dentre todos os pesquisadores que surgiram na análise dos dados, somente 14 deles (dos quais apenas quatro mulheres) produziram *concomitantemente livros, artigos e projetos de pesquisa* (de acordo com as limitações e recortes inerentes a qualquer pesquisa científica). Ou seja, existe um seletivo e reduzido grupo de sociólogos que conseguiu fazer tudo isso num mesmo período: publicar artigos nos principais periódicos internacionais e livros em programas de pós-graduação consolidados, prestigiados e reconhecidos, além de receberem fomento público federal para as pesquisas que realizaram.

Apesar disso, este grupo não é a regra, mas a exceção. No campo sociológico, existem diferentes regras que regem tais publicações e projetos. *A maioria dos pesquisadores que publicaram mais livros não são os mesmos que publicaram mais artigos, nem os mesmos que tiveram mais projetos ou recursos do CNPq.*

Diante disso, confirma-se que cientistas e intelectuais são dominados e dominantes dentro do campo científico e em outros campos em que atuam, constituindo um grupo não homogêneo (BAUMGARTEN, 2004). Entre eles, há lutas por hegemonia (SOBRAL,

2001), por acúmulo de capital científico e simbólico (BOURDIEU, 2000; 2004), por ampliação do ciclo de credibilidade (LATOUR e WOOLGAR, 1997), por consagração e reconhecimento (BOURDIEU, 1984; 2001).

Porém, também existem sentimentos de pertencimento em relação à profissão – como professor, como intelectual, como pesquisador, interesses relacionados à vocação (WEBER, 2004) para docência e ou pesquisa, valores sobre a educação e a transformação pedagógica, laços familiares e afetivos.

“Por trás da aparência lógica e racionalidade, que surge nas publicações científicas e nos produtos tecnológicos acabados, assim como nas declarações públicas dos cientistas, existe um mundo totalmente humano de decisões baseadas em interesses, idéias aproximadas e tentativas, disputas de poder, decisões oportunistas sobre temas e prioridades e o uso da retórica para conquistar aliados e derrotar os inimigos. Os conhecimentos científicos não serão diferentes de outros tipos de conhecimento, e as escolhas de temas e as práticas dos cientistas estariam tão influenciadas por variáveis sociológicas, culturais e políticas como quaisquer outras práticas humanas” (SCHWARTZMAN, 2001, p.x- xi).

De modo a adotar uma posição inclusiva do maior número de pesquisadores e visualizar uma produção sociológica substancial, optou-se por não *individualizar a produção e sim, consolidá-la de acordo com os vínculos institucionais que os pesquisadores possuem*. Tratou-se de difícil decisão metodológica por importar em mais horas de trabalho extensivo na etapa de coleta e triagem dos dados, bem como na verificação da coesão, coerência, consistência e sentido de cada variável que se aplicaria aos remanescentes nessa lista dominante.

"A mesma combinação de autonomia científica e engajamento cívico compuseram a política das Raisons d'agir Editions, uma editora híbrida, militante e acadêmica, formada no despertar dos movimentos de massa de dezembro de 1995 contra o plano do governo Juppé de diminuir a abrangência das políticas do Estado de Bem-Estar Social, conforme o "pacto da estabilidade" europeu. Lançada graças ao sucesso de vendas em que consistiu a anatomia das fraquezas do jornalismo feita por Bourdieu, em *Sur la télévision* (1996a; 1997e), e aproveitando o estrondoso sucesso popular do tomo coletivo *La Misère du monde* (1993a; 1997f – uma sócio-análise de mil páginas sobre as formas emergentes do sofrimento social na sociedade contemporânea, que foi

adaptado para o vídeo e o teatro), as Raisons d'agir Editions tornaram-se um fenômeno editorial da noite para o dia, com cinco best-sellers em dois anos, ajudando a propagar a crítica de Bourdieu às fontes escondidas e às conseqüências imprevistas da revolução neoliberal, onde quer que fosse. O premiado documentário de Pierre Carle, *Sociologia como uma arte marcial* (2000), captura muito bem como as teorias sociais de Bourdieu e as tomadas de posição públicas vieram informar o pensamento e a ação de incontáveis militantes e de cidadãos comuns, envolvidos em movimentos sociais explosivos por toda a Europa, estendendo-se dos ecologistas e gays aos advogados dos direitos dos sem-teto, das associações anti-racismo e sindicalistas desarmados pela obsolescência dos veículos tradicionais da militância trabalhista. As sutis mudanças no casamento da Ciência Social com a ação política em mais de quarenta anos foram ricamente documentadas no primeiro livro póstumo de Bourdieu, *Interventions politiques 1964-2000* (editado por Frank Poupeau e Thierry Discepolo, 2002)" (WACQUANT, 2002a).

O que se pode inferir sobre esse conjunto de dados analisados, que apontam para direções diversas? A força que atua sobre as agendas temáticas na Sociologia brasileira é *centrífuga e complementar*: não existe somente uma questão de fragmentação temática em sociologias específicas. Existem *preferências temáticas para a publicação de artigos e de livros* e existem *preferências temáticas para o fomento à pesquisa*. Logicamente, a política científica e tecnológica é definida por um conjunto de estruturas e de agentes, assim como também ocorre, em outras proporções, nas publicações do campo científico.

Nesse contexto de risco, complexidade e incerteza, os resultados dessa pesquisa também indicam que a Sociologia pode ser fonte de liberdade (BOUVERESSE & ROCHE, 2004), de independência e de autonomia (FOWLER, 2006, p.113): *ilhas de autonomia científica, autonomia que é reflexiva, podem ser preservadas ou preservarem-se, mesmo que 'ameaçadas' pela comercialização de resultados, pela instabilidade da política científica e tecnológica e do fomento à pesquisa, ou pela escassez de recursos disponíveis para determinadas áreas do conhecimento em países menos desenvolvidos.*

Isso é possível porque o capital intelectual e o capital simbólico dentro da lógica perversa do capitalismo financeiro globalizado também possuem seu *valor sem mensuração e reconversão necessariamente pecuniária ou financeira*. Existem prêmios de mérito científico que conferem distinção; posições estratégicas em processos decisórios no campo científico (e talvez em outros campos), seja para a publicação de artigos, seja para a

definição de projetos de pesquisa a serem fomentados. Existem posições estratégicas em processos decisórios que avaliam quais serão os periódicos de maior destaque numa área do conhecimento; outras que decidem quais serão os livros publicados.

Existem diferentes posições e ações possíveis nesse campo e, nele, nas IES e nos institutos de pesquisa públicos, privados e em organizações não governamentais nacionais e internacionais (docência, pesquisa, extensão e administração). Todas estas possibilidades representam *vínculos institucionais que agregam valor simbólico ao pesquisador que, em contrapartida, reforça em certa medida o poder simbólico das instituições a que se encontra vinculado num dado momento*. É importante destacar algo que pode parecer óbvio: ao longo da história, *pesquisadores circulam, mas morrem; instituições e conhecimento permanecem*.

Na verdade, as representações de valor e de poder intelectual e simbólico, incluindo os 'créditos honoríficos' (BOURDIEU, 2001, p.94-95), circulam, transformam-se e se reproduzem. Do mesmo modo, os pesquisadores acumulam capital simbólico (prêmios, títulos, obras reconhecidas) e são eles mesmos capital para as instituições, que também os acumulam.

Entretanto, cabe analisar que cátedras, bolsas, prêmios, vagas para docentes e para representantes em diferentes comitês decisórios, ou seja, as posições são duráveis. E, por outro lado, as obras dos pesquisadores também o são: ficam os livros, os artigos publicados, os orientandos, os relatórios de pesquisa disponíveis, a memória dos colegas.

Naturalmente, as pessoas que ocuparam tais posições e que produziram essas obras não terão a mesma fortuna (*fortú* em MAQUIAVEL e nos gregos, ou simplificando, a habilidade de seduzir o destino em favor próprio) e são conscientes disso, ao menos em algum momento em suas carreiras. Diante destes fatos, *como alcançar o reconhecimento efetivo e a distinção? O que fazer para perpetuar-se? Como deixar 'herdeiros' (orientandos e grupos de pesquisa)?*

E por que estes fatos, estas e outras perguntas, bem como as ações tomadas a partir delas, importariam para a autonomia da ciência e da Sociologia? Por que se importar com elas se a *agenda temática da Sociologia, que é reflexivamente autônoma, não é*

definitivamente determinada pelas estruturas sociais nem pelos atores coletivos e individuais inseridos nesse campo e em outros campos concomitantemente?

Ao qualificar essa autonomia em diferentes campos, tais como o científico, o literário e o artístico, BOURDIEU a definiu como algo *relativo*, uma "vitória precária em lutas históricas" (FOWLER, 2006, p.99). Sendo a reflexividade uma qualidade (não-exclusiva) do campo científico, não se trata de discutir a *capacidade ou habilidade individual de reflexão de especialistas e de leigos, como se a reflexividade fosse um resultado do somatório dessas 'capacidades individuais'*, ou como se fosse possível desenhar claras fronteiras entre *indivíduos e sociedade*⁵².

Ademais, existe outro fato fundamental: *certos atores acumulam posições em diferentes campos (científico, político, econômico, entre outros)*. Por exemplo, certo pesquisador pode escrever um parecer favorável/ desfavorável sobre um determinado projeto a ser financiado pelo CNPq ou sobre um artigo a ser publicado em periódico pela manhã; participar de postos de coordenação dentro de programa de pós-graduação (ou outras instituições às quais se vincula) e ensinar alunos à tarde; e continuar a escrever um livro à noite, participar de lançamentos de novas obras, entre outras tantas coisas pessoais, profissionais, públicas e privadas que ele pode fazer num *mesmo dia*. Indireta ou diretamente, as universidades são representadas por seus pesquisadores nesses diversos ambientes.

O que isto significa? Que esse pesquisador conhece diferentes disposições (adquiridas e incorporadas por ele) e sabe como agir de acordo com o lócus em que se encontra, com maior ou menor desenvoltura em relação a cada campo e habitus. De qualquer modo, afirma-se a conscientização do sujeito sobre sua ação, possibilidades e limites.

É importante destacar que esta afirmação não significa uma incursão no campo psicológico de personalidades múltiplas, esquizofrenia e/ou outras questões identitárias subjetivas. Certamente, cada um possui uma visão socialmente construída de si mesmo, com a qual se identifica e se autodefine, pela qual pode ser mais (re) conhecido. Mas essa

⁵² Pressuposto da indivisibilidade entre indivíduos e sociedade, conforme Norbert ELIAS, construtores e construídos.

afirmação demonstra, assim como os resultados desta pesquisa corroboram, que *existe uma lógica de reprodução fortalecida pela acumulação de posições nos diversos campos em que se atua e um conseqüente conhecimento e compartilhamento de valores, num processo de ação cotidiano, incorporado, mas também passível de conscientização.*

Exatamente neste fato de simultaneidade e dinâmica da vida em que se baseia essa explicação é que se revela: certos atores possuem mais opções de ações e de estratégias em dados momentos históricos, de acordo com os campos em que atuam. Por outro lado, certas circunstâncias abrem oportunidades de ação que podem gerar rupturas (ou mesmo transformações) nas estruturas estruturantes de um campo. Uma discussão dentro de uma comissão editorial de revista dominante pode levar à criação de outras revistas concorrentes, com mais posições disponíveis e novos aliados.

“Todo mundo sabe que se trata de interessar, mas se um interesse não conseguiu se dissimular atrás das aparências de uma ciência neutra e desinteressada, ele pode ser denunciado. Tentar, deliberadamente, romper com tal jogo, tornar a complexidade interessante é, portanto, romper com as aparências de autonomia que a instituição científica quer manter” (STENGER, 1990, p.150).

As bases de dados criadas nesta pesquisa nos permitem *seguir os dominantes enquanto fazem ciência*, se fosse um dos objetivos elencados inicialmente, o que não é o caso. Porém, houve aqui um avanço substancial em relação a um "determinismo de estrutura" bourdiano, somado a uma aproximação teórica entre 'redes de atores' e estruturas estruturantes, entre as arenas trans-epistêmicas e os campos sociais, entre o estruturalismo e o *actor-network-theory (ANT)*. Ou seja, *existem importantes pontos de convergência na teoria sociológica contemporânea que enriquecem a compreensão analítica sobre a realidade da Sociologia no Brasil.*

Retomando a discussão sobre teorias da ação, é a reflexividade que viabiliza ações conscientes quando não há sincronia entre as disposições do habitus e as posições disponíveis no campo e quando há uma discrepância entre a estrutura estruturada do habitus e as estruturas objetivas (FOWLER, 2006, p.100).

No âmbito da presente pesquisa, considerou-se que existem muitos pesquisadores e instituições com *condições reais de ocuparem posições e obterem prestígio.* Entretanto,

não existem bolsas de pesquisa nem recursos suficientes para financiar ou investir *em todos eles*. Do mesmo modo, *não há posições suficientes e igualmente reconhecidas pelos pares*.

Assim, pela lógica dominante, são reforçados os atores institucionais que já ocupam posições de destaque *há mais tempo, ou seja, o extremo poder da história, ainda que não determinante*. Por exemplo, em 1997, Elisa REIS discutiu juntamente com Fábio W. REIS e Gilberto VELHO sobre diversas questões pertinentes às Ciências Sociais. No caso, a professora procurou falar sobre o campo da Sociologia. Muitos dos resultados encontrados nesta tese pareciam existir desde então, como a conscientização do fluxo da história e suas conseqüências dentro do campo científico. Segundo REIS,

“a verdade é que quanto mais bem institucionalizado está o sistema de pós-graduação e pesquisa, mais a entrada de novos competidores e a introdução de inovações no sistema vão provocar desconforto para atores já consolidados. Eu acho que nos compete ter lucidez para entender que continuamos sendo jogadores aptos, que o jogo vai continuar” (REIS, REIS & VELHO, 1997).

O importante é destacar que ‘o jogo vai continuar’, mas que os jogadores enquanto indivíduos não sobrevivem aos jogadores enquanto instituições (como são as Universidades). Nesse esporte de luta, de combate, nessa arte marcial que é a Sociologia (vide CARLES, 2001), as situações de conflito ocorrem a todo instante (enquanto as de cooperação com menor frequência), consciente ou inconscientemente por parte dos atores individuais e institucionais. Posições e funções em associações, em programas de pós-graduação, em comissões editoriais de periódicos internacionais conceituados, em comitês responsáveis por processos decisórios sobre financiamento público de pesquisa são disputadas por todos. Porque todos querem, de alguma forma, permanecer.

“A obsessão com deixar uma marca é, ao mesmo tempo, a aceitação da mortalidade e a revolta contra ela. Através das obras, ir além dela. Enganar o destino, o fatídico, deixando algo que sobrevive algum tempo” (SOARES, 2010).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“La science est plus autonome que Pierre Bourdieu ne l’aurait pensé. Cette question de l’autonomie est importante. Signalons que l’idée d’autonomie relative de la science est le fil conducteur de la plus grande partie du cours. Parmi les dangers qui menacent l’autonomie, Bourdieu signale ‘la soumission aux intérêts économiques’, ‘dans des domaines où les produits de la recherche sont hautement rentables, comme la médecine, la biotechnologie (notamment em matière agricole) et, plus généralement, la génétique – sans parler de la recherche militaire’. ‘Bref, écrit-il, la science est en danger et, de ce fait, elle devient dangereuse’. Compte tenu de ces réflexions, il poursuit son explication concernant le choix du sujet de son dernier cours. Je la divise en deux parties: (1) ‘Il m’a paru particulièrement nécessaire de soumettre la science à une analyse historique et sociologique qui ne vise nullment à relativiser la connaissance scientifique em la rapportant et em la réduisant à sés conditions historiques, donc à des circonstances situées et datées, [...] 2 [...] mais qui entend, tout au contraire, permettre à ceux qui font la science de mieux comprendre lês mécanismes sociaux qui orientent la pratique scientifique et de se rendre ainsi ‘maîtres et possesseurs’ non seulement de la ‘nature’ selon la vieille ambition cartésienne, mais aussi, et ce n’est sans doute pás moins difficile, du monde social dans lequel se produit la connaissance de la nature” (HACKING, 2004, p.149).

A presente tese pretendeu descrever e analisar as características e condições da autonomia do campo científico na produção do conhecimento da Sociologia no Brasil (relações entre atores sociais, financiamento público e temas pesquisados).

Para isso, houve sete objetivos específicos delineados e devidamente atingidos. Ao conhecer e categorizar os temas prioritários da política científica e tecnológica (PPAs e legislação) e do fomento à Sociologia (projetos CNPq), bem como os temas principais nos livros dos Programas de Pós-Graduação e nos artigos de maior destaque acadêmico (‘Qualis A Internacional), viabilizou-se compreender *as relações entre temas da agenda do financiamento público (AGENDAPOL) e temas da agenda de produção dominante (AGENDASOL)*.

A proposta de construção das agendas temáticas e sua análise comparada representaram, simultaneamente, o principal objetivo dessa pesquisa - a saber a verificação da hipótese explicativa proposta - e uma opção epistemológica de que a autonomia

reflexiva fosse demonstrada e explicada a partir de uma perspectiva *de baixo para cima*. Ou seja, que se mapeasse a produção sociológica dominante a partir dos resultados publicados em livros e artigos e dos projetos que receberam fomento federal, para, depois disso, conhecer os temas principais a que se dedicam vários sociólogos⁵³. Assim, pôde-se observar e compreender *quem produziu o quê e sobre quais fenômenos* (consideradas ainda as limitações de uma pesquisa extensa, aprofundada, mas com poucos recursos).

Os resultados indicaram que os temas **convergentes** (significando freqüências semelhantes de temas em comum) nas duas agendas temáticas foram (vide GRÁF.9): *economia, meio ambiente, pobreza e desigualdade, globalização e regionalização e campo e ruralidade, com percentuais de freqüência bastante próximos e, em menor medida, violência e segurança pública e gênero*. Também foram verificados temas tratados de modo contrário entre as agendas, como *cidadania e movimentos sociais*.

Simultaneamente, identificaram-se certas posições ocupadas por atores institucionais predominantes neste cenário. Ainda que a produção sociológica varie muito no que se refere aos autores individuais dos livros e dos artigos, este não foi o foco selecionado pela presente pesquisa.

Decidiu-se analisar os *atores institucionais* porque participam ativamente das estruturas sociais existentes e do processo de reprodução de uma determinada estruturação no campo sociológico. Outra razão deu-se pela metodologia que seria necessária para abordar os atores *individualmente* e ter acesso às características pessoais e privadas para que existissem novas variáveis.

A partir de uma tipologia da autonomia (SOBRAL & MARANHÃO, 2008), explicaram-se os conceitos de *autonomia moral, autonomia relativa e autonomia reflexiva*, este último, original (MARANHÃO, 2005) e fundamental para compreender as condições da produção do conhecimento científico.

⁵³ Existem excelentes pesquisas que trabalham com outros recortes, tais como os egressos da pós-graduação em Sociologia (MARTINS et al, 2001) e em várias outras áreas do conhecimento (VELLOSO, 2001), ou como as lideranças científicas e as demandas sociais na Sociologia, na Engenharia Elétrica, na Engenharia Mecânica e na Engenharia Florestal. Ambas utilizaram questionários, sendo a primeira com amostra de 9000 egressos da Pós-Graduação brasileira e a segunda com base em todos os pesquisadores com Bolsas de Produtividade 1A e 2 do CNPq (até dezembro de 2008) nas referidas áreas do conhecimento (SOBRAL, 2009; MENDES, 2009; PACHECO, 2009).

Os resultados obtidos nesta pesquisa fortalecem sobremaneira o referido constructo teórico, na medida em que apontam para uma diversidade temática na agenda de produção que não se correlaciona significativamente com a variação dos temas da agenda da política e do fomento em C&T.

Quando se considera uma autonomia moral do cientista individualmente, a autonomia da ciência dependeria do ethos científico desses cientistas e de seus posicionamentos morais frente aos fenômenos e como analisá-los (os usos e os fins da produção de conhecimento científico). Neste caso, a agenda temática do campo sociológico não privilegiaria qualquer tema considerado estratégico pelo Estado e, conseqüentemente, pelo foco do fomento do CNPq. Então, os sociólogos escolhem seus temas de pesquisa *independentemente dos temas privilegiados pela política científica e tecnológica*. Ou seja, os temas dessas agendas podem apresentar alguma correlação que, entretanto, não é significativa.

Outra explicação possível e predominante na literatura refere-se à autonomia da ciência como *relativa*, pois o cientista e a pesquisa dependem, em grande medida, do financiamento do Estado e/ou do setor produtivo, o que pressupõe um direcionamento temático com vistas a atender *demandas e interesses dos financiadores*. Assim, várias condições são colocadas e restringem sobremaneira a produção de conhecimento científico antes (escolha de objetos e de temas), durante (variação de recursos de todo tipo) e depois (comercialização de resultados e contratos de propriedade intelectual) da concretização de cada pesquisa.

Então, sociólogos escolhem seus temas de pesquisa dependendo do financiamento existente ou de acordo com as expectativas de oportunidades de financiamento de pesquisa, com determinados temas privilegiados pela política científica e tecnológica (no que se refere aos interesses estratégicos do Estado, por exemplo).

Desse modo, haveria uma alta e significativa correlação entre as variações temáticas das agendas do financiamento da ciência e da produção científica. Existiria uma maioria de temas comuns às agendas, como foi o caso de certas pesquisas em tempos de guerra ou de regimes de exceção através do mundo e da história.

Ocorre que as explicações que consideram a autonomia da ciência do tipo *moral* e do tipo *relativo* não obtiveram respaldo na realidade da sociologia brasileira. Ou seja, *não há comprovação empírica que sustente a predominância desses tipos de autonomia*. O que existe em defesa delas são divagações teóricas sustentadas pelo reconhecimento dado a certos autores e ao conjunto de suas obras. E, apesar da credibilidade, do prestígio e do capital simbólico que realmente acumulam, a questão da autonomia permaneceu pendente de verificação empírica.

Ao contrário, os resultados da presente tese evidenciam que a autonomia existente caracteriza-se pela *reflexividade*: existem temas pesquisados pelos sociólogos sem qualquer financiamento outro que não seus vencimentos; alguns pesquisadores recebem financiamento do Estado, de acordo com alguns temas do fomento em C&T.

Entretanto, nem os graus de similaridade entre os pares de temas em cada agenda, nem todos os temas analisados puderam comprovar outra força que não uma tendência centrífuga. Essa tendência do campo científico que fortalece a reflexividade porque abre novas oportunidades de ação para novas pesquisas sobre outros temas. De modo dialético, há que se lembrar que as instituições não morrem e os atuais ocupantes de certas posições nelas tentarão permanecer, até quando a Natureza permitir.

Ainda que se vislumbre um possível crescimento na quantidade de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq em anos vindouros, o que de fato existe são vários temas que não se coadunam entre as agendas e outros que são retraduzões, sem que se saiba qual agenda influencia a outra. Sociólogos escolhem seus temas de pesquisa diante de diferentes condições sócio-cognitivas (o que interessa pesquisar entre os fenômenos sociais segundo sua formação, cultura, valores) e condições político-institucionais (posições, créditos honoríficos, editais de fomento à pesquisa, sistemas de bolsas, apoio de fundações estaduais de pesquisa, outras fontes de financiamento).

Então, existem algumas relações entre as agendas temáticas, sem que estejam, entretanto, significativamente correlacionadas. Os temas presentes na agenda sociológica e na agenda do financiamento público federal são ajustados, ampliados ou reduzidos, conectando-se a outros temas similares e distinguindo-se substancialmente das categorias temáticas iniciais.

Ou seja, existe um fluxo contínuo, indeterminado e reflexivo de temas na agenda da produção científica, que comprova retraduzões recorrentes de temas que extrapolam os interesses da política científica e tecnológica ou temas que não estão definidos na política científica e tecnológica. Aliás, essa política e o fomento à pesquisa refletem uma gama ampla de questões e, de certa forma, atendem a outras áreas do conhecimento com muito mais recursos do que os disponíveis para a Sociologia. Registra-se, portanto, a predominância da autonomia reflexiva no campo da Sociologia.

Sobretudo, os resultados obtidos pela pesquisa⁵⁴ apontam para a força dos atores institucionais na formação da agenda temática da produção do conhecimento sociológico. Tais atores não são somente recorrentes: há um pequeno grupo *permanente de IES, que ocupam determinadas posições na estrutura do campo científico (e, talvez, também no campo político?* Mas isso fica para pesquisas posteriores).

Parece existir uma lógica de fortalecimento *institucional* em relação aos pares de uma mesma universidade, que ocupam posições dominantes no campo científico e na política científica e tecnológica, simultaneamente. Essa lógica coloca o pertencimento à determinada instituição de ensino superior como influência preponderante nos processos decisórios, em detrimento da interinstitucionalidade com foco em *temas de pesquisa*, embora as redes de pesquisa, enquanto tendência contemporânea de produção de conhecimento torne mais complexa essa questão. *Ou seja, a realidade exige a interinstitucionalidade (e a interdisciplinaridade) no campo científico, ainda que o jogo de poder que o caracteriza esteja atrelado às disciplinas e ao movimento recente de fortalecimento do ensino superior no País.*

Enfim, conhecer profundamente a construção dessa ciência social consiste numa meta de longo prazo, constituída por diversas pesquisas empíricas e rigorosas, dentre as quais a presente tese é o início. Construir, analisar e comparar *agendas temáticas de campos diferentes representa uma perspectiva sociológica inovadora*, porém sem a pretensão de ser exaustiva.

⁵⁴ Houve também resultados obtidos que não foram previstos, dentre os quais o aprendizado obtido com o processo de trabalho da pesquisa e a construção de uma *base de dados semântica (ou metadados)*.

Ademais, num campo dotado de *autonomia reflexiva*, os integrantes, dominados e dominantes, encontram-se cada vez mais conscientes de sua não-neutralidade, do processo de retradução dos temas e das forças que atuam nas lutas dentro desse e de outros campos. Assim, ao pesquisar certas estruturas e interações sociais na sociologia brasileira, proporcionou-se *uma democratização do acesso ao conhecimento*, na medida em que se compreendeu a lógica (dominante) que opera nessa área⁵⁵.

Esse resultado renova uma “esperança de desencadear um processo de auto-análise coletiva” (BOURDIEU, 2003a, p. 17): *os usos sociais da ciência* nos remetem, de fato, mais à autonomia reflexiva do que à *autonomia relativa e parcial* (BOURDIEU, 2003a, pp.20- 21). Dada a predominância desta autonomia reflexiva, é possível a criação de sistemas de controles cruzados incessantes, numa “*rede contínua de crítica*”⁵⁶, que reforça “*a aptidão para a vigilância epistemológica*” (BOURDIEU ET AL, 2004, p.96).

A própria existência da autonomia reflexiva guarda, concomitantemente, o que caracteriza os campos em que atuamos (em síntese, os conflitos por posições, as desigualdades estruturais e a pluralidade temática) e o que proporciona maior poder à ação das *redes temáticas de atores (individuais e institucionais)* frente às estruturas estruturadas: a própria ciência social. Mesmo quando poucos escrevem sobre a Sociologia como um objeto de estudo sociológico.

“Temos como objetivo não só inventar respostas, mas inventar um modo de inventar as respostas, de inventar uma nova forma de organização do trabalho de contestação, do trabalho militante” (BOURDIEU, 1998, p.78).

Provavelmente, o papel constitucional que visa ‘solucionar problemas sociais brasileiros’ foi dado à Ciência em geral. Entretanto, a mesma dificuldade que ‘as Ciências Sociais possuem de serem uma ciência como as outras’ – serem construídas por atores que participam da indivisível ‘sociedade dos indivíduos’ e portanto do próprio ‘objeto/fenômeno’ – é o que permite à Sociologia ser capaz de exercer esse papel constitucional.

⁵⁵ Ou seja, é possível por meio de pesquisa científica contribuir para a redução de alguma violência simbólica no campo científico.

⁵⁶ Referem-se a Michael POLANYI (1951; 1958; 1968).

Ou seja, na sociedade contemporânea de risco e complexidade, não existem instâncias completa nem plenamente autônomas no sentido de liberdade total de ação. As sociedades não o são, nem os mercados, nem os Estados. Assim, a Ciência também não é perfeitamente 'livre': a definição da produção de conhecimento se dá num campo científico influenciado por condições cognitivas (avanço no conhecimento) e sócio-institucionais, no caso aqui analisadas, sobretudo pela dimensão da política científica e tecnológica e pela força das instituições dominantes.

No longo prazo, uma das conseqüências esperadas dos resultados de novas pesquisas com mais recursos públicos disponíveis consiste num real fortalecimento da Sociologia no campo científico, que é internacional, e numa compreensão sistematizada da sociedade brasileira, em nível local e regional.

Finalmente, ao se desvelar a rigidez político-institucional que reproduz a distribuição dos recursos escassos, bem como uma seletividade na sucessão das posições privilegiadas dos atores institucionais dominantes, é possível construir *uma agenda mais democrática de prioridades temáticas*. Essa democratização que retraduz problemas sociais reais pode efetivamente influenciar a *agenda temática do financiamento*, não apenas com exigências de qualidade, seriedade e de rigor científico, mas também com critérios e direitos de entrada mais transparentes e objetivos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Barbara. (2003). “Reflexive Modernization Temporalized”, *in Theory, Culture and Society*, Vol.20, n.2, pp. 59-78.

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney (1965). **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Boston, Little, Brown.

APITZSCH, Ursula & APITZSCH, Wolfgang. (1997). "A Falência dos Intelectuais", in BOURDIEU, Pierre (Ed). **Liber 1**. São Paulo, Editora da USP, pp.219-231.

ARENDT, Hannah. (1958). **The Human Condition**. Chicago, University of Chicago Press.

ARNOLD, R. Douglas (1990). **The Logic of Congressional Action**. New Haven, Yale University Press.

BABBIE, Earl. (2001). **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte, UFMG.

BABBIE, Earl. (2004). **The practice of social research**. Belmont, Thomson.

BARBETTA, Pedro Alberto. (2002). **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5 a. Ed. Florianópolis, Editora da UFSC.

BARRA, Marcello Cavalcanti (2009). **O Leviatã Eletrônico: a trama política que colocou o Estado na Internet**. Bauru, EDUSC.

BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo & ROLLAND, Denis (orgs) (2003). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo, Cortez.

BAUMAN, Zygmunt. (2000). “Sociological enlightenment - for whom, about what”, *in Theory, Culture & Society*, vol. 17, n. 2, pp. 71-82.

BAUMGARTEN, Maíra (org.) (2001). **A era do conhecimento: matrix ou ágora**. Porto Alegre, Editora UFRGS. Brasília, Editora da UnB.

BAUMGARTEN, Maíra. (2004) “Ciência e Tecnologia no Brasil: disparidades regionais e sustentabilidade”, *in*

<http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel44/MairaBAUMGARTEN.pdf>

BAUMGARTEN, Maíra (org.) (2005). **Conhecimentos e redes: sociedade, política e inovação**. Porto Alegre, UFRGS.

BAUMGARTEN, Maíra (org.) (2006a). “Reestruturação produtiva e industrial”, verbete *in* CATTANI, A.D. & HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre, UFRGS, p.237-238.

BAUMGARTEN, Maíra (org.) (2006b). “Tecnologias sociais e inovação social”, verbete *in* CATTANI, A.D. & HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre, UFRGS. p.302-304.

BAUMGARTEN, Maíra (org.) (2008). **Conhecimento e Sustentabilidade: políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre, Editora da UFRGS/Sulina.

BECK, Ulrich, BONSS, Wolfgang & LAU, Christoph. (2003) “The Theory of Reflexive Modernization: problematic, hypotheses and research program”, *in* **Theory, Culture and Society**, vol.20, nº 2, pp.1-33.

BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony & LASH, Scott (1997) *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, UNESP.

BECK, Ulrich. (1992) **Risk society**. Londres, Sage.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. (1985). **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis, Vozes.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. (2004). **Dicionário de Política**, vol. 1, 5 a. ed., São Paulo, UNB/ Imprensa Oficial.

BONELLI, Maria da Glória (1994). "O mercado de trabalho dos cientistas sociais", *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n.25, pp.110-126.

BOURDIEU, Pierre (2002). “Por un savoir engagé”, *in* **Le Monde Diplomatique**, Fevereiro, *in* <http://www.monde-diplomatique.fr/2002/02/BOURDIEU/16120>.

BOURDIEU, Pierre. (1980). **Distinction: a social critique of the judgment of taste**.

Cambridge, Harvard University Press.

BOURDIEU, Pierre. (1982). **Leçon sur la leçon**. Paris, Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre. (1983) **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero.

BOURDIEU, Pierre. (1984). **Homo academicus**. Paris, Les Éditions de Minuit

BOURDIEU, Pierre. (1991). “The Peculiar History of Scientific Reason”, in **Sociological Forum**, vol.6, n.1, pp.3-26.

BOURDIEU, Pierre. (1993) **La Misère du Monde**. Paris, Ed. Du Seuil.

BOURDIEU, Pierre. (1996a). **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus.

BOURDIEU, Pierre. (1996b) **As Regras da Arte**. São Paulo, Cia. Das Letras.

BOURDIEU, Pierre. (1997). **Méditations pascaliennes**. Paris, Éditions du Seuil.

BOURDIEU, Pierre. (1998). **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

BOURDIEU, Pierre. (1999) **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BOURDIEU, Pierre. (2000a). **O Campo Econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas, Papirus.

BOURDIEU, Pierre. (2000b). **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BOURDIEU, Pierre. (2001) **Science de la Science et Réflexivité**. Paris, Raisons D’Agir Éditions.

BOURDIEU, Pierre. (2003). **Os Usos Sociais da Ciência**. São Paulo, Editora UNESP.

BOURDIEU, Pierre. (2004). (org. Sérgio Miceli). **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva.

BOURDIEU, Pierre. (2005). **Esboço de Auto-Análise**. São Paulo, Cia das Letras.

BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, J.C. & PASSERON, J.C. (2004). **O Ofício de Sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis, Vozes.

BOURDIEU, Pierre & DARBEL, Alain. (2007). **O Amor pela Arte**: os museus de arte na Europa e seu público. Original em 1969. Porto Alegre, Zouk.

- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. (1985). **Les Héritiers** : les étudiants et la culture. Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loic J.D. (1992). **Réponses**: pour une Anthropologie Réflexive. Paris, Ed. Du Seuil.
- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loic J.D. (2005). **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires, Siglo XXI Editores.
- BOUVERESSE, Jacques & ROCHE, Daniel (orgs) (2003). **La liberté par la connaissance**: Pierre Bourdieu (1930-2002). Paris, Odile Jacob.
- BRASIL (2009). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**: promulgada em 5 de outubro de 1988, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- BRINCKER, Benedikte & GUNDELACH, Peter (2005) “Sociologists in Action: a critical exploration of the intervention method”, in *Acta Sociologica*, vol. 48, n.4, pp. 365-375.
- BUSH, Vannevar. (1945). **Science The Endless Frontier: a Report to the President by Vannevar Bush**, Director of the Office of Scientific Research and Development. Disponível em <http://www.inovacao.unicamp.br/report/Sciencetheendlessfrontier.pdf>
- CAILLÉ, Alain. (1993). **A Demissão dos Intelectuais**: a crise das Ciências Sociais e o esquecimento do factor político. Lisboa, Instituto Piaget.
- CARLES, Pierre (2001). **La sociologie est un sport de combat - Pierre Bourdieu**. Documentário. França, Cara M. (Disponível em <http://www.homme-moderne.org/images/films/pcarles/socio/index.html>)
- CASTELLS, Manuel. (1999) **A Era da Informação**. São Paulo, Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel. (2005) **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Paz e Terra.
- CASTRO, Henrique C. (2006). **Tipos de Amostra**. Apresentação realizada em junho de 2006. Brasília, CEPPAC/ DATAUnB.
- CHACON, Vamireh. (1988). **Max Weber: a crise da ciência e da política**. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

- CHEVALLIER, Jean J. (1966) **As Grandes Obras Políticas**. Rio de Janeiro, Agir.
- CHRISTMAN, John & ANDERSON, Joel (eds)(2005). **Autonomy and the Challenges to Liberalism**: New Essays, New York, Cambridge University Press.
- COHEN, Michael & FERMON, Nicole. (Eds). (1996) **Princeton Readings in Political Thought**. Princeton, Princeton University Press.
- CORCUFF, Philippe. (2001) **As Novas Sociologias**. Bauru, EDUSC.
- DAHL, Robert A. (1990). **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- DELMATER, Rhonda & HANCOCK, Monte (2001). **Data Mining Explained**: a manager's guide to customer-centric business intelligence. Woburn, Butterworth-Heinemann.
- DIXIT, Avinash & SKEATH, Susan (2001). **Games of Strategy**. New York, W.W. Norton & Co.
- DIXIT, Avinash (1998). **The Making of Economic Policy**: a transaction-cost politics perspective. Cambridge, MIT Press.
- DOMINGUES, José Maurício. (2002) “Reflexividade, individualismo e modernidade”, *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, nº 49, 2002.
- DURKHEIM, Emile (1977). **A Divisão do Trabalho Social**. Rio de Janeiro, Martins Fontes.
- DURKHEIM, Emile (2002). **Lições de Sociologia**. São Paulo, Martins Fontes.
- DURKHEIM, Emile (2003). **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo, Martin Claret.
- DURKHEIM, Emile (2005). **O Suicídio**. São Paulo, Martin Claret.
- DWORKIN, Ronald (2000). **Sovereign Virtue**: The Theory and Practice of Equality. Cambridge, Harvard University Press.
- EISENSTADT, S. N. (1980). “Autonomy of Sociology and its Emancipatory Dimensions”, *in* GIERYN, Thomas F. (ed). **Science and Social Structure**. Transactions of the New York Academy of Sciences, series 2, v.39. New York, New York Academy of Sciences,

pp.28-31.

ELIAS, Norbert (1994a). **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert (1994b). **O Processo Civilizador**. Vol. I. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert (2000). **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert (2001) **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert (2008). **Sociología Fundamental**. Barcelona, Gedisa Editorial.

ETZKOWITZ, Henry & LEYDESDORFF, Loet. (2000). "The Dynamics of innovation: from national systems and 'Mode 2' to a Triple Helix of University-Industry-Government Relations", in <http://users.fmg.uva.nl/lleydesdorff/rp2000/>

FERNANDES, Ana Maria & SOBRAL, Fernanda (orgs) (1994). **Colapso da Ciência e Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

FERNANDES, Ana Maria (2000). **A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC**. 2a. Ed. Brasília, Editora da UnB.

FERNANDES, Florestan (1958). **O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros**. Rio de Janeiro, Forense.

FERNANDES, Florestan (1977). **A Condição de Sociólogo**. São Paulo, Hucitec.

FERNANDES, Florestan (1980a). **A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis, Vozes.

FERNANDES, Florestan (1980b). **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**, 4a. Ed. São Paulo, TAQueiroz.

FERNANDES, Florestan. (1980c). **A Natureza Sociológica da Sociologia**. São Paulo, Ática.

FREYRE, Gilberto. (1962). **Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios**. Tomos I e II. Rio de Janeiro, José Olympio.

FOUCAULT, Michel (2002). **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo, Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel (2004). **Microfísica do Poder**. São Paulo, Paz e Terra.

- FOUCAULT, Michel (2007). **As Palavras e as Coisas**. São Paulo, Martins Fontes.
- FOWLER, Bridget (2006). "Autonomy, Reciprocity and Science in the Thought of Pierre Bourdieu", *in Theory, Culture and Society*, vol.6, pp.99-117.
- FREITAS, Christiana & SOBRAL, Fernanda. (2005). "A Influência das Agendas Governamentais na Produção Multidisciplinar do Conhecimento", *in LIINC em revista*, vol.1, nº 1, pp.53-66.
- FRICKEL, Scott & GROSS, Neil (2005). "A General Theory of Scientific/ Intellectual Movements", *in American Sociological Review*, vol.70, n.2, p.204-232.
- FROMM, Erich (1978). **Análise do Homem**. São Paulo, Zahar Editores.
- FROMM, Erich (1986). **O Medo à Liberdade**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- GIBBONS, Michael, LIMOGES, Camille, NOWOTNY, Helga, SCHWARTZMAN, Simon, SCOTT, Peter & TROW, Martin (1993). **The New Production of Knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies**. London, SAGE.
- GIDDENS, Anthony & PIERSON, Christopher (1998). **Conversas com Anthony GIDDENS: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro, FGV.
- GIDDENS, Anthony (1976). **New rules of sociological method**. Londres, Hutchinson.
- GIDDENS, Anthony (1979). **Central Problems in Social Theory**. London, Macmillan.
- GIDDENS, Anthony (1984). **Constituição da Sociedade**. São Paulo, Martins Fontes.
- GIDDENS, Anthony (1987). **Nation-state and violence**. Berkeley, University of California Press
- GIDDENS, Anthony (1991). **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo, Editora UNESP.
- GIDDENS, Anthony (1993). **A Transformação da Intimidade**. São Paulo, Editora UNESP.
- GIDDENS, Anthony (1996). **Para Além da Esquerda e da Direita**. São Paulo, UNESP.
- GIDDENS, Anthony (2001). **Em Defesa da Sociologia: ensaios, interpretações e trélicas**.

São Paulo, Editora UNESP.

GILPIN, Robert (2002). **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília, Editora UNB.

GINGRAS, Yves & GODIN, Benoît (1997). "Expérimentation, instrumentation et argumentation". Point de vue, in **Didaskalia**, n.11, p.151-162.

GINGRAS, Yves (1995). "Following scientists through society? Yes, but at arm's length!", in BUCKWALD, Jed Z. (ed). **Scientific Practice: theories and stories of doing physics**. Chicago, Chicago University Press, p.123-148.

GINGRAS, Yves (2007). "The Search for Autonomy in History of Science", in RENN, J. & GAVROGLU, K. (eds). **Positioning the history of science**. Dordrecht, Springer.

GINGRAS, Yves. (2000). "Pourquoi le « Programme Fort » est-il incompris? ", in **Cahiers internationaux de Sociologie**, vol.CIX, p.235-255.

GINGRAS, Yves. (2002). "Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique", in **Actes de la recherche em sciences sociales**, n.141, pp.31-45.

GORZ, André (2005). **O Imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo, Annablume.

HABERMAS, Jüergen (1980). "Ciência e Técnica como Ideologia", in **Os Pensadores**. São Paulo, Abril Cultural.

HABERMAS, Jüergen (1990). **La Lógica de las Ciencias Sociales**. 2ª ed. Madrid, Editorial Tecnos.

HABERMAS, Jüergen (1994). **Between Facts and Norms**. Cambridge, MIT Press.

HACKING, Ian (2003). "La science de la science chez Pierre Bourdieu", in BOUVERESSE, Jacques & ROCHE, Daniel (orgs). **La liberté par la connaissance: Pierre Bourdieu (1930-2002)**. Paris, Odile Jacob, pp. 147-162.

HILL, Thomas (1989). "The Kantian Conception of Autonomy," in **Christman**, ed. (1989), pp. 91-105; também em <http://plato.stanford.edu/entries/autonomy-moral/>

HILL, Thomas (1991). **Autonomy and Self Respect**. New York, Cambridge University Press.

HISKES, Anne L. & HISKES, Richard P. (1986). **Science, Technology, and Policy Decisions**. Boulder, Westview Press.

HOBBS, Thomas (1979). *Leviatã ou, matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo, Abril Cultural.

HOROWITZ, Irving Louis. (1999). "Totalitarian Origins and Outcomes of Political Orthodoxy", in **Modern Age**, vol. 41, n.1, pp. 19-31.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq (2005). Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, in http://dgp.cnpq.br/censo2004/inf_gerais/index_que_eh.htm

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq (2002). Regimento Interno do CNPq - Portaria n.816, de 17 de dezembro de 2002, in <http://centrodememoria.cnpq.br/Missao.html>, (acesso em 13 de novembro de 2009). Brasília, CNPq.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES (2009a), in <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2550-capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis> (acesso em 06 de março de 2009)

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES (2009b). "Mudança na escala de classificação do Qualis", QUALIS, in http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Reestruturação_Qualis.pdf (acesso em 19 de novembro de 2009).

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES (2008). Coleta de Dados 10.0 – manual do usuário. CAPES, Brasília. In <http://www.capes.gov.br/avaliacao/coleta-de-dados> (acesso em 20 de novembro de 2008).

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES (2005). Sistema QUALIS, in http://qualis.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/webqualis/criterios2004_2006/Criterios_Qualis_2005_34.pdf (acesso em 26 de janeiro de 2007).

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP (2010). Fundos Setoriais. Disponível em http://www.finep.gov.br/fundos_setoriais/fundos_setoriais_ini.asp (acessado em 25 de janeiro de 2010).

HOUAISS (2007). **Dicionário da Língua Portuguesa**, in <http://houaiss.uol.com.br>

IHDE, Don (1979). **Technics and Praxis**. London, D. Reidel Publishing Company.

INGLEHART, Ronald & ABRAMSON, Paul R. (1999). “Measuring post materialism”, in **American Political Science Review**, v. 93, n. 3, pp. 665-677.

INGLEHART, Ronald & BAKER, Wayne E. (2000). “Modernization, Cultural Change and the Persistence of Traditional Values”, in **American Sociological Review**, vol.65, feb, pp.19-51.

INGLEHART, Ronald & WELZEL, (2005). **Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence**. New York, Cambridge University Press.

INGLEHART, Ronald (1971). “The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies”, in **American Political Science Review**, vol. 65, n.4, pp.991-1017.

INGLEHART, Ronald (1988). “The Renaissance of Political Culture”, in **American Political Science Review**, vol. 82, nº 4, pp.1203-1230.

INGLEHART, Ronald (1997). “Measuring Materialist and Post materialist Values”, in Inglehart, Ronald. **Modernization and post modernization: cultural, economic, and political changes in 43 societies**. Princeton, Princeton University Press, pp. 108-129.

INGLEHART, Ronald (2005). “Monitoring Mass Values and Beliefs: a neglected factor in social analysis”. Paper presented in Arusha conference “*New frontiers of social policy*”, December 12-15.

INGLEHART, Ronald (2008). “Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006”, in **West European Politics**, vol.31, issue 1&2, pp.130-146.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF (2008). Data and Statistics. In <http://www.imf.org/external/data.htm>

- JACKMAN, Robert W. & MILLER, Ross A. (1996). “A Renaissance of Political Culture?”, *in American Journal of Political Science*, vol. 40, n. 3, pp. 632-659.
- KANT, Immanuel (1983). **Ethical Philosophy**. Indianapolis, Hackett Publishing Co.
- KIEWIET, Roderick & MCCUBBINS, Mathew (1991). **The Spending Power**. Berkeley, University of California Press.
- KING, Gary, KEOHANE, Robert & VERBA, Almond (1994). **Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton, Princeton University Press.
- KNORR-CETINA, Karin (1981). **The Manufacture of Knowledge: an essay on the constructivist and contextual nature of science**. Oxford, Perzaman Press.
- KNORR-CETINA, Karin (1982). “Scientific communities or transepistemic arenas of research? A critique of quasi economic models of science”, *in Social Studies of Science*, nº 12, pp. 101-130.
- KORNIJEZUK, Natália (2009). **Relatório PIC-UnB**. Pesquisa coordenada por Fernanda Sobral. Mimeografado.
- KUHN, Thomas (1975). **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo, Perspectiva.
- LASH, Scott. (2003). “Reflexivity as Non-Linearity”, *in Theory, Culture & Society*, vol. 20, p.49-57.
- LAHIRE, Bernard (org.) (2002). **À quoi sert la sociologie?** Paris, La Découverte.
- LANE, Robert (2000). **The Loss of Happiness in Market Democracies**. New Haven, Yale University Press.
- LARMORE, Charles (2008). **The Autonomy of Morality**. Cambridge, Cambridge University Press.
- LASH, Scott. (
- LATOUR, Bruno & WOOLGAR, S. (1997). **Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- LATOUR, Bruno (1994). **Jamais fomos modernos**. São Paulo, editora 34.

LATOUR, Bruno (2000). **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo, UNESP.

LATOUR, Bruno (2001). **A Esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. São Paulo, EDUSC.

LATOUR, Bruno (2004). **Políticas da Natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru, EDUSC.

LATOUR, Bruno (2005). *Reassembling the Social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford, Oxford University Press.

LAVILLE, C. & DIONE, J. (1999). **A Construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Belo Horizonte, Editora UFMG.

LEYDESDORFF, Loet (2000). "The Triple Helix: An evolutionary model of innovations", *in Research Policy*, vol.29, nº 2, pp.243-255.

LINS, Paulo (2002). **Cidade de Deus: romance**. 2a. Edição. São Paulo, Companhia das Letras.

LOURENÇO (DE OLIVEIRA), Ricardo (2009). "O desafio das revistas científicas brasileiras", *in Folha de São Paulo, Tendências/Debates*, em 08 de setembro de 2009.

LYNCH, Michael (2000). "Against Reflexivity as an Academic Virtue and Source of Privileged Knowledge", *in Theory, Culture and Society*, vol. 17, nº 3, pp.26-54.

MARANHÃO, Tatiana de P. A. (2005). **A Autonomia Reflexiva e a Ciência Brasileira (2000-2006)**. Mimeografado. Brasília, Departamento de Sociologia.

MARANHÃO, Tatiana de P. A. (2006). **A Autonomia Reflexiva e a Produção do Conhecimento Científico no campo da Sociologia no Brasil (1999-2006)**. Pôster e artigo apresentados ao ST08- Redes, Conhecimento e Inovação Social, no 30º Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu.

MARANHÃO, Tatiana de P. A. (2007). **A autonomia reflexiva e o fomento do CNPq à pesquisa no campo da Sociologia (2000-2006)**. Artigo apresentado ao GT03- Ciência, Tecnologia e Inovação Social, durante o XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, UFPE.

MARANHÃO, Tatiana de P. A., SOBRAL, Fernanda A. da F. & CASTRO, Henrique C. (2008). **Investments on Science & Technology and Political Culture: the public opinion of 23 countries**. Artigo apresentado no RC23 - Science and Technology, First ISA Forum of Sociology. Barcelona, ISA.

MARCONI, Marina de A. & LAKATOS, Eva M. (2000). **Metodologia Científica**. 3a. Ed. São Paulo, Atlas.

MARX, Karl (1845). **Theses on Feuerbach**. *in* <http://www.MARXists.org/archive/MARX/works/1845/theses/index.htm>

MARX, Karl (1932). "Segundo Manuscrito", *in* **Manuscritos Econômicos**. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap02.htm>

MARX, Karl (1977). **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Editorial Alfa Ômega.

MARX, Karl (1984). **O Capital**. São Paulo, Abril Cultural.

MARX, Karl (2005). "Para a Crítica da Economia Política", *in* **Os Pensadores**. São Paulo, Nova Cultural.

MENDES, Roberto R. (2009). "Lideranças Científicas e Demandas Sociais: os pesquisadores das Engenharias no Brasil". **Relatório Final de Pesquisa PIC-UnB**. Brasília, Universidade de Brasília.

MERTON, Robert K. (1957). "Priorities in Scientific Discovery: a chapter in the sociology of science", *in* **American Sociological Review**, vol. 22, pp.635-659.

MERTON, Robert K. (1968). **Social Theory and Social Structure**. Enlarged edition. New York, Free Press.

MERTON, Robert K. (1972). "Insiders and Outsiders: A Chapter in the Sociology of Knowledge", *in* **American Journal of Sociology**, vol.78, n.1, p.9-47 (<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=sih&AN=15595487&site=ehost-live>).

MERTON, Robert K. (1973). "The Sociology of Science: theoretical and empirical investigations. Chicago, University of Chicago.

MILL, John Stuart (1975). **On Liberty**. New York, Norton.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2009). **Legislação**, in www.mct.gov.br (Todas as leis, decretos e portarias constam neste endereço).

MITCHAM, Carl (1999). “Why Science, Technology, and Society Studies?”, in **Bulletin of Science Technology Society**, vol. 19, n. 01, pp.128-134.

MOTTA, Renata C. (2008). Book review on BECK, Ulrich. *Weltrisikogesellschaft: auf der Suche nach der verlorenen Sicherheit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007.

NEUENDORF, Kimberly (2002). **The Content Analysis Guidebook**. Thousand Oaks, Sage Publications.

NISBET, Robert (1982) **Os Filósofos Sociais**. Brasília, Universidade de Brasília.

NORRIS, Pipa (2001). “Making Democracies Work: social capital and civic engagement in 47 societies”, in **JFK School of Government - Faculty Research Working Papers Series**, Harvard University.

NORTH, Douglass (1998). “Where have we been and where are we going?” in <http://129.3.20.41/eps/eh/papers/9612/9612001.pdf>

NOWOTNY, Helga, SCOTT, Peter & GIBBONS, Michael (2001). **Re-Thinking Science: knowledge and the public in an age of uncertainty**. Cambridge, Polity Press.

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES (OCDE) (2005). *Economic Survey of the euro area, 2005 (Sumário em Inglês)*. Paris, OCDE.

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES (OCDE) (2008). *OECD.Stat Extracts*, in <http://stats.oecd.org/wbos/>. Paris, OCDE.

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES (OCDE) (2007). *Ciência, Tecnologia e Indústria na OCDE: Edição 2007 (Sumário em Português)*. Paris, OCDE.

PACHECO, Paulo Victor S. (2009). "Lideranças Científicas e Demandas Sociais: os pesquisadores da Sociologia". **Relatório de pesquisa PIC-UnB**. Brasília, Universidade de Brasília. Mimeografado.

- PARSONS, Talcott. (1951). **The Social System**. New York, the Free Press of Glencoe.
- PATEL, Sujata (2006). "Para além de um pensamento binário: questões para uma sociologia reflexiva", in PORTO, M. S. G. & DWYER, Tom (Orgs.) (2006a). **Sociologia e Realidade**. Brasília, Editora UnB, p.37-50.
- PINTO, Louis (2000). **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- PIRIOU, Odile (2006). **La Face Cachée de la Sociologie: à la découverte des sociologues praticiens**. Paris, Belin.
- POLANYI, Michael (1951). **The Logic of Liberty: reflections and rejoinders**. London, Routledge and Kegan Paul.
- POLANYI, Michael (1958). **Personal Knowledge: towards a post-critical philosophy**. London, Routledge and Kegan Paul.
- POLANYI, Michael. (1968). "The Growth of Science in Society", in SHILS, Edward (ed). **Criteria for Scientific Development Public Policy and National Goals**. Cambridge, MIT, pp.187-199.
- PORTO, Maria Stela Grossi. (2005). "Panorama recente da pesquisa em Sociologia no País", in MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Para Onde Vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru, EDUSC/ ANPOCS/CAPES, p.183-213.
- PORTO, M. S. G. & DWYER, Tom (Orgs.) (2006a). **Sociologia e Realidade**. Brasília, Editora UnB.
- PORTO, M. S. G. & DWYER, Tom (Orgs.) (2006b). **Sociologia em Transformação: pesquisa social no Século XXI**. Porto Alegre, TomoEditorial.
- POULANTZAS, Nicos. (1985). "As Lutas Políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças", in **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro, Graal, pp.141-185.
- PROVALIS RESEARCH (2005). **Wordstat: Content Analysis Module for SIMSTAT & QDA Miner (User's Guide)**. Montreal, Provalis Research. 157p.

PUTNAM, Robert (1996). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, FGV.

PUTNAM, Robert (2000). **Bowling Alone: the collapse and revival of American community**. New York, Simon & Schuster.

PUTNAM, Robert (2002). **Democracies in Flux: the evolution of social capital in contemporary society**. New York, Oxford University Press.

RAMOS, Hélia de S.C. (2008). **Análise do Conteúdo de um Sistema de Informação destinado à Microempresa brasileira por meio de aplicação da Descoberta de Conhecimento em Textos**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Orientadora: Dra. Marisa B.B. Medeiros. Brasília, Universidade de Brasília.

RAWLS, John (1971). **A Theory of Justice**. Oxford, Oxford University Press.

RAWLS, John (1993). **Political Liberalism**. New York, Columbia University Press.

REIS, Elisa P., REIS, Fábio W. & VELHO, Gilberto (1997). “As Ciências Sociais nos últimos 20 anos”, *in Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n.35, p.

RELYEA, Harold C. (1994). **Silencing Science: National Security controls and scientific communication**. Norwood, ALEX Publishing.

RODRIGUES, José Albertino (org.) (1990). **Durkheim**. Coleção Sociologia. 5a. Ed. São Paulo, Ática.

ROSANVALLON, Pierre (2000). **La Démocratie Inachevée**. Paris, Gallimard.

ROSANVALLON, Pierre (2008). **La Légitimité Démocratique: impartialité, réflexivité, proximité**. Paris, Éditions du Seuil.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1985). **Do Contrato Social**. São Paulo, Hemus.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2009). “Sociólogo analisa conseqüências da crise para o ensino”. Entrevista concedida a Ana Beatriz Magno e Luiz Gonzaga Motta, da Universidade de Brasília, em 03 de fevereiro de 2009, disponível em <http://www.secom.unb.br/unbagencia/unbagencia.php?id=1172>.

SCHWARTZMAN, Simon (2001). **Um Espaço para a Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília, MCT/ CGEE.

SCHWARTZMAN, Simon (2002). “A Pesquisa Científica e o Interesse Público”, *in* **Revista Brasileira de Inovação**, vol.1, n.2, p.361-395.

SCHWARTZMAN, Simon (2008). “Pesquisa Universitária e Inovação no Brasil”, *in* **Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras**. Brasília, CGEE, pp. 19-43.

SCOTT, John (org.) (2009). **50 Grandes Sociólogos Contemporâneos**. São Paulo, Contexto.

SHEPSLE, Kenneth A. & WEINGAST, Barry R (1995). **Positive Theories of Congressional Institutions**. Ann Arbor, Michigan University Press.

SHILS, Edward (1956). **The Torment of Secrecy: the background and consequences of American security policies**. New York, the Free Press of Glenop.

SIMMEL, Georg (2006). **Questões fundamentais de Sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

SOARES, Gláucio A. D. (2005). “O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil”, *in* MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru, EDUSC.

SOARES, Gláucio A.D. (2010). “Clotho: deixar uma obra de arte é uma coisa, um monumento a si mesmo é outra”, *in* **Jornal do Brasil**, <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2010/02/22/e22028759.asp>

SOBRAL, Fernanda A. da F. & MARANHÃO, Tatiana de P.A. (2008). “La Autonomia Reflexiva en el Campo de la Sociología”, *in* **ICONOS**, vol.31, pp. 145-158.

SOBRAL, Fernanda A. da F. & TRIGUEIRO, Michelangelo. (1994). "Limites e potencialidades da base técnico-científica", *in* FERNANDES, Ana Maria & SOBRAL, Fernanda. (Orgs.). **Colapso da Ciência & Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, pp. 71 - 100.

SOBRAL, Fernanda A. da F. (1989). “Universidade e pesquisa na nova Constituição”, *in* **Em Aberto**. Brasília, ano 8, n.43, p. 38-43.

- SOBRAL, Fernanda A. da F. (1990). "Ciência, Tecnologia e Constituição: As Propostas da Sociedade Civil", in **Sociedade e Estado**, v. 5, n. 2, p. 291-297.
- SOBRAL, Fernanda A. da F. (1996). "Educação, ciência e tecnologia no Brasil na década de 90", in **Anuário da Educação**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/Unigranrio.
- SOBRAL, Fernanda A. da F. (2000). "Educação para a Competitividade ou para a Cidadania Social?", in **São Paulo em Perspectiva**, vol.14, n.1, pp.3-11.
- SOBRAL, Fernanda A. da F. (2004). "Desafios das ciências sociais no desenvolvimento científico-tecnológico contemporâneo", in **Sociologias**, Ano 6, n. 11, jan/jun, pp. 220-237.
- SOBRAL, Fernanda A. da F. (2005a). "A Economia e a Física no Brasil: campos científicos ou transcientíficos?", in BAUMGARTEN, Maíra (org.). **A Era do Conhecimento: matrix ou ágora**. Brasília, Editora da UNB.
- SOBRAL, Fernanda A. da F. (2005b). "A Pesquisa e a Formação de Recursos Humanos", in **Artigos & Ensaios**, SBPC, pp.22-41.
- SOBRAL, Fernanda A. da F. (2006). "Ciência e Tecnologia no Brasil". Parte 2. **Cadernos SBPC**, n.26. São Paulo, SBPC.
- SOBRAL, Fernanda A. da F., ALMEIDA, Mayra R. C. & CAIXETA, Marcus Vinicius G. (2008). "As Lideranças Científicas", in **Ciências e Cognição**, Vol.13, n.2, pp.179-191.
- STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY (2009). "Moral Autonomy", in <http://plato.stanford.edu/entries/autonomy-moral/>
- STENGENS, Isabelle (1990). **Quem tem medo da ciência?** Ciências e poderes. São Paulo, Siciliano.
- SZTOMPKA, Piotr (1998) **A Sociologia da Mudança Social**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SZTOMPKA, Piotr (2009). "Robert Merton", in SCOTT, John. (org.). **50 Grandes Sociólogos Contemporâneos**. São Paulo, Contexto, pp. 186-191.
- TAYLOR, Robert (2005). "Kantian Personal Autonomy," in **Political Theory**, Vol.33, n.5, p. 602-628.

THORLINDSSON, Thorolfur & VILHJALMSSON, Runar. (2003) “Introduction to the Special Issue: Science, Knowledge and Society”, in **Acta Sociologica**, Vol. 46, no. 2, pp. 99-105.

TILLY, Charles (2006). “O acesso desigual ao conhecimento científico”, in **Tempo Social**, vol.18, n.2, pp.47-63.

TREVIÑO, Leonel C. (1999). **Teorías Económicas de la Tecnología**. México, Editorial Jus.

TRIGUEIRO, M.G.S. (2009). **Sociologia da Tecnologia: bioprospecção e legitimação**. São Paulo, Centauro.

VANOYE, Francis. (1998). **Usos da Linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. São Paulo, Martins Fontes.

VELLOSO, Jacques (org) (2002). **A Pós-Graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores**. Vols.1 e 2. Brasília, CAPES/ UNESCO.

WACQUANT, Loïc (1989). “For a socio-analysis of intellectuals: on Homo academicus”, in **Berkeley Journal of Sociology**, vol.34, p.1-29.

WACQUANT, Loïc (2002a). "O Legado Sociológico de Pierre BOURDIEU", in **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol.9, pp.95-110.

WACQUANT, Loïc (2002b). **Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

WACQUANT, Loïc (2005). **O Mistério do Ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática**. Rio de Janeiro, REVAN.

WACQUANT, Loïc (2008). **As Duas Faces do Gueto**. São Paulo, Boitempo.

WEBER, Max (1991) **Economia e Sociedade**. Vol.I. Brasília, Editora da UnB.

WEBER, Max (1993). “Conferência sobre o Socialismo”, in Fridman, Luis Carlos (org). **Socialismo**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

WEBER, Max (1999). **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo, Cortez/UNICAMP.

WEBER, Max (2001). **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo, Martin Claret.

WEBER, Max (2004) **Ciência e Política – Duas Vocações**. São Paulo, Cultrix.

WEFFORT, Francisco (org.) (1991). **Os Clássicos da Política**. Vol.1. São Paulo, Ática.

WILSON, John (2001). **Pensar com Conceitos**. São Paulo, Martins Fontes.

WIVES, Leandro Krug (2004). **Utilizando conceitos como descritores de textos para o processo de identificação de conglomerados (*clustering*) de documentos**. Tese de Doutorado em Computação. Orientador: Dr. José P. M. de Oliveira. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ZALUAR, Alba & LEAL, Maria Cristina. (2001). “Violência Extra e Intramuros”, *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n.45, p.145-164.

ANEXO I – DICIONÁRIO DE PALAVRAS NÃO SIGNIFICATIVAS

QUADRO 10 – Lista de palavras não significativas retiradas das bases de dados (POLITICTACT, PROJETOSOL, LIVROSOL e ARTIGOSOL)

Classe gramatical	Termos (português, inglês, espanhol e francês)
Artigo/ Preposição/ Conjunção/ Pronome	A À ABOUT AFTER AGAINST ALGO ALGUM ALL ALSO
	ALTHOUGH AMONG AN ANALYSES ANALYSISAND
	AO APÓS APPROACH AQUELE AQUILO ARE AREAS
	ARGUES ARTICLE ARTIGO AS ASPECTS ASSOCIATED AT
	ATÉ ATTENTION AUTHOR BASED BE BECAUSE BEEN
	BEING BETWEEN BOIS BOTH BUT BY CADA
	CAN CASE CENTRAL CENTURYCHANGE CHANGES
	CHARACTERISTICS CIVIL COM COMO CONCEPTCONDITIONS
	CONTEMPORARY CONTEXTCONTRA CONTROL CRITICAL CURRENT
	D DA DANS DAS DATA DE DES
	DIFFERENCES DIFFERENT DISCUSSION DO DOS
	DU DURING E EACH EARLY EFFECT EFFECTS ELA
	ELAS ELE ELES EM EMOTIONAL EN ENTRE
	ESPECIALY ESSA ESSE ESTA ESTE ET EU
	EVEN EVIDENCE EXAMINEEXAMINES EXPLORES
	FACTORS FINDINGS FIRST FOR FORMS FROM FUTURE
	GENERALGREATER GROUP GROUPS HAD HAS HAVE HE
	HIGH HIS HOW HOWEVER I IF
	IMPLICATIONS IMPORTANT IN INTO IS ISSUES
	IT ITS KEY L LA LE LES LESS
	LEVEL LEVELS LONG MADE MAJOR MAKING MANY MAY
	MODEL MODELS MODERN MORE MOST MUCH NA NEW
	NO NÓS NOT NUMBER O OF OFTEN ON
	ONE ONLY OR OS OTHER OUR OUT OVER
	P PARA PART PARTICULAR PER PERIOD PLACE
	POR PREVIEW PROBLEMS PROCESS QUE RATES RATHER
	RECENT RELATIONS RELATIONSHIP RESULTS ROLE S
	SAME SE SECOND SELF SEVERAL SHOULD SHOW
	SIGNIFICANT SINCE SO SOB SOBRE SOME SPECIFIC
	STUDIES STUDY SUCH SUGGESTSUGGESTS SUPPORTTERMS
	THAN THAT THE THEIR THEM THEN THEORETICAL
	THERE THESE THEY THIS THOSE THREE THROUGH

	TO	TOWARD	TU	TWO	U	UM	UMA	UN
	UNDER	UNE	UNITED	UPON	USE	USED	USING	VOCÊ
	VÓS	WAS	WAY	WAYS	WE	WELL	WERE	WHAT
	WHEN	WHERE	WHICH	WHILE	WHO	WILL	WITH	WITHIN
	WOULD	YEARS	YET					

Fonte: ARTIGOSOL e LIVROSOL, 2009.

ANEXO II - SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Ao longo desta pesquisa, houve questões extremamente importantes que não puderam ser tratadas aqui. A fim de organizar uma parte da produção de conhecimento sociológico com base neste trabalho, recomendam-se as seguintes pesquisas futuras:

- ✓ **Análise de ações de competição e de cooperação entre dominantes e dominados na estrutura do campo científico** - as equipes ou grupos de pesquisa são formados por pares que se encontram em diferentes posições no campo científico e que trabalham numa mesma linha temática, podendo gerar mais cooperação do que competição entre si;
- ✓ **Co-dependência e reflexividade inversa: autonomia de gênero** - aprofundar a questão da tipologia da autonomia no campo científico em relação à questão de gênero e a outras áreas do conhecimento, como as Engenharias (discussões em GIDDENS Transformação da Intimidade e em BOURDIEU, Dominação Masculina);
- ✓ **Estudo de caso e entrevistas sobre autonomia reflexiva como qualidade de outros campos (artístico, econômico, entre outros)** - citou-se o caso do livro de Paulo Lins e do filme homônimo "Cidade de Deus". Em entrevista concedida a Roberto D'Ávila, em 02/08/2009, na TV BRASIL (EBC/ RADIOBRAS), Paulo Lins afirma: "Se não fosse por Alba Zaluar, minha orientadora, eu não teria feito isso" (o livro). Em "Notas e agradecimentos", ele afirma se inspirar no material das entrevistas feitas para a pesquisa "Crime e criminalidade nas classes populares" para escrever (LINS, 2002, p.403). Trata-se de um excelente exemplo para um estudo de caso sobre a autonomia reflexiva: as condições sociais em que o autor se inseria e a pesquisa que sua orientadora coordenava influenciaram a escolha do tema de pesquisa do então mestrando. Essa pesquisa recebeu financiamento público (CNPq, FINEP, FAPERJ e FUNCAMP) e versava sobre um grave problema social que é a violência nos centros urbanos, vivenciada pelo próprio pesquisador, juntamente com a situação de pobreza e desigualdade social no cotidiano. Orientadora e orientando, coordenadora de pesquisa e pesquisador assistente

passam a produzir conhecimento científico sobre tal realidade que, depois, torna-se romance e filme. Enfim, são diversas ações de retradução e reflexividade entre os campos científico, artístico e político a serem analisados em artigo futuro desta doutoranda.

- ✓ **Efeito de anos eleitorais sobre a política científica e tecnológica** - Não se identificou uma relação direta entre anos eleitorais e variações nos investimentos. Em pesquisas futuras, poder-se-á relacionar estas variáveis num espaço de tempo maior, como vinte anos de período democrático e vinte de regime militar.

ANEXO III - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PERIÓDICOS 'QUALIS A INTERNACIONAL' NA ÁREA DA SOCIOLOGIA

Em 17 de abril de 2009, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior da CAPES deliberou sobre o processo de reestruturação do sistema QUALIS, reforçando o necessário estabelecimento de critérios mais rígidos em relação à classificação dos periódicos em todas as áreas do conhecimento. De acordo com este documento, há 11 orientações principais:

"1. O Qualis continua sendo o *referencial da produção intelectual* apresentada pelos programas de pós-graduação e avaliada pela Capes;

2. Para assegurar a *maior transparência* entre as áreas e junto à comunidade, a

classificação de Periódicos de cada área deve ser aprovada pelo CTC-ES;

3. Cada área deve definir o que considera "periódico", e apenas os veículos de

divulgação que atendam o estabelecido nesse conceito serão classificados no

respectivo Qualis de Periódicos. Em princípio, somente os veículos com *corpo*

editorial reconhecido, com avaliação pelos pares (pareceristas ad hoc) e dotados de ISSN devem ser considerados periódicos. Além disso, no caso das áreas que apresentam critérios de indexação bem estabelecidos, suas bases de dados podem, para esse fim, ser utilizadas como referência;

4. O Qualis será composto de *oito estratos*, a saber:

¾ A1, o mais elevado;

¾ A2;

¾ B1;

¾ B2;

¾ B3;

¾ B4;

¾ B5;

¾ C - com peso zero;

5. Recomenda-se, para se evidenciar o caráter classificatório e discriminante do

Qualis de Periódicos, que as áreas povoem, significativamente, pelo menos cinco dos estratos acima, com número significativo de periódicos – não sendo

considerado, nesse cômputo, o oitavo estrato, “C”.

6. Recomenda-se que haja uma diferença significativa entre os pesos atribuídos aos estratos utilizados, de forma que seja evidenciada uma efetiva diferenciação entre eles.

7. Cada área deverá apresentar em seu documento “Critérios do Qualis de Periódicos”, os critérios pelos quais define cada estrato (fator de impacto, índice H, ou outros modos de mensurar sua qualidade). Destaca-se a necessidade de a definição dos dois estratos superiores ser efetuada de maneira particularmente criteriosa e rigorosa.

8. Recomenda-se que os dois estratos superiores não sejam superpovoados, a fim de que seja devidamente destacada a excelência ou o diferencial de qualidade dos periódicos neles classificados, em relação aos incluídos nos demais estratos

9. Os dois estratos superiores – A1 e A2 – poderão ser deixados vazios, por decisão da área, em termos de artigos efetivamente publicados, recomendando-se que deles constem apenas periódicos da mais alta qualidade, nos quais a área julga que deva sinalizar para avançar a qualidade da produção científica de sua comunidade. O Qualis assim terá um papel indutor claramente definido, não se limitando a analisar onde a área publica, mas indicando também onde se deve publicar.

10. Recomenda-se, nas grandes áreas em que for possível e, em especial, naquelas em que já é tradição, como as Engenharias e a Saúde, que se mantenha a *política de um Qualis único ou de regras únicas para o Qualis*.

11. Recomenda-se que, pelo menos no interior de cada Grande Área, se procure

formular regras de Qualis próximas entre si, mas sem, de forma alguma, gerar

depreciação das áreas que têm maior tradição de publicação em periódicos ou

sobrevalorização daquelas que ainda têm pouco volume nesse campo; portanto, um periódico pode obter notas diferentes em distintas áreas" (CAPES, 2009, grifo nosso).

TABELA 15 – Lista de periódicos classificados como “A1” no sistema Qualis na área da Sociologia (2007)

ISSN	Área	Título	Estrato	Ano Base
0335-5322	SOCIOLOGIA	Actes de la Recherche en Sciences Sociales	A1	2007
0002-7294	SOCIOLOGIA	American Anthropologist	A1	2007
0004-0002	SOCIOLOGIA	Archives of Sexual Behavior	A1	2007
0010-4159	SOCIOLOGIA	Comparative Politics	A1	2007
0094-3061	SOCIOLOGIA	Contemporary Sociology	A1	2007
1354-067X	SOCIOLOGIA	Culture & Psychology	A1	2007
0011-3204	SOCIOLOGIA	Current Anthropology	A1	2007
0011-5258	SOCIOLOGIA	Dados (Rio de Janeiro)	A1	2007
0185-4186	SOCIOLOGIA	Estudios Sociológicos	A1	2007
0873-6561	SOCIOLOGIA	Etnográfica (Lisboa)	A1	2007
0104-7183	SOCIOLOGIA	Horizontes Antropológicos	A1	2007
0539-0184	SOCIOLOGIA	Information sur les Sciences Sociales (Paris)	A1	2007
0192-5121	SOCIOLOGIA	International Political Science Review	A1	2007
0269-2171	SOCIOLOGIA	International Review of Applied Economics	A1	2007
0020-8701	SOCIOLOGIA	International Social Science Journal	A1	2007
0022-4537	SOCIOLOGIA	Journal of Social Issues	A1	2007
0104-9313	SOCIOLOGIA	Mana (Rio de Janeiro)	A1	2007
0101-3300	SOCIOLOGIA	Novos Estudos. CEBRAP	A1	2007
0276-5624	SOCIOLOGIA	Research in Social Stratification and Mobility	A1	2007
0048-7333	SOCIOLOGIA	Research Policy	A1	2007
0102-6909	SOCIOLOGIA	Revista Brasileira de Ciências Sociais	A1	2007
0037-7732	SOCIOLOGIA	Social Forces	A1	2007
0038-0199	SOCIOLOGIA	Sociologia Ruralis	A1	2007
1517-4522	SOCIOLOGIA	Sociologias (UFRGS)	A1	2007
0735-2751	SOCIOLOGIA	Sociological Theory	A1	2007
0038-0296	SOCIOLOGIA	Sociologie du Travail	A1	2007
0103-2070	SOCIOLOGIA	Tempo Social. Revista de Sociologia da USP	A1	2007
0002-7162	SOCIOLOGIA	The Annals of the American Academy of Political and	A1	2007
0263-2764	SOCIOLOGIA	Theory, Culture & Society	A1	2007

Fonte: CAPES, 2007.

Essa classificação em oito estratos distintos existia desde 2007, em que a Sociologia apresentava os periódicos avaliados como A1, como no Quadro 10 acima (que seria o equivalente da classificação anterior A Internacional, ou o mais conceituado dentre os estratos).

Porém, tal decisão não afetou a seleção dos periódicos a serem analisados, uma vez que as bases de dados LIVROSOL e ARTIGOSOL foram iniciadas em 2006 os critérios e/ou orientações vigentes sobre os periódicos definidos como "Qualis A Internacional" eram os seguintes:

Quadro 11 - Relação de Revistas CAPES-QUALIS na área de Sociologia (até agosto 2006)

ISSN	Título	Nível	Circulação
0395-2649	Annales Histoire Sciences Sociales	A	Internacional
0102-6909	Brazilian Review of Social Sciences	A	Internacional
0261-3050	Bulletin of Latin American Research	A	Internacional
0094-3061	Contemporary Sociology	A	Internacional
0011-3921	Current Sociology	A	Internacional
0011-5258	DADOS: Revista de Ciências Sociais	A	Internacional
0185-4186	Estudios Sociológicos	A	Internacional
0094-582X	Latin American Perspectives	A	Internacional
0023-8791	Latin American Research Review	A	Internacional
0104-9313	Mana (Rio de Janeiro)	A	Internacional
0101-3300	Novos Estudos CEBRAP	A	Internacional
0010-1300	Novos Estudos CEBRAP	A	Internacional
0102-6909	Revista Brasileira de Ciências Sociais	A	Internacional
0254-1106	Revista Critica de Ciências Sociais	A	Internacional
0251-3552	Revista Nueva Sociedad	A	Internacional
0003-1232	Rural Sociologist	A	Internacional
0263-2764	Theory, Culture and Society	A	Internacional

Fonte: CAPES, 2006

Quadro 12 - Relação de Revistas CAPES-QUALIS na área de Sociologia (a partir de outubro de 2006)

ISSN	Título	Nível	Circulação
0889-2229	AIDS Research and Human Retroviruses	A	Internacional
0002-7294	American Anthropologist	A	Internacional
0004-0002	Archives of Sexual Behavior	A	Internacional
0094-3061	Contemporary Sociology	A	Internacional
1290-7839	Critique Internationale (Paris)	A	Internacional
0011-3204	Current Anthropology	A	Internacional
0011-5258	Dados (Rio de Janeiro)	A	Internacional
1351-0347	Democratization (London)	A	Internacional
0185-4186	Estudios Sociológicos	A	Internacional
0104-7183	Horizontes Antropológicos	A	Internacional
0020-8701	International Social Science Journal	A	Internacional
0022-216X	Journal of Latin American Studies	A	Internacional
0104-9313	Mana (Rio de Janeiro)	A	Internacional
0028-6060	New Left Review	A	Internacional
0101-3300	Novos Estudos. CEBRAP	A	Internacional
0102-6909	Revista Brasileira de Ciências Sociais	A	Internacional
0254-1106	Revista Crítica de Ciências Sociais	A	Internacional
1405-1311	Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo	A	Internacional
0037-7732	Social Forces	A	Internacional
0038-0296	Sociologie du Travail	A	Internacional
0103-2070	Tempo Social. Revista de Sociologia da USP	A	Internacional
0002-7162	The Annals of the American Academy of Political and Social Science	A	Internacional
0263-2764	Theory, Culture & Society	A	Internacional

Fonte: CAPES, 2007

Portanto, ARTIGOSOL baseou-se nos critérios vigentes anteriormente na classificação da CAPES no ano de 2006 (*Qualis A Internacional*) e em outros critérios que viabilizaram a elaboração da referida base de dados:

- **acesso eletrônico** (gratuito no Scielo ou pago mas disponível no Periódicos CAPES por instituição) – foram excluídos os periódicos cuja disponibilidade estava restrita pela ausência dos volumes no Scielo e no Periódicos CAPES, a saber: *AIDS Research and human retroviruses*, *Critique internationale*, *Democratization*, *Estudios sociológicos*, *New Left Review*, *Revista Crítica de Ciências Sociais e Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo* (7 dos 23 periódicos Qualis A Internacional ao final de 2006);
- **número de assinantes** (pagos, individuais, institucionais) – esta característica foi excluída dos critérios devido à extrema dificuldade de contactar cada editoria de cada periódico e de receber a informação acerca dos assinantes. Além disso, há o fato de que estes podem ser indivíduos ou organizações, que pagam diferentes taxas, o que restringe o acesso da comunidade científica internacional aos jornais;
- **restrição temática do periódico** - esta última característica foi a primeira a ser excluída devido à natureza da pesquisa: não se poderia excluir *ex ante* e de forma discricionária periódicos com foco prioritário em Saúde ou Trabalho, pois a inclusão destes pode significar uma ampliação da importância de tais áreas na agenda temática da publicação científica nas Ciências Sociais. Por isso, essa característica *não foi considerada como critério de inclusão ou exclusão dos periódicos para a análise de dados*.
- **anos de existência** (em papel) – característica mantida para pesquisa, mas não transformada em critério de inclusão ou exclusão de periódicos;
- **vínculo institucional** (quem organiza e publica) - característica mantida para pesquisa, mas não transformada em critério de inclusão ou exclusão de periódicos;
- **periodicidade** (quantidade de volumes publicados por ano) - característica mantida para pesquisa, mas não transformada em critério de inclusão ou exclusão de periódicos;

- **permanência na lista Qualis A Internacional** - característica mantida para pesquisa, mas não transformada em critério de inclusão ou exclusão de periódicos;
- **indexação** (bases eletrônicas) – nem todas as revistas informam sua indexação atualizada nas bases eletrônicas, o que inviabilizou a comparação entre aquelas que permaneceram na lista;
- **total de volumes publicados** (jan. 2000- dez.2006) - característica mantida para pesquisa, mas não transformada em critério de inclusão ou exclusão de periódicos;
- **total de artigos publicados** (jan. 2000- dez.2006) - característica mantida para pesquisa, mas não transformada em critério de inclusão ou exclusão de periódicos;

ANEXO IV – PROBLEMAS NO USO DE PROGRAMAS DE ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA

TEXTALYSER - Para a análise da frequência das palavras mais usadas nos títulos e subtítulos dos livros – íntegra e coletânea – dos PPGs em Sociologia, utilizou-se o software Textalyser, ferramenta gratuita disponível em <http://textalyser.net/> Foram selecionadas as 200 palavras mais citadas em cada ano para todos os PPGs e reorganizadas conforme seu significado. Por exemplo, a palavra “Brasil” foi a mais citada em diversos anos, mas também houve ocorrência de “brasileiro”. Assim, estas palavras que remetem a um mesmo significado “relacionado ao Brasil” – como num dicionário, foram agrupadas num único tema. De qualquer forma, as palavras agrupadas aparecem no campo das ocorrências em cada linha temática.

QDAMINER E WORDSTAT - O Mixed Model Qualitative Analysis software - QDAMiner permite a construção de projetos, em que se pode agregar diferentes tipos de documentos. De acordo com este programa, cada unidade de análise (*case*) pode conter vários arquivos. No caso da análise de conteúdo dos títulos, subtítulos e resumos de artigos e livros, todas as informações foram agregadas por *ano de publicação*. Então, um caso foi intitulado "1999" e contém 317 artigos e 202 livros, com um total de 52.910 palavras, procedimento este que foi repetido para todos os demais anos da pesquisa.

ANEXO V – RELAÇÃO DE ATORES INDIVIDUAIS VINCULADOS AOS ATORES INSTITUCIONAIS

O Quadro 13 a seguir descreve os nomes dos coordenadores de projetos de pesquisa que receberam fomento do CNPq entre 2000 e 2008, de acordo com as instituições às quais se encontravam vinculados. Tais instituições receberam apoio para, no mínimo, dois projetos nesse período. O objetivo de inserir essas informações refere-se a um registro do esforço realizado pela pesquisa para identificar a temática com que trabalham esses pesquisadores e quais temas concentram essas universidades. Não houve qualquer pretensão de avaliar os respectivos trabalhos ou de criar um *ranking*. De fato, trata-se de uma *lógica coletivista de produção institucional a partir dos dados disponíveis*.

QUADRO 13 – Lista de atores individuais e institucionais

IDENTIFICAÇÃO DA IES	NOME DOS PESQUISADORES
FGV-RJ	FREIRE-MEDEIROS, BIANCA GRYNSPAN, MARIO MAIA, JOAO MARCELO E.
FIOCRUZ	LIMA, NISIA V.T. MAIO, MARCOS CHOR PORTO, MARCELO F.S. TEIXEIRA, MARCIA DE OLIVEIRA VAITSMAN, JENI
FUNDAJ	FISCHER, IZAURA RUFINO MELO, LIGIA ALBUQUERQUE DE
IUPERJ	CARDOSO, ADALBERTO MOREIRA HERINGER, ROSANA R. MORAIS, DAVID P. SCALON, MARIA CELI R. DA C.

	SILVA, LUIZ ANTONIO MACHADO SILVA, NELSON DO VALLE
PUC-RS	AZEVEDO, RODRIGO GHIRINGHELLI SANTOS FILHO, HERMILIO P. MARIANO, RICARDO
PUC-SP	SAFFIOTI, HELEIETH IARA ROSADO-NUNES, MARIA J.F. USARSKI, FRANK
UCSAL	CASTRO, MARY GARCIA COSTA, LIVIA A. F. DA
UERJ	ARAUJO, CLARA M. DE O. GESTOSO, JOSE IGNACIO CANO MARIZ, CECILIA L. PICANÇO, FELICIA S. SANTOS, LUIZ ANTONIO DE CASTRO SANTOS, MYRIAN SEPULVEDA DOS ZALUAR, ALBA MARIA
UFAM	PINTO, ERNESTO R.M. DE F. TORRES, IRAILDES CALDAS
UFBA	DRUCK DE FARIA, MARIA DA GRAÇA LANIADO, RUTHY N. SOUZA, IARA MARIA DE A. ALVES, PAULO CESAR B. ESPINHEIRA, CARLOS G.D. MOTTA, ALDA BRITTO DA
UFC	BARREIRA, CESAR BARREIRA, IRLYS A.F. MOTA, MARIA DOLORES DE B.
UFCG	MENESES, MARILDA APARECIDA DE GOMES, RAMONILDES A.

	HERMINIO CUNHA, LUIS HENRIQUE OLIVEIRA, ROBERTO VÉRAS DE
UFMG	AGUIAR, NEUMA FIGUEIREDO DE BEATO FILHO, CLAUDIO CHAVES FERNANDES, DANIELLE C. PIERRE, JOSEPH FRANÇOIS PRATES, ANTONIO A.P. VARGAS, JOANA DOMIGUES ZHOURI, ANDREA LUISA MOUKHAIBER
UFPA	CASTRO, EDNA M. R. DE MANESCHY, MARIA CRISTINA ALVES SCHMITZ, HERIBERT
UFPB	DUQUE, GHISLAINE GARCIA, LORELEY G. GONÇALVES, ANTONIO G.B. PRESTES, EMILIA M. DA T.
UFPE	ALBUQUERQUE, PAULO HENRIQUE N.M. CAVALCANTI, JOSEFA SALETE BARBOSA FONTES, BRENO AUGUSTO SOUTO M. MORAIS, JOSIMAR J.V. DE WANDERLEY, MARIA DE N.B. JUNQUEIRA, LILIA MARIA WEBER, SILKE
UFPI	MORAIS, MARIA DIONE C. PASSOS, GUIOMAR DE O. REIS, VANIA T.M.
UFPR	BRANDENBURG, ÁLFIO FLORIANI, DIMAS OLIVEIRA, MARCIO S.B.S.
UFRGS	ALMEIDA, JALCIONE P.

	<p>BRUMER, ANITA</p> <p>CATTANI, ANTONIO DAVID</p> <p>CORADINI, ODACI L.</p> <p>CORTES, SORAYA M.V.</p> <p>GUIMARÃES, SÔNIA M. K.</p> <p>NEVES, CLARISSA E. BAETA</p> <p>ROESE, MAURO</p> <p>SCHNEIDER, SERGIO</p> <p>SOARES, MARIA SUSANA ARROSA</p> <p>TAVARES DOS SANTOS, JOSE VICENTE</p>
UFRJ	<p>BÔAS, GLAUCIA K. VILLAS</p> <p>CAPPELLIN, PAOLA</p> <p>GARCIA (PEREIRA RAMALHO), JOSE RICARDO</p> <p>LAGO, LUCIANA CORREA DO</p> <p>LINHART, ANA MARIA</p> <p>MACHADO, MARIA DAS DORES CAMPOS</p> <p>MACIEL, MARIA LUCIA A.</p> <p>MARQUES, IVAN DA COSTA</p> <p>MISSE, MICHEL</p> <p>MOREL, REGINA L.M.</p> <p>PESSANHA, ELINA GONÇALVES DA F.</p> <p>SANTANA, MARCO AURELIO</p> <p>SORJ, BILA</p> <p>WOODALL, JOHN PAYNE</p>
UFRRJ	<p>CARNEIRO, MARIA JOSE T.</p> <p>CASTRO, ELISA G. DE</p> <p>LEITE, SERGIO PEREIRA</p>
UFS	<p>FERREIRA, MARIA DE FATIMA</p> <p>JESUS, SONIA M.S.A.</p> <p>NEVES, PAULO SERGIO DA COSTA</p> <p>SEIDL, ERNESTO</p> <p>LEITE, ROGERIO P.S.</p>

<p>UFSC</p>	<p>BRUSEKE, FRANZ J. GRISOTTI, MARCIA GUIVANT, JULIA S. MINELLA, ARY CESAR PAULILO, MARIA IGNEZ S. RAUD, CECILE H. J. SCHERER-WARREN, ILSE SOUSA, JANICE T. P.</p>
<p>UFSCAR</p>	<p>ANDRADE, THALES H.N. DE DONADONE, JULIO CESAR GRÜN, ROBERTO LIMA, JACOB CARLOS LOPES (DA SILVA VALENCIO), NORMA FELICIDADE SILVA, MARIA APARECIDA DE MORAES SILVERIO, VALTER R. TEIXEIRA, JOAO DE FERNANDES VALÊNCIO, NORMA F.L.S.</p>
<p>UNB</p>	<p>BENTO, BERENICE A. DE M. COSTA, ARTHUR T. MARANHÃO DAL ROSSO, SADI MONTAGNER, MIGUEL ANGELO PORTO, MARIA STELA GROSSI PROCOPIO FILHO, ARGEMIRO SOBRAL, FERNANDA A. DA F. TEIXEIRA, JOÃO GABRIEL L.CRUZ WEHRMANN, MAGDA EVA S.F.</p>
<p>UNICAMP</p>	<p>ANTUNES, RICARDO L.C. BASTOS, ELIDE RUGAI BERGAMASCO, SONIA M.P.P. FERREIRA, LEILA DA COSTA FERREIRA, LUCIA DA COSTA</p>

	<p>HOGAN, DANIEL JOSEPH</p> <p>LEITE, MARCIA DE PAULA</p> <p>LOURENÇO, FERNANDO A.</p> <p>MAZZA, DEBORA</p> <p>MORAES, MARIA LYGIA QUARTIM DE</p> <p>REGO, WALQUIRIA G.D.L.</p> <p>VELHO, LÉA</p>
USF	<p>HOEFEL, JOAO LUIZ M.</p> <p>SALLA, FERNANDO A.</p>
USP	<p>ADORNO (DE ABREU), SERGIO F.</p> <p>ALVAREZ, MARCOS CESAR</p> <p>CARVALHO, ANTONIO C.D. DE</p> <p>GARAVELLO, MARIA ELISA DE P.E.</p> <p>GUIMARÃES, ANTONIO S.A.</p> <p>GUIMARÃES, NADYA ARAÚJO</p> <p>JACOBI, PEDRO ROBERTO</p> <p>MACIEL, DEBORA A.</p> <p>MARQUES, PAULO EDUARDO M.</p> <p>MENEZES, PAULO ROBERTO ARRUDA DE</p> <p>OLIVEIRA, FRANCISCO M.C.</p> <p>PERES, MARIA FERNANDA TOURINHO</p> <p>PIERUCCI, ANTONIO FLAVIO DE O.</p> <p>PRANDI, JOSE REGINALDO</p> <p>RIZEK, CIBELE S.</p> <p>RODRIGUES, IRAM JACOME</p> <p>SALLUM, BRASILIO JOÃO</p> <p>TELLES, VERA DA S.</p> <p>URQUIDI, VIVIAN G.F.D.</p>

Fonte: ATORESOL, 2010.

ANEXO VI – MATRIZ DE DADOS: TEMAS DA AGENDAPOL

TABELA 16 - Matriz de freqüências de temas (legislação e projetos de pesquisa)

	CAMPO_E_RURALIDADE	CIDADANIA_E_MOVIMENTOS_SOCIAIS	CIDADE_E_URBANIDADE	CIÊNCIA_E_TECNOLOGIA	CULTURA	DEMOCRACIA_E_ELEIÇÕES	DESENVOLVIMENTO	DIREITO_E_JUSTIÇA	ECONOMIA	EDUCAÇÃO	FAMÍLIA	GLOBALIZAÇÃO_E_REGIONALIZAÇÃO	GÊNERO	INFÂNCIA_E_JUVENTUDE	MEIO_AMBIENTE	POBREZA_E_DESIGUALDADE	POLÍTICA_E_GOVERNO	RAÇA_E_ETNIA
CAMPO_E_RURALIDADE	113	15	3	5	1	4	10	7	18	0	14	10	19	6	14	3	4	3
CIDADANIA_E_MOVIMENTOS_SOCIAIS	15	156	6	13	10	7	5	4	14	5	4	19	20	2	20	14	30	5
CIDADE_E_URBANIDADE	3	6	37	3	2	1	0	0	4	1	0	4	4	1	3	9	7	1
CIÊNCIA_E_TECNOLOGIA	5	13	3	165	17	2	7	7	6	14	4	13	7	6	10	14	10	0
CULTURA	1	10	2	17	64	1	0	3	8	3	3	1	7	1	1	4	10	1
DEMOCRACIA_E_ELEIÇÕES	4	7	1	2	1	18	0	0	1	1	1	1	4	1	3	1	12	3
DESENVOLVIMENTO	10	5	0	7	0	0	31	1	8	2	1	9	0	0	6	1	2	2
DIREITO_E_JUSTIÇA	7	4	0	7	3	0	1	88	2	0	3	4	7	1	2	4	3	4
ECONOMIA	18	14	4	6	8	1	8	2	196	10	4	11	7	1	16	5	19	3
EDUCAÇÃO	0	5	1	14	3	1	2	0	10	61	2	4	5	2	5	3	11	1
FAMÍLIA	14	4	0	4	3	1	1	3	4	2	50	3	13	1	2	4	2	3
GLOBALIZAÇÃO_E_REGIONALIZAÇÃO	10	19	4	13	1	1	9	4	11	4	3	111	7	4	6	6	10	9
GÊNERO	19	20	4	7	7	4	0	7	7	5	13	7	137	8	6	8	9	3
INFÂNCIA_E_JUVENTUDE	6	2	1	6	1	1	0	1	1	2	1	4	8	33	1	5	3	3
MEIO_AMBIENTE	14	20	3	10	1	3	6	2	16	5	2	6	6	1	128	6	15	6
POBREZA_E_DESIGUALDADE	3	14	9	14	4	1	1	4	5	3	4	6	8	5	6	114	11	3
POLÍTICA_E_GOVERNO	4	30	7	10	10	12	2	3	19	11	2	10	9	3	15	11	131	2
RAÇA_E_ETNIA	3	5	1	0	1	3	2	4	3	1	3	9	3	3	6	3	2	53
RELIGIÃO	4	7	0	1	2	1	1	0	2	2	2	15	4	0	2	1	8	2
SAÚDE_E_DOENÇA	7	9	3	10	3	1	2	3	8	2	2	12	6	2	7	7	7	4
TIC	1	4	0	3	3	0	0	0	0	2	2	0	4	0	0	0	1	0
TRABALHO_E_SINDICATO	1	3	1	4	0	0	1	5	15	7	0	4	6	0	5	3	4	3
VIOLÊNCIA_E_SEGURANÇA_PÚBLICA	2	14	6	6	1	3	2	20	3	2	2	17	16	5	7	4	17	4

ANEXO VII – MATRIZ DE DADOS: TEMAS DA AGENDASOL

TABELA 17 - Matriz de frequências de temas (livros e artigos)

	CAMPO_E_RURALIDADE	CIDADANIA_E_MOVIMENTOS_SOCIAIS	CIDADE_E_URBANIDADE	CIENCIA_E_TECNOLOGIA	CULTURA	DEMOCRACIA_E_ELEICOES	DIREITO_E_JUSTICA	ECONOMIA	EDUCAÇÃO	FAMILIA	GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO	GÊNERO	INFANCIA_E_JUVENTUDE	MEIO_AMBIENTE	POBREZA_E_DESIGUALDADE	POLÍTICA_E_GOVERNO	RAÇA E ETNIA	RELIGIÃO	SAÚDE_E_DOENÇA	TIC	TRABALHO E SINDICATO	
CAMPO_E_RURALIDADE	249																					
CIDADANIA_E_MOVIMENTOS_SOCIAIS	2	1353																				
CIDADE_E_URBANIDADE	18	17	514																			
CIENCIA_E_TECNOLOGIA	8	24	3	1143																		
CULTURA	3	31	11	31	827																	
DEMOCRACIA_E_ELEICOES	3	40	6	3	11	956																
DIREITO_E_JUSTICA	4	36	8	16	6	53	1582															
ECONOMIA	8	36	14	26	15	26	55	1521														
EDUCAÇÃO	5	37	15	48	14	9	16	21	1219													
FAMILIA	7	15	3	5	5	5	15	29	42	1039												
GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO	2	18	3	3	11	19	11	27	9	4	643											
GÊNERO	4	34	5	26	15	46	42	31	21	59	16	1246										
INFANCIA_E_JUVENTUDE	4	12	9	2	9	2	105	27	60	130	6	53	1094									
MEIO_AMBIENTE	1	23	9	17	18	2	7	13	4	8	5	11	6	433								
POBREZA_E_DESIGUALDADE	3	4	20	7	7	9	13	34	13	9	11	30	13	5	491							
POLÍTICA_E_GOVERNO	7	35	7	8	7	34	61	37	23	8	18	16	2	8	14	1661						
RAÇA E ETNIA	2	56	14	8	32	20	23	25	32	28	11	89	44	4	35	30	1571					
RELIGIÃO	1	18	4	7	16	5	12	9	9	13	6	16	14	2	1	10	39	517				
SAÚDE_E_DOENÇA	3	7	1	11	3	0	14	4	12	12	1	18	46	4	3	7	18	1	499			
TIC	2	12	3	40	12	8	8	8	7	2	6	8	7	3	4	8	4	1	2	724		
TRABALHO E SINDICATO	15	38	7	24	14	11	50	133	48	116	19	93	64	10	16	23	36	5	20	13	1775	
CIENCIA_E_SEGURANÇA_PUBLICA	1	13	12	18	13	13	56	35	53	27	10	33	62	4	10	25	55	15	7	9	19	